

Faculdade de Letras

Proposta de criação de uma Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Judeus, “joia da coroa transmontana” - Proposta de criação de uma Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes
Autor/a	Ana Catarina Leria Rocha Pinto
Orientador/a	João Paulo Avelãs Nunes
Júri	Presidente: Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez Vogais: 1. Saúl António Gomes Coelho Silva 2. João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Gestão e Programação do Património Cultural
Área científica	Gestão e Programação do Património Cultural
Data	14-10-2015
Classificação	16 valores



Resumo

Durante séculos o povo judaico foi alvo de perseguições e repressões que muitas vezes se despoletaram em verdadeiros massacres. Esta constante “caça aos judeus” motivada pelo preconceito contra este grupo social e religioso, provocou a sua dispersão por todo o mundo.

Em Portugal desde os tempos ancestrais existiram judeus e, ao contrário do que aconteceu em outros países europeus, aqui encontraram algum equilíbrio e paz.

Ainda que, tivessem de ter lidado com episódios violentos como massacres e proibições, com a Inquisição e as conversões maioritariamente forçadas e nunca podendo assumir-se enquanto judeus, viveram períodos de prosperidade tanto social como económica, proporcionada por alguns dos nossos reis.

Mas, foi concretamente na região de Trás-os-Montes no interior norte de Portugal que os judeus puderam viver enquanto povo e religião, permanecendo durante várias décadas.

Embora tivessem mais liberdade para praticar a sua religião e cultura, mantiveram-se sempre envoltos de um secretismo que lhes foi sempre tão característico e que fortaleceu o fenómeno do marranismo em Trás-os-Montes até ao século XX.

O legado judaico deixado por este povo nas terras transmontanas é inegável. Por toda a região está visível património edificado com marcas típicas judaicas, edifícios que contam a sua história e costumes, e tradições que ainda hoje estão vivas em algumas localidades.

O estabelecimento e dinamização deste património cultural como fator de crescimento, desenvolvimento e consequente valorização da nossa história tornam-se então imperiosos.

Neste contexto, nasceu então esta Rota Cultural Judaica que não só identifica grande parte do legado judaico em Trás-os-Montes ainda visível como também estabelece pontos de ligação entre si.

Esta iniciativa de gestão e programação integrada possibilita ao público uma viagem pela cultura judaica transmontana através de uma rota turística que proporciona o conhecimento de uma grande parte do património judaico registado até à atualidade em Trás-os-Montes, e promove um conjunto de atividades de programação que visam dinamizar e ativar o contacto das pessoas com o judaísmo português, divulgando esta herança patrimonial por todo o mundo.

Esta estratégia de gestão e programação do património cultural irá garantir a revitalização, salvaguarda e devolução deste património às comunidades, permitindo um enriquecimento das mesmas e um desenvolvimento próspero de toda a região.

Palavras-chave: Património Cultural, Rota Cultural, Trás-os-Montes, Judeus, Gestão e Programação Cultural, Desenvolvimento territorial

Abstract

For centuries, the Jewish people was subject to persecution and repression that often triggered in real massacres. This constant "hunt for Jews" motivated by prejudice against this social and religious group, resulted in their dispersion throughout the world.

In Portugal, since ancient times, there were Jews and, unlike what happened in other European countries, here they found some balance and peace. Even having to deal with violent episodes such as massacres and prohibitions during the Inquisition, with forced conversions to other religions and mostly never able to position themselves as Jewish, they lived periods of both social and economic prosperity, provided by some of our kings.

But it was precisely in Trás-os-Montes region, in the Northeast of Portugal, that Jews could live as a community and a religion, staying for several decades.

Although they had more freedom to practice their religion and culture, they remained surrounded in secrecy that has always been so characteristic of them and has strengthened the phenomenon of Marranism in Trás-os-Montes until the twentieth century.

The Jewish legacy left by this people this region is undeniable. Across Trás-os-Montes it is noticeable built heritage with Jewish typical brands, buildings that tell the history and customs and traditions that are still alive in some locations.

The establishment and promotion of the cultural heritage as a growth and development factor and the consequent appreciation of our history becomes imperative.

In this context, it was born this Jewish Cultural Route that not only identifies much of the remaining Jewish heritage in Trás-os-Montes but also connects points with each other.

This initiative of management and integrated programming invites people on a journey through the Jewish culture on Trás-os-Montes, shaped of a tourist route that provides the knowledge of a large part of the Jewish heritage registered to the present day in Trás-os-Montes, and promotes a set of programming activities aimed at boosting and activating the contact of people with the Portuguese Judaism, disseminating this patrimonial heritage around the world.

This cultural heritage management and programming strategy will ensure the revitalization, preservation and return of this heritage to communities, allowing an enrichment of the same and a prosperous development of the entire region.

Keywords: Cultural Heritage, Cultural Route, Trás-os-Montes, Jews, Management and Cultural Programming, Territorial Development

Ao avô Joaquim e à avó Arminda,
Por tudo, sempre!

Índice

Lista de Siglas	12
Agradecimentos	14
Introdução.....	16
Capítulo I - Conceitos fundamentais.....	20
1. Judaísmo	20
2. Converso ou cristão-novo	25
3. Criptojudaísmo.....	27
4. Marranismo.....	28
5. Anti judaísmo	31
6. Antissemitismo.....	33
7. Património cultural	36
1. Identidade histórico-cultural	39
2. Gestão e programação do património cultural	41
3. Desenvolvimento regional e local.....	42
Capítulo II - A diáspora dos judeus	45
1. Os judeus na sua génese e no mundo	45
2. Os judeus em Portugal e em Trás-os-Montes.....	49
Capítulo III - Identificação e estudo do património cultural judaico na região de Trás-os-Montes	65
1. Património cultural: abordagem expositiva.....	65
1.1 Património Cultural Tradicional	77
1.2 Novo Património Cultural	82
1.3 Comunidades e sinagogas em Portugal	92
Capítulo IV - Proposta de gestão integrada	96
1. Enquadramento do território	96
2. Introdução à proposta	99
2.1 A “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes”: a proposta	103
3. Missão da proposta.....	136
4. Entidades promotoras	138
5. Modelos e funções de gestão do projeto	142
6. Parcerias.....	144
6.1 Públicas	144
6.2 Privadas.....	145

7. Recursos humanos e tecnológicos	145
8. Financiamento	145
Capítulo V - Estudo de viabilidade.....	147
1. Contributos da rota cultural no desenvolvimento territorial e das populações.....	147
1.1 Desenvolvimento social, cultural e económico.....	152
2. Análise SWOT	154
2.1 Forças.....	156
2.2 Fraquezas.....	157
2.3 Oportunidades.....	158
2.4 Ameaças	160
Conclusão	162
Anexos	166
Documentação	237
Bibliografia.....	242
Índice de anexos.....	248

Lista de Siglas

a. C. – Antes de Cristo

d. C. – Depois de Cristo

COMASSIS - Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados

PC – Património Cultural

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restauration of Cultural Property

ICOM – Internacional Council of Museums

DESTEQUE – Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente

CoraNE - Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina

DSAD – Douro Superior Associação de Desenvolvimento

CEJ – Centro de Estudos Judaicos

ICAHAM - International Scientific Committee on Archaeological Heritage Management

PVDE – Polícia de Vigilância do Estado e Defesa do Estado

MNS – Movimento Nacional Sindicalista

PCM – Património Cultural Material

PCI – Património Cultural Imaterial

TC – Turismo Cultural

GPPC – Gestão e Programação do Património Cultural

ZASNET AECT - Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial

IPB - Instituto Politécnico de Bragança

Agradecimentos

Não poderia encerrar este capítulo do meu percurso académico sem deixar gravadas as minhas palavras de gratidão para com as pessoas que sempre me acompanharam e apoiaram.

À minha mãe e ao Nuno, por tudo que me conseguiram proporcionar ao longo da minha formação profissional, pelo acompanhamento neste trabalho, por acreditarem em mim, por me deixarem errar e aprender com os erros e por me apoiarem em tudo o que faço.

Ao meu irmão, no qual vi e sempre vejo inspiração para fazer mais e melhor e pelo qual me sinto responsável por ensinar que nos devemos superar. Para ti, quero ser sempre um exemplo.

A toda a minha família, tios e tias, primos e primas, que sempre mostraram preocupação e me incentivaram a continuar.

À minha prima e irmã Mané, que não só agora mas sempre se mostrou disponível para me ajudar em tudo, que sempre me ouviu, me deu força e incentivo.

Ao Nino, por acreditar sempre em mim, por caminhar comigo, por me ouvir, por me encorajar e nunca me deixar desistir.

À minha eterna amiga Iolanda, pela amizade e por me receber sempre de braços abertos na sua casa em Coimbra.

A todos os meus colegas e amigos de mestrado, em especial à Sofia pela ajuda e companheirismo.

Ao meu orientador e prezado professor Doutor João Nunes, por quem mantenho um grande respeito e admiração, pela sempre disponibilidade, incentivo e dedicação.

Às restantes pessoas com as quais me cruzei durante este caminho, que de uma forma ou outra, me ajudaram também à concretização deste trabalho.

A Coimbra, por tudo que me deu.

Quem esteve comigo sabe o quanto este projeto significa para mim e o quão feliz estou por sentir que o cumpri.

A todos um eterno e sentido, obrigada!

Introdução

Ancorando memórias, histórias e identidades das civilizações e ministrando cultura e saber, o património cultural aliado a uma gestão e programação eficiente, constitui um dos pilares basilares de uma sociedade, assumindo um contributo inegável no seu desenvolvimento social, cultural e económico.

Desta forma, o património cultural não deve nunca estar à margem da sociedade e sim, através da sua contemplação, compreensão e fruição deve representar um dos principais recursos das comunidades e dos territórios.

A gestão e programação implicam um conjunto de elementos fundamentais que permitem desenvolver um conjunto de tarefas primordiais inerentes à administração do património cultural, como a sua identificação, estudo, inventariação, salvaguarda, patrimonialização e rentabilização.

Estas ações são as principais responsáveis pelo resgate do legado patrimonial e pela sua devolução aos seus herdeiros, as comunidades.

Aquando da perceção do potencial do patrimonial cultural enquanto gerador de meios financeiros, assistiu-se a um crescente desenvolvimento económico das populações e dos territórios e por conseguinte um aumento do investimento nos equipamentos e bens patrimoniais, nos postos de trabalho relacionados com esta área, no comércio, no turismo cultural, entre outros.

Uma panóplia de consequências positivas advindas da gestão e programação, que vieram reforçar a importância do património cultural na sociedade atual.

Para que esta gestão e programação tenham o efeito desejado para as comunidades e para os territórios, permitindo-lhe a devolução da sua identidade e cultura é fundamental que esta seja executada em proximidade. É cada vez mais importante que a cada território seja oferecido um conjunto de ações que resgatem, revitalizem e salvaguardem os seus bens patrimoniais.

Assim, é essencial a participação de entidades colaborativas providas de recursos humanos, técnicos e financeiros que possibilitem efetuar a gestão e programação à escala pretendida.

A região de Trás-os-Montes é dotada de uma imensa diversidade em património histórico que representa a sua cultura, vivências e antepassados.

No presente trabalho é focado um dos mais preciosos bens patrimoniais deste território, ainda que pouco explorado, o património judaico.

O recrudescimento do ódio e das repressões contra os judeus fez deste povo um dos que ao longo de toda a história mais vezes foi reprimido e perseguido, facto que se traduziu na sua constante diáspora pelo mundo.

Ao contrário do que acontecera na maioria dos países da Europa Ocidental e Oriental, os judeus na Península Ibérica e principalmente em Portugal, puderam viver mais ou menos dentro da normalidade e aqui misturaram-se muito mais com outros povos.

Trás-os-Montes foi muitas vezes local de preferência para a sua permanente diáspora à qual eram obrigados, para fugirem das tensões e ódios a que estavam submetidos, e nesta parte recôndita de Portugal puderam praticar os seus costumes, construir as suas casas e legar uma forte herança cultural.

A longa permanência do poder inquisitorial em Portugal influenciou significativamente este extenso legado pois, foi graças à sua forte atuação que o fenómeno marrano se desenvolveu e fortificou em terras transmontanas, tendo permanecido mesmo após a extinção da Inquisição até ao século XX, o que fez com que as marcas patrimoniais deixadas por estes marranos se mantivessem até aos dias de hoje.

Este património judaico encontra-se em cada canto da região transmontana, e sendo hoje em dia o património cultural, visto como um bem imensurável de enriquecimento das gerações futuras, chegou a altura deste património ser submetido a medidas de gestão e programação que o resgatem, salvaguardem e o elevem ao seu verdadeiro valor.

Na região transmontana apesar de, até hoje ainda não ter sido efetuado nenhum plano estratégico de gestão e programação interventivo em relação a este património cultural, são já algumas as ações que se têm realizado relacionadas com esta temática.

Estas baseiam-se fundamentalmente em iniciativas pontuais e dispersas como estudos da temática, identificação de alguns vestígios patrimoniais, atividades culturais e publicações de obras, iniciativas estas que se deveram sobretudo ao trabalho de investigadores, de historiadores e das autarquias.

No entanto, estas ações não serão suficientes para dignificar e revitalizar este património, sendo que parte é ainda desconhecida da maior parte do público.

Deste modo, é necessária a criação de um plano estratégico que atue em prol de uma gestão e programação eficiente para o resgate e salvaguarda destes vestígios judaicos.

A “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” surge como uma resposta para esta necessidade de criar uma iniciativa permanente que reúna todo o património material e imaterial e possíveis vestígios judaicos num projeto capaz de reabilitar e devolver aos portugueses e transmontanos as suas origens. Juntamente com um conjunto de atividades programáticas relacionadas com esta temática que dinamizem este bem cultural e o transportem para junto da população.

Sendo o património cultural uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento de um território, esta rota cultural que será uma parceria entre vários municípios portadores deste património, poderá apresentar-se como um fator de relevância no desenvolvimento cultural, social e económico das localidades inerentes à rota.

O contributo a nível cultural e social será com toda a certeza um fator de prosperidade na vida das populações, tal como o aumento do setor económico que possibilitará um crescimento e desenvolvimento do território e do melhoramento da qualidade de vida das suas gentes. Assim, estes contributos a vários níveis irão desenrolar-se num aumento da qualidade de vida da população de toda a região.

Em relação à metodologia utilizada neste trabalho esta consistiu na investigação e trabalho de campo através do qual se registaram os vestígios patrimoniais apresentados, contactos com os municípios envolvidos e outras entidades relevantes, na recolha de bibliografia e documentação relacionadas com a história judaica universal e portuguesa, envolvendo conceitos como o de judaísmo, marranismo, cristão-novo, antissemitismo, anti judaísmo, entre outros. Bem, como o estudo e análise dos conceitos de património cultural, gestão e programação, identidade histórico-social e desenvolvimento territorial.

Durante o levantamento do “estado de arte” que inspirou e serviu de base para este trabalho, muitas foram as obras analisadas sobre a investigação na temática do judaísmo. Do variado leque é importante referir o notável trabalho de António Júlio Andrade e Maria Fernanda Guimarães, investigadores na área do judaísmo em Trás-os-Montes e algumas das suas obras, como “Os Isidros, A epopeia de uma família de cristãos-novos de Torre de Moncorvo”, “Carção, “Capital do Marranismo” e “Marranos em Trás-os-Montes-Judeus-Novos na Diáspora - o caso de Sambade”.

Estes dois autores têm sido os principais responsáveis pelo desenvolvimento científico desta temática na região transmontana e que em muito têm contribuído para o enriquecimento cultural nesta área. Além das obras publicadas, possuem ainda contributos em iniciativas culturais acerca deste tema, e António Júlio Andrade é o criador da atual “Rota Cultural dos Judeus de Torre de Moncorvo” que já se encontra oficializada e aberta ao público.

Esta rota inclui uma exaustiva investigação de todos os lugares, edifícios e marcas que estão ligados à passagem e permanência dos judeus em Torre de Moncorvo.

Também a obra “Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro” de Antero Neto veio de certa forma revolucionar a temática da arquitetura judaica, pois apresentou dados científicos que provam que algumas marcas visíveis em várias terras transmontanas, principalmente em edifícios estão diretamente ligadas aos antepassados judaicos.

Esta ilustre obra, permite a cada um identificar mais facilmente através dos exemplos apresentados, possíveis marcas judaicas.

Não esquecendo ainda, a intemporal obra de Francisco Manuel Alves, o Abade Baçal, “Memórias históricas - arqueológicas do distrito de Bragança, tomo V “os judeus””, que refere provas da presença judaica no distrito de Bragança através de processos inquisitoriais e Autos de Fé, bem como informação relativa às práticas religiosas e costumes deste povo.

O presente trabalho divide-se em cinco capítulos, numa introdução e numa conclusão.

No primeiro capítulo (Capítulo I), em modo de contextualização para todo o trabalho, são apresentadas definições dos conceitos fundamentais relacionados com o judaísmo e com a gestão e programação do património cultural.

No segundo capítulo (Capítulo II), é descrita de forma breve toda a diáspora judaica pelo mundo, dando maior ênfase à sua presença em Portugal e Trás-os-Montes. Nesta parte do trabalho é também abordada a cultura judaica, como os costumes e tradições, incluindo a sua caracterização fisiológica e psicológica.

No terceiro capítulo (Capítulo III), é feita uma abordagem expositiva do conceito de património cultural, as novas conceções, nomeadamente do património tradicional e novo património, as reestruturações e os avanços ao longo dos séculos.

Neste mesmo capítulo são identificados todos os vestígios judaicos visíveis, desde o património móvel e imóvel, aos costumes e tradições judaicas.

Ainda neste capítulo, são também enunciadas as sinagogas existentes em Portugal, estando ainda algumas ativas e as últimas comunidades israelitas portuguesas que sobreviveram ao longo de toda a diáspora judaica portuguesa.

O capítulo quarto (Capítulo IV) é dedicado à proposta de gestão integrada do património judaico, a “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes”.

Neste campo, é feito um enquadramento do território e apresentada a proposta, bem como uma breve apresentação de cada uma das localidades envolvidas e as respetivas atividades de programação e dinamização, inseridas na rota.

É referida a missão deste projeto, os modelos e funções de gestão que melhor se aplicam a este tipo de intervenções, as entidades promotoras, as parcerias públicas e privadas envolvidas, os recursos humanos e tecnológicos necessários e os meios de financiamento utilizados.

Por último, o capítulo quinto (Capítulo V) pertence ao estudo de viabilidade do projeto, onde são apresentados os possíveis contributos da rota cultural para o desenvolvimento social, cultural e económico da região transmontana e da sua população. É ainda elaborada uma análise SWOT que traduz este contributo em aspetos positivos e negativos.

A conclusão está reservada para o levantamento de questões bastante relevantes para qual será o futuro do judaísmo em Trás-os-Montes.

Capítulo I - Conceitos fundamentais

I. Judaísmo

O termo judaísmo surgiu pela primeira vez no Segundo Livro dos Macabeus¹ e no Livro de Ester² e terá sido criado pelos judeus helênicos, que utilizavam a sua forma grega “iudaísmo”, representando uma dimensão religiosa e nacional, que além de abranger os rituais representava também toda uma cultura e uma forma de estar na vida.

Com aproximadamente cerca de quatro mil anos de existência, o judaísmo é algo bastante amplo e que se torna redutivo se for cingido apenas à religião, pois mais que uma crença num só Deus e num conjunto de leis e costumes religiosos, é uma civilização.

Quando se reflete no judaísmo deve-se pensar numa civilização composta por leis, éticas e costumes que o tornam em algo totalmente diferente do cristianismo, do hinduísmo ou de outra religião qualquer.

A gênese do judaísmo estará em Abraão³ que é considerado pela tradição judaica o primeiro homem a envolver-se com a ideia do monoteísmo, acreditando na existência de um só Deus. A crença no monoteísmo passou a ser um marco na fundação do judaísmo e que distinguia esta religião de todas as outras.

Abraão foi o primeiro dos hebreus e o primeiro dos três patriarcas depois de ter introduzido a ideia do monoteísmo. De Abraão resultaram o seu filho e herdeiro espiritual Isaac, pai de Jacob (Israel)⁴, e os doze filhos deste que mais tarde se tornam os heróis das doze tribos de Israel.⁵

Os dois momentos que representam o início do judaísmo terão sido a saída dos filhos escravizados de Isaac do Egito e a entrega da Tora⁶ no Monte Sinai⁷ ao povo de Israel.

Esta religião foi a primeira a substituir a crença politeísta em várias divindades, característica do mundo antigo, pela fé num só Deus. O judaísmo é impulsionador de outras duas religiões: o cristianismo e o islamismo.

Considera-se universal pois define-se como uma religião que se aplica a toda a humanidade, ainda que estabeleça a separação entre judeus e não judeus. Aos judeus é exigido que cumpram os mandamentos bíblicos, aos não judeus apenas que os respeitem.

¹ Um dos livros deuterocanônicos do Antigo Testamento da Bíblia.

² Um dos livros históricos do Antigo Testamento da Bíblia.

³ Primeiro dos três patriarcas. É considerado o pai do povo judaico.

⁴ Sobrenome dado a Jacob depois de ter vencido em sonho o anjo.

⁵ BERNAVI, Elvi, História Universal dos Judeus, Da gênese ao fim do século XX, Contexto Editora, 1992, p. 2

⁶ Lit. «guia», orientação, «Lei». O escrito mais sagrado do judaísmo. Manual de vida outorgado por Deus a Moisés com as suas instruções, e transmitido ao longo das gerações. Também conhecido como Pentateuco (os cinco livros, chamados a Lei de Moisés).

⁷ Ou “Monte de Moisés”. Está situado no sul da península do Sinai, no Egito.

Estes mandamentos bíblicos designados como Leis de Noé assentam nos seguintes preceitos: proibição da idolatria e da blasfémia, de matar e de roubar, da imoralidade sexual e do consumo de um membro de um animal ainda em vida e a constituição de tribunais.⁸

A religião judaica assenta nos princípios da lei israelita que derivam da lei positiva, da tradição e dos usos e costumes razoáveis que, pelo consenso geral vão adquirindo força da lei. Esta lei positiva está contida nos cinco primeiros livros da Bíblia escritos por Moisés denominados Pentateuco, livros que também os cristãos têm por inspirados divinamente e, reduz-se a 248 preceitos afirmativos e 365 negativos, ao todo 613 denominados Mitsvot de oraita (mandamentos da lei). A lei da tradição, Mitsvot de Rabanan (mandamentos dos doutores) compreende uma infinidade de preceitos deduzidos dos comentários, constituições e regras que os doutores ou rabinos têm fundamentado mais ou menos no Pentateuco, estando compilada no Talmud.

Os rabinos são para o judaísmo o que os santos padres, papas e bispos são para o cristianismo. Estes são os senhores detentores de todo o poder para transmitirem os ensinamentos que não estão presentes no Pentateuco, pois devem-se à tradição.⁹

Na base do judaísmo identificam-se quatro pilares fundamentais:

1. A unidade de Deus: a fé na existência de Deus e na afirmação da sua unidade e unicidade definem o conceito judaico de Deus. No judaísmo, o universo e tudo o que ele contém, a Deus se deve, pois ele é o único criador do céu e da terra e de toda a humanidade. Acreditam que o Homem é o colaborador de Deus para organizar a vida na terra e que deve imitá-lo tendo como missão completar a sua obra divina. O judaísmo crê que Deus não se substitui aos homens, pois estes têm uma missão própria e consideram assim a intervenção humana fundamental. O monoteísmo judaico defende a unidade de Deus mas também a unidade do Homem.

2. A aliança com o povo de Israel: no judaísmo existe uma aliança entre Israel e o Senhor, pois se o Senhor escolheu Israel, então também Israel escolheu o Senhor. Esta aliança que possuem é assumida por eles como eterna e irreversível, pois Deus pode-se “ausentar” mas nunca abandonará o seu povo. Foi nesta crença que sempre se apoiaram e que os ajudou a sobreviver aos inúmeros ataques e a mais de dois mil anos de perseguições.

3. Deus não se substitui aos homens: estes têm uma missão própria, para o povo judaico a sua missão em vida é “imitar” a obra divina de Deus. O Homem é o “colaborador” de Deus na terra e deve seguir as práticas das leis de justiça e bondade. No judaísmo a intervenção humana é assim fundamental.

⁸ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 296

⁹ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. LII

4. As correntes do judaísmo: o judaísmo ortodoxo é a principal corrente judaica em todo mundo e é a mais “tradicional” pois vem da época do judaísmo rabínico da época do Talmude. Assenta no carácter divino e no duplo estatuto da lei, a Tora e a lei oral transmitida de geração em geração.

O judaísmo reformista surgiu subsequente à emancipação judaica em finais do século XVIII e teve início na Alemanha, acabando por se espalhar até aos Estados Unidos. Esta corrente nega o carácter absoluto e literal da lei escrita e oral, bem como a sua origem divina. Dá maior importância a questões como os ensinamentos éticos e morais dos profetas e rabinos em vez dos rituais. O culto é feito na língua do país e não inclui algumas das orações e costumes do judaísmo tradicional, como a ressurreição dos mortos, a ideia de um Messias personalizado e a eleição de Israel. No judaísmo reformista existe igualdade plena de sexos na vida religiosa.

Por último o judaísmo conservador defende o carácter dinâmico do conjunto de regras religiosas que regem a vida judaica, *halah'a* e que estas devem avançar consoante a necessidade de evolução¹⁰ das mudanças próprias da vida, dando maior relevância à prioridade integral da ética e do racionalismo como princípio capital do pensamento judaico.¹¹

Os praticantes do judaísmo ou cuja mãe é judia são denominados de judeus.

No judaísmo reformista também quem tem pai judeu é considerado judeu. E o termo aplica-se por extensão aos patriarcas, matriarcas e a todos os descendentes de Jacob¹², assim como a todos os convertidos.¹³

O judaísmo enquanto grupo étnico apresenta-se como uma miscelânea de culturas e etnias pois as suas migrações constantes, umas vezes voluntárias outras vezes não, determinaram uma miscigenação de traços e características. O judeu pode apresentar características de etnias diferentes, sendo que as principais são a branca, a negra e a oriental. Tudo depende do local geográfico onde se encontram.

Assim, neste sentido, se se encontrarem na Europa Central e Oriental são judeus asquenazis, se estiverem na Península Ibérica são judeus sefarditas e se forem originários do Médio Oriente e Norte de África são mizrah'.

É portanto cada vez mais difícil afirmar-se, que é possível determinar um judeu pelas suas características sejam elas físicas ou psicológicas. E é de salientar que ao longo da história, foi muitas vezes o estereótipo que se criou em volta do povo judeu, que o colocou em situações de constante perseguição e violência.

¹⁰ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 297

¹¹ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 298

¹² O primeiro hebreu, nascido em Ur, na Caldeia. Foi o primeiro dos três patriarcas do povo judaico, depois de introduzir a ideia do monoteísmo. A sua descendência deu origem ao povo de Israel.

¹³ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p.

No entanto, há quem afirme que realmente existe um conjunto de traços físicos e psicológicos próprios dos judeus.¹⁴ Sendo que, alguns historiadores e escritores caracterizam-nos fisicamente com uma testa direita, mas pouco elevada, sobrancelhas espessas, olhos grandes em forma de amêndoa, nariz aquilino, grosso na base e decaído sobre os lábios, boca larga, forte e rasgada, lábios grossos, bastante cabelo e barba negros e o tom de pele normalmente morena.

Contrariamente às características físicas atribuídas aos judeus, na região de Bragança os judeus apresentavam muitas vezes cabelos grifos e avermelhados.

Esta análise é portanto bastante arriscada pois, os judeus de um modo geral teriam as características representativas do local onde estavam situados, como por exemplo na Alemanha existiram com certeza judeus com características arianas, como cabelos loiros e olhos claros, como existiriam judeus com cabelos e olhos escuros.

Em relação às características psicológicas, o judeu é também conhecido como pertencente a um escol inteligente, ativo e culto. Muito provavelmente, o facto de serem alfabetizados há mais de 2.000 anos, faz deles esta elite tão astuta e brilhante, vencedora de vários prémios nobel e que por assim o ser, despertou sempre cobiças e intrigas.

Os judeus foram sempre considerados intelectualmente portadores de uma especial aptidão para o negócio, um QI notável, uma boa capacidade de oralidade, peritos em obras industriais e artísticas, cosmopolitas e fortemente dados à prática do comércio.

Na sua vida social possuem profissões sobretudo liberais, são médicos, comerciantes, literatos, políticos, burocratas, juristas, entre outras.¹⁵

A cultura israelita que constituiu este povo é e sempre foi o seu alicerce ao longo de toda a sua história. Esta cultura é composta pela fé e a lei bíblica, que é apresentada na Tora como a própria palavra de Deus, dirigida a Moisés no Monte Sinai, revelada aos hebreus durante as suas peregrinações pelo deserto, encerrada por fim no discurso de Moisés antes da sua morte. E é a crença na origem divina da Tora que faz dela uma constituição imutável e intangível, e que fundamenta a totalidade da legislação judaica.¹⁶

O centro e o símbolo do povo judaico é a sinagoga, que está presente por toda a parte onde vivem comunidades judaicas. Esta só reconhece como fonte de autoridade o texto sagrado, e ignora o sacrifício funcionando essencialmente como casa de oração, não se sabendo muito bem as suas origens.¹⁷

Sabe-se porém, que a a sinagoga terá vindo “substituir” o Templo, aquando da destruição do segundo, tornando-se no centro do judaísmo.

¹⁴ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. CIII

¹⁵ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. CIV

¹⁶ BERNAVI, Élvi, História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX, Contexto Editora, 1992, p. 18

¹⁷ BERNAVI, Élvi, História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX, Contexto Editora, 1992, p. 58

O judaísmo além da sua vertente religiosa, tal como foi já mencionado possui também todo um conjunto de leis e rituais que fazem desta religião uma cultura e uma forma de viver.

Este conjunto de rituais, hábitos e costumes são fatores de extrema importância para o culto desta religião e são eles que guiam o praticante do judaísmo no seu dia-a-dia. Para este povo, um judeu piedoso é aquele a quem a lei impõe um conjunto de regras alimentares estritas, isto é aquele que come *cacher*.¹⁸

Um dos seus mandamentos em relação à alimentação é o de “não matarás” que serve também para animais, possuidores de uma “alma viva”, e o de “comerás de todas as árvores do paraíso”, apela à alimentação vegetal. Adão era vegetariano e só depois de Deus lhe permitir é que consumiu carne.

O sangue, como princípio vital que é, também não deve ser consumido. A separação dos animais puros e impuros proíbe certas carnes, pois o animal que mata para comer é considerado impuro, logo só os que comiam erva estavam aptos para ser consumidos. O porco é omnívoro e além de impuro é enganador pois também é herbívoro e carnívoro.¹⁹

Em relação ao peixe, só os que nadam são puros e consumíveis. Ficam de fora da alimentação judaica os crustáceos e bivalves, pois são considerados híbridos.

A questão do híbrido encontra-se a todos os níveis da sociedade hebraica e tudo que o é, é proibido. Isto explica a razão pela qual os judeus rejeitaram Jesus, pois sendo ele um homem-Deus, que fazia dele humano e divino, era considerado um híbrido, o híbrido absoluto.²⁰

Além destas regras alimentares muito próprias pelas quais se regem no quotidiano, têm também as regras do calendário judaico. Fundamentalmente, este é um calendário lunar de doze meses, daí a importância do primeiro dia do mês, o Rosh khodesh²¹, que determinado pela lua nova, marca o recomeço do ciclo mensal e, portanto mais uma etapa na vida do indivíduo e da sociedade. A fim de o harmonizar com o calendário solar, visto que as estações são determinadas pelo ciclo do sol, sete anos em dezanove são declarados bissextos pelo acréscimo de um segundo mês de Adar²². Assim, as celebrações de origem agrícola permanecem na sua estação.

No que diz respeito às celebrações das várias festas judaicas, o Sabat²³ é a mais importante de todas. O calendário judaico contém vinte datas anuais, celebrações e comemorações diversas.

¹⁸ Apropriado, correto para o uso; no caso alimentar, permitido para consumo.

¹⁹ BERNAVI, Elvi, História Universal dos Judeus, Da gênese ao fim do século XX, Contexto Editora, 1992, p. 6

²⁰ BERNAVI, Elvi, História Universal dos Judeus, Da gênese ao fim do século XX, Contexto Editora, 1992, p. 7

²¹ Lit. «Cabeça do mês»; início de cada mês judaico contado a partir da data da criação do mundo.

²² Décimo segundo mês do calendário hebraico. Ocorre em fevereiro-março.

²³ Sábado, sétimo dia semanal. Um dia de descanso e de enriquecimento espiritual. O nome deriva do verbo hebraico *shavat*, que significa «descansou». No sétimo dia da criação, Deus descansou (Gênesis). Sétimo dia da semana, dia santo que testemunha a fé em Deus como criador. Assim como Ele «descansou» após ter criado o mundo em seis dias, ordenou que fizéssemos o mesmo.

Apesar de, ao longo dos tempos algumas das festas terem mudado de significado, as mais importantes como o Novo Ano, o Dia da Expição, a Páscoa, o Pentecostes e os Tabernáculos, foram fixadas pela Tora.²⁴

Este povo pode ser considerado como o que ao longo de toda a história, mais vezes foi oprimido, censurado, perseguido e expulso sendo até envolvido em verdadeiras chacinas humanas.

Este ódio aos judeus sem nenhuma razão concreta assenta sobretudo em motivos de ordem religiosa e cultural, sendo que o facto de os judeus terem desenvolvido uma religião e cultura únicas que os orienta e molda enquanto cidadãos e crentes, poderá ser uma das explicações para esta abominação por parte das outras religiões. Também as virtudes típicas do judeu que faz dele uma “ameaça” poderão estar ligadas a esta repulsa.

Ainda assim, este povo foi sempre conhecido pela sua persistência e resistiu sempre a todas as tentativas para a sua eliminação, para onde quer que fossem levaram sempre consigo todo o seu saber, tradição e fé que foi sempre o seu pilar de sobrevivência.

2. Converso ou cristão-novo

O termo “converso” que designava na época do cristianismo medieval os neófitos cristãos, passou mais tarde a designar os judeus convertidos ao cristianismo durante as conversões em massa entre 1391 e 1497 na Península Ibérica. Sendo que já no século VII, no período do domínio visigótico, os judeus ibéricos tinham sido submetidos a conversões forçadas.

Em 1391 os motins populares que se instalaram nos reinos de Castela e Aragão, vieram desencadear o batismo forçado de dezenas de milhares de judeus. Ainda assim, houve conversões de judeus ao cristianismo que acabaram por ser de livre vontade, ainda que despoletadas pelas pressões sociais e económicas a que eram expostas as judiarias.

Mais tarde, em 1480 desencadearam-se mais conversões com a instalação da Inquisição em Castela. Os cristãos-novos foram submetidos a um controle com o intuito de serem desmascarados por judaizarem. Os Reis Católicos acusavam os judeus de influenciarem negativamente a população e em 1492, deu-se a expulsão dos judeus de Castela²⁵. Muitos destes judeus optaram por converter-se para assim não serem expulsos, perfazendo cerca de 250.000 conversos.

Nesta altura, aproximadamente entre 50.000 a 120.000 judeus deslocaram-se para Portugal, maioritariamente para as localidades do interior norte de Trás-os-Montes.

O rei D. João II, à sua chegada encarregou-se logo de separar 700 crianças das suas famílias, que depois de batizados foram enviados para São Tomé, para serem educadas como

²⁴ BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992, p. 72

²⁵ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, *Dicionário do Judaísmo Português*, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 174

cristãos. Posteriormente, com o reinado de D. Manuel I surgiram também em Portugal as conversões forçadas em 1497.

Mais uma vez, a população jovem foi retirada aos pais e batizada na Igreja Católica bem como a restante população judaica. A maioria destes judeus convertidos forçosamente, continuaram a judaizar, facto que conjugado com o surgimento da Inquisição apenas no ano de 1536 em Portugal, fez com que o criptojudaísmo pudesse proliferar mais do que em Espanha.

Em 1540, com o primeiro Auto de Fé estes judeus viram a sua vida ameaçada, e a partir de finais do século XVI os que teriam mais possibilidades económicas emigraram para cidades como Veneza, Livorno, Amesterdão, Hamburgo, Londres, Bordéus e Baiona, onde se estabeleceram em comunidades. Os de classe mais baixa terão ficado em Portugal e deslocaram-se para as terras mais recônditas do interior norte do país, nomeadamente a região transmontana.

A perseguição aos conversos em Portugal perdurou até meados do século XVIII e ainda que a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos tenha terminado em 1773, o criptojudaísmo permaneceu em algumas localidades da região de Trás-os-Montes e Alto Douro e na Beira Baixa, até ao século XX.²⁶

Estes conversos que foram obrigados a abandonar a sua fé, nunca o fizeram na totalidade e continuaram a judaizar em segredo. Optaram por adotar um modo de vida criptojudaico, o que não os impediu de se integrarem positivamente na sociedade, ocupando altos cargos e levando uma vida normal entre os cristãos-velhos.

Sempre crentes da sua fé, praticavam a sua religião em segredo e participavam nas cerimónias e ritos judaicos em privado, com a ajuda dos parentes e dos restantes judeus.

As conversões e expulsões dos judeus foram acontecimentos que contribuíram também para o desmoronamento de grande parte do judaísmo, pois o facto de os judeus não poderem praticarem a sua religião livremente, fez com que alguns hábitos e costumes desaparecessem completamente e outros tivessem de ser alterados e misturados com os costumes cristãos.

A prática do judaísmo em segredo por parte dos cristãos-novos convertidos à força ao cristianismo apesar de, ter provocado algumas dificuldades e aspetos que influenciaram negativamente a cultura e religião deste povo, acabou por criar fenómenos como o criptojudaísmo e o marranismo que fizeram com a tradição e costumes judaicos permanecessem durante mais tempo.

Estes fenómenos apesar de não representarem o judaísmo na sua forma mais pura foram a solução encontrada pelos judeus conversos de continuarem a seguir os preceitos da sua religião e a viverem enquanto seguidores do judaísmo, ainda que por vezes tivessem de ter adulterado e contornado algumas das suas leis judaicas.

²⁶ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 175

No entanto, foi graças a esta insistente vontade de não descurar da sua religião, que fez com que grande parte da herança judaica resistisse até aos dias de hoje em Portugal.

3. Criptojudaísmo

O criptojudaísmo nasceu na Península Ibérica, aquando da expulsão dos judeus de Espanha em 1492 e da conversão forçada e em massa dos judeus de Portugal pouco tempo depois, em 1497. Esta foi a solução encontrada pelos judeus para poderem continuar a praticar os seus costumes judaicos em segredo, pois as conversões à força serviram para os obrigar a abandonar a sua verdadeira identidade, religião e cultura.

A Igreja cristã sempre condenou a conversão forçada mas também deixou bem assente que o batismo, mais ou menos voluntário era a única forma de salvar os judeus. Várias vezes aconteceu que, em vez de obrigarem os judeus a converterem-se à força por métodos violentos, simplesmente os ameaçavam de morte ou expulsão, não lhes restando solução para além da conversão.

É certo que a obliteração da religião judaica e o estabelecimento da cristã, nunca foi por parte dos judeus um ato sincero, e estes assim que lhes era possível continuavam a praticar a sua religião de origem, no entanto envoltos de um grande e rigoroso secretismo.

A realidade terá sido esta e os judeus logo que puderam, desde os primeiros tempos em que se viram obrigados a converter-se a uma religião que não era a sua, voltaram à antiga fé.²⁷

Obviamente preferiam simular a conversão sincera ao cristianismo e viverem praticando a sua fé clandestinamente, do que perderem a vida ou os seus bens.²⁸ E assim, eram obrigados a viver nesta duplicidade. Teriam de em público prestar constantemente provas da sua fidelidade para com a fé cristã, e para isso chegavam a colocar símbolos ligados ao cristianismo como cruces e votos de cristão-novo nas fachadas das suas casas.

Ainda que pudessem praticar alguns dos seus costumes, tinham de viver com o pensamento de que eram os judeus que, voluntariamente ou à força, abjuraram a fé judaica para se converterem totalmente à religião cristã.

Apesar das provas dadas e de se apresentarem publicamente como bons cristãos, nem sempre isso lhes valia de muito e eram várias vezes suspeitos de guardar uma fidelidade secreta ao judaísmo, tendo sempre algum cristão-velho que os espiava ou os tentava incriminar.²⁹

Assim, aparentemente e perante a sociedade assumiam-se cristãos, mas no coração e secretamente mantinham-se fiéis às suas crenças judaicas.

Esta vida dupla fez com que a sua religião fosse reformulada em alguns aspetos para evitar a sua descoberta por parte dos cristãos-velhos. E a partir de 1497, a religião judaica sofreu

²⁷ CANELO, David Augusto, O resgate dos "Marranos" portugueses, Belmonte, s.e., 1996, p.17

²⁸ CANELO, David Augusto, O resgate dos "Marranos" portugueses, Belmonte, s.e., 1996, p.18

²⁹ CANELO, David Augusto, O resgate dos "Marranos" portugueses, Belmonte, s.e., 1996, p.19

obrigatoriamente algumas alterações nas datas e regras dietéticas, na prática da circuncisão e do jejum para conseguirem manter o secretismo.

Assim, tiveram de reformular alguns procedimentos como o costume dos jejuns de Segunda e Quinta-feira, do Sábado, do Kipur³⁰, da Rainha Ester³¹, do Purim³², da véspera da Páscoa e respetiva celebração, entre outras celebrações.

Contudo, apesar dos riscos algumas destas práticas continuaram a ser realizadas por algum tempo, como é o caso da circuncisão e dos enterros judaicos, mas sendo estas algumas das práticas que os podiam denunciar acabaram por se extinguir.

O facto de, na maior parte das vezes ser arriscado recorrerem a livros sagrados que continham as orações, a transmissão da tradição passou a fazer-se apenas por via oral, o que fez com que alguns destes hábitos e costumes se perdessem ou se misturassem com pormenores cristãos. O hebraico por exemplo, praticamente desapareceu tanto que algumas comunidades portuguesas nem sabiam da existência desta língua.

Mais tarde, o criptojudaísmo libertou-se dos ritos e prescrições, e assente num forte monoteísmo ético, reconstruiu as suas crenças.

E no século XX, nos núcleos criptojudaios transmuntanos (marranos) e beirões a tradição era transmitida através das rezadeiras, que ao contrário do que acontecia no judaísmo onde eram os rabis a fazer os ensinamentos, eram mulheres velhas que através das orações que recitavam de cor, evitavam que a tradição se fosse empobrecendo. Festejavam os seus dias santos quando podiam e em datas erradas para criar algum tipo de confusão.³³

O criptojudaísmo, ao contrário do que se possa pensar foi um fenómeno que esteve presente desde os primeiros anos do judaísmo pois, os judeus tiveram sempre obstáculos na afirmação da sua fé ao mundo.

Este fenómeno devido ao seu carácter fascinante e complexo tornou-se num objeto de estudo para historiadores e investigadores, pois a ocultação voluntária e involuntária de uma identidade própria aos olhares de todos ao longo da história, principalmente dentro das intolerâncias das sociedades e das civilizações europeias, revela particular interesse e significado.

Os cripto judeus tal como os marranos devido às circunstâncias já mencionadas, por vezes eram vistos como menos judeus que os outros, no entanto nunca deixaram de o ser, apenas precisavam de ser “resgatados” de novo para o judaísmo.

4. Marranismo

³⁰ Dia da expiação ou do Grande Perdão.

³¹ Rainha da Pérsia, heroína do livro bíblico que tem o seu nome.

³² Festa judaica que comemora a anulação do decreto de aniquilação do povo judeu pelo rei Assuero, da Pérsia, que fora conspirado pelo seu cruel conselheiro Haman; Purim consagra a salvação do povo judeu.

³³ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 186 e 187

“Marranismo”, “marrano”, “marranes” ou “maranes”, é um termo de origem pejorativa atribuído aos judeus da Península Ibérica, convertidos ao batismo cristão.³⁴

Conversos estes que apenas o eram formalmente pois, em tudo continuavam judeus, excetuando no nome. Designados popularmente por “marranos” que em espanhol significa “cerdo” (porco), inicialmente na Península Ibérica chamou-se “porco” (marrano) aos judeus e muçulmanos que não comiam esta carne, funcionando como uma ofensa plausível da parte dos cristãos.

Das várias hipóteses colocadas acerca do significado desta palavra, há uma que afirma que teve origem na contração dos termos hebreus *mumar-anus* que significam “converso” e “converso forçado”.³⁵

Os marranos tinham então o significado comum do judeu que depois de ter sido batizado por livre vontade ou à força, voltava às práticas judaicas em segredo.

Desde a Idade Média, que em Portugal e Espanha este termo é utilizado ganhando mais força a partir do século XIX. Para o vocabulário português a palavra entrou no século XV e equivalia ao “tornadiço”, isto é renegado.

No século XVI já estava difundida na maior parte das línguas da Europa Ocidental.³⁶

Em Espanha terá surgido com as conversões forçadas, incentivadas pelos programas³⁷ antijudaicos de 1391. Em Portugal, as conversões forçadas de 1497, fizeram com que o contacto com o marranismo e o judaísmo fosse esporádico e pouco intenso, mas mais vigoroso que em Espanha. Tanto que, quando o marranismo que já estaria em declínio na Espanha nos finais do século XVI, só começou a ganhar mais força com as emigrações de cristãos-novos portugueses.

Define-se então o marrano ibérico como sendo aquele judeu oculto, cuja ação se rege pela procura persistente de uma lealdade aos valores religiosos e culturais originais herdados, independentemente dos perigosos riscos que possam estar em causa. O marrano age em prol de uma vontade em manter a sua fé tornando-a inabalável.³⁸

De uma forma geral, marranismo é sinónimo de criptojudaísmo, contudo este fenómeno é muito mais ambíguo e ambos não devem ser confundidos um com o outro.

A situação marranica é uma situação própria e um sinal determinado pelo tempo e compará-lo efetivamente ao criptojudaísmo não será algo que deva ser linear. Pois, o criptojudaísmo como já foi referido, é algo que sempre existiu e um sinal constante do judaísmo, podendo ser afirmado que datam os dois da mesma altura.

³⁴ SCHWARZ, Samuel, *Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, Editora Cotovia, 2011, p.33

³⁵ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, *Dicionário do Judaísmo Português*, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p.343

³⁶ CANELO, David Augusto, *O resgate dos “Marranos” portugueses*, Belmonte, s.e., 1996, p.23

³⁷ Ataques violentos.

³⁸ CANELO, David Augusto, *O resgate dos “Marranos” portugueses*, Belmonte, s.e., 1996, p. 14

Já estabelecer uma data para a existência do marranismo é uma tarefa bastante complexa pois a maioria dos testemunhos só podem ser obtidos unicamente em registos da Inquisição, havendo quem aponte para esta como a criadora deste fenómeno.³⁹

Com o aparecimento da Inquisição, pensou-se que os marranos acabariam por desaparecer, no entanto, surpreendentemente no século XX, Samuel Schwarz durante a sua investigação em Portugal, descobriu diversos grupos religioso-comunitários de cripto judeus, povoando algumas vilas e aldeias do Nordeste Transmontano e da Beira Interior, nomeadamente nas zonas fronteiriças com Espanha.

O reaparecimento público destas comunidades de marranos “significou a assunção da alma portuguesa que sempre existiu dentro de um povo inteiro”⁴⁰ traduzindo-se numa “autêntica imutabilidade da cultura e dos valores marranos tradicionais” existentes no primeiro quartel do século XX.

Esta descoberta fez com que se congregassem esforços com o objetivo de resgatar estes judeus marranos de novo ao judaísmo de origem.

Nesta tentativa de fazer regressar os marranos ao judaísmo, teve o papel central o Capitão Artur Carlos de Barros Basto, conhecido mais tarde como o “Apóstolo dos Marranos”, com a sua “Obra do Resgate”.

Também os estudos de Francisco Manuel Alves, o Abade de Baçal acerca dos judeus no distrito de Bragança⁴¹ foram imprescindíveis no contributo que prestaram ao darem a conhecer ao mundo este fenómeno que sobreviveu a todas as investidas contra o judaísmo e que acabou por resultar em medidas tão relevantes para o judaísmo português, como é o caso da constituição da Comunidade Judaica de Belmonte.⁴²

A complexidade do fenómeno marrano torna a sua total compreensão um tanto ou quanto difícil, o que para facilitá-la é necessário considerar três interpretações diferentes:

- O marranismo como religiosidade judaica: existem duas manifestações de marranismo que se designam pelo dito “normal”, que representam a negação coletiva ao cristianismo através da prática oculta do judaísmo, religião do qual dependem cultural e mentalmente e o marranismo que representa a vontade de aderir à tradição judaica.

Este marranismo “clássico” é acompanhado por uma tradição própria, que contém elementos bíblicos, rabínicos e folclóricos de origem cristã.

As condições a que o marranismo esteve sujeito para poder ser praticado, fizeram com que se tornasse num judaísmo pobre e adaptado pois, rituais importantes como o da circuncisão foram extintos permanecendo práticas mais secundárias como os jejuns de segunda e quinta-feira.

³⁹ MARTINS, Jorge, Portugal e os judeus, vol. III, Judaísmo e antissemitismo no século XX, Vega, 2006, p.39

⁴⁰ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad,2009, p. 142

⁴¹ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 341

⁴² CANELO, David Augusto, O resgate dos “Marranos” portugueses, Belmonte, s.e., 1996, p. 15

Estes usos e costumes próprios do marranismo resultam provavelmente da sobrevivência de um judaísmo popular que já existia no Medieval Ibérico. O papel da mulher, as rezadeiras, tornou-se também muito importante no seio das comunidades marranicas no que refere à transmissão oral dos costumes, devido à clandestinidade que o rabinismo oficial sofreu.

- O marranismo como religião específica: a partir dos anos 30, Cecil Roth⁴³ apresentou o marranismo como uma religião em si mesma. Apesar do marranismo estar ligado diretamente ao judaísmo, para Roth possuem características bastantes distintas. O que pode fazer deste fenómeno uma religião derivada da sua tradição específica com os seus costumes, ritos e tradições próprias.

- O marranismo como subproduto de uma condição identitária meta religiosa: o marranismo não é o fim de algo, é pois um meio à disposição dos cristãos-novos para praticarem a sua fé, não esquecendo a sua identidade mesmo que esta fé já não seja comum a todos.

Este fenómeno assegura a identidade e o passado de um povo e através dele estes podem relembrar as suas origens. Apesar de ser uma fé que não é ortodoxa e que não cumpre à risca a lei mosaica, é uma fé que relembra um passado comum e que a torna dinâmica e flexível.⁴⁴

Ainda hoje, continua a ser um mistério por desvendar como é que os marranos conseguiram sobreviver aos insistentes rigores inquisitoriais que intimidavam toda a população.

Chegou-se até, a elaborar um conjunto de propaganda contra os judeus em Portugal, onde se defendia a total expulsão deste povo, mas nada os deteve.

Durante todo o tempo, os judeus mantiveram-se firmes e fieis às suas convicções e apesar de terem perdido alguns aspetos relevantes da sua religião, continuaram na posse de elementos suficientes que fizeram com fossem reconhecidos quanto à sua origem e cultura, até aos dias de hoje.⁴⁵

Este tema bastante controverso e amplo, continua ainda nos dias de hoje a tentar ser desmistificado pela sociedade.

5. Anti judaísmo

O anti judaísmo é um fenómeno assente nas mesmas bases do antissemitismo pois é igualmente contra os judeus, no entanto é um fenómeno mais antigo, datando da época medieval.

Este ao contrário do antissemitismo que manifesta sobretudo ódio aos judeus enquanto povo e grupo étnico, apoia-se sobretudo em bases religiosas e todas as manifestações contra os

⁴³ (1899-1970) Historiador britânico da religião judaica.

⁴⁴ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 343

⁴⁵ CANELO, David Augusto, O resgate dos "Marranos" portugueses, Belmonte, s.e., 1996, p. 30

judeus são traduzidas em acusações de infidelidade religiosa, criticando o seu comportamento e as suas crenças de maneira depreciativa, considerando a sua religião como uma religião “do mal”, sendo a conversão ao Cristianismo a única solução para salvação este povo.

Os fatores determinantes das divergências entre cristãos e judeus são principalmente a crença num Deus diferente como salvador, e alguns aspetos como a circuncisão que iria contra as crenças cristãs, por esse motivo os forçavam à conversão ao cristianismo através do batismo.

O anti judaísmo manifestou-se ao longo da história dos judeus em Portugal em algumas situações, marcando a passagem deste povo por terras lusas. São estas, a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, sendo que os primeiros não seriam dignos de possuir uma religião senão a religião católica, eram tratados pelos cristãos sempre com desconfiança e algum pudor, estando permanentemente a ser vigiados, os frequentes desentendimentos entre os judeus e os cristãos nas feiras, principalmente nas pequenas localidades e o sempre presente preconceito para com a religião judaica que condicionava o convívio entre as duas religiões e que incluía histórias fantasiosas e macabras e mal dizeres sobre os judeus, sem esquecer os “atestados de limpeza de sangue” que os rotulavam como menos honrados por terem sangue judeu.⁴⁶

Entre as várias acusações a que os judeus estariam submetidos, estavam as de serem acusados de apoiar os Estados inimigos da “Cristandade”, de envenenar fontes e poços, de praticar rituais em crianças cristãs, de profanar os templos e as alfaias litúrgicas cristãs, de praticar a usura⁴⁷, o incesto, a sodomia e a bigamia.⁴⁸

Todas estas presumidas acusações assentavam essencialmente, num repúdio sem explicação dos cristãos aos judeus, tanto pelo grupo religioso a que pertenciam, como pelas leis culturais e religiosas por onde se regiam.⁴⁹

É de salientar, que o Clero era o principal inimigo deste povo e era quem exercia pressão sob os reis, e conseqüentemente no resto da população. Tal como acontece sempre ao longo da história, a Igreja Católica como conservadora dos seus dogmas e abominando todas as ideias contrárias às suas, tentou combater o “inimigo” eliminando-o. Podendo-se concluir, que a atitude sempre repressiva da Igreja e de alguns Reis mais católicos se deveu ao facto de sentirem a religião judaica como uma ameaça, que se poderia sobrepor ao Cristianismo.

Já a população, além dos motivos religiosos, sentia também alguma inveja e receio deste povo empreendedor e dinâmico com especial aptidão para “fazer dinheiro”.

Achavam portanto, que ao afastarem os judeus estariam a afastar forte concorrência que lhes podia dificultar os seus negócios.

⁴⁶ NUNES, João Paulo Avelãs, “Darwinismo social e antissemitismo: o caso português”, *Cultura, Espaço & Memória*, nº 5, 2014, p. 7

⁴⁷ NUNES, João Paulo Avelãs, “Darwinismo social e antissemitismo: o caso português”, *Cultura, Espaço & Memória*, nº 5, 2014, p. 8

⁴⁸ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Tomo V, *Os judeus*, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. XV

⁴⁹ MARTINS, Jorge, *Portugal e os judeus*, vol. III, *Judaísmo e antissemitismo no século XX*, Vega, 2006, p. 123

Ainda que pequeno e com uma comunidade judaica minoritária, Portugal possuiu na sua história várias demonstrações de anti judaísmo, são o caso das publicações pelas mãos de escritores como António Sardinha e Mário Saa que defendiam ideias racistas e contra o povo judaico, bem como o darwinismo social e a criação de um regime republicano em 1914, o Movimento Doutrinal Integralismo Lusitano que assentava em ideologias antijudaicas de raiz católica.

Em suma, este anti judaísmo assistido por todas as classes sociais que incluíam cristãos, ao longo da permanência dos judeus em Portugal deveu-se sobretudo a interesses individuais de cada um, fossem eles religiosos, culturais ou económicos. O que contraria a ideia de que apenas a religião seria o fator perturbante de toda esta repulsa contra o povo hebraico.

6. Antissemitismo

O antissemitismo é um fenómeno contemporâneo surgido no século XIX, e na sua forma mais extremista, defende a ideia de que os judeus serão um grupo social inferior e menos digno. Etimologicamente esta palavra significa “contra os semitas”, isto é os judeus e árabes. Contudo é normalmente mais usada para designar o ódio aos judeus, às suas raízes étnicas, culturais e religiosas.⁵⁰

Contrariamente ao anti judaísmo, este fenómeno possui um carácter eminentemente político, apoiado numa ideologia racial.⁵¹

Foram as características pertencentes aos semitas, consideradas tão preocupantes e inaceitáveis que fizeram com que ao longo da história se tenham procurado soluções para a extinção do judaísmo e dos judeus através de “soluções finais”, perseguições, expulsões, conversões forçadas, limitações de direitos civis e políticos, calúnias, difamações, pogroms e massacres em massa.

O antissemitismo foi mais recorrente em alguns países do que em outros, em Portugal apesar de não ter tido os contornos que outros países da Europa, é exagerado pensar-se que não existiram qualquer tipo de ações antissemitas por parte dos portugueses.

Ao contrário do que se pensa, a emancipação dos judeus não aconteceu em 1773 com Marquês de Pombal, aquando a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Pois durante todo o período monárquico, a legislação portuguesa apenas reconhecia como português quem fosse cristão. Sendo que em 1822, a Constituição proferiu o Catolicismo como a religião oficial do Reino e como cidadãos portugueses apenas os que fossem católicos.

A igualdade de direitos só viria a ser instaurada em 1911 com a Constituição Republicana, onde a religião do Estado foi abolida e todas as religiões reconhecidas, a

⁵⁰ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 553

⁵¹ MARTINS, Jorge, Portugal e os judeus, vol. III, Judaísmo e antissemitismo no século XX, Vega, 2006, p. 123

comunidade judaica legalizada e a possibilidade do exercício de funções públicas a todos os cidadãos.⁵²

Não desculpabilizando algumas atitudes e decisões menos dignas do nosso país pois, provavelmente algumas das ações contra os judeus foram motivadas por interesses e influências de outros países onde o antissemitismo foi mais marcante, ou pelo facto de não lidar bem com a modernização que as novas culturas e religiões acarretariam e que iriam constituir uma ameaça ao governo ditatorial, também aqui os judeus sofreram repressões antissemitas.

Apesar de Portugal não ter publicado nenhuma legislação discriminatória contra os judeus, de não ter apoiado o genocídio e as perseguições publicamente, e até de ter permitido a passagem de alguns judeus refugiados pelo seu território e de ter disponibilizado “zonas de residência fixa”, ignorou a situação dos judeus nos campos de concentração, alegando que os acontecimentos em território alemão seriam fantasiosos e exagerados. Sendo que, a certa altura até tentou impedir a entrada de refugiados judeus, não dando continuidade ao incansável trabalho de Aristides de Sousa Mendes⁵³ para diminuir e evitar a permanência de judeus em Portugal.⁵⁴ Uma atitude inconcebível vinda de um país supostamente neutro e que nem sempre é acusado de tal barbaridade.

Já anteriormente a este antissemitíssimo propagado pelo Estado Novo, as expulsões por D. Manuel I e D. João III, a conversão forçada ao Cristianismo e a criação da Inquisição constituíram ações antissemitas.⁵⁵

No entanto, em Portugal seria inevitável que sendo um país assente em políticas ditatoriais e extremistas não viesse a apresentar ideologias antissemitas.⁵⁶

Pode-se considerar que a ação mais antissemita registada em Portugal foi a tradução para o português, nos anos 20 do século XX, dos “Protocolos dos Sábios de Sião – Os Planos da Autocracia Judaica” (1923) e o folheto “Crimes da Franco-Maçonaria Judaica” (1924) editado por Paulo Tarso, que terá proposto medidas verdadeiramente radicais contra os judeus, como a sua separação do resto da população e a sua expulsão.

No entanto, as práticas contra os judeus nas primeiras décadas do século XX estariam assentes em ideais mais católicos e culturais do que propriamente políticos e ainda menos raciais, expressando-se mais o anti judaísmo, que ligado ao ódio religioso dos antepassados ainda tinha presente os fantasmas antigos em que se privilegiou os judeus e lhes atribuiu privilégios iguais aos católicos.⁵⁷

⁵² MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 54

⁵³ (1885-1954) Cônsul português que salvou milhares de pessoas do Holocausto.

⁵⁴ NUNES, João Paulo Avelãs, “Darwinismo social e antissemitismo: o caso português”, Cultura, Espaço & Memória, nº 5, 2014, p. 8

⁵⁵ NUNES, João Paulo Avelãs, “Darwinismo social e antissemitismo: o caso português”, Cultura, Espaço & Memória, nº 5, 2014, p. 11

⁵⁶ NUNES, João Paulo Avelãs, “Darwinismo social e antissemitismo: o caso português”, Cultura, Espaço & Memória, nº 5, 2014, p. 16

⁵⁷ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 55

Nem mesmo o movimento fascista português (Movimento Nacional-Sindicalista – MNS, 1932) adotou medidas antissemitas como elemento central da sua identidade. Contudo, apoiavam a forma como Hitler estaria a resolver a questão dos judeus na Alemanha.

Salazar apesar de ter criticado as Leis de Nuremberga em 1933, em 1938 impôs aos imigrantes judeus a necessidade de obtenção de vistos de “turismo” de trinta dias para poderem entrar em Portugal. Ainda que, as pretensões de Salazar não fossem afastar os judeus devido a ideologias antissemitas e sim por implicações de uma possível vaga de emigração que poderia ser perigosa para o bom funcionamento do país, a verdade é que esta ação poderia ter salvado bastantes emigrantes judeus da atitude sanguinária do governo hitleriano.

A entrada em Portugal por parte dos refugiados judeus tornou-se dali em diante ainda mais complicada. Ainda assim, a polícia portuguesa PVDE não perseguiu o povo hebraico.

Apesar do Estado Novo ter privilegiado a Igreja Católica e se ter mostrado pouco tolerante com as minorias religiosas, o judaísmo não foi impedido de ser praticado livremente e estaria assegurado pela Constituição.

A Concordata de 1940, assinada pelo Vaticano e o Estado Novo veio estabelecer a lei da “liberdade religiosa”.⁵⁸

Mais tarde, em 1970 com o período Marcelista, o Estado foi obrigado a conceder liberdade de culto e de organização das confissões religiosas e, no ano seguinte em 1971 foi concedido a todas as crenças religiosas “igual tratamento, ressalvadas as diferenças impostas pela diversa representatividade” e assegurou o respeito pelos direitos das religiões minoritárias “salvaguardadas as disposições contidas na Concordata que respeitam a religião católica”.

Após o 25 de abril, a nova Constituição manteve a separação do Estado e da Igreja e garantiu a liberdade de organização, de prática religiosa e de ensino de qualquer religião.⁵⁹

Portugal é muitas vezes acusado de não ter sido merecedor dos judeus que teve e que ainda hoje não reconhece este povo como seu pois, apesar da tão propagada presença judaica no ser português, ainda não se assume no século XXI como parte integrante da identidade judaica.⁶⁰

Para a história ficará o ato mais conhecido de antissemitismo puro e duro, o genocídio a cerca de seis milhões de judeus na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, incentivado pelo dogma criado por Hitler e os seus apoiantes, menosprezando a cultura e etnia judaica e todos os seus praticantes.

A este ódio foram precedidas medidas discriminatórias radicais por parte do regime nazi na Alemanha, como é o caso dos campos de concentração. Esta medida foi vista por Hitler

⁵⁸ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 55

⁵⁹ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 56

⁶⁰ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 190

como a “solução final” que consistia na exterminação de todos os judeus, sendo que uma grande parte do judaísmo ficou naqueles campos.⁶¹

7. Património cultural

Definir património cultural é uma tarefa bastante complexa pois, estamos perante um conceito bastante amplo que é impossível descrever totalmente nestas linhas. Porém, deve-se compreender que o PC é a base sobre a qual a sociedade atual se construiu e no qual podemos encontrar respostas quando nos interrogamos de quem somos, de onde viemos ou para que mundo caminhamos. Assim, para nos compreendermos melhor a nós próprios e à conjuntura social em que vivemos temos impreterivelmente de compreender o que é o património cultural.

De uma forma clara e concreta, o património cultural pode ser dividido em duas partes: o património cultural enquanto conceção tradicional e o património cultural enquanto conceção ampliada.

A primeira parte será a noção do património na sua vertente mais tradicional e mais simples, isto é derivando etimologicamente do latim *patrimonium*, derivada de *pater*, pai aplica-se ao conjunto de bens pertencentes ao paterfamilias por estes transmitidos aos sucessores, significando herança paterna. Como afirmam Desvallées e Mairesse⁶² a “noção de património designava no direito romano, o conjunto de bens reunidos pela sucessão: bens que descendem, segundo as leis, de pais para filhos ou bens de família, assim definidos em oposição aos bens adquiridos.”

O património teria nesta altura uma noção mais voltada para a vertente económica e jurídica, conceção que não se adequa ao conceito cultural do património.

O ser humano é antes e acima de tudo um herdeiro, sendo a herança cultural um aspeto exclusivo seu que o diferencia dos animais, pois estes não possuem herança cultural, apenas herança genética e natural.

O Homem quando nasce já nasce com uma herança que lhe é atribuída obrigatoriamente, com um passado, com vivências que não podem ser apagadas, já os animais por não possuírem uma consciência e uma racionalidade quando nascem é como se fossem os primeiros e como se tudo o que está para trás não tivesse existido, podendo apenas guiar-se pelo seu extinto de sobrevivência.

O Homem é um herdeiro nato, portanto todos somos herdeiros, sendo o património cultural a nossa herança cultural.⁶³ Pode-se então considerar que o património é a herança que

⁶¹ NUNES, João Paulo Avelãs, Darwinismo social e antisemitismo: o caso português, *Cultura, Espaço & Memória*, nº 5, 2014, p. 5

⁶² DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François, *Conceitos-chave de museologia*, ICOM, 2013, p. 7

⁶³ MENDES, António Rosa, *O que é o Património Cultural?* Gente Singular Editora Lda, 2012, p.13

tomámos dos antepassados e que podemos legar no futuro, representando continuidade, entrega e recebimento de tradição.

Contudo, a noção que se tem hoje de património não será a mesma que se teria há décadas atrás pois, o património tal como a história foi sofrendo mutações próprias das várias épocas, e talvez devido a essas alterações e à constante mudança foi-lhe atribuído um sentido pouco claro e difícil de precisar. Sendo que, de um modo geral pode-se considerar como uma manifestação de identidade histórica que representa as vivências de um povo, apresentando-se como uma via de preservação de identidade de uma nação que presta um contributo fundamental na conservação da memória do passado que será transmitida de geração em geração.

No entanto, durante muito tempo o património era valorizado apenas no seu aspeto material, traduzido em monumentos, edifícios arquitetónicos, centros históricos, objetos, entre outros. E só mais tarde, surge a ampliação do conceito de património no qual foram incorporadas novas dimensões e conceitos, como a noção de cultura que se veio juntar à noção de património tornando esta conceção um pouco mais ampla e também mais complexa. Pois, anteriormente sendo o património considerado apenas o que era material e tangível⁶⁴, com a ampliação à conceção cultural o património passou a ser tudo aquilo “ (...) que abrange todas as realizações materiais e os aspetos espirituais de um povo. Portanto, pode-se dizer que, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefactos até às ideias e crenças.”

O património é hereditário, histórico e identitário mas acima de tudo é cultura.⁶⁵

Deste modo, após ter passado por diversas reformulações, os termos património e cultura adquiriram um carácter mais abrangente, no qual além de bens materiais, passaram a albergar outros tipos de categorias, como é o caso de manifestações humanas de cunho não material, que também possuem valor simbólico.

A Carta de Veneza em 1964 foi um dos marcos históricos mais importantes para o património cultural pois, foi após esta Carta que se incorporaram novas dimensões ao património cultural e à sua conceção, atribuindo-lhe maior amplitude e complexidade.

A partir daqui, as práticas sociais, tradicionais e culturais foram ganhando um maior destaque nos assuntos de ordem política.

Foi pela primeira vez, na Constituição da República Portuguesa de 1976 que se estabeleceu um novo ciclo e se incluiu o património cultural como direito fundamental dos

⁶⁴ REIS, Rodrigo Halley dos Santos, IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, Gestão do Património Cultural: Contribuições Académicas, 2010, p. 4

⁶⁵ MENDES, António Rosa, O que é o Património Cultural? Gente Singular Editora Lda, 2012, p. 19

cidadãos, onde foi estabelecido que “o Estado tem a obrigação de preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português”.⁶⁶

Neste contexto foram-se construindo bases que desenvolveram em grande parte o trabalho executado pela UNESCO e foi a partir da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural que diversas iniciativas passaram a ter como especial foco o PCI - Património Cultural Imaterial,⁶⁷ conceito este que até então não seria tão valorizado como o PCM – Património Cultural Material.

Em 1989, foi aprovada a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Popular, que se estabeleceu como um passo bastante importante para o PCI, pois desencadeou um maior e melhor (re) conhecimento sobre este património, bem como desenvolveu novos pensamentos e ideias para novas formas de identificar, preservar, proteger e divulgar este património.

Esta Recomendação acabaria por se tornar no ponto de partida para a Convenção de 2003.

Com a crescente globalização nos anos 90, surgiram preocupações em torno da salvaguarda e preservação do PCI, receando-se que com a cultura de massas e a progressiva modernização algumas tradições e costumes se pudessem dissipar. Estes anos foram então marcados por uma especial atenção voltada para este património cultural.

É também de realçar a Declaração Universal da Diversidade Cultural em 2001 que impulsionou o reconhecimento da relevância da diversidade cultural como Património da Humanidade.

Finalmente em 2003 foi adotada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, que veio assegurar o futuro do PCI e também de todo o património cultural.⁶⁸

Passou assim a entender-se por PCI, “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências, bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados, que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural.”⁶⁹

Com a conceção de património cultural mais vasta, este passou a definir-se como um conjunto de bens, materiais e imateriais que um grupo, normalmente as elites políticas, científicas, económicas e religiosas decidem preservar como património coletivo, perpetuando-os no tempo devido à relevância que lhe atribuem.

⁶⁶ Constituição da República Portuguesa, Texto originário da Constituição, aprovada em 2 de Abril de 1976, Parte I, Título III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais, CAPÍTULO IV “Direitos e deveres culturais”, art.78º - Património cultural, p. 18

⁶⁷ CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009, p. 76

⁶⁸ CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009, p. 80

⁶⁹ “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial”, Paris, 17 de outubro de 2006, Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, Disposições gerais, art 2º Definições, Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

O património manifesta-se como um testemunho que nos permite recordar o passado, tendo por sinal, a função de (re) memorar acontecimentos relevantes. É o património que espelha a identidade e a existência de um povo, contribuindo para a preservação e manutenção da identidade.⁷⁰

Considerado um dos elementos fundamentais à constituição de uma sociedade, o património cultural possibilita a conexão de um grupo social, através da sua identificação cultural, fazendo com que se considerem pertencentes da mesma nação.

No entanto, durante bastante tempo a noção de património era restrita e limitada e perante este fator negativo acabou por ser ampliada, albergando novas conceções que trouxeram outro fulgor e que fizeram com que mais pessoas se pudessem identificar entre si, estando entre elas o património industrial, a arquitetura vernacular e as culturas populares.⁷¹

O património cultural passou, deste modo a manifestar-se em diversas outras formas e expressões culturais antes excluídas, permitindo ao indivíduo que se reconheça no presente através da herança do passado, podendo transmiti-la no futuro.

I. Identidade histórico-cultural

Cada indivíduo possui uma identidade composta de diversas descendências e pertenças. Em todo o mundo existe uma variedade de identidades tanto cultural como social, sendo que para a abordagem a este conceito interessa enquadrar a identidade histórica e cultural com a conceção de património cultural.

“A identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo. Ou seja, ela implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a perceção da diferença e da semelhança entre “ego” e o “alter”, entre “nós” e os “outros.””⁷²

O processo identitário é algo que não é imutável pois sofre algumas modificações e vai-se transformando ao longo do tempo, reconstruindo-se. O grupo social é resultado deste processo de construção e reprodução da identidade através do apego constante ao seu passado mitológico, histórico ou simbólico-religioso.

A religião desempenha um fator fundamental no processo de construção da identidade pois é um dos principais recursos para a construção de solidariedades e representações identitárias. Esta é uma forma de construção social da realidade e de certo modo um padrão ao qual o indivíduo recorre naturalmente, para refletir sobre o universo em que vive.⁷³

⁷⁰ RODRIGUES, Donizete, Património Cultural, Memória Social e Identidade: Uma abordagem antropológica, 2012, p. 4

⁷¹ <http://www.arcos.org.br/periodicos/revista-dos-estudantes-de-direito-da-unb/7a-edicao/patrimonio-cultural-o-processo-de-amplicao-de-sua-concepcao-e-suas-repercursosoes>, acedido em 16/06/2015

⁷² RODRIGUES, Donizete, Património Cultural, Memória Social e Identidade: Uma abordagem antropológica, 2012, p. 3

⁷³ RODRIGUES, Donizete, Património Cultural, Memória Social e Identidade: Uma abordagem antropológica, 2012, p. 3 e 4

O património cultural é também um elemento fundamental na construção da identidade social e cultural e é de certa forma a sua materialização. Como um conjunto de bens materiais e imateriais que foram perpetuados no tempo, por serem relevantes o suficiente para um grupo ou sociedade e que permitem ao indivíduo recordar o passado, o PC proporciona ao indivíduo obter memórias que fomentam uma solidariedade orgânica entre os membros do corpo social, uma coesão ou convergência mental traduzida no sentimento de pertença a uma mesma comunidade.

Assim, o património cultural apresenta a função de manifestar, testemunhar e invocar acontecimentos importantes do passado, que não só possibilitam que nos reconheçamos enquanto indivíduos e que sejamos reconhecidos, como também tenhamos conhecimento de um passado histórico e cultural.

Segundo António Rosa Mendes⁷⁴, “o património cultural é, para a sociedade, o que a memória pessoal é para o indivíduo”, isto é o património cultural confere à sociedade identidade que por sua vez a faz reconhecer-se e a faz ser reconhecida, tal como a memória confere ao indivíduo a consciência de quem é e que existe.

Na ausência de identidade há sempre algo que fica incompleto pois sendo esta fundamental para a existência de qualquer indivíduo ou grupo, é importante que cada um saiba quem é, de onde veio e o que representa.

Desta forma, pode-se afirmar que “talvez a morte seja a ausência de memória” pois quando se perde a consciência de quem somos e as memórias do nosso passado que nos formam enquanto seres humanos há algo em nós que morre. O facto de não sabermos mais quem somos, de onde viemos ou como vivemos, coloca-nos num estado de morte mental que por conseguinte faz com que deixemos de ser o que somos e portanto de existir. E deixando de existir mentalmente e conscientemente, tudo o resto desaparece.

Relativamente ao património cultural o caso é semelhante. Sendo este um mecanismo de preservação da identidade de um povo ou de uma nação, representando uma herança cultural passada que nos permite vivê-la no presente e transmiti-la no futuro,⁷⁵ perante a sua ausência a sociedade perde identidade, que diante desta inexistência também se dissipa.⁷⁶

Em suma, o património cultural confere ao indivíduo ou grupo identidade pois, este representa parte da sua identidade histórica e cultural que forma cada um como um ser individual e único.

A história e a cultura por detrás da nossa existência e a identidade que nos molda enquanto seres individuais e únicos são a base de tudo, é o que nos faz saber quem somos e é o que nos faz saber que estamos vivos.

⁷⁴ MENDES, António Rosa, *O que é o Património Cultural?* Gente Singular Editora Lda, 2012, p.17

⁷⁵ RODRIGUES, Donizete, *Património Cultural, Memória Social e Identidade: Uma abordagem antropológica*, 2012, p. 4

⁷⁶ MENDES, António Rosa, *O que é o Património Cultural?* Gente Singular Editora Lda, 2012, p. 18

2. Gestão e programação do património cultural

É ao gestor e programador do património cultural que cabe a função de gerir e programar os recursos patrimoniais dos quais dispõe. Entendendo-se por gestão e programação do património, um conjunto de ações programadas que têm como objetivo, conseguir uma conservação eficaz dos bens patrimoniais e um uso adequado destes bens, de forma a responder às exigências da sociedade atual.⁷⁷

Para uma melhor compreensão é fundamental analisar-se separadamente as palavras “gestão” e “programação”.

Primeiramente é necessário saber-se que estas não se podem dissociar uma da outra pois, para haver gestão de algo, é previamente necessário um plano de orientação, isto é uma programação do que se vai executar. E para isto, pressupõe-se a existência de um objeto, de uma atividade, de uma organização, de uma estrutura organizacional e de recursos financeiros pois só assim, é possível programar e traçar objetivos para uma possível concretização de algo.⁷⁸

Gestão é assim “um conjunto de práticas programadas com o objetivo de conseguir uma conservação positiva dos bens patrimoniais e um uso dos mesmos, adequados às exigências sociais contemporâneas”.⁷⁹

No passado, a gestão e programação tradicional do PC baseava-se na realização de visitas guiadas e centrava-se meramente nas tarefas de identificação, estudo, inventariação e restauro, com o objetivo de salvaguardar e conservar o património para as gerações vindouras.

Atualmente é muito mais do que isso, pois é uma vasta mobilização de recursos financeiros, humanos e logísticos que em conjunto definem um plano, um objetivo. Aliando-se o contributo da salvaguarda e conservação às estratégias de exploração dos bens patrimoniais para uso económico que, por sua vez permite o desenvolvimento constante e sustentável das populações e dos territórios.

A atração dos visitantes tornou-se a maior prioridade, porque além do benefício económico que produz, contribui também para a preservação e manutenção do património.

Hoje em dia os gestores do PC e todos os envolvidos nesta área têm patente a importância do envolvimento das pessoas com o património e a sua importância para a criação de uma relação ativa entre ambos.

Para fomentar este envolvimento entre o património cultural e o público e assumindo o PC como um recurso que deve ser explorado e do qual devem surgir mais-valias, como o resgate e preservação da memória, da identidade, a fruição, meios financeiros, entre outros, foram criadas atividades programáticas dinamizadoras, de cariz pedagógico e cultural capazes de

⁷⁷ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Patrimonio, 2008, p. 15

⁷⁸ TAVARES, António, *Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde*, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 77

⁷⁹ TAVARES, António, *Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde*, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 79

alcançar mais pessoas e captar cada vez mais o seu interesse e a sua disponibilidade para este bem. Alia-se então à gestão, a programação que utilizando os bens patrimoniais, os equipamentos e os espaços culturais e/ou patrimoniais, torna a relação do património com o indivíduo dinâmica, atuante e atrativa, colocando em prática as iniciativas e atividades programadas.

Esta tarefa de programar está na maior parte das vezes ligada a áreas como o marketing.

Se anteriormente os equipamentos culturais ou os espaços patrimoniais pensavam bastar-se a si próprios, atualmente esta ideia já não parte das organizações e entidades, e a programação ocupa nos dias de hoje um lugar primordial na garantia de novos públicos e na fidelização dos que já possui.

A programação prima sobretudo pela originalidade que lhe deve estar intrínseca, pela regularidade e pela capacidade de interação com os diferentes públicos, oferecendo-lhes um conjunto diversificado de atividades. Esta deve ter em consideração a unicidade do património cultural e as suas características especiais enaltecendo-as, evitando que se torne em algo vulgar e demasiado comum. Esta atividade é sem dúvida um investimento positivo e ganhador para o património cultural e para o desenvolvimento social e territorial.⁸⁰

Com efeito, a gestão e programação do PC têm como missão manter um papel ativo e dinâmico que consiga alcançar mais e diversas camadas de coletivos mantendo-os atraídos pois, o papel da sociedade é fundamental para que o património se mantenha em evolução e em “funcionamento”.

Além do papel importante que a gestão e a programação do PC têm na sociedade, também a sociedade tem um contributo não menos relevante na gestão e programação do PC, pois dependem uma da outra para obter os benefícios desejados e que ambas não podem, ou pelo menos não devem ser dissociadas uma da outra.

3. Desenvolvimento regional e local

Desenvolvimento, no sentido nato da palavra pode designar-se pela “passagem de um estado a outro, de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito do que o anterior; progresso, evolução”⁸¹. Isto é, é um processo ativo de avanço, de propagação, de crescimento e de combate de problemas ou dificuldades.

Associado ao património cultural, o desenvolvimento é algo que assume um significado relacionado com o social e económico, sendo que aplicado à área cultural, traduz-se no

⁸⁰ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 80

⁸¹ De acordo com a definição apresentada no dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora. Cf. Infopédia [em linha]. Porto Editora. [consultado em 03/02/2015]. Disponível em <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desenvolvimento>.

crescimento destas duas vertentes. Quer isto dizer que o desenvolvimento é uma consequência que o PC produz.

A valorização e salvaguarda do património são duas das dimensões que produzem este desenvolvimento, seja a nível cultural e social como financeiro, sendo que neste caso específico apresenta-se o desenvolvimento à escala regional e local.

Para que se possa compreender melhor o desenvolvimento regional e local quando associado ao PC e as suas repercussões aos níveis social e económico, é essencial que se abordem estes mesmos conceitos.⁸²

Considerando o desenvolvimento social e cultural como fator de extrema importância no desenvolvimento de um território e das suas gentes, comecemos pela abordagem a este conceito.

Entende-se por social “os problemas relativos à organização e à satisfação das necessidades dos indivíduos em sociedade”⁸³ isto é, é o superar de carências económicas, políticas, culturais e sociais.⁸⁴

O PC enquanto propagador de cultura e identidade contribui para o desenvolvimento da população, ajudando na construção e produção de identidades territoriais, contribuindo incontestavelmente para o crescimento e progressão social e cultural de um território. A valorização dos recursos patrimoniais é também um fator de prosperidade, que nomeia o PC como um aspeto irrefutável do desenvolvimento regional e local.

A economia é a “ciência que estuda a produção, distribuição e consumo de bens e serviços, e a repartição de rendimentos”⁸⁵. Logo, o desenvolvimento económico “é um processo que implica alterações das estruturas económicas e suas variáveis num determinado território e período temporal almejando o crescimento económico das populações”.

O PC aquando da sua salvaguarda, conservação e rentabilização, o que implica um investimento anterior, gera a atratividade do público e por sua vez produz recursos económicos advindos da exploração do seu valor.

Este estímulo para a economia regional e local desencadeia a criação de novos postos de trabalho e a fixação da população⁸⁶, influenciando positivamente o crescimento económico do território e da sua população. O desenvolvimento ao nível da sociedade e da economia fomenta então um desenvolvimento do território.

Em suma, o desenvolvimento regional e local enquanto fatores advindos da valorização e do investimento no PC são a vontade comum de melhorar o quotidiano, solucionando os

⁸² TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 31

⁸³ <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/social>, consultado em 18/06/2015

⁸⁴ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 32

⁸⁵ <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/economia>, consultado em 18/06/2015

⁸⁶ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 136

problemas sociais e económicos, bem como os ambientais que afetam os territórios, utilizando os recursos patrimoniais existentes dependendo de cada território de uma forma responsável e racional para que assim se alcance a prosperidade de uma região/ local, conseguindo sustentabilidade e por sua vez, um futuro melhor para o território e para as comunidades que lá habitam.⁸⁷

⁸⁷ Melo, Alberto (1998). Ditos e Reditos em Torno do Desenvolvimento Local. A REDE. Novembro, pp. 5-8.

Capítulo II - A diáspora dos judeus

I. Os judeus na sua génese e no mundo

“O meu coração está no oriente (Jerusalém), o meu corpo no ocidente (Espanha).”⁸⁸

Quando pensamos na história do povo judaico, essa remete-nos claramente para a sua mobilidade constante e no resultado dessa mobilidade, a dispersão. Porque os judeus estão em toda a parte, mesmo ausentes, estão presentes, isto é a sua diáspora pelos vários países por onde passaram foram tão intensa que em todos deixaram o seu cunho tanto cultural e social como religioso.

Esta mobilidade geográfica que tão bem os caracteriza faz deste povo um dos que mais se moveu por todo o mundo, seja por motivos intelectuais, económicos e políticos, os judeus deslocaram-se inúmeras vezes no tempo e no espaço ao longo de toda a sua existência.

Analisando cronologicamente a sua mobilidade, estes passaram pela Palestina, Egipto, Mesopotâmia na Antiguidade, Espanha, Império Otomano, Europa oriental e países alemães entre a Idade Média e a primeira modernidade, e por fim os países ocidentais, como os Estados Unidos e Israel.⁸⁹

A verdade é que por todo o mundo há judeus e interessa perceber-se onde toda a sua história começou, sendo que primeiro compreender como e quando este povo nasceu serão as questões mais pertinentes.

Abraão, que nascera em Ur, na Caldeia⁹⁰ emigrou com o seu pai, Terah, para Haran, no noroeste da Mesopotâmia, (atual Iraque). Aquando a morte do seu pai, Abraão respondeu ao apelo de Deus que o incitou a abandonar o seu país e a emigrar com a sua esposa e restante família para a terra indicada por ele, Canaã⁹¹.

Abraão terá prometido multiplicar-se e viver nesta terra também chamada de “Terra dos Judeus”.

Muitos historiadores afirmam que o judaísmo ter-se-á formado quando Abraão compreendeu que só existiria um só Deus, que regia todo o mundo. Sendo que, se pode afirmar que o monoteísmo terá sido o principio da fundação do judaísmo.

Este foi o primeiro dos hebreus e o primeiro dos três patriarcas depois de ter introduzido a ideia do monoteísmo. De Abraão resultaram o seu filho e herdeiro espiritual Isaac, pai de Jacob (Israel), e os doze filhos deste que mais tarde se tornam os heróis das doze tribos de Israel.⁹²

⁸⁸ BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992, p. VI

⁸⁹ BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992, p. XII

⁹⁰ Região no sul da Mesopotâmia.

⁹¹ “Terra de Canaã”, a terra prometida por Deus aos israelitas. Atual Estado de Israel.

⁹² BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992, p. 2

Mais tarde, os filhos de Isaac foram escravizados no Egito, tendo como seu líder Moisés⁹³. Após conseguirem fugir do Faraó para o Monte Sinai⁹⁴ onde lhes foi entregue por Deus a Tora⁹⁵ com os dez mandamentos.

É de ressaltar que a saída dos judeus do Egito e o momento em que recebem a Tora são os dois acontecimentos que marcam a fundação da história e do povo judeu.⁹⁶

Depois de 40 anos a vagarem no deserto do Monte de Sinai, as 12 tribos de Israel chegaram à “Terra Prometida” onde eram regidos por Saúl⁹⁷. Apesar de terem levado algum tempo a estabelecerem-se acabaram por se tornar num reino unido.

O seu sucessor David⁹⁸ fez de Jerusalém a sua capital, e a “Terra Santa” considerada a “moradia de Deus na Terra”, tornando o povo de Israel forte e unido, facto que os judeus nunca esqueceram e tentaram recriar.

Salomão⁹⁹ sucessor de David terá construído o Templo por volta de 960 a.C, tornando-se este edifício no foco do culto israelita, onde os judeus adoravam o seu ritual.

Após a queda de Israel, o Reino de Judá manteve-se independente por mais de um século, até 586 a.C. aproximadamente, até à sua conquista pelos babilónios.

A diáspora judaica terá começado a partir desta altura com a conquista de Jerusalém pelo rei Nabucodonosor¹⁰⁰.

Este período foi crítico para o povo judaico pois, o seu templo foi destruído e tornaram-se exilados na Babilónia. Ainda assim, há registos nos seus salmos de que apesar de amargurados preservaram sempre a sua identidade e costumes e aqui formaram a sua comunidade.

A fidelidade judaica foi recompensada após décadas de cativeiro, quando Ciro¹⁰¹ que havia conquistado a Babilónia permitiu que os judeus voltassem para Jerusalém. Os que retornaram reconstruíram o Templo, por volta de 520 a.C, que ficou conhecido na história como o segundo Templo, que sobreviveu por mais seis séculos.

Os judeus tendo sido governados por persas, gregos e sírios praticamente nunca viveram em total soberania, havendo registos que a altura em que os judeus puderam viver livremente terá sido no período dos Macabeus, no século I e II a.C, sendo este o último período de liberdade por mais de 2000 anos.

A maior crise do judaísmo deu-se no ano de 60 d.C, quando os judeus na Palestina se revelaram contra os romanos, marcando este acontecimento o fim da independência judaica.

⁹³ Líder religioso, legislador e profeta, a quem a autoria da Torá é tradicionalmente atribuída. É o profeta mais importante do judaísmo.

⁹⁴ Península montanhosa e desértica do Egito.

⁹⁵ Nome dado ao primeiro dos cinco livros da Bíblia Hebraica. Significa leis e representa o código mosaico.

⁹⁶ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 296

⁹⁷ Primeiro rei de Israel.

⁹⁸ Segundo rei de Israel sendo descrito como o mais adorado.

⁹⁹ Terceiro rei de Israel.

¹⁰⁰ Rei da babilónia.

¹⁰¹ Governante persa.

No ano de 70 d.C., os romanos teriam destruído Jerusalém, o que fez com que os judeus tivessem de abandonar esta terra, acabando por se espalhar pelo Império Romano chegando até à Península Ibérica.¹⁰² Formaram-se assim várias comunidades, as que se estabeleceram nos países de Leste Europeu ficaram conhecidas como asquenazes (netos de Noé) e as comunidades da Península Ibérica (Espanha e Portugal) como sefarditas.

O seu sistema legal judaico, moral e religioso que consistia na crença num único Deus e num conjunto de costumes e tradições muito próprios, distinguia-os dos restantes povos e religiões e foi talvez esta diferença que fez com que tivessem de viver em constante diáspora devido à repressão e opressão a que eram submetidos. Sendo que, os episódios de asilo e expulsão que acompanharam a origem deste povo serão os que antecedem muitos outros durante a sua propagação pelo mundo, e o que nos permitem afirmar que o povo judaico foi sempre um povo sacrificado.

Após os primeiros séculos d.C, a dispersão judaica alcançou a Arábia a sul, a Arménia e a Pérsia a leste e o oceano Atlântico a oeste. Seguiram também até ao norte da Europa, onde formaram várias comunidades.

E foi na época pós-carolíngia¹⁰³, que surgiram os primeiros vestígios de presença judaica na Europa. As famílias de judeus abandonaram primeiramente a Europa de sul, Itália, e estabeleceram-se entre a bacia parisiense para fundar comunidades, nesta altura ainda muito estreitas e no início da sua atividade, estabelecendo-se assim o que veio a denominar-se judaísmo “asquenaze”¹⁰⁴.

Nos anos seguintes, com especial alusão ao ano mil, o crescimento da população judaica foi fugaz, verificando-se um crescente número de judeus na maioria dos países, principalmente nos países alemães.

Antes de se avançar, é importante referir que aquando da queda do Império Romano e do triunfo do Cristianismo no século IV, a situação social e política dos judeus foi alterada. A Igreja passou a imperar e os governadores bizantinos¹⁰⁵ estabeleceram leis antijudaicas que visavam humilhar e isolar os judeus do resto da sociedade.

Já no fim do século XII, começaram a surgir termos como antisemitismo, e o ódio aos judeus começa a interiorizar-se. Até ao fim da Idade Média o pensamento de que o judeu impuro poderia contaminar a comunidade e pôr em perigo as suas mulheres, os seus filhos, os seus bens, e a sua religião, estava presente. Os judeus eram acusados de se dedicarem a práticas abomináveis, de envenenar os poços, afogar e devorar ritualmente as crianças, profanar a eucaristia, conspirar com os inimigos da cristandade, entre outros atos fantasiosos. Surge então

¹⁰² MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 223

¹⁰³ Século VIII, ano 751.

¹⁰⁴ Judeu originário da Europa Central e Oriental.

¹⁰⁵ Governadores do Império Bizantino que sucedeu ao Império Romano.

a exclusão e o massacre como medidas de salvação pública. Estes acontecimentos definem, a partir do fim do século XII, o antissemitismo medieval assente no repúdio aos judeus.

Dali em diante os judeus sofreram diversas discriminações, entre ataques, perseguições e expulsões e eram obrigados a usar trajes e insígnias especiais que os distinguiam do resto da população.

Ainda antes do século XII, o judeu era visto como um antigo representante de uma religião vencida pelo cristianismo. E esta tensão concorrencial veio provocar ciclicamente, na vida social dos judeus, motins que por vezes se transformaram em massacres.¹⁰⁶

Por volta do ano 1300, os judeus foram expulsos primeiro pela Inglaterra, seguidamente pela Europa nordeste, e mais tarde pela Europa Central. Sendo que, o período que se sucedeu foi assinalado por várias perdas de bens, autos de fé e encarceramentos coletivos.¹⁰⁷

Toda esta situação em torno da sua vida fez dos judeus seres que confinados nos seus guetos se tornaram bastante introspetivos e imersos na sua própria cultura.

Este povo foi sempre um grupo onde as tensões e os ódios mais se destacaram, o que fez dele um povo confinado no seu gueto, tornando-se bastante introspetivo e imerso na sua própria cultura. Talvez derivado a este facto, viram na emigração um escape o que fez deste povo um dos que mais emigrou por todo o mundo.

Ainda assim, existiram momentos na história que se tornaram exceções, como é o caso da época do Renascimento Italiano¹⁰⁸, no qual os judeus prestaram contribuições na ciência, literatura, filosofia, música e dança.

Porém, de um modo geral as perseguições continuaram.

Ainda que tenham sido um dos povos que mais sofreu ao longo da história, a sua fé no judaísmo assenta numa base de otimismo, o que fazia com que não cressem no pecado capital. Principalmente depois de serem exilados, os judeus acreditaram ainda mais piamente no Deus que os viria salvar.

Uma das fases mais difíceis que marcou o povo judaico e que o obrigou mais uma vez a emigrar foi a expulsão dos judeus de Espanha em 1492, seguida das conversões forçadas em 1497.

Esta fase deu seguimento a uma das grandes vagas no século XV que se prolongou até meados do século XVIII levando judeus a vários cantos do planeta como Norte de África, Turquia, Itália, França, Holanda, Alemanha, Inglaterra e Pernambuco no Brasil.¹⁰⁹

Esta vaga acompanhou a Revolução Americana¹¹⁰ e a Revolução Francesa¹¹¹ que puseram fim à inferioridade dos judeus perante o resto da população, tornando-os cidadãos “normais”.

¹⁰⁶ BERNAVI, Elvi, História Universal dos Judeus, Da gênese ao fim do século XX, Contexto Editora, 1992, p. 106

¹⁰⁷ BERNAVI, Elvi, História Universal dos Judeus, Da gênese ao fim do século XX, Contexto Editora, 1992, p. 110

¹⁰⁸ Séculos XIV e XVI.

¹⁰⁹ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 71, 72, 73, 75, 78, 80 e 83

¹¹⁰ Ano de 1776.

¹¹¹ Ano de 1789.

Este período foi também marcado pelo denominado judaísmo reformista, iniciado na Alemanha que seria uma nova forma de judaísmo que veio reformular o judaísmo tradicional, através de novas ideias e práticas mais atuais.

Este novo conceito fez com que se criasse o judaísmo ortodoxo que viria a ser o mesmo que o judaísmo tradicional mas que o distinguiu do reformista.

Ainda nesta altura, surgiu a diáspora hispano-portuguesa de judeus conversos cujos intervenientes seriam judeus, vítimas das conversões em massa que influenciaram negativamente a existência do judaísmo em Portugal e em Espanha, criando um grupo sem identidade religiosa definida. Muitos destes judeus conversos que saíram da Península Ibérica puderam regressar à sua religião original, integrando os centros sefarditas existentes e fundando as suas comunidades. Já outros, por conveniência ou por convicção, preferiram manter-se no cristianismo, sendo que alguns mantinham uma dualidade religiosa.¹¹²

Ainda que tenham emigrado para locais longínquos como o Leste e o Ocidente, continuaram sempre a considerar-se membros da “nação” judaica-espanhola-portuguesa.

Estes judeus adotaram o “ladino” que se tornaria na língua oficial destes emigrados sefarditas nos países muçulmanos, enquanto o português se tornaria numa língua franca das comunidades sefarditas ocidentais.

2. Os judeus em Portugal e em Trás-os-Montes

Será difícil, se não impossível, abrir a história de Portugal, seja ela civil, política, religiosa ou científica, sem tropeçarmos em cada página com algum eco relativo ao judaísmo.¹¹³

No entanto, é impossível definir uma data concreta para a presença deste povo por terras lusas pois estima-se que ainda antes da formação do reino de Portugal já existiria presença judaica.

Com certezas, pode-se afirmar que foi uma presença favorável pois permitiu o desenvolvimento das comunidades judaicas e a conservação do judaísmo enquanto religião e cultura. De um modo geral, a sua passagem por terras lusas foi positiva e apesar de algumas dificuldades puderam usufruir de momentos de paz e plenitude.

No período que compreende a Idade Média¹¹⁴ este povo pôde misturar-se com o resto da população e sendo a comunidade judaica em Portugal de pequenas dimensões, esteve sempre bem integrada na sociedade portuguesa.

Os primeiros monarcas portugueses proporcionaram-lhes uma vida extremamente independente¹¹⁵ como foi o caso de D. Afonso Henriques (1143-1185). Após a reconquista de

¹¹² MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 192

¹¹³ AMILCAR, Paulo, Os judeus secretos em Portugal, Editorial Labirinto, 1985, p. 9

¹¹⁴ Séculos V e XV.

Lisboa aos muçulmanos em 1147, o clima entre cristãos e judeus ficou mais tolerante e, desde então os monarcas constituíram sempre o fiel da balança entre as pressões clericais antijudaicas, com reflexos na crescente inimizade popular contra o hebreu e a predominância económica e social dos judeus no período medieval português. As elites lusas daquela época defendiam ideias filo-semitas e as correntes mais tradicionalistas assentavam num anti judaísmo bastante difuso, que não era suficientemente sólido para desencadear conflitos entre judeus e cristãos.¹¹⁶

Nesta época os judeus colaboravam no povoamento do território conquistado, registando-se uma aumento significativo da população hebraica que se reunia em torno das sinagogas.

Os primeiros registos de queixas por parte dos bispos surgiram mais tarde no reinado de D. Sancho I (1185-1211)¹¹⁷, devido à proteção que o rei exercia sobre os judeus. E foi a partir desta altura, que a paz vivida pelos judeus terá começado a mudar.

A criação das Ordenações Afonsinas veio ditar algumas leis em relação à expressa liberdade dos judeus, privando as relações ovençais reais de judeus com cristãos, proibindo o desempenho de cargos públicos que rivalizassem com a religião maioritária e impedindo os hebreus de possuírem criados cristãos.

Em 1215, o IV Concílio de Latrão iria fortificar o que seria o início de uma “campanha” anti judaica, determinando a distinção dos judeus pelo traje entre a população cristã.

No entanto, D. Afonso II (1211-1223) não terá respeitado as pretensões do Papa Inocêncio III na sua aplicação e não obrigou os judeus ao uso do traje que os diferenciaria.

Durante todo o reinado português é de salientar que a proteção dos reis aos judeus assentava meramente em bases de interesse, isto é os reis apenas apoiavam os judeus para seu próprio benefício que no geral incluía proveitos políticos e económicos.

Como uma das características que tão bem os define, os judeus possuem uma aptidão notável para diversas áreas de trabalho e nesta altura eram conhecidos como ótimos trabalhadores a desempenharem cargos na administração pública e por essa razão eram muitas vezes nomeados a exercer esta área profissional. Este facto, que os levava a poderem ser nomeados para altos cargos administrativos não era bem visto aos olhos do clero e da nobreza e estes por inveja ou receio de serem ultrapassados pelos judeus, pressionavam o rei para acabar com estas “regalias”, ainda que estes pedidos na maioria das vezes não fossem atendidos.¹¹⁸

Pode-se dizer que nesta altura os judeus não teriam motivos de descontentamento. Viviam em comunas disseminadas por todo o reino e o rei referia-se a eles como “os meus judeus”, concedendo-lhes a livre prática religiosa, a edificação de sinagogas, a eleição de

¹¹⁵ KAYSERLING, Meyer, *História dos Judeus em Portugal*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, Brasil, 1971, p. IX

¹¹⁶ NUNES, João Paulo Avelãs, “Darwinismo social e anti semitismo: o caso português”, *Cultura, Espaço & Memória*, nº 5, 2014, p. 117-132

¹¹⁷ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 13

¹¹⁸ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 15

magistrados próprios, o lançamento de tributos e a aplicação do direito hebraico nas suas comunidades.

Durante o reinado de D. Dinis (1279-1325), foi até consentido a coabitação de judeus com cristãos apesar de o rei prometer à Igreja que os obrigaria a viver separados em judiarias.

Neste tempo já existia a sinagoga de Évora e a sinagoga da judiaria velha de Lisboa, o que lhes permitia praticar a sua fé e dar continuidade à sua religião.

D. Dinis, também terá obrigado os judeus a comprarem terras em Bragança para desenvolverem as suas capacidades na agricultura. Apesar da forte aptidão dos judeus para profissões liberais, em Portugal nomeadamente no norte tiveram de investir na agricultura, sendo este um dos principais modos de sobrevivência. Podemos também considerar que o cultivo das terras terá sido uma solução encontrada pelo rei para afastar os judeus dos ofícios dos cristãos, como comércio e os cargos administrativos que já estariam “ocupados”, evitando assim possíveis inimizades.

Mais tarde com o reinado de D. Pedro I (1357-1367) instalou-se em Portugal uma política ainda mais tolerante, onde eram concedidos privilégios ao Rabi-Mor.

No entanto, as sucessivas queixas por parte das Cortes de Elvas de 1361 acabaram por influenciar o rei, e este terá ordenado o afastamento do convívio dos judeus com os cristãos, impondo a criação de bairros próprios aos grupos de dez ou mais judeus e o seu recolher obrigatório depois do pôr-do-sol.

Os judeus puderam voltar a ocupar cargos públicos com D. Fernando (1345-1383)¹¹⁹ que foi considerado o rei que mais protegeu a população hebraica e lhes permitiu reconquistar o prestígio económico que foram perdendo ao serem afastados destas áreas.

Portugal estaria ocupado de norte a sul por comunas judaicas e entre 1279 e 1383, os judeus terão ocupado o território de Bragança, Rio Livre, Chaves, Guimarães, Mogadouro, Porto, Castelo Rodrigo, Trancoso, Viseu, Guarda, Sabugal, Coimbra, Monforte, Leiria, Torres Novas, Atouguia, Portalegre, Santarém, Elvas, Estremoz, Olivença, Lisboa, Setúbal, Évora, Santiago do Cacém, Beja, Serpa, Silves, Loulé, Faro e Tavira.

Enquanto o ambiente em Portugal era de tranquilidade, na vizinha Espanha assinalavam-se as conversões forçadas dos judeus em Espanha (os marranos “porcos” em castelhano), que marcavam o ano de 1391 como uma data trágica para o judaísmo.

Da Andaluzia às cidades catalãs e a Maiorca, os bairros judeus foram invadidos por assaltantes que semearam a mortandade entre os judeus de Castela e Aragão. Esta sangria antecipou a formação de uma população de cristãos-novos, superior em número à que se reunia nas próprias comunidades judaicas.¹²⁰

¹¹⁹ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 17

¹²⁰ BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992, p. 114

A grande viragem da situação dos judeus portugueses deu-se com D. Duarte (1433-1438),¹²¹ pois tal como acontecera em Castela e Aragão, o ódio aos judeus começou a surgir em maior escala entre a população cristã portuguesa, e o desenvolvimento bastante evolutivo da presença judaica em Portugal começava a ficar comprometido pelo Édito de Expulsão e a introdução da Inquisição.

Iniciava-se assim a diáspora hispano-portuguesa, consequência das perseguições espanholas que trouxe a Portugal um grande número de judeus.

Autorizados por D. João II (1481-1495) estes instalaram-se por todo o país, mas principalmente nas zonas fronteiriças transmontanas, particularmente na cidade de Bragança onde entraram cerca de 3.000 judeus.

Primeiramente, o povo judaico não foi bem recebido pelos portugueses, o que causou algumas alterações nos comportamentos sociais da população. Estes judeus tal como todo o povo hebraico no geral, seriam bem conotados intelectualmente e estariam maioritariamente ligados às finanças e ao comércio internacional, o que voltaria a provocar um descontentamento por parte dos mercadores cristãos, com receio da concorrência.

Na realidade, o receio dos cristãos teria o seu fundamento pois os hebreus acabaram mesmo por conseguir adquirir maior poder económico,¹²² o que fez deles uma ameaça.

Este acontecimento despoletou atitudes antissemitas, xenófobas e um período de inquietação entre a população cristã e judaica.

No final do século XV, assistiu-se em Portugal a várias delações por parte dos cristãos aos judeus, onde se registaram denúncias de práticas de judaísmo e graves difamações.

Estas tensões sociais aumentariam no século XVI, assistindo-se a uma verdadeira luta de classes e de interesses que veio prejudicar o desenvolvimento do país sobretudo na agricultura e nos negócios.¹²³

Em 1492, o Édito de expulsão espanhol trouxe ainda mais judeus a Portugal, aumentando significativamente a população hebraica em terras lusitanas, sendo que segundo os registos de Francisco Manuel Alves seriam ao todo 40.000 judeus.¹²⁴

O período anti judaico que se vivia em Espanha não era comparável com a harmonia estabelecida em Portugal. E pode-se considerar como explicação, o facto de os judeus representarem uma inestimável força útil e produtiva que os colocava numa posição bastante influente para o bom funcionamento do reino português tanto a nível social como económico, tornando-os essenciais para a sociedade portuguesa e permitindo uma relação tolerável entre eles e os cristãos, e até em alguns momentos favorável.

¹²¹ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 19

¹²² BRANCO, Ilda Amália Fernandes, Mirandela Setecentista, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor, Porto, 2009, p. 233-234

¹²³ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 19

¹²⁴ BRANCO, Ilda Amália Fernandes, Mirandela Setecentista, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor, Porto, 2009, p. 232

No geral, esta tradição da tolerância portuguesa sobreviveu a todas as investidas e tentações antijudaicas e os judeus puderam manter-se em clima aceitável até à criminosa emergência das perseguições inquisitoriais.

Em 1469 com D. Manuel I (1469-1521) no poder, Portugal viveu uma política descrita como um “religiocídio” ou “etnocídio”, pois pretendia abolir a identidade sociocultural dos judeus, deixando-os fisicamente sem vida.¹²⁵

O decreto para a expulsão dos judeus em 1496 não passou de uma forma de os obrigar a renunciar ao judaísmo e torná-los cristãos, impondo-lhes o batismo forçado.¹²⁶

Este batismo que consistia na conversão dos judeus ao cristianismo, obrigando-os à abolição da sua religião, deu lugar à denominação de “cristãos-novos” que apesar de agora serem assumidos como cristãos continuavam judeus no coração.

Ainda que D. Manuel soubesse que, mesmo convertidos não abandonariam a sua fé, o facto da expansão marítima estar no seu início e os trabalhos dos judeus serem imprescindíveis para este novo período da história, proibiu a inquirição da fé aos judeus acabando mesmo por consentir o criptojudaísmo.

Este criptojudaísmo consentido ajudou na preservação do culto judaico secreto dos cristãos-novos portugueses até meados de 1500 o que explica, em grande parte a sobrevivência deste fenómeno em Portugal até ao século XX.

No entanto, a realidade era que os cristãos-novos aos olhos dos cristãos-velhos seriam para sempre judeus¹²⁷ e apesar da boa fase que o judaísmo atravessava, a pressão principalmente das ordens religiosas era perseverante. Esta constante insistência em reprimir e afastar o povo judaico veio eclodir num dos episódios mais sangrentos e hediondos contra judeus em Portugal, o conhecido massacre de Lisboa de 1506.

Este cruel episódio veio alterar a situação apaziguante matando grande parte do povo judaico.

D. Manuel I, não concordando com esta chacina ainda decretou a igualdade entre cristãos-novos e cristãos-velhos, mas esta lei só viria a ser efetivamente posta em prática em 1773 pelo Marquês de Pombal.

O massacre de 1506 antecedeu uma viragem social e “apagou” todas as práticas tolerantes dos primeiros monarcas até finais do século XV, apoiado no pensamento que estaria intrínseco entre os cristãos de que o judaísmo era “a fé que não salva, a fé que oprime e mata”, contribuindo assim para a decadência do povo peninsular.¹²⁸

Com o massacre e as conversões maioritariamente forçadas muitos judeus para se protegerem e poderem continuar a praticar a sua religião, fugiram para os países estrangeiros e

¹²⁵ CARSTEN, L Wilke, *História dos judeus portugueses*, Edições 70, Lugar da História, 2009, p. 71

¹²⁶ AMILCAR, Paulo, *Os judeus secretos em Portugal*, Editorial Labirinto, 1985, p. 33

¹²⁷ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 34

¹²⁸ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 69

outros para as montanhas portuguesas, principalmente para locais recônditos que estariam próximos da zona fronteiriça, caso tivessem de fugir para outros países. Para além, disso seria mais difícil de serem descobertos em zonas rurais e menos movimentadas do que nos grandes centros do litoral.

Em 1536, estabelece-se a Inquisição nas cidades de Lisboa, Coimbra, Porto, Évora e Lamego¹²⁹ tendo como principal objetivo, defender a fé cristã e aniquilar todos os que a ela fossem contrários, iniciando-se assim uma perseguição intensa aos judeus.¹³⁰

O ódio outrora adormecido renasceria com esta nova fase e os judeus estavam sob inúmeras denúncias que os tornavam num grupo social enfraquecido.¹³¹

O fanatismo antijudaico aumentava a largos passos, registaram-se vários casos de violência e as prisões estavam cada vez mais cheias.¹³²

No reinado seguinte com D. Sebastião (1557-1578), foi dada aos judeus a hipótese de fugirem para o estrangeiro em troca de uma avultada quantia de dinheiro que seria na altura para combater os mouros¹³³. Ora, só os judeus com mais possibilidades financeiras puderam aproveitar este ato oportunista do rei, sendo que aos judeus de classe média e baixa não lhes restou nenhuma alternativa a não ser tentarem a sua fuga dentro do próprio país.

Ao longo da história portuguesa, a presença judaica teve diferentes períodos de afluxo migratório dentro e fora de Portugal, sendo que estes podem ser resumidos em três pela sua relevância histórica, tanto judaica como portuguesa: as conversões em 1496, o massacre de 1506 e a introdução da Inquisição em 1536. Estes dois últimos acontecimentos foram os que mais aumentaram as vagas migratórias para o interior norte.

Como já havia acontecido anteriormente com as expulsões dos judeus de Espanha e as conversões forçadas por D. Manuel I, os judeus que teriam menos posses e que não puderam seguir para o estrangeiro, procuraram as montanhas e as terras de mais difícil acesso para se esconderem das perseguições por parte dos cristãos.¹³⁴

Já antes dos judeus portugueses se instalarem em Trás-os-Montes, os judeus oriundos de Espanha procuraram esta zona do país para fugirem à opressão que se vivia em Espanha após o concílio de Zamora em 1313, onde se estabeleceram medidas penalizadoras contra os judeus.

Estes procuraram entrar pelas localidades mais próximas que estariam a norte do rio Douro, como é o caso de Bragança, Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta e Mogadouro.

Os monarcas receberam-nos bastante bem, deixaram-nos estabelecer-se confortavelmente e até lhes concederam privilégios. Posteriormente, à expulsão de todos os

¹²⁹ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 52

¹³⁰ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 38

¹³¹ BRANCO, Ilda Amália Fernandes, Mirandela Setecentista, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor, Porto, 2009, p. 234

¹³² MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 50

¹³³ Batalha de Alcácer-Quibir, 1578.

¹³⁴ BRANCO, Ilda Amália Fernandes, Mirandela Setecentista, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor, Porto, 2009, p. 237

judeus em 1496 com os Reis Católicos, as comunidades judaicas aumentaram significativamente em terras transmontanas.

Em forma de análise, parece que a consecutiva procura por estas localidades em diversas fases da história, estará relacionada também com o facto de saberem que naqueles locais já estariam outros judeus, o que lhes transmitiria alguma segurança e uma mais facilitada adaptação.

Em Trás-os-Montes, puderam constituir-se em comunidades consistentes e viver em harmonia com o resto da população, os cristãos-velhos. Declaram-se obrigatoriamente ao cristianismo e frequentavam a Igreja, onde assistiam à missa para despistar qualquer tipo de desconfianças mas na privacidade do seu lar, rezavam ao Adonai¹³⁵, acendiam as candeias de azeite, entre outros costumes hebraicos e mantinham assim um comportamento duplo.¹³⁶

A maior parte dos cristãos-novos dedicava-se sobretudo ao comércio, arte que dominavam na perfeição, sendo extremamente produtivos em tudo o que faziam, facto que desagradava aos cristãos-velhos. Raramente optavam pela agricultura, ao contrário do resto da população transmontana que tinha na terra a sua forma de sustento.

Além do comércio, a maioria dos judeus instalados no distrito de Bragança eram abades, alfaiates, almocreves, bacharéis, advogados, escultores, estudantes, ferreiros, médicos, juizes, latoeiros, ourives, pastores, lavradores,¹³⁷ negociantes, fabricantes de seda e curtidores de peles.

Havendo também em número mais pequeno, judeus sapateiros, cardadores de peles, lavradores, pastores, entre outros.¹³⁸

Em relação ao papel preponderante no desenvolvimento económico da região de Trás-os-Montes, nomeadamente do distrito de Bragança não restam dúvidas pois o seu empreendedorismo e o seu espírito inovador permitiram o aumento da economia da região ajudando ao seu desenvolvimento.

Ainda que, tornando-se imprescindíveis em cada lugar que pisaram, havia sempre um certo preconceito em relação a este povo. Sendo a região transmontana uma parte do país mais isolada e menos desenvolvida, facto que ainda se mantém nos dias de hoje, as pessoas que lá moravam principalmente naquela época não lidariam bem com o desconhecido e com o diferente.

O povo hebraico além de ter hábitos e costumes distintos e que ninguém conhecia, rezavam a um Deus que não era o mesmo que o deles e em pleno Portugal totalmente regido pelo Cristianismo e bastante apoiado nos dogmas da Igreja, isto seria algo inaceitável.

¹³⁵ Nome dado pelos judeus ao seu Deus.

¹³⁶ BRANCO, Ilda Amália Fernandes, *Mirandela Setecentista*, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor, Porto, 2009, p. 237 e 238

¹³⁷ BRANCO, Ilda Amália Fernandes, *Mirandela Setecentista*, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor, Porto, 2009, p. 234 e 235

¹³⁸ ALVES, Francisco Manuel, *Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança*, Tomo V, *Os judeus*, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. CI

Por estes motivos e muitos outros já inumerados, os cristãos-novos seriam sempre judeus e mesmo sem opressões e violência, de alguma forma ou de outra os cristãos-velhos mantinham-se desconfiados em relação aos novos povoadores.

A permanência dos judeus formou opiniões e um conjunto de ideias relacionadas com os judeus, seja com a sua personalidade, seja com a sua cor de cabelo ou tom de pele. E ao longo da história vários autores e investigadores puderam apurar algumas das suas características mais peculiares que faziam com que o resto das pessoas os pudesse distinguir.

Não obstante, de já se ter concluído que a fisionomia ou a personalidade de um judeu é totalmente relativa e que varia consoante o local onde ele se encontra, existem algumas que qualificam e representam o judeu na sua plenitude e que generalizam este povo num conjunto de especificidades.

Estas características tal como as opiniões dos vários autores também divergem, pois só em Bragança existiram judeus bastante distintos. Segundo Mário Saa os judeus em Trás-os-Montes, no geral seriam morenos, com cabelos pretos, no entanto na cidade de Bragança podiam encontrar-se judias ruivas e de cabelo grifo.

Moralmente seriam radicais, mestres em conspirações, teimosos, astutos, vaidosos, vingativos e intolerantes. Saa defendia a ideia de que seria tarefa fácil distinguir um judeu de um não judeu através das suas peculiares características.¹³⁹

Para Topinard¹⁴⁰, os judeus teriam a “testa direita, sobancelhas grossas e espessas, olhos grandes em forma de amêndoa, nariz aquilino, boca larga e lábios grossos, cabelos e barbas abundantes, de cor negra e muitas vezes vermelha.”

Moralmente seriam ambiciosos, com uma especial aptidão para o comércio, cosmopolitas e transmitiam a ideia de se acharem exclusivos pois, diziam que apenas a Igreja judaica traria a salvação.

A longa permanência dos judeus em Trás-os-Montes durante vários séculos permitiu-lhes construir as suas próprias casas que nos foram legadas e que podem ainda ser vistas nos dias de hoje e todo um conjunto de práticas e rituais judaicos que influenciaram de tal modo a região e a suas gentes, que ainda hoje se registam em diversas localidades do nordeste transmontano alguns hábitos e tradições que perduraram.

De certo modo, ao longo dos séculos o judaísmo pôde misturar-se com a cultura portuguesa e a religião cristã, acabando por formar uma miscelânea de costumes que se adaptaram e tradições que se partilharam. Esta quase liberdade cultural e religiosa apenas foi permitida devido ao facto, destas localidades estarem mais afastadas dos grandes centros onde a

¹³⁹ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. CIII

¹⁴⁰ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. CIII

Inquisição era mais ativa pois, em Trás-os-Montes os judeus puderam exprimir-se enquanto cidadãos, adotando até uma posição social nas localidades onde moravam.

Apesar de sempre vistos como “judeus” e pessoas com uma religião diferente da cristã, puderam investir nos seus negócios chegando a constituir um parte crucial na economia das localidades onde moravam, graças à sua especial aptidão para o comércio.

Porém e independentemente de, em algumas fases da história a Inquisição se ter mostrado menos ativa e de ter havido momentos de maior tranquilidade, os judeus estiveram sempre de baixo de fogo¹⁴¹ e no século XVI há registo de 630 famílias do distrito de Bragança que foram julgadas pela Inquisição de Coimbra.

Esta liberdade inconstante fez com que estes cristãos-novos nunca se expusessem demais e mantivessem a sua religião escondida dos olhares dos cristãos e do resto do mundo.

No último quartel do século XVIII, com a determinação de Marquês de Pombal, as condições de hostilidade antijudaica começaram a alterar-se em Portugal.¹⁴²

O “Século das Luzes” veio ajudar nesta viragem e trouxe consigo políticas tolerantes e favoráveis aos judeus.

O ciclo legislador pombalino que pôs fim às perseguições por parte da Inquisição aos judeus terminou em 1777 e a entrada em vigor do último Regimento, pouco ou nada alterou a situação do Tribunal do Santo Ofício.¹⁴³

A persistência da raça semítica e a crença na religião resultou sobretudo na permanência das tradições judaicas. Apesar de, algumas terem sido alteradas e outras completamente extintas, os judeus mantiveram-nas sempre presentes no seu quotidiano.

As alterações de alguns costumes e a extinção de outros, advindas do receio de serem descobertos por parte dos cristãos-velhos e para evitar a ação da Inquisição¹⁴⁴, resultaram na extinção de práticas desde sempre bastante importantes, como a circuncisão. Já as práticas mais diárias como os jejuns e as rezas continuaram constantes.¹⁴⁵

O Santo Ofício apesar de implacável acabou por se disseminar e em 1821, decretado pelas Cortes Constituintes foi extinta por completo.¹⁴⁶

O que constitui um sinal claro da sua derrota perante a ação diplomática dos cristãos-novos pois a repressão religiosa não foi perfeita e os processos revelam inúmeros casos de persistência judaica até meados do século XVII, que estaria cada vez mais desviada dos seus preceitos regulares.¹⁴⁷

¹⁴¹ BRANCO, Ilda Amália Fernandes, *Mirandela Setecentista*, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor, Porto, 2009, p. 234

¹⁴² MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 85

¹⁴³ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 105

¹⁴⁴ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 67

¹⁴⁵ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 66

¹⁴⁶ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 113

¹⁴⁷ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 65

Este período poderá ser marcado pelo início da reconciliação de Portugal com os judeus pois, a partir desta altura algumas das comunidades que teriam emigrado começam a reemergir.

A primeira comunidade judaica a estabelecer-se foi a de Lisboa, com a sinagoga Shaaré Tikvá entre os finais do século XVIII e o início do século XIX.¹⁴⁸ Também nas ilhas atlânticas e em Faro surgiram sinagogas que vieram asseverar o verdadeiro ressurgimento das comunidades judaicas em Portugal.¹⁴⁹

A sinagoga viria a ser o primeiro templo não católico classificado pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1997 como Imóvel de Interesse Público.¹⁵⁰

Instaurada a República a 5 de outubro de 1910 e adotada a nova Constituição em 1911, Portugal transbordava prosperidade e recebia pela primeira vez a liberdade de todas as crenças.¹⁵¹

A legalização da Comunidade Israelita de Lisboa, em 1912 proporcionou o início de uma fase extraordinária de atividade, fulgor, organização e capacidade de iniciativas singulares, aos judeus, até aos anos 30 em que a ascensão de Hitler vai abrir um novo período.¹⁵²

A entrada de muitos refugiados nesta altura até ao final da Segunda Guerra abriria uma nova fase de grande atividade dos judeus de Lisboa. A partir de 1933, com a chegada de imigrantes de leste, sobretudo alemães e polacos a comunidade viu-se na necessidade de criar nesse mesmo ano, um organismo de apoio a judeus imigrados e em fuga.

Criou-se então a COMASSIS, que ajudou cerca de 40.000 judeus refugiados, sendo extinta mais tarde em 1941.¹⁵³

Os judeus portugueses podiam agora assumir-se e regressar às suas raízes judaicas e às práticas religiosas sem qualquer tipo de opressão e voltá-lo a ser na íntegra sem qualquer tipo de receio. E certamente, que os judeus do litoral centro e sul o fizeram pois teriam suportes para isso como as comunidades e as sinagogas. Contudo, para os judeus esquecidos do norte do país a realidade não foi bem esta, e os cristãos-novos e os seus descendentes sobreviventes à Inquisição e às perseguições, não partilharam desta liberdade religiosa e continuaram a viver no sincretismo e na dualidade religiosa a que estavam habituados. Não sabendo viver de outra forma senão na sombra de si mesmos, estavam demasiado normalizados com a sua vida dupla e talvez por este motivo e por recearem o que podia vir, mantiveram-se marranos¹⁵⁴.

Estes marranos são o povo que se pensava ter desaparecido de Portugal, quando foram obrigados a sair do país que também era deles, e que permaneceram em pleno século XX entre

¹⁴⁸ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 114

¹⁴⁹ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 127

¹⁵⁰ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 131

¹⁵¹ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 133

¹⁵² MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 134

¹⁵³ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 135

¹⁵⁴ Citando Anita Novinsky “escrever uma história dos judeus implica escrever uma história dos marranos”, e quem estuda o judaísmo e os seus intervenientes obrigatoriamente estuda os marranos, judeus da Península Ibérica que foram obrigados ao batismo cristão, ficando porém, no seu íntimo, fiéis à sua antiga religião.

de trás os montes, na região transmontana e da Beira Baixa, clandestinos e ainda com medo de se afirmar devido às perseguições por parte dos cristãos. Sobreviveram a todas as adversidades e fizeram questão sempre de conservar a pureza da sua raça e da sua alma judia mesmo com todas as vicissitudes de mais de quatro séculos de cristianismo oficial e de três horríveis séculos de Inquisição.¹⁵⁵ Foi através do sincretismo e da dualidade religiosa que tanto os caracterizava, que o marranismo português resistiu.¹⁵⁶

Este fenómeno foi revelado ao mundo, no século XX quando Samuel Schwarz um judeu asquenaze, numa visita a Portugal descobriu a comunidade judaica de Belmonte¹⁵⁷ e o fenómeno criptojudáico, que veio provar que nada foi suficiente para destronar a fé dos judeus.

Para Schwarz, “o que mais impressiona, quando se quer estudar a vida destes judeus, é o grande segredo de que continuam a rodear, (...) as suas cerimónias e práticas de religião judaica, tal como nos velhos tempos da Inquisição, (...)”¹⁵⁸ Estas comunidades apesar de desconhecerem alguns conceitos básicos da cultura e dos costumes judaicos como a distinção entre carnes permitidas e proibidas, as muitas festas judaicas, de já não praticarem a circuncisão, de não saberem que o judaísmo se celebrava em hebraico, da existência de outros judeus e de, ao contrário do judaísmo ortodoxo, eram as mulheres criptojudáicas que guardavam as tradições e transmitiam a cultura marrana de geração em geração, ainda continuavam a celebrar as principais festividades judaicas como o Sabat¹⁵⁹, o Kipur, a Páscoa, a confeccionar o pão ázimo¹⁶⁰, a colocar numa panela de barro a candeia especial¹⁶¹, a fazer os jejuns de segunda a quinta-feira, as cerimónias de casamento, de enterro, de luto, as regras de alimentação e as orações judaicas.

Esta descoberta surpreendente dos cripto judeus por Samuel Schwarz e conseqüentemente o seu resgate para a vida judaica por Barros Basto constituíram um período próspero para estas comunidades que até a esta altura viviam escondidas do mundo. Vários marranos puderam ser formalmente admitidos no judaísmo e voltar às doutrinas e ritos dos seus antepassados judeus.

O regresso voluntário ao judaísmo por parte dos marranos espalhou-se por Portugal e pelos vários centros marranos.¹⁶²

Artur Barros Basto (Ben Rosh)¹⁶³ foi quem protagonizou esta notável ação que ele próprio batizou de “Obra do Resgate”, numa tentativa ambiciosa de trazer voluntariamente ao

¹⁵⁵ SCHWARZ, Samuel, *Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, Editora Cotovia, 2011, p. 37

¹⁵⁶ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 159

¹⁵⁷ AZEVEDO, Elvira Cunha, STEINHARDT, Inácio, Ben Rosh, *Biografia do Capitão Barros Basto, O apóstolo dos marranos*, Textos, 1997, p. 57

¹⁵⁸ SCHWARZ, Samuel, *Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, Editora Cotovia, 2011, p. 42

¹⁵⁹ Dia semanal de descanso, de oração e devoção.

¹⁶⁰ Pão não levedado que os judeus comem durante os oito dias da festividade da Páscoa, em comemoração da saída do Egipto.

¹⁶¹ Candeia do Senhor que é acesa nas sextas-feiras de tarde.

¹⁶² MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 143

¹⁶³ Abraham Israel Ben-Rosh, nome atribuído a Artur Barros Basto aquando da sua conversão ao judaísmo.

judaísmo os cripto judeus das Beiras e de Trás-os-Montes, que tal como ele tinham ascendência judaica.

A obra de “resgate” de Barros Basto prestou um papel de relevo na criação de comunidades israelitas, sinagogas como é o caso da sinagoga de Bragança, a Shaaré Pideon¹⁶⁴ (Porta do Resgate) e todos os serviços inerentes à vida judaica.¹⁶⁵

A sua obra terá produzido, segundo Augusto Canelo¹⁶⁶, 27 centros criptojudaios durante a primeira metade do século XX, distribuídos pelos concelhos: Amarante (Rebordelo e Travanca, Armamar (Vila Seca), Belmonte, Bragança, Chaves, Covilhã, Guarda, Idanha-a-Nova, Macedo de Cavaleiros, Meda, Mirandela, (Torre de D. Chama), Mogadouro (Vilarinhos dos Galegos), Penamacor, Valpaços, Vila Nova de Foz Coa (Cedovim), Vila Real, Pinhel, Vila Flor, Vimioso (Argozelo, Carção e Caçarelhos) e Vinhais.

Não havendo qualquer dúvida de que o contributo de Barros Basto foi incontestavelmente brilhante para a vida dos judeus de Trás-os-Montes, foi-lhe consagrado em forma de agradecimento e homenagem o nome de “Apóstolo dos Marranos”.¹⁶⁷

Além dos contributos prestados pela “Obra do Resgate” em Portugal, também este projeto ecoou no âmbito internacional. E em 1926, foi criado pela Anglo-Jewish Association e pela Alliance Israélite Universelle, com o apoio da Spanish and Portuguese Congregation de Londres, uma estrutura própria para os marranos, o Portuguese Marranos Committe.

Esta estrutura logo solicitou colaboração das comunidades marranas e priorizou a nomeação de um rabino e um centro comunitário com sinagoga e cemitério.

O Portuguese Marranos Committe ainda conseguiu ter uma sinagoga monumental, em 1838, a qual integrava vários serviços no entanto, a ajuda financeira terá acabado por parte da comissão nesta mesma década.¹⁶⁸

O judaísmo de Trás-os-Montes estaria ressuscitado e a partir dali nunca mais fora esquecido até aos dias de hoje.

Enquanto o judaísmo português estaria em ascensão, no panorama internacional, nomeadamente na Alemanha, Adolf Hitler subiria ao poder¹⁶⁹.

As Leis antisemitas de Nuremberga (1935) e a “Noite de Cristal” (1938) constituíram os principais acontecimentos que desencadeariam o êxodo judaico na Alemanha, num primeiro momento para a França, a Áustria, a Suíça, e a Checoslováquia.

Nos anos 40, as barbaridades do Holocausto já haviam chegado a Portugal, tendo sido ignoradas pelo governo salazarista, alegando que as informações que chegavam eram de tal maneira horrorosas que não podiam ser reais.¹⁷⁰

¹⁶⁴ AZEVEDO, Elvira Cunha, STEINHARDT, Inácio, Ben Rosh, *Biografia do Capitão Barros Basto, O apóstolo dos marranos*, Textos, 1997, p. 83

¹⁶⁵ MARTINS, Jorge, *Portugal e os Judeus*, vol. III, Nova Veja, 2010, p. 49

¹⁶⁶ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p.162

¹⁶⁷ AZEVEDO, Elvira Cunha, STEINHARDT, Inácio, Ben Rosh, *Biografia do Capitão Barros Basto, O apóstolo dos marranos*, Textos, 1997, p. 90

¹⁶⁸ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, *Dicionário do Judaísmo Português*, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 427

¹⁶⁹ 1933.

Todavia, António Oliveira Salazar estaria bem informado sobre o antissemitismo na Alemanha, pelo menos desde 1941 através de relatórios, telegramas, cartas e apontamentos que recebia regularmente dos seus diplomatas, informação que arquivou.¹⁷¹

O Estado Português apesar de não ter tomado uma atitude humanitária e de solidariedade para com a situação dos judeus, manteve-se sempre mais ou menos imparcial e pode-se considerar que a sua política tenha sido oficialmente antissemita. Ainda assim, foram proibidas as entradas a judeus e houve sempre da parte de Salazar a preocupação de não conceder a nacionalidade portuguesa aos refugiados, pois os passaportes acabariam por caducar e ele queria a rápida saída daqueles que haviam conseguido entrar em Portugal.

No entanto, o nosso país foi um país de trânsito para os judeus, e Salazar por motivos pragmáticos e estratégicos acabou por autorizar a entrada a milhares de refugiados judeus e não judeus.¹⁷² Mas, se há algo que não pode ou não deve ser ignorado quando se fala nas políticas brandas mas antissemitas que Portugal adotou é o facto de, Salazar ter tido a oportunidade de ajudar cerca de 4.303 dos judeus refugiados e não o fez. Acabou até por dificultar a ação filo semita de vários diplomatas portugueses, como o notável Aristides de Sousa Mendes, que ajudou parte dos 13.000 a 15.000 judeus que por Portugal passaram.¹⁷³

Como disse Dietrich Bonhoeffer¹⁷⁴, “O silêncio em face do mal é o próprio mal. Não falar é falar. Não agir é agir”. E Portugal mesmo não colaborando com as atrocidades das forças nazis, nada fez para o evitar.

Os movimentos antissemitas em Portugal, apesar de terem sido alguns não tiveram grande projeção e não passaram de episódios irrelevantes, patéticos e anacrónicos¹⁷⁵, protagonizados pelos apoiantes que defendiam a “seleção e separatismo de etnias.”¹⁷⁶

Em 1941, a fase de extermínio à escala industrial tornada possível pela criação dos campos de concentração em massa estava criada.

A principal capital do massacre foi Auschwitz e foi ali que o programa nazi de extermínio em massa atingiu uma espécie de “perfeição” aos olhos de Hitler e seus apoiantes.¹⁷⁷

Este massacre sem precedentes aniquilou milhares de judeus e ali se perdeu uma parte substancial do judaísmo que jamais poderá ser substituível.

Um facto curioso e que de certa forma pode reconfortar os que tentaram fazer algo para evitar este ato monstruoso, de uma perversidade sem precedentes, e os que nada puderam fazer pois nem viveriam naquele tempo é que os judeus mesmo nos guetos fizeram sempre

¹⁷⁰ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 165

¹⁷¹ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 177

¹⁷² MILGRAM, Avraham, Portugal, Salazar e os Judeus, Gradiva, Coleção trajetos, 2010, p. 365

¹⁷³ MILGRAM, Avraham, Portugal, Salazar e os Judeus, Gradiva, Coleção trajetos, 2010, p. 374

¹⁷⁴ Pastor luterano alemão, opositor e mártir do Nazismo.

¹⁷⁵ MARTINS, Jorge, Portugal e os Judeus, vol. III, Nova Vega, 2010, p. 191

¹⁷⁶ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 478

¹⁷⁷ BERNAVI, Élvi, História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX, Contexto Editora, 1992, p. 232

questão de manter as suas raízes e podemos pensar que em algum momento de dor infindável, a sua fé os apazigou.¹⁷⁸

O dia da libertação chegou em 1945, chegando tarde para um grande número de judeus. Ainda antes do fim da guerra, os restos do judaísmo europeu, mais de 1.200.000 de seres humanos espalharam-se por todo o continente.¹⁷⁹

Os outros já varridos da superfície da Terra, entre 5 e 6 milhões de vítimas mortais¹⁸⁰, levaram com eles todo um segmento da sua memória coletiva, da sua cultura e das suas tradições.¹⁸¹ E pode-se considerar que a fé que muitas vezes os salvou foi também o que os matou.

Depois do desaparecimento das comunidades da Europa oriental nos campos de concentração, as comunidades dos países muçulmanos movimentaram-se para o ocidente que no geral era liberal e próspero, onde pela primeira vez em toda a sua história não encontraram obstáculos.¹⁸²

Em 1961, a Guerra Colonial instalada em Portugal, veio provocar um decréscimo demográfico da população judaica, que se agravaria com a expropriação de numerosas empresas e a crise económica resultante. Terão desaparecido entre 200 a 300 judeus que pertenciam maioritariamente às famílias mais antigas.¹⁸³

Depois da Revolução dos Cravos¹⁸⁴, as lutas pelo poder desencadearam entre outras reivindicações e ressentimentos, um antisemitismo que apenas se exprimiu abertamente em grafitis anónimos traçados em instituições judaicas.

Apesar do clima aparentemente favorável, o crescimento das comunidades judaicas portuguesas não foi muito substancial, e por essa razão no presente século XXI a comunidade judaica portuguesa é bastante reduzida, tendo um total de 1.773 declarantes que praticam o judaísmo, cujo núcleo verdadeiramente organizado e participativo continua a ser o de Lisboa e ainda que minoritariamente o núcleo de Belmonte também se encontra nos sobreviventes.¹⁸⁵

Ainda que o número apresentado possa transparecer alguma impossibilidade e exagero, pois em tempos existiu uma quantidade bastante considerável de comunidades judaicas portuguesas, a verdade é que os números têm vindo a decair e os dados que podem ser obtidos é que em 1981 estavam declarados 5.493 judeus, no ano de 1991 baixou para 3.519 e, em 2001 como é apresentado em cima, reduziu para 1.773.

Apesar das comunidades em Portugal, no século XXI já não serem tão numerosas como há séculos atrás, investiu-se em algumas construções de homenagem ao judaísmo que fizeram

¹⁷⁸ BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992, p. 236

¹⁷⁹ BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992, p. 240

¹⁸⁰ BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992, p. 238

¹⁸¹ BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992, p. 239

¹⁸² BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992, p. 279

¹⁸³ CARSTEN, L Wilke, *História dos judeus portugueses*, Edições 70, Lugar da História, 2009, p. 200

¹⁸⁴ 25 de abril de 1974.

¹⁸⁵ MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 182

com que todos os que têm esta religião como a sua pudessem ter alguma expressividade na sociedade atual. É o caso da inauguração de um cemitério no ano de 2000 em Faro e a criação de um centro de estudos judaicos na Universidade da Beira Interior (CEJ) em 2001.

Também a Câmara Municipal de Belmonte em 2005, abriu um museu consagrado à “grande história” judaica. Para o ano de 2016, também a cidade de Bragança irá inaugurar o Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano.

Entretanto, têm-se realizado cada vez mais estudos e investigações sobre os judeus em Portugal e em Trás-os-Montes o judaísmo ganha cada vez lugar na sua história.

Atualmente, o número de judeus geralmente referido em Portugal é de cerca de 3.000, (Instituto Nacional de Estatística), valor significativamente acima dos 1.773 de 2001, o que leva a crer que na altura não foram contabilizados os menores de 15 anos e os não declarantes na resposta ao questionário e que houve um número considerável de pessoas que não responderam à pergunta sobre religião. Mas os judeus organizados em comunidades serão cerca de 1.200 (1.000 em Lisboa, 100 em Belmonte, 50 no Porto e 50¹⁸⁶ no Algarve), de acordo com os dados judaicos oficiais.

As três primeiras comunidades possuem as respetivas sinagogas, a Shaaré Tikvá de Lisboa, a Bet Eliahu em Belmonte e a Kadoorie Meko Haim no Porto. Estas sinagogas são as únicas que ainda funcionam e prestam serviços, no entanto existem ainda em Portugal outros edifícios que outrora funcionaram como sinagogas. É o caso da sinagoga de Tomar que alberga também o Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto que está aberto a visitas, a sinagoga de Castelo de Vide que também possui um Museu dedicado aos judeus daquela região, e nos Açores a Sinagoga Sahar Hassamain em Ponta Delgada e a Sinagoga Ets Haim em Angra do Heroísmo, onde também existe um Cemitério dos hebreus.

Além da Comunidade Israelita de Lisboa existe na capital, a comunidade judaica Masorti de Lisboa Kehilat Beit Israel, fundada em 2006 por um pequeno grupo de cripto judeus que se reclamam herdeiros dos marranos da “Obra do Resgate” do Capitão Barros Basto.

Esta Comunidade instalou numa casa particular a sinagoga Ohel Jacob, que é a única asquenaze existente em Portugal.¹⁸⁷

Nos anais da historiografia, aos judeus atribuiu-se uma forte personalidade. Distinguíam-se pela sua resistência à perseguição e pelo espírito de inovação e eram os artesãos de uma primeira modernidade judaica, mais respeitosa das tradições. ¹⁸⁸

Os países que contribuíram para traçar a história judaica, uma vez favorecendo-a outras prejudicando-a, num futuro próximo pouco ou nada terão de judeus. Serão apenas os museus, as sinagogas e as memórias que trazem turistas de todo o mundo e que não deixam os seus descendentes esquecer as suas origens.

¹⁸⁶ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 183

¹⁸⁷ MARTINS, Jorge, Breve história dos judeus em Portugal, Nova Vega, Sefarad, 2009, p. 184

¹⁸⁸ CARSTEN, L Wilke, História dos judeus portugueses, Edições 70, Lugar da História, 2009, p. 206

Portugal, apesar de tarde concluiu que ao expulsar os judeus se estaria a expulsar a si próprio, numa atitude cruel e desumana que apenas prejudicou e atrasou o país durante séculos.

Na sua pequena dimensão comparada com outros países por onde a diáspora judaica passou, homenageou e continua a homenagear este povo. Entre edifícios de tributo, memórias que não se esquecem e obras literárias que se escreveram e escrevem, a marca judaica ficará para sempre patente no sangue lusitano.¹⁸⁹ E esta marca indestrutível do judaísmo português, a cada vez que a história de Portugal for contada, estará sempre presente.

¹⁸⁹ CARSTEN, L Wilke, *História dos judeus portugueses*, Edições 70, Lugar da História, 2009, p. 291

Capítulo III - Identificação e estudo do património cultural judaico na região de Trás-os-Montes

I. Património cultural: abordagem expositiva

“Uma geração não pertence unicamente a si, pertence ao pretérito cuja herdeira é, ao futuro, cuja testadora será.”¹⁹⁰

Alexandre Herculano

A aceção clássica do conceito da palavra “património” diz que este é todo o legado que se encontra no presente, deixado pelos antepassados e que será transmitido às gerações futuras. É a sucessão de um conjunto de bens que descendem, segundo as leis dos pais para filhos ou familiares.

Ao longo dos tempos, este conceito apesar de sempre atual foi sujeito a diversas alterações, colocando-se diante de novas conceções que lhe atribuíram um carácter mais abrangente, evolutivo e completo.

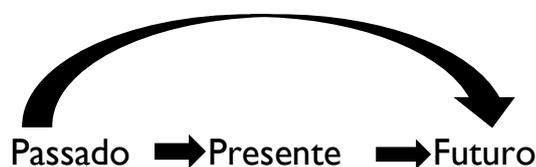


Fig. I

Transmissão do património

Fonte: Ballart e Tresserras (2008)

Elaboração: Autora

O interesse pelo património terá então surgido no período do Renascimento (1300-1700), ligado à constituição de coleções privadas de antiguidades e à organização de “gabinetes de curiosidades” que marcaram os séculos XVI e XVII.

No entanto, o seu conceito mais atual só se terá formado no século seguinte (XVIII), no seguimento da Revolução Francesa, que veio abrir portas à entrada de obras de arte nos museus e à destruição dos vestígios do Antigo Regime por serem consideradas memórias de um passado que não queriam que se repetisse. Esta decisão considerada por uns como “barbárie cega”, aos olhos de outros foi vista como o nascimento do atual conceito de património pois, foi através da

¹⁹⁰ MENDES, António Rosa, O que é o Património Cultural? Gente Singular Editora Lda, 2012, p. 5

destruição destes vestígios que se fez pela primeira vez a distinção consciente entre o que devia e não devia ser preservado.

Após a Revolução Francesa, o conceito de património foi alterado para monumento que se distinguia de monumento histórico. Desta forma, o monumento passou a ser aquele que tinha como objetivo reviver o passado no presente, com carácter memorial e identitário, e o monumento histórico, seria o que era escolhido pela importância que constituía para a história e pelo seu valor estético.¹⁹¹

A tipologia de monumento histórico manteve-se até ao final da II Guerra Mundial (1945), constituído pelas seguintes categorias: vestígios da antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. A partir dos anos 50, o paradigma alterou-se e passaram a fazer também parte todo o tipo de edifícios e construções.

Este alargamento fez com que o termo monumento histórico deixasse de existir e o termo património voltasse a surgir, incluindo agora as práticas, as expressões, as representações e os saberes-fazer.

Anteriormente, em 1933 com a Carta de Atenas tratou-se pela primeira vez sobre o património cultural, sendo este documento o primeiro a nível internacional que veio compilar as conclusões da Conferência Internacional sobre a Restauração dos Monumentos em 1931.¹⁹² Juntamente com esta Carta, a Resolução sobre a Conservação de Monumentos Históricos e de Obras de Arte aprovada em 1931 deram início à mundialização do património.

Consequentemente, a Convenção de Veneza em 1964 e a Convenção do Património Mundial no início dos anos 70 contribuíram de igual forma para o alargamento da visão acerca do património, nomeadamente na importância da sua conservação e transmissão às gerações futuras.¹⁹³

O conceito básico de património que anteriormente se bastava a si próprio passou a abranger também o conceito de cultura, dividindo-o em duas vertentes: na vertente genética e na vertente cultural. Esta primeira entende o património como o legado, pois é o que nos foi deixado ou transmitido geneticamente pelos nossos pais e familiares. Esta é a vertente, que talvez ao longo dos tempos se tenha mantido sempre como correta e atual, pois na sua dimensão mais abrangente o património, como foi já tratado no Capítulo I é sempre algo que se herda e isso está implícito em cada pessoa, pois cada um de nós a partir do momento em que nasce torna-se herdeiro.

Já a segunda vertente que diz respeito ao património cultural, considera património todos os vestígios materiais e imateriais do processo histórico, bem como todas as

¹⁹¹ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 26 e 28

¹⁹² CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 28

¹⁹³ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 29

manifestações tangíveis e intangíveis criadas pelo Homem que se acumulam com outras expressões materiais e imateriais, que inspiram outros criadores e fazem a cultura fluir.¹⁹⁴

Apesar de, a vertente cultural estar agora inserida no património, este foi durante todo o século XIX considerado apenas o que era tangível. Esta visão tradicional considerava o património cultural essencialmente como o conjunto de bens imóveis e artísticos e os monumentos herdados dos antepassados, como as obras arquitetónicas, esculturas e pinturas, isto é monumentos históricos que originalmente teriam sido criados para perpetuar algo ou alguém e que permitiam a transmissão da cultura através de si.

Ao longo dos anos, o conceito de património foi sendo afetado pela globalização e por outras maneiras de pensar que vieram mostrar que património podia não ser apenas aquilo que era tangível mas também tudo aquilo que teria valor.

E assim sendo, a consciência de que as manifestações culturais intangíveis, como a música, o desporto, o teatro, as tradições e festividades e a língua compreendiam também o património cultural, foi-se interiorizando e mais uma vez a conceção do património foi alvo de novas alterações, passando a albergar também tudo o que era arte e cultura que devia ser valorizada.

Esta nova forma de olhar o património acabou por inspirar grande parte dos países, encontrando repercussões em todo o mundo,¹⁹⁵ constituindo um grande passo para a arte e a cultura, fazendo com que o património cultural imaterial passasse a ser tão importante como um edifício histórico. Também a preocupação em acabar com a menorização que a dita “cultura popular” teve de enfrentar no passado, passou a estar patente no seio das instituições valorativas do património cultural.¹⁹⁶

A preocupação em salvaguardar as práticas sociais e culturais tradicionais, advindas da antropologia que poderiam ser afetadas pelos efeitos negativos da globalização, fez a partir daqui surgir algumas iniciativas em relação à proteção do PCI. São de referir, a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Popular em 1989 e mais tarde em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial que veio reconhecer a importância deste património e completar o espaço deixado pela Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural em 1972, que não seria adequada para proteger o PCI.

A conceção antropológica do património terá contribuído para o crescente alargamento da noção de PC pois, representa tanto as expressões imateriais (saber-fazer, tradição oral, entre outras) como os monumentos, sítios, bem como o contexto social e cultural em que se

¹⁹⁴ SILVA, Elsa Peralta da, Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural, I.S.C.S.P. Universidade Técnica de Lisboa, ANTRÓPOLÓGICAS, nº4, 2000, p. 218

¹⁹⁵ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, Gestión del patrimonio cultural, Ariel Patrimonio, 2008, p. 149

¹⁹⁶ CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009, p. 74

apresentam, o que fez com que as práticas tradicionais fossem ganhando cada vez mais relevância para as políticas culturais.¹⁹⁷

É a partir, da Convenção do Património Cultural Imaterial em que se define o património imaterial como o que é transmitido de geração em geração e que oferece às comunidades o sentimento de identidade e de continuidade, que se reconhece a íntima relação entre património, memória e identidade.¹⁹⁸ Pois, anteriormente o conceito de monumento estaria diretamente ligado ao de memória assumindo-se como o seu suporte e o conceito de identidade só surgiu com o aparecimento do conceito de património.¹⁹⁹

O século XX é então marcado pela preocupação e entusiasmo com o PCI e pela reavaliação dos efeitos advindos da globalização, dando enfoque às questões das identidades em contextos locais, receando-se que a cultura de massas viesse provocar o desaparecimento de muitas tradições que poderiam não chegar a ser legadas às gerações futuras.

A Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Popular (1989) marcou assim este século pois, foi o primeiro documento normativo de enquadramento internacional dirigido à proteção do PCI, designado como “cultura tradicional popular”. Desencadeou-se assim um maior reconhecimento do património e uma maior reflexão sobre as formas de identificar, preservar, proteger e promover o PC.

Anos atrás, em 1846 quando o termo “folclore” era usado como sinónimo de “saber popular”, este só considerava as manifestações cujas origens se perdessem na memória dos tempos. E aos olhos das classes mais eruditas, este termo representava as sociedades mais primitivas, isto é o que era mais atrasado.²⁰⁰ Ainda que, mais tarde viesse a ser visto como algo importante na construção da cultura e na definição de identidades.

Também nos anos vinte, o racismo tende a emergir na Europa Central e a questões étnicas ganharam mais importância, começando os regimes totalitários a usar o “folclore” como forma de desculturação e homogeneização cultural, tornando-o num espetáculo sem carácter identitário.²⁰¹

Ainda mais tarde, a cultura popular passou a ser continuamente desvalorizada e ignorada, chegando a ser constituída como um elemento representativo de atraso e da não modernidade.²⁰² Também na tradição antropológica portuguesa, o termo “folclore” era sinónimo de ruralidade.

Atualmente, o “folclore” é utilizado tanto para designar “cultura popular” como “o estudo ou ainda figuração dessa cultura”.²⁰³

¹⁹⁷ CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009, p. 76

¹⁹⁸ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 31

¹⁹⁹ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 30

²⁰⁰ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 59

²⁰¹ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 61

²⁰² CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 62

²⁰³ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 63

Estes termos foram utilizados durante muito tempo pela UNESCO declarando-se na Recomendação de 1989 que, “cultura tradicional e popular é o conjunto de citações que emanam de uma comunidade cultural fundadas sobre a tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos, e reconhecidas como respondendo às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social, das suas normas e valores transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.”²⁰⁴

Apesar de, esta Recomendação ter sido o prelúdio para a Convenção de 2003 foi bastante criticada pois centrava-se especialmente na documentação e criação de arquivos como meios de salvaguarda do PCI, em vez de dar enfoque também aos detentores deste património.²⁰⁵

Assim, o património imaterial muitas vezes denominado de “folclore”, além de ser valorizado pelas suas obras-primas e pelo valor que elas possuem, passa-se também a dar valor aos grupos e às comunidades que lhe dão forma. Deste modo, criou-se um equilíbrio entre a importância em documentar as expressões culturais como forma de as proteger e o papel da proteção das comunidades,²⁰⁶ “tal significa valorizar os “detentores” e os “transmissores” das tradições, bem como o seu modo de vida e meio envolvente.”²⁰⁷

Após estas considerações, viu-se a necessidade de se criar um novo instrumento normativo de proteção do PCI. Primeiramente, surgiu a Declaração Universal da Diversidade Cultural em 2001 que impulsionou o reconhecimento da importância da diversidade cultural como Património da Humanidade pois, sendo o PCI um pilar de diversidade cultural a ideia de promover e salvaguardar este património integraria um lugar prioritário.

Em 2003, foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, passando a considerar-se o património imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável.

Nesta Convenção ficou estabelecido que o património cultural imaterial seriam “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saber-fazer, assim como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes são associados que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial transmitido de geração em geração é recriado permanentemente pelas comunidades e grupos em função do seu meio, de sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente

²⁰⁴ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 64 e 65

²⁰⁵ CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009, p. 79

²⁰⁶ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 65

²⁰⁷ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 66

Convenção, só será levado em consideração o património cultural imaterial conforme os instrumentos internacionais existentes relativos aos direitos do homem, e de acordo com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável”.²⁰⁸

A partir daqui, a cultura reestruturou e ampliou todo o sentido de património passando a abranger toda a componente material e imaterial, que transmitido de geração em geração viria a contribuir ainda mais para a identidade e desenvolvimento das sociedades.²⁰⁹

Constitui-se assim o que se pode designar de “Novo Património”, que viria a proporcionar uma visão mais alargada da conceção tradicional do património onde só o património material móvel e imóvel (arquitetónico, histórico, arqueológico, museológico) seria considerado.

Esta nova conceção viria a integrar outros elementos que representam o património cultural, como o património industrial, a arquitetura vernacular, das culturas populares, entre outros elementos resultantes da ação humana.

As reestruturações ao longo dos vários séculos atribuíram assim uma definição atual do património cultural que segundo a Lei Portuguesa, representa o conjunto de “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização. A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português. O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas. Constituem ainda o património cultural, quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstas.

Integra o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for casam disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objeto de legislação e políticas próprias. A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do

²⁰⁸ “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial”, Paris, 17 de outubro de 2006, Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*, Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006, artº2 – Definições (1)

²⁰⁹ TAVARES, António, *Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde*, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 19

Estado e das Regiões Autónomas sobre a proteção e valorização do património cultural e constitui objeto de legislação própria.”²¹⁰

Ainda que, esta abrangência avultada da conceção do património cultural em Portugal no qual integram grande parte dos elementos culturais tangíveis e intangíveis, se resume a medidas que apenas apontam para documentação e registo como suporte de preservação e salvaguarda do PC, a valorização e preservação do PCI é muito mais que isso.²¹¹ E nas reformas mais atuais deu-se especial atenção à salvaguarda do PCI e novas políticas interventivas foram consideradas.

A “identificação, documentação e estudo do PCI terão o objetivo de implementar estratégias de salvaguarda, a igualdade entre manifestações de PCI, a participação das comunidades na salvaguarda e gestão do PCI, a transmissão deste património e a sua divulgação”.²¹²

Atualmente, não só a valorização e preocupação com o PC estão em destaque nas ações prioritárias por parte dos organismos responsáveis mas, também a atenção tem recaído bastante para as ações de preservação e revitalização do PCI, aspeto que já acontecia com o material mas que era ainda descurado com este tipo de património.²¹³

Foi nos pontos principais na Convenção de 2003 que se estabeleceu formalmente a salvaguarda, definindo-a como um conjunto de “medidas que visem assegurar a viabilidade do PCI”.²¹⁴

A salvaguarda do PCI não se deve cingir à preservação dos seus elementos através de arquivos e coleções de museus, e sim ser efetuada através da criação de inventários que “asseguem a identificação com vista à salvaguarda”²¹⁵, incluindo a interação com as comunidades e outras organizações, assumindo um plano estratégico de planos de ação que visem a salvaguarda e promoção do PCI, protegendo-o das ameaças às quais está sujeito e que afluem para o seu desaparecimento.

No seguimento desta questão, estabeleceu-se a importância de se criar uma plataforma de inventariação do PCI – Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial – pois para se intervir é necessário primeiro conhecer-se.

Assim, foram criados novos inventários virados para fora do museu, alicerçados no território e com a participação das comunidades. Estes inventários excluíram um pouco o

²¹⁰ Diário da República I – Série – A, n.º 209 - Lei do património cultural /Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, Título I Dos Princípios Basilares, Artigo 2.º, Conceito e âmbito do Património Cultural

²¹¹ CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009, p. 83

²¹² CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009, p. 84

²¹³ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, Gestión del patrimonio cultural, Ariel Patrimonio, 2008, p. 149

²¹⁴ “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial”, Paris, 17 de outubro de 2006, Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006, art.º 2 – Definições (3)

²¹⁵ CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009, p. 81

método tradicional das plataformas onde o PCI está documentado em listas, e passaram a representar-se unicamente por registos de vídeo ou fotográficos.

Estes inventários têm como objetivo transmitir conhecimento para que a ação interventiva seja mais eficaz, completando assim a investigação ao nível científico que deve ser continuada e incorporada em estratégias de reformulação de identidades e da gestão de patrimónios culturais.

A investigação científica deve ser apoiada pelo desenvolvimento de programas direcionados para o PCI, que são importantes para o estudo e o conhecimento do mesmo e que lhe permitirão apoiar outras atividades de valorização do PC, como é o caso das exposições que são imprescindíveis na apresentação e divulgação dos bens patrimoniais, dos serviços educativos, entre outros.

O estudo constitui não só uma parte muito importante na valorização do PCI pois, assegura que alguns aspetos culturais se revitalizem, evitando a sua dissipação, como se assume imprescindível na gestão e programação de qualquer tipo de património cultural pois, é este suporte que vai contribuir para um melhor desempenho efetuado relativamente ao PC, enriquece-o e permitindo-lhe criar aspetos novos ligados a esta área de intervenção patrimonial.

Neste aspeto, é imprescindível que se criem parcerias com as universidades, instituições que são muito importantes na colaboração com museus e com o património, com arquivos, centros de estudo, bibliotecas, associações, entre outras.

Estes parceiros podem colaborar com participações na investigação e no estudo, com registos em vídeo, som e imagem, que irão ser bastante úteis na gestão e programação do PC e que irão conferir ao PCI uma abordagem mais material, que pode atrair mais o público e permitir-lhes sentimentos de maior proximidade.²¹⁶

Conclui-se portanto, que a Convenção de 2003 foi para Portugal um reforço para a adoção das medidas de salvaguarda, valorização e proteção do PCI em muito contributivas para um maior entendimento deste património.²¹⁷

Se antes o património cultural era apenas os monumentos e os objetos antigos que seriam importantes por algum motivo histórico ou sucessório, hoje são considerados todos os vestígios do passado que terão valor o que coloca todo o conceito num patamar de relatividade.

Perante este facto tão abrangente foi necessário recorrer-se há reestruturação do que se devia considerar PC, pois o património além do legado deixado pelos antepassados deve ser também uma seleção consciente.

Com efeito, é necessário uma eleição e uma identificação de posse que vão de encontro à cultura que se pretende legar. Como é afirmado por Ballart²¹⁸, estamos perante património

²¹⁶ CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009, p. 91

²¹⁷ CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009, p. 85

“quando um indivíduo ou grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos” pois saber se algo é “digno” ou “valioso” o suficiente para ser eleito património, além de depender do seu valor natural vai depender também do coletivo humano que o avalia e do tempo em que se encontra, tratando-se “de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade.”²¹⁹

Esta nova demanda de eleição do património ficou estipulada na Carta de Cracóvia²²⁰ a 26 de outubro de 2000, onde foi escrito que “cada comunidade apoiada na sua memória coletiva e na consciência do seu passado é igualmente responsável pela identificação e gestão do seu património”. Querendo assim dizer, que os valores dos bens patrimoniais podem alterar-se com o decorrer do tempo e que é através desta alteração de valores que a comunidade desenvolve a consciência para a seleção e preservação destes mesmos bens.

Para a seleção consciente dos bens foram assim estabelecidas qualidades que estes devem possuir para que se lhes possa conceder a qualidade de património, sendo elas o valor económico, valor artístico e valor cognitivo.²²¹

Começando pelo valor económico, este é o que há mais tempo se encontra associado ao património, principalmente na arquitetura onde envolve interesses dos proprietários, e naturalmente um bem que possui valor económico já possui por si só valor e interesse em ser preservado.

O valor artístico é algo que lhe está subjacente e que o vem acompanhando em largos séculos e que de certa forma lhe confere o valor económico pois, se um bem é culturalmente rico então poderá gerar importância económica.

E por fim, o valor cognitivo e sentimental que atribui ao património a capacidade única de representar simbolicamente a memória e o imaginário que formam uma identidade. Sendo que, este último valor memorial representa hoje um lugar de relevo na definição do património pois, por mais que o valor económico seja bastante considerado este é o que move o público a visitar o património.

Atualmente, o culto do património está cada vez mais presente e cada vez mais se valoriza o que é nosso e o que nos representa enquanto indivíduos ou grupos. Por isso, o receio e o medo de perdermos algo passaram a ser uma forma de salvaguarda do património pois a sua valorização também passa por se reconhecer que se pode perder, facto que se pode tornar irreversível.

²¹⁸ SILVA, Elsa Peralta da, Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural, I.S.C.S.P. Universidade Técnica de Lisboa, ANTRÓPOLÓGICAS, nº4, 2000, p. 218

²¹⁹ SILVA, Elsa Peralta da, “Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural”, I.S.C.S.P. Universidade Técnica de Lisboa, ANTRÓPOLÓGICAS, nº4, 2000, p. 218 e 219

²²⁰ CARTA DE CRACÓVIA 2000 – “Princípios para a conservação e restauro do património construído”, Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000

²²¹ CARVALHO, Paulo ” Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão de desenvolvimento territorial”, Cadernos de Geografia, nº24/25 – 2005/2006, Coimbra, FLUC, p. 209 e 210

Tal como afirmam Babelon e Chastel (1080) citado por Desvallées e Mairesse²²², “o património reconhece-se no facto de que a sua perda constitui um sacrifício e que a sua conservação também supõe sacrifícios.”. No seguimento desta realidade surge a necessidade de se criarem mecanismos de salvaguarda e de preservação do PC, pois como bem público, deve ser preservado e assegurado.

Foi no século XX, que se tomou a verdadeira consciência da importância da salvaguarda do património. Pois, apesar de nos primeiros museus já se adotarem medidas de salvaguarda através da seleção e inventariação dos objetos em coleções, só neste século é que se criaram organizações oficiais que se responsabilizam pela criação de políticas que protegem, salvaguardam e preservam o património.²²³

A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), fundada em 1946 é a organização chave neste contexto, sendo que no mesmo ano criou o International Council of Museums (ICOM).

Em 1959, a UNESCO cria o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) responsável pela conservação e restauração do património cultural e em 1965 é criado o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) com a missão de proteger e salvaguardar os monumentos e sítios históricos.

Mais tarde, ainda foi criado pelo ICOMOS o International Scientific Committee on Archaeological Heritage Management (ICAHAM) que tem como objetivo responder às atuais necessidades da gestão do património arqueológico.²²⁴

A UNESCO em relação ao património atua em três aspetos principais: a prevenção, a gestão e a intervenção, elementos fundamentais que garantem a conservação e o uso social do património.

A criação desta e das restantes organizações foi para o património cultural um contributo essencial, auxiliando na sua formalização institucional e no progresso a nível organizativo e profissional, o que por sua vez fez com que o sentido de responsabilidade para com o PC aumentasse.²²⁵

Já no presente século XXI, assistiu-se à crescente proteção do património através da sua classificação nas respetivas categorias: na categoria mundial, Património da Humanidade e na categoria nacional, Monumento Nacional, Monumento de Interesse Público e Monumento de Interesse Municipal. As categorias de bens naturais, paisagens culturais, arquitetura rural e vernácula, património imaterial, património tecnológico pré-industrial e industrial, passaram igualmente a ser categorias de classificação.

²²² DESVALLÉES, André e MAIRESSE, François, “Conceitos-chave de museologia”, ICOM, 2013, p. 73

²²³ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 23

²²⁴ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, Gestión del patrimonio cultural, Ariel Patrimonio, 2008, p. 61

²²⁵ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, Gestión del patrimonio cultural, Ariel Patrimonio, 2008, p. 61

Estas organizações e mecanismos de classificação do património, obviamente requerem recursos humanos especializados na salvaguarda, rentabilização e gestão do património, seja a nível público ou privado e cabe aos gestores do património cultural efetuarem essa tarefa. Como gerir o património implica programa-lo, pois são duas tarefas que não se podem dissociar uma da outra, ao gestor junta-se o programador.

Tal como já foi referido no Capítulo I, na definição de gestão e programação do património cultural, gerir é administrar e um gestor do património é o responsável por administrar os recursos patrimoniais existentes. Isto é, identifica, estuda, inventaria e salvaguarda, musealiza (nos casos em que assim é possível), rentabiliza e realiza ações do foro burocrático como o controlo de gestão, a contabilidade, a manutenção, a segurança e a organização do pessoal. Também o seu papel passa pela planificação para administrar e estimular a relação dos bens patrimoniais com o público.²²⁶

Ao longo dos tempos, também os mecanismos de gestão do património foram sofrendo alterações e ajustes de maneira a responderem melhor às necessidades, em constante mutação, que existem atualmente.

Segundo as conceções tradicionais, a gestão do património passava apenas pelo seu estudo e conservação.²²⁷ Os recursos museológicos eram apenas locais de culto do património com a função de reunir um conjunto/coleção de bens patrimoniais que tinham o único objetivo de ser mostrados ao público e apresentados como herança para as gerações futuras.

Pois bem, hoje em dia a gestão do PC evoluiu e ampliou o seu conceito outrora básico e pouco proveitoso tanto para o bem patrimonial como para o público. Pois, o património era algo estático à mercê do público, a viver num tempo efémero que teria a simples duração de uma visita, e ao público era oferecida uma história, uma contemplação que apesar de grandiosas não passariam de isso mesmo, vezes e vezes sem conta.

Deste modo, e para se poder contrariar este facto passou-se a assistir à exploração económica, solução encontrada para melhorar e aumentar a preservação e manutenção deste património, tendo como foco principal a atração e captação dos públicos.²²⁸

Este fator relevante que implica cativar o público é fundamental no alcance de meios financeiros. Pois, serão estes os meios que poderão dar suporte a ações de preservação e restauração continuadas, para que o património esteja em perfeitas condições de ser apresentado ao público.

O conceito atual de gestão do património tem também hoje, a missão de realizar uma cuidada e responsável seleção. Cabe ao gestor saber quais os bens patrimoniais que têm as características necessárias para a sua salvaguardada e se têm relevância suficiente para serem

²²⁶ TAVARES, António, *Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde*, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 77 e 78

²²⁷ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Patrimonio, 2008, p. 15

²²⁸ TAVARES, António, *Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde*, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 78

transmitidos às gerações futuras, decidindo assim quais os que realmente têm potencial para se constituírem património classificado. Esta seleção não segue obrigatoriamente nenhum critério no entanto, corresponde a alguns fatores a ter em conta como o valor económico, valor artístico e valor cognitivo sendo que, estes valores são maioritariamente determinados pela sociedade em questão, as suas necessidades, expectativas e identidade.

Pode-se considerar que as ações de gestão do património são também um importante processo de inclusão e exclusão.²²⁹

Aliada à gestão do património, está a programação que assume o objetivo de reunir um conjunto de atividades lúdicas, pedagógicas e culturais que consistem na interação e envolvimento do público com o património cultural e com o espaço envolvente.²³⁰ Pretende aproveitar os recursos existentes, sendo eles bens, equipamentos e espaços patrimoniais e/ou culturais para criar uma relação dinâmica, marcante, continuada e de identificação do Homem com o património, considerando esta tarefa como fundamental para o sucesso da programação. Pois, é também um elo de ligação e um conjunto de aspetos em comum do indivíduo/público que se pretendem criar com o património.

A criação de uma relação (que por vezes é inexistente) para que depois se consiga moldá-la consoante a sociedade e o público a que se pretende chegar é um aspeto a ter em consideração para que as ações de programação que envolvem as pessoas e o património triunfem.

A programação tem igualmente um papel de relevo na promoção e divulgação do PC pois, mesmo que o seu valor artístico, cognitivo e económico sejam suficientes para captar a atração do público, é através das iniciativas programáticas que se pode garantir a captação do mesmo público e a atração de novo.

No entanto, e apesar de todas as modernizações que o mundo do PC tem vindo a assistir, para se iniciar um processo de gestão e programação do património é necessário começar-se pelo método tradicional que passa pela sua identificação e pelo seu estudo.

Aplicando toda esta teoria ao presente trabalho é fundamental antes de tudo o resto que, este inicie a gestão e programação do património cultural judaico na região de Trás-os-Montes pela identificação e estudo.

Abordando primeiramente a conceção tradicional do património cultural, onde pertence todo o património material móvel e imóvel, constituído geralmente pelos bens arquitetónicos, arqueológicos, históricos e artísticos que podem estar classificados ou não.

Seguindo-se, a conceção ampla do património cultural que é constituída pelo “Novo Património”, onde se inclui o património imaterial englobando todas as expressões culturais e as

²²⁹ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Patrimonio, 2008, p. 18

²³⁰ TAVARES, António, *Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde*, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 79

tradições que contribuem para a identidade e memória de um grupo, no qual estão integradas as crenças e costumes e o saber-fazer e o património industrial e vernacular.

I.1 Património Cultural Tradicional

1.1.1 Património Cultural Material

“Entra-se no futuro, retrocedendo-se”

Paul Valéry²³¹

Todo o legado deixado pelos judeus em Trás-os-Montes tem hoje um valor infindável pois, representa uma parte do passado de cada cidadão português. Porém, este património encontra-se “perdido” no interior da região e em alguns casos não está devidamente identificado e estudado, pelo menos cientificamente e ainda menos está salvaguardado.

Deste modo, é imprescindível uma intervenção a nível da gestão e programação que proporcione a devida identificação, estudo e medidas de conservação e salvaguarda.

Para isso, é urgente que se encontre uma solução que reúna as condições necessárias para o resgate deste património desconhecido e a manutenção necessária para evitar uma degradação profunda e irreparável, sendo que em alguns casos já se encontra em estado avançado podendo as marcas arquitetónicas e alguns edifícios acabar por desaparecer.

Este subcapítulo tem como objetivo a apresentação de todo este património cultural e todos os vestígios judaicos, possíveis de ser identificados até então. Sendo que, pretende a exposição do legado material que é ainda visível e passível de ser resgatado ou revitalizado, para que estas marcas e edifícios representativos do povo judaico, juntamente com a valorização de toda a herança imaterial para que ambos sejam apresentados ao público numa proposta que culminará num projeto de uma “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes”.

Estes lugares de memória, representativos da religião e cultura judaica albergam um vasto conjunto de património material móvel e imóvel, que se apresenta sob edifícios e bens arqueológicos e arquitetónicos com uma arquitetura própria e singular com marcas representativas da cultura judaica e dos seus hábitos, lugares relacionados com o seu quotidiano, símbolos religiosos e locais que constituem a sua história e o seu cunho por terras transmontanas.

Apesar de, não estar oficialmente definida uma arquitetura oficial judaica, e até de muitos historiadores, defenderem que os judeus nunca iriam colocar marcas que os diferenciavam do resto da população com medo de serem identificados, existem determinadas características arquitetónicas em edifícios que podem ser consideradas marcas judaicas.

²³¹ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, Gestión del patrimonio cultural, Ariel Patrimonio, 2008

Um estudo inédito nesta região, elaborado pelo Dr. Antero Neto que resultou na obra “Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro D. Luis Carvajal Y la Cueva”, onde são sinalizadas e inventariadas as marcas arquitetónicas identificadas como sendo de origem judaica no concelho de Mogadouro, comprova isso mesmo.

Estas características de construção possíveis de serem observadas em outras localidades transmontanas como se verá adiante, revelam através de marcas específicas que determinados edifícios terão estado ligados à presença de judeus e cristãos-novos. E são estas especificidades que permitem identificar muito do património material e oferecer certezas de que pertenceu a este povo.

Estes códigos associados hoje a marcas teriam o objetivo de identificar religiosamente os seus moradores. De uma forma voluntária ou não, os cristãos-novos teriam algumas destas marcas nas suas casas que os identificavam como convertidos ao Cristianismo e frisavam a conversão à religião que não era a sua, de forma a escaparem à Inquisição e aos olhares desconfiados dos cristãos-velhos.

Estas marcas que classificam os edifícios arquitetónicos como pertencentes, outrora ao povo judaico são então ilustradas pelas seguintes formas:

- Rasgões cortados a 45° em bisel nas pedras feitos nas ombreiras das casas que manifestavam velhas práticas hebraicas de marcar na entrada das habitações a adesão a um culto;²³²

- Cruciformes, (símbolos da Inquisição) que reforçavam a sua conversão aos valores do cristianismo, de modo a evitar serem perseguidos pelas autoridades cristãs. Normalmente, este tipo de marcas aparece em locais de antigas judiarias ou ruas onde habitariam um grande número de judeus;

- Armários pétreos que estariam dentro das casas onde os judeus guardavam discretamente os instrumentos da liturgia judaica.²³³

- Portas secretas que davam acesso a casas vizinhas e possibilitavam a fuga rápida em caso de perseguição;²³⁴

- Inscrições votivas gravadas nas fachadas;

- Nichos de pedra encastrados nas paredes interiores das casas.²³⁵

Estas serão as principais marcas já identificadas que facilmente são reconhecidas em diversas moradias e outros edifícios de localidades transmontanas.

Além destas marcas arquitetónicas, existem ainda outros vestígios patrimoniais judaicos espalhados por Trás-os-Montes como é o caso do tipo de construção dos edifícios. A

²³² NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro D. Luis Carvajal Y la Cueva, Lema D'origem, 2013, p. 43

²³³ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro D. Luis Carvajal Y la Cueva, Lema D'origem, 2013, p. 40

²³⁴ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 41

²³⁵ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 42

arquitetura judaica identifica-se sobretudo através das janelas e portas desniveladas, do estilo manuelino das janelas e dos portais e de algumas habitações que possuem dois pisos com duas entradas, uma que seria para a casa e outra que seria para o comércio.

Apesar das modificações ao longo do tempo em diferentes localidades, podem-se ainda observar edifícios que de uma forma ou outra estiveram ligados à passagem dos judeus por esta região, símbolos representativos dos judeus, lugares das antigas judiarias, edifícios que teriam sido sinagogas, entre outros.

Para comprovar a informação apresentada, segue a exposição de grande parte do património cultural material judaico ainda visível e passível de ser trabalhado em localidades transmontanas com maior relevância.

1.1.2 Património material imóvel

Quadro I – Património arquitetónico

Azinhoso	Edifício que seria a antiga sinagoga, com cruz gravada
Azinhoso	Duas rosáceas no vão da porta de um edifício
Azinhoso	Local de “pelames”
Azinhoso	Museu de Arte Sacra
Bemposta	Casas ligadas entre si
Bemposta	Casa dos “Pereira”
Bemposta	Cruciformes
Bemposta	Vãos das portas e janelas rasurados
Bragança	Edifício da antiga sinagoga “Shaaré Pideon”
Bragança	Rua dos Combatentes da Grande Guerra, outrora Rua Direita (antiga judiaria)
Bragança	Centro de Interpretação Sefardita do Nordeste Transmontano
Carção	Praça Luís David dos Santos
Carção	Rua do Meio
Carção	Cruciformes
Carção	Leão de Judá
Carção	Escritos hebraicos
Carção	Poço de Valenta

Carção	Bairro de Cima
Carção	Edifício onde morou o Rabi Domingos Oliveira
Carção	Antiga Praça de Carção
Mogadouro	Ruas João de Freitas, dos Távora, da Fonte e do Sagrado (antigas judiarias)
Mogadouro	Cruzes gravadas nas ombreiras em casas tipicamente judaicas na Rua da Fonte
Mogadouro	Traços manuelinos e ombreiras biseladas na Rua dos Távora
Mogadouro	Inscrição votiva na Rua João de Freitas
Mogadouro	Zona dos “pegados”
Vilarinhos dos Galegos	Corte longitudinal nas ombreiras das portas e janelas
Vilarinhos dos Galegos	Duas menorás
Carção	Largo das Fontes
Carção	Bairro de Vale Falcão
Carção	Museu Judaico de Carção
Argozelo	Bairro de Baixo (antiga judiaria)
Rebordelo	Estrela de David
Rebordelo	Antiga moradia de Moisés Abrão Gaspar
Rebordelo	Antiga moradia de Abrão Gaspar
Rebordelo	Moradia da família Gaspar
Rebordelo	Rua A. Gaspar
Mirandela	Rua do Tournal
Mirandela	Rua do Rosário
Mirandela	Travessa do Quebra-Costas
Mirandela	Portas e janelas desalinhas
Mirandela	Vãos e ombreiras de portas e janelas adornados
Sambade	Igreja Matriz de Sambade
Sambade	Bairro dos Judeus ou Bairro Novo
Vila Flor	Rua Nova

Vila Flor	Travessa da Rua Nova
Vila Flor	Arco de D. Dinis
Vila Flor	Travessa da Fonte Romana
Vila Flor	Ruas D. Dinis
Vila Flor	Arco de D. Dinis
Vila Flor	Saco e da Portela
Torre de Moncorvo	Rua Nova (antiga judiaria)
Torre de Moncorvo	Igreja da Misericórdia
Torre de Moncorvo	Casa da Sinagoga
Torre de Moncorvo	Rua dos Sapateiros
Torre de Moncorvo	Casa da Pelicana
Torre de Moncorvo	Praça do Município
Torre de Moncorvo	Casa dos Navarros
Torre de Moncorvo	Casa da Inquisição
Torre de Moncorvo	Chafariz de Horta
Torre de Moncorvo	Centro de Estudos Judaicos
Vila Nova de Foz Côa	Rua do Relógio
Vila Nova de Foz Côa	Rua da Barca
Vila Nova de Foz Côa	Sítio da Lameira
Vila Nova de Foz Côa	Capela de Santa Quitéria
Vila Nova de Foz Côa	Voto de cristão-novo na Travessa do Tablado
Freixo de Numão	Casa Judaica
Freixo de Espada à Cinta	Portais ogivais
Freixo de Espada à Cinta	Janelas de estilo manuelino
Freixo de Espada à Cinta	Casa dos Carrascos
Freixo de Espada à Cinta	Ramos de árvore truncados em alusão às doze tribos de Israel
Freixo de Espada à Cinta	Data "1557" e rosácea de seis pontas
Freixo de Espada à Cinta	Rosácea de seis pontas

Freixo de Espada à Cinta	Cruzes
Freixo de Espada à Cinta	Janelas adornadas
Lagoaça	Fachada com data e cruzes
Lagoaça	Rua dos Judeus
Lagoaça	Ombreiras cortadas em bisel
Lagoaça	Rosa/cruz
Lagoaça	Data gravada “1856” e cruz num vão de porta
Lagoaça	Cruz num vão de porta

Quadro 2 – Património arqueológico e histórico

Vilarinhos dos Galegos	Local de “Pelames” (zona rochosa)
-------------------------------	-----------------------------------

I.1.3 Património material móvel

Quadro 3. Património arqueológico e histórico

Argozelo	Cruz dos Judeus
Carção	Pedra lavrada como processo da condenação
Torre de Moncorvo	Tríptico da Igreja Matriz ou Tríptico da Santa Parentela

I.2 Novo Património Cultural

“Conservar é lutar contra o tempo”

Marc Guillaume

Como já foi referido, a nova conceção do património cultural passou a abranger além do património material arqueológico móvel e imóvel e o arquitetónico, outros elementos derivados da ação do Homem que também foram constituídos como bens patrimoniais. Estes bens são apresentados sob património imaterial onde estão incluídas as expressões orais, a tradição e os costumes, o património industrial e o vernacular.

Serão assim, apresentados os bens patrimoniais imateriais e expressões culturais deixados pelos antepassados judaicos que constituem este “Novo Património”, que vieram alargar o já variado leque de património arquitetónico, arqueológico, histórico e artístico.

1.2.1 Património Cultural Imaterial

“Então o que é o PCI [Património Cultural Imaterial]? São as práticas que as comunidades, grupos e indivíduos reconhecem como seu próprio património. É...o que eles dizem que é. Por outras palavras, simplesmente não sabemos o que é enquanto não lhe formos perguntar.”²³⁶

Valdimar Tr. Hafstein

O povo judaico desde os seus tempos ancestrais que sempre se preocupou em transportar para onde quer que fosse os seus ritos e os seus costumes, devido à importância que a sua cultura e religião tinha para eles e pelo facto de quererem preservar sempre as suas raízes.

Os judeus tiveram sempre as suas origens e tradições bastante incutidas e apesar das dificuldades que tiveram ao longo de toda a sua história, nunca deixaram de praticar a sua fé e as leis e regras a ela inerentes.

Como em todos os lugares por onde passaram, deixaram um pouco da sua cultura e da sua religião nas terras e nas gentes que lá moravam, e Portugal não foi exceção.

Os judeus influenciaram o nosso país de tal forma que alguns costumes e tradições perduraram em algumas localidades transmontanas até ao século passado, havendo hoje certos elementos culturais e sociais que se mantêm e que descendem deste povo.

Trás-os-Montes foi uma das regiões portuguesas em que a presença judaica foi mais intensa, muito devido à sua duração e ao fenómeno do marranismo, acabando por influenciar a maneira de viver dos cristãos-velhos que conviviam com os cristãos-novos.

Esta herança cultural deve-se maioritariamente há persistência e devoção do povo de Israel à sua religião pois, nunca em momento algum deixaram de rezar ao seu Deus, independentemente de em muitas alturas porém a própria vida em risco.

Os judeus influenciaram grande parte do quotidiano dos transmontanos e da sua gente, desde os costumes e tradições, ofícios e indústrias, as rezas e a extensa e variada herança gastronómica, particularmente em doçarias.

De seguida, serão apresentados grande parte dos saberes, tradições, costumes, práticas e gastronomia que ainda hoje são associados aos judeus e que representam esta cultura e religião tão singular.

²³⁶ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenção da UNESCO e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 13

Práticas sociais, rituais e eventos festivos

Os ritos, as orações judaicas e as celebrações estiveram sempre presentes no dia-a-dia dos cristãos-novos e cristãos-velhos, sendo que alguns costumes e rezas permaneceram até ao século passado.

Hoje em dia, apesar de já não estarem presentes no dia-a-dia das gentes que vivem em Trás-os-Montes, estão ainda presentes na memória de um passado esquecido.

A título de exemplo, em 1956 o autor Amílcar Paulo escreveu a obra “Os Marranos em Trás-os-Montes”, onde referia as localidades de Vilarinho dos Galegos e Lagoaça como ainda tendo descendentes de marranos e inúmeros costumes judaicos, alguns dos quais o de não se comer pão fermentado na Semana Santa, mas sim bolos cozidos entre duas telhas, quando morria alguém iluminava-se a câmara mortuária com muitas luzes durante nove dias, a família de luto mandava fazer a cama e espalhar farinha em volta da mesa, serviam os alimentos como se o defunto ainda estivesse vivo e vestiam alguém com as suas roupas para ocupar o seu lugar à mesa, davam esmolas aos pobres, entre outros costumes a que juntavam rezas.²³⁷

A última comunidade de Vilarinho terá desaparecido por volta de 1996 mas ainda perto dessa altura viviam na terra algumas rezadeiras que ainda sabiam de cor orações judaicas²³⁸, como era o caso da que se pensa ter sido a última rezadeira desta freguesia, Olívia Rodrigues conhecida por Olívia “Tabaco” muitas vezes citada em livros sobre judeus.²³⁹

Hoje em dia, esta freguesia encontra-se quase deserta, a maioria dos descendentes dos judeus ou emigrou ou se misturou com o resto da população, os “chuços”.²⁴⁰

A freguesia de Lagoaça é também umas das localidades que está sinalizada como localidade muito rica em património imaterial, tendo as suas orações, crenças e costumes sido preservadas durante um longo tempo.²⁴¹

Também em Rebordelo há registos específicos que nesta localidade os cristãos-velhos acusavam os cristãos-novos, de durante a lua de Setembro cortarem as unhas aos moribundos, ou apenas uma ou duas, assim como alguns cabelos, e embrulhavam tudo num pedaço de papel ou pano. Depois pegavam num bocado de pão e numa moeda de prata e passavam pelos olhos do doente. Além dos rituais descritos haveria muitos mais, tal como orações para a manhã, para a tarde e para os mortos.

No século XX em Carção, ainda se rezaria a oração do Pai-Nosso, que seria uma adaptação do Pai-Nosso cristão e estima-se que como esta teriam existido outras mais.²⁴²

²³⁷ <http://questomjudaica.blogspot.com.es/2013/12/vilarinho-dos-galegos.html>, acessido em 19/03/2015

²³⁸ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 120

²³⁹ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 29

²⁴⁰ Termo usado pelos judeus para designar os que não eram judeus.

²⁴¹ <http://tempocaminhado.blogspot.pt/2012/04/marranos-de-lagoaca-no-tribunal-da.html>, acessido em 23/03/2015

²⁴² <http://zivabdavid.blogspot.pt/2013/09/a-presenca-dos-judeus-em-carcao.html>, acessido em 23/03/2015

Apesar de, existirem práticas religiosas e costumes comuns a todos os judeus alguns destes variam dependendo da nacionalidade de cada judeu e do país ou região em que se encontram. E os judeus portugueses teriam algumas práticas um pouco diferentes da generalidade dos costumes judaicos.

Entre as práticas mais comuns dos judeus portugueses estariam a de guardarem os sábados, onde neste dia, os judeus não trabalhavam e vestiam-se com trajes de festa.

Confecionavam a comida às sextas porque aos sábados não cozinhavam e acendiam candeeiros limpos com pavios novos mais cedo que nos outros dias, deixando-os acesos toda a noite até se apagarem.

Degolavam as aves, atravessavam-lhes a garganta, depois de experimentado o cutelo na unha do dedo da mão e cobriam o sangue com terra. Não comiam toucinho, nem lebre, nem coelho, nem aves afogadas, nem enguia, polvo, congro, raia e pescada que não tivesse escama.

Jejuavam o jejum maior, que acontecia em Setembro, não comendo em todo o dia até à noite ao nascer das estrelas e estando no dia de jejum maior descalços, comendo carne e tigeladas e pedindo perdão uns aos outros. Jejuavam o jejum da rainha Ester, assim como às segundas e quintas, solenizavam a Páscoa comendo pão ázimo em bacias e escudelas novas, rezando os salmos sem Glória Patri, fazendo a oração contra a parede, sabadeando, abaixando a cabeça e levantando-a e usando então dos ataphalus, isto é, de correias atadas nos braços ou postas sobre a cabeça.

Quando alguém morria comiam em mesas baixas e apenas peixe, ovos e azeitonas, estavam detrás da porta, banhavam os defuntos, lançando-lhes calções de lenço, amortalhando-os com camisa comprida e pondo-lhes em cima a mortalha dobrada como se fosse capa, enterravam-lhos em covas fundas e em terra virgem e pondo-lhes na boca um grão de aljôfar²⁴³ ou dinheiro de ouro ou prata, dizendo que era para pagar a primeira pousada, cortavam-lhes as unhas e guardavam-lhas, derramavam ou mandavam derramar a água dos cântaros e potes, dizendo que naquelas noites, as almas dos defuntos se iam ali banhar.

Deitavam nas noites de S. João e de Natal, ferros, pão ou vinho, na água dos cântaros e potes, dizendo que naquelas noites a água se tornava em sangue, deitavam bênçãos aos filhos, pondo-lhes as mãos sobre a cabeça e baixando a mão pelo rosto abaixo sem fazer o sinal da cruz. Também deitavam toda a água à rua e quando se apercebiam que o moribundo estava para morrer, afastavam-se dele, depois alguns faziam uma novena de orações na câmara mortuária após a saída do cadáver, no fim da qual davam aos parentes e amigos comida abundante, como melhor podiam, durante os nove dias de oração as mulheres andavam cobertas com um lenço ou touca e xaile por cima da cabeça cruzando no peito e apertando atrás, de forma a quase ocultar o rosto.

²⁴³ Pérola pequena.

O uso do xaile não era exclusivo das mulheres judias pois, era também bastante usual o uso por parte das cristãs, facto frequentemente visto ainda hoje no distrito de Bragança, por motivos de luto pesado.

Costumavam também espalhar sal pelas casas depois da morte e saída do cadáver de algum membro da família e ainda farinha.

Circuncidavam os filhos depois de os batizar e rapavam-lhes os óleos que lhes puseram.²⁴⁴

As famílias de cristãos-novos de Trás-os-Montes e do resto do país, além de terem a consciência das suas origens eram também insistentes em manter a fé, por isso terão conservado até tarde muitas tradições religiosas dos seus antepassados.

Estas tradições, cerimónias e orações que os cristãos-novos portugueses conservaram, foram-lhe transmitidas sob o maior e mais rigoroso segredo de pais para filhos, através dos longos e horríveis séculos da dominação inquisitorial, apesar dos iminentes perigos que a observação dos ritos hebraicos acarretava nesta triste época que Portugal atravessou. E mesmo depois do fim da Inquisição e do resto da população, os cristãos-velhos saberem perfeitamente da sua existência, os judeus continuaram a manter o sigilo das suas práticas religiosas.

Na época da Inquisição para se salvaguardarem e evitar serem descobertos, o que podia ser fatal viram-se obrigados a abandonar algumas práticas e adulterar outras. Práticas como a circuncisão deixaram de existir entre os marranos, tal como a festa judaica dos Tabernáculos, a degolação ritual dos animais, o uso do livros e objetos de culto hebraico.²⁴⁵

Os jejunos e as festas que mais perduraram entre os cristãos-novos foram: o sábado, a Páscoa e o *Kipur*. Também em tempos, os mais ortodoxos jejuavam no dia da Rainha Ester, bem como às segundas e quintas-feiras que foi a única tradição que lhes ficou da festa judaica de Purim, em memória da salvação dos judeus pela Rainha Ester.²⁴⁶

Segundo o erudito abade de Carviçais, Abade José Augusto Tavares, alguns judeus de Lagoaça e Vilarinho dos Galegos jejuavam na segunda dominga depois da páscoa chamada dominga do bom pastor e neste tempo da páscoa só comiam tremoços, castanhas e pão ázimo, mas no dia do jejum não comiam nada.²⁴⁷ E em Lagoaça e Vilarinho dos Galegos, vigorou durante muito tempo entre os marranos que lá viviam o costume de não comerem na quinta-feira, sexta e sábado da Semana-Santa, pão fermentado, mas sim bolos cozidos entre duas telhas aquecidas ao rubro.

O *Kipur* ou “Dia Puro” e a Páscoa eram sem dúvida os festejos mais importantes e que realizavam com maior rigor. Na festa do *Kipur*, os cristãos-novos jejuavam rigorosamente um

²⁴⁴ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. LXXXII

²⁴⁵ SCHWARZ, Samuel, Cristãos-Novos em Portugal no Século XX, Editora Cotovia, 2011, p. 56

²⁴⁶ SCHWARZ, Samuel, Cristãos-Novos em Portugal no Século XX, Editora Cotovia, 2011, p. 79

²⁴⁷ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. LXX

dia inteiro e vestiam as suas melhores roupas. Este dia era consagrado ao perdão e ao arrependimento. O jejum acompanhado de rezas começava de véspera, ao sol-posto, acabando no dia seguinte à aparição das primeiras estrelas tal como no rito judaico. A única diferença é que em vez de celebrarem no décimo dia da lua Tishri (setembro) faziam-no no décimo primeiro dia, estratégia também usado para despistar a Inquisição.²⁴⁸

A Festa da Páscoa comemora a saída dos judeus do Egipto e a constituição da nacionalidade judaica. Durante os oito dias desta festa, que se inicia no décimo quarto dia da lua nova de Nissan (abril), os cristãos-novos apenas comiam pão ázimo.

A confeção do pão ázimo é uma cerimónia bastante rigorosa, onde todos os presentes só podem estar vestidos de branco e enquanto amassam o pão não paravam de rezar. Depois coziam o pão santo nas telhas dispostas sobre os fogareiros, onde cada um colocava um pedaço da sua massa em memória de um antigo costume judaico.²⁴⁹

Além destas festas, conservaram-se ainda os costumes do casamento, do enterro, do luto, da alimentação e as orações judaicas e a fé na vinda do Messias, para a restauração do povo de Israel na “Terra da Promissão”.

As orações eram recitadas por uma mulher em reuniões privadas só com cristãos-novos, normalmente aos sábados e em festas e cerimónias judaicas e misturam o português arcaico com o hebraico.²⁵⁰

Em relação à alimentação, conforme o uso judaico, não comiam carne de porco, coelho, lebre e peixe sem escamas. A abstenção da carne de porco já não era absoluta pois, o facto de morarem nas províncias, seja Trás-os-Montes ou na Beira Baixa, onde o consumo de enchidos é muito usual, tiveram de recorrer a esta carne por falta de outra. Ainda assim, aos sábados e nas festas não consumiam este tipo de carne. O que nunca comiam era alimentos feitos com sangue, como a morcela.

Em relação ao ritual de degolar os animais, o Chebitá já não tinham qualquer tipo de noção.²⁵¹ No entanto, conservaram as orações que recitavam enquanto degolavam qualquer cabeça de gado.

Conservaram também o hábito de salgar a carne, de que deixavam escorrer totalmente o sangue antes de a cozinharem.

Também antes da cozedura do pão ázimo, lançavam ao forno um pouco de massa e faziam uma oração especial, a chamada tradição de Halá. Recitavam uma oração depois das

²⁴⁸ SCHWARZ, Samuel, *Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, Editora Cotovia, 2011, p. 77

²⁴⁹ SCHWARZ, Samuel, *Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, Editora Cotovia, 2011, p. 80 e 81

²⁵⁰ SCHWARZ, Samuel, *Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, Editora Cotovia, 2011, p. 58

²⁵¹ SCHWARZ, Samuel, *Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, Editora Cotovia, 2011, p. 59

refeições dando graças, não colocavam o pão ao contrário²⁵² e se deixassem cair um bocado de pão, apanhavam-no e beijavam-no piedosamente.

Quando eram obrigados a frequentar as Igrejas, antes de entrarem citavam algo como “nem o pau nem a pedra senão o Deus de Israel que em tudo governa”.²⁵³

Em Trás-os-Montes o ritual que perdurou durante bastante tempo foi o de acender a candeia sabática dentro de um pote de barro. Como já foi referido, era uma estratégia para evitar que a candeia fosse notada pelos vizinhos, acabando por perdurar como tradição.

É certo que o desconhecimento de muitos dos costumes, ritos e orações judaicos por parte dos cristãos-novos, se deveu ao facto de as suas tradições e costumes apenas poderem ser transmitidos secretamente e não poderem ser praticados e mostrados abertamente, levando ao desaparecimento de um grande número e até ao fim de outros, ainda muito antes de chegarem aos cristãos-novos.

Ainda assim, fizeram sempre questão de preservar o que conheciam e de o transmitir de geração em geração como se pôde comprovar.

Expressões orais

Se há aspeto importante da cultura judaica que deve ser revitalizado e preservado é o ladino. Esta forma de expressão marcou os judeus sefarditas e foi para eles a sua língua.

O ladino ou judeo-espanhol como também pode ser designado seria, em Portugal a junção de palavras do espanhol arcaico. Tal como grande parte da cultura judaica extinta na Segunda Guerra Mundial, com o desaparecimento de milhares de judeus o ladino também se dissipou sendo apagado de toda a Península Ibérica.

Aptidões ligadas ao artesanato

De um modo geral, em toda a região os judeus estariam ligados às práticas artesanais e às aptidões típicas dos judeus marranos, estando estas relacionadas com o tratamento das peles, os peleiros e o transporte que conduzia animais de carga e/ou mercadorias de terra em terra, os almocreves.

Estes dois ofícios ligados ao comércio de peles e mercadorias seriam bastante comuns nas localidades onde moravam judeus, tanto que dois dos símbolos representativos deste povo em Trás-os-Montes serão o de almocreves e peleiros. Estes produtos eram depois vendidos nas tão aclamadas feiras que reuniam cristãos-novos e cristãos-velhos, arte tão praticada pelo povo hebraico.

²⁵² Este costume ou superstição perdura na minha família. Não tendo qualquer tipo de indicação de que tivessem existido judeus na minha linhagem. Contudo, a minha avó tinha este hábito e transmitiu-o às filhas e aos netos. O que me leva a concluir que foi um hábito que passou dos cristãos-novos para os cristãos-velhos. Ainda hoje, a minha mãe não coloca o pão para baixo pois afirma que dá azar.

²⁵³ SCHWARZ, Samuel, *Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, Editora Cotovia, 2011, p. 60

Também em algumas das localidades da região, os judeus dedicavam-se à produção de cera, os cerieiros e a pequenas indústrias de lã, linho e do bicho-da-seda.

Gastronomia

Tal como os ritos e costumes, a cultura judaica é também bastante rica no que diz respeito à gastronomia e de entre várias iguarias da cozinha judaica, há que considerar alguns que perduraram até à atualidade.

A famosa “alheira de Mirandela” é um desses casos e um dos produtos que melhor caracteriza gastronomicamente a região transmontana.

Este enchido típico, natural da cidade de Mirandela remonta a finais do século XV e princípios do século XVI e pensa-se que tenha sido inventado pelos judeus com o intuito de escaparem à Inquisição pois, como a religião do judaísmo não permite o consumo de carne de porco, incluindo os habituais enchidos transmontanos os judeus para não serem identificados por não consumirem esse tipo de alimento, substituíram a carne de porco por várias outras carnes e criaram este enchido com vitela, coelho, peru, pato, galinha e perdiz, envolvidos por uma massa de pão. A receita ter-se-á popularizado entre os cristãos que por fim acrescentaram a carne de porco.²⁵⁴

As célebres amêndoas cobertas de Torre de Moncorvo são também uma típica e genuína invenção dos judeus e marranos²⁵⁵, que datam aproximadamente de ao um século atrás.

Estas amêndoas seriam muito utilizadas em festividades como por exemplo casamentos, principalmente pelos mais abastados que consumiriam a chamada “amêndoa peladinha” (amêndoa igualmente coberta mas com menos açúcar).

Tal como nos tempos antigos são confeccionadas apenas com açúcar pelas denominadas “cobrideiras de açúcar”, profissão que existe ainda na vila transmontana.

O seu processo de confeção passa pela seleção da amêndoa que deve ser grande, pela fervura em água para que a pele saia, ficando a secar 2/3 dias. Depois são torradas e envolvidas numa calda de açúcar a uma temperatura adequada e ali são tratadas até ganharem o envolvimento crocante que tão bem as define.

Atualmente, são o doce mais apreciado e procurado desta localidade e o qual se constitui um dos ex-libris. Os moncorvenses consideram este doce, o seu “diamante” e continuam a confecioná-lo unicamente de forma artesanal, não deixando que este seja esquecido.

A sua confeção, hoje em dia é apenas feita em Torre de Moncorvo e Israel.

²⁵⁴ <http://www.cm-mirandela.pt/index.php?oid=3574&id=>, acedido em 24/03/2015

²⁵⁵ ANDRADE, António Júlio, GUMARÃES, Maria Fernanda, Os Isidros, A epopeia de uma família de cristãos-novos de Torre de Moncorvo, Lema D'Origem, 2012, p. 120

Os canelões de Moncorvo são também uma especialidade herdada da gastronomia judaica e marrana. Este doce feito de farinha, ovos e açúcar, era tradicionalmente enrolado com um ferro quente e servido especialmente em casamentos.²⁵⁶

Tal como as amêndoas cobertas, os canelões podem ainda hoje ser adquiridos em Torre de Moncorvo, representando um dos doces típicos da vila.

1.2.2 Património industrial

A Revolução Industrial marcou o princípio de um fenómeno histórico que se constituiu numa grande parte da Humanidade, prolongando-se até à atualidade.

Os vestígios materiais destas intensas mudanças designados de património industrial, apresentam um valor humano universal e é importante que sejam estudados e conservados, tal como acontece com outros tipos de vestígios.

O património industrial é então considerado “os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.”²⁵⁷

A necessidade de preservar e conservar os materiais representativos deste tipo de património, fez surgir a chamada arqueologia industrial, que se responsabiliza pelo estudo, valorização e recuperação dos restos que permaneceram do passado tecnológico e produtivo.

Dos restos dos vestígios industriais do tempo dos judeus em Trás-os-Montes, já pouco resta. Apesar destes terem estado ligados quase sempre às indústrias, resta-nos um exemplo que apesar de até agora único, será representativo de muitos outros que poderão estar espalhados pela região à espera de ser resgatados.

O Lagar da Cera de Felgueiras é sem dúvida um bem patrimonial representativo dos vestígios industriais judaicos. Tal como já foi referido, os judeus estiveram ligados à indústria de têxteis de lã, seda e linho na freguesia de Sambade e está também provado que dominavam a indústria moageira e de panificação no concelho de Torre de Moncorvo.

Os judeus seriam proprietários da maioria dos moinhos existentes nas ribeiras de Santa Marinha (Felgueiras) e no ribeiro dos Moinhos (Felgar – Larinho).

²⁵⁶ Canudos de bolacha crocante com sabor a canela. Tradicionalmente serão enrolados com um ferro para ganharem a forma.

²⁵⁷ Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), junho de 2003. Traduzida pela APPI.

Este lagar é hoje testemunho desta ligação dos judeus com a indústria, neste caso da cera, e representativo do quotidiano marrano, merecendo desta forma integrar este conjunto de vestígios patrimoniais judaicos.²⁵⁸

1.2.3 Património vernacular

O património construído vernacular representa a criação genuína de uma sociedade, representando-se de uma forma irregular. É um testemunho de uma época, e ao mesmo tempo que é uma criação do Homem é uma criação do tempo.

A conservação destes aspetos identitários faz com que se preserve e a homenageie a memória de um povo, as suas vivências e a diversidade cultural.

Como transmissor de tradição e cultura, este património merece especial atenção pois assistindo-se a um mundo cada vez mais industrial e evolutivo, estas marcas e evidências do mundo antigo estão em risco de extinção levando com elas uma parte muito importante de uma sociedade.²⁵⁹

Do que resta dos tempos ancestrais judaicos nas ruas de Trás-os-Montes são edifícios como uma arquitetura bastante similar.

A arquitetura representativa das moradias que em tempos pertenciam aos judeus é uma arquitetura que prima pela acentuada irregularidade, desalinhamentos e simetrias. A verdade, é que quem visita uma localidade que outrora terá sido morada de judeus pode observar inúmeras casas com os vãos das portas e janelas desalinhados.

De um modo geral, as casas apresentam dois pisos e características como rasgões cortados a 45° em bisel nas pedras, as portadas biseladas, geralmente com símbolos religiosos nos vãos e nas ombreiras, como os cruciformes, mezuzás, menorás, rosáceas, estrelas de David, e as casas todas alinhadas e pegadas que teriam portas secretas que davam acesso de umas para as outras.²⁶⁰

Tal a fragilidade deste património tão vulnerável ao desaparecimento devido aos métodos da arquitetura atual e também devido à possível substituição por outros edifícios novos, é urgente que se recorram a ações de conservação e restauro destes edifícios de modo a assegurar a sua continuidade.

²⁵⁸ ANDRADE, António Júlio, GUMARÃES, Maria Fernanda, Os Isidros, A epopeia de uma família de cristãos-novos de Torre de Moncorvo, Lema d'Origem, 2012, p. 122

²⁵⁹ Carta sobre o Património Vernáculo Construído ICOMOS, Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999

²⁶⁰ Fórum Valorização e Promoção do Património Regional atas das sessões, volume 2, Investigar e Valorizar o Património Estudos Judaicos Sítios Arqueológicos e Visitantes, 2007, p. 23 e 24

Também o valor dos documentos e fontes históricas deve ser considerado quando se trata de património cultural judaico. Como refletor da diversidade de línguas, povos e culturas, o património documental é o espelho do mundo e a memória da Humanidade.

Este património pelo seu carácter frágil e insubstituível deve constituir-se como uma prioridade das ações de gestão e programação, sendo salvaguardado e preservado.²⁶¹

Em relação à temática em questão, são diversas as obras e documentos espalhados por toda a região, desde coleções particulares a livros emblemáticos sobre o judaísmo em Trás-os-Montes.

É de salientar os processos da Inquisição contra os judeus, existentes na Torre da Tombo que preservam grande parte do que foi a história do judaísmo português, os registos dos Autos de Fé na obra de Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal – “Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança”, Tomo V, que nos elucidam para o que foi o judaísmo no distrito de Bragança, entre outras obras mais recentes que têm vindo a ser escritas e que já constituem parte do património judaico que deve ser inventariado para uma salvaguarda consciente e duradoura.

I.3 Comunidades e sinagogas em Portugal

A sinagoga como centro e símbolo do judaísmo acompanhou as comunidades judaicas em toda a sua diáspora, com o fim de ser usada como assembleia para a realização das orações públicas.

Apesar de não se saber bem a sua origem, pensa-se que terá surgido após a destruição do segundo templo, como casa de oração.

No português antigo sinagoga designava-se por “esnoga” (nome que se vê dado em algumas das ruas onde teriam estado estabelecidas judiarias), termo que ainda hoje é usado pelos judeus sefarditas de Portugal.

Em Portugal, por volta do ano de 1143 as comunidades de judeus mais importantes seriam as de Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora. Mais tarde, também as comunidades de Bragança, Chaves, Mogadouro e Guarda constituíram alguma relevância no panorama nacional.

No século XIII existiriam comunidades de judeus por praticamente toda a região transmontana, sendo que as que tiveram maior impacto devido à sua dimensão seriam as de Bragança, Argozelo, Carção, Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mogadouro, Rio Frio, Torre de Moncorvo, Vilarinho dos Galegos e Vila Flor.

²⁶¹ <http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/resources/multimedia/photo-galleries/preservation-of-documentary-heritage/>,
acedido a 7/07/2015

Ao longo da diáspora judaica portuguesa, estabeleceram-se inúmeras comunidades de norte a sul do país, chegando a população judaica a constituir entre a 15% a 20% da população portuguesa, havendo em 1497 mais de 140 judiarias espalhadas pelo país.

As comunidades judaicas em Portugal eram bastante estruturadas, organizadas e coesas, funcionando geralmente bem entre si em todos os locais onde se estabeleceram.²⁶²

Em alguns locais de Portugal onde existiram comunidades foram construídas sinagogas, sendo que nos casos onde não existiriam edifícios construídos com esse fim, as orações públicas seriam feitas em casas particulares de judeus.

Atualmente existem ainda em Portugal comunidades judaicas estruturadas e ativas, e portadoras da respetiva sinagoga que em alguns dos casos continuam a prestar serviços às comunidades hebraicas.

Uma dessas comunidades é a Comunidade Israelita do Porto que fora fundada pelo Capitão Barros Basto a 1 de agosto de 1923²⁶³. Esta é uma comunidade ortodoxa que conta, entre os seus membros com judeus oriundos do Egito, Índia, Rússia, Estados Unidos da América, Polónia, Espanha, Israel, Portugal, México e Venezuela.

Esta comunidade possui a sua própria sinagoga a Sinagoga Kadoorie Mekor Haim (Fonte de vida), que fora inaugurada em 1927 onde funcionaram serviços na área do culto, instrução e assistência.

Esta sinagoga é a maior da Península Ibérica e possui um edifício com uma mikvé²⁶⁴ em funcionamento, bem como soluciona questões de casherut²⁶⁵. O edifício da sinagoga data do século XVI (1569), possui um nicho de granito, de planta retangular, moldurado, de duas seções separadas por prateleira, que servia para guardar textos litúrgicos.²⁶⁶

O seu rabino é Daniel Litvak, natural da Argentina e o Comité Religioso é constituído por membros de Golders Green, Londres. Presta serviços como Cabalat Shabat²⁶⁷, Shaharit²⁶⁸, Min'há²⁶⁹ e Arbit²⁷⁰.

Esta Comunidade possui ainda um museu aberto ao público.²⁷¹

A Comunidade Israelita de Lisboa tem a sua origem nos grupos de judeus sefarditas que se instalaram em Portugal no final do século XVIII, princípios do século XIX antes até do fim da

²⁶² <http://lisboa.do.sapo.pt/PortJudeusCom01.html>, acedido em 29/04/2015

²⁶³ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 171

²⁶⁴ Balneário ritual.

²⁶⁵ Regras relacionadas com os alimentos.

²⁶⁶ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=34222, acedido em 29/04/2015

²⁶⁷ Serviço religioso celebrado para receber o Shabat (sábado).

²⁶⁸ Primeiro serviço religioso da manhã.

²⁶⁹ Oração da tarde, umas das três orações diárias.

²⁷⁰ Oração que se diz depois do sol-posto.

²⁷¹ <http://comunidade-israelita-porto.org/x#0>, acedido em 09/04/2015

Inquisição.²⁷² Mantém o seu funcionamento regular desde 1951, e é de referir que presta dois a três serviços diários na sua sinagoga Shaaré Tikva.

Esta sinagoga foi a primeira a ser construída de raiz em Lisboa, no século XX (1902-1904) e foi inaugurada a 18 de maio de 1904. O seu projeto é modelo para futuras construções de sinagogas na Europa. Possui um conjunto austero, regido por cânones que restringem o uso da pintura e escultura contrapondo-as com a articulação de volumes e a expressão decorativa da arquitetura e do mobiliário, com elementos decorativos de influência romana, bizantina e românica.²⁷³

Em 1997 este edifício foi classificado como imóvel de interesse público e entre 2002 e 2004 sofreu uma intervenção de recuperação intensa, tendo contado com o apoio financeiro e técnico do Estado Português.²⁷⁴

A comunidade israelita de Lisboa possui uma herança tradicionalista mas é liberal na sua prática quotidiana, encontra-se bem integrada na sociedade portuguesa e no seu escalão médio-alto. A maioria dos seus judeus têm profissões liberais, são médicos, juristas, economistas ou empresários.²⁷⁵

A Comunidade Judaica de Belmonte fora reconhecida oficialmente em 1989, sendo que atualmente é também das poucas comunidades que funciona ativamente. Possui uma sinagoga, a Beit Eliahu (Casa de Elias) que fora inaugurada a 4 de dezembro de 1996.²⁷⁶

Existe também em Belmonte um cemitério judaico (Fortune Azoulay) inaugurado no ano de 2001.²⁷⁷

A cidade de Tomar tem a mais antiga sinagoga do país, sendo a única a manter-se intacta e conservada desde o período anterior da expulsão dos judeus em 1497. Este edifício foi declarado como monumento nacional em 1921 e foi comprado mais tarde em 1923 por Samuel Schwarz que suportou os custos de limpeza e reparação do templo.

Esta sinagoga gótica de planta centralizada, com 3 naves e 3 tramos, semelhante à da sinagoga de Safed em Israel, construída pelo judeu sefardita de Toledo, Joseph Caro em peregrinação a Jerusalém, repetindo portanto uma tipologia peninsular, apresenta afinidades espaciais com a Cripta da Igreja Matriz de Ourém, com idêntico tratamento do espaço interno e semelhante sistema acústico (com bilhas dispostas com o bocal para baixo nos cantos da abóbada).²⁷⁸

²⁷² MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 168

²⁷³ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5109, acedido em 29/04/2015

²⁷⁴ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 506

²⁷⁵ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 171

²⁷⁶ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 108

²⁷⁷ <http://comunidadejudaicabelmonte.blogspot.pt/>, acedido a 09/04/2015

²⁷⁸ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3384, acedido em 29/04/2015

Em 1939, o edifício da sinagoga foi doado ao Estado Português com a condição de nele ser instalado o Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto. Este museu é símbolo vivo da comunidade judaica tomarense e fora reconhecida como monumento de interesse nacional em 1939. Aguarda a concretização do projeto de requalificação e revitalização museológica, tal como teria idealizado Samuel Schwarz.

A Sinagoga de Tomar está aberta a visitas e possui um considerado espólio de objetos doados por comunidades judaicas de todo o mundo. A conservação e guarda do templo apenas têm sido possíveis graças à dedicação e voluntariado de dois particulares Luís Vasco e a esposa Teresa Vasco.²⁷⁹

Em jeito de conclusão, pode-se afirmar que sendo Portugal um país pequeno ainda preserva a alma judaica em diversos edifícios e comunidades, no entanto este património cultural “grita” por uma intervenção urgente, para que esta herança possa continuar a representar-nos e a ser representada.

Como é apresentada a proposta de intervenção do património judaico para a região de Trás-os-Montes, também estes edifícios e estas marcas patrimoniais já foram intervencionadas e constituem a atual Rede de Judiarias que atua no sentido de preservar e proteger o património judaico existente em Portugal.

Desta forma, faria todo o sentido que também a Rede de Judiarias e as Comunidades do Porto, Lisboa e Belmonte bem como os espaços museológicos e as sinagogas atuais e antigas fizessem também parte do conjunto de parceiros que apoiam e colaboram com a “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes”, dando a oportunidade ao público de completar a sua experiência.

²⁷⁹ <http://www.sinagoga-tomar.org/p/sinagoga.html>, acedido a 09/04/2015

Capítulo IV - Proposta de gestão integrada

I. Enquadramento do território

“A gente entra, e já está no Reino Maravilhoso.”

Miguel Torga

Trás-os-Montes

Trás-os-Montes foi uma das seis grandes divisões administrativas, em que se encontrava dividido o território de Portugal, desde o século XV. A divisão era conhecida por comarca até ao século XVI, passando a partir daí, a ser conhecida por província.

Originalmente, o território de Trás-os-Montes é limitado a norte pela Galiza, a leste por Leão, a oeste pelo rio Tâmega e a sul, pelo rio Douro. Contudo, estes limites variaram ligeiramente ao longo dos tempos.

No início do século XIX, Trás-os-Montes incluía as comarcas de Bragança, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Vila Real. Mais tarde, a província passou a estar dividida nas comarcas de Bragança, Chaves, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Em 1835, a reforma administrativa dividiu Portugal em distritos e a província de Trás-os-Montes passou a agrupar os distritos de Bragança e Vila Real. A região natural de Trás-os-Montes e a região natural do Alto Douro foram agrupadas designando assim a província de Trás-os-Montes e Alto Douro, fazendo parte desde então o Alto de Trás-os-Montes do NUT III - Terras de Trás-os-Montes e o Alto Douro do NUT III – Douro.

A sub-região de Alto de Trás-os-Montes está limitada a norte e a leste com a Espanha, a sul com o Douro e a oeste com o Tâmega, o Ave e o Cávado. Ocupa uma área total de 12.861 km²²⁸⁰ representando aproximadamente 60% da superfície da região Norte, segundo os Censos de 2011²⁸¹ possui 222.832 habitantes.

É constituída por 15 concelhos: Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais.

A sub-região do Douro está limitada a norte com o Alto Trás-os-Montes, a leste com a Espanha, a sul com a Beira Interior Norte e o Dão-Lafões e a oeste com o Tâmega.

Ocupa uma área total aproximadamente de 4.112 km² que representa 40% da superfície da região de Trás-os-Montes, segundo os Censos de 2011²⁸² possui 205.902 de habitantes.

É constituída por 19 concelhos: Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa,

²⁸⁰ www.nerba.pt/pt/publicacoes/download/id/5, acedido em 18/03/2015

²⁸¹ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 18/03/2015

²⁸² <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 19/03/2015

Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real.

Apesar de Trás-os-Montes ser uma região de baixa densidade, sendo bastante afetada pela emigração para o estrangeiro e pela migração para os grandes centros urbanos do litoral, encontra-se hoje dotada de boas infraestruturas como o IC5, A4 e IP2 que têm vindo a permitir encurtar as distâncias e fazer frente aos problemas de isolamento e despovoação.

A geomorfologia presente nesta região é formada por um conjunto de altas plataformas onduladas cortadas por vales e bacias bastante profundas.

O clima é mediterrânico com influência continental, mais agreste e frio nas áreas planálticas e mais quente nas áreas profundas encaixadas do Douro, resultando em invernos rigorosos e verões quentes e secos.²⁸³

A cultura vínica está presente em toda a região de Trás-os-Montes, em especial na Região Demarcada do Douro onde a paisagem se individualiza com as suas imensas encostas e quintas.

A juntar-se aos vinhos tem também outros produtos agroalimentares de qualidade individual, dos quais estão incluídos o pão transmontano, as bolas e os folares, o bacalhau, os enchidos, o presunto, o cabrito e a vitela, nomeadamente a famosa posta mirandesa, também os peixes de rio, os grelos, o feijão, os cogumelos, as castanhas e os inúmeros doces conventuais, especialmente os de amêndoa.

Trás-os-Montes e Alto Douro foi desde muito cedo objeto de explorações mineiras como o ouro, o estanho e o chumbo. Ainda assim, esta zona não tem sido um polo atrativo para a implantação de indústrias.

É também uma das mais ricas regiões em achados arqueológicos de toda a ordem e de todas as épocas.

A cultura transmontana possui um folclore muito rico, como é o caso da música tradicional que é uma das mais relevantes do país.

O setor primário tem na região um peso muito significativo, nomeadamente a agricultura e a pecuária existindo uma produção de variados produtos agrícolas, carnes e queijos com menção honrosa.²⁸⁴

No setor empresarial são a agricultura, a indústria extrativa, a indústria transformadora, a restauração e a hotelaria, os transportes, a armazenagem, as comunicações e serviços, os principais setores explorados com especial destaque para as atividades agroindustriais de exploração de produtos de base regional e tradicional.

No que diz respeito ao potencial turístico, Trás-os-Montes apresenta-se dotado de um bastante vasto, pois é um território rico em património histórico, cultural, arquitetónico e

²⁸³ [http://www.infopedia.pt/\\$tras-os-montes-e-alto-douro](http://www.infopedia.pt/$tras-os-montes-e-alto-douro), acedido em 18/03/2015

²⁸⁴ <http://www.amtqt.pt/caracterizacao/>, acedido em 02/05/2015

ambiental,²⁸⁵ com principal destaque para os vestígios de civilizações passadas²⁸⁶, presentes numa paisagem que nos remete para um passado histórico e cheio de tradições.

Em termos ambientais, merecem destaque a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e o Parque Natural de Montesinho, bem como os sítios inseridos na Rede Natura 2000.²⁸⁷

Toda esta oferta turística é potenciadora de um aumento no investimento para fomentar o crescimento da oferta hoteleira.²⁸⁸

A região transmontana como se pode constatar é uma região estruturalmente rural e homogénea nos aspetos físicos, sociais, económicos e humanos. E ainda que, no geral se apresente uniforme todos os concelhos que a constituem possuem características singulares, que fazem desta região uma área diversificada tanto do ponto de vista paisagístico como cultural pois, como toda a zona norte de Portugal apresenta uma extraordinária riqueza e diversidade cultural.

Esta diversidade deve-se a uma grande variedade de condições naturais e culturais que este espaço tem para oferecer, que têm vindo a ser aproveitadas e adaptadas pela ação humana, onde se procura diminuir alguns aspetos e realçar outros, resultando numa multidiversidade.

Deste modo, todos os locais que constituem a região transmontana possuem uma paisagem única que reflete toda a sua história natural e cultural. E é esta diversidade que se pretende valorizar, seja para produzir cada vez mais e melhor, seja para se preservar os recursos naturais existentes e sobretudo a conservação da identidade e do património cultural.

O presente trabalho, pretende assim, caminhar neste sentido aliando a “procura consciente de um novo carácter, que integre a herança do passado com a procura de várias funções no presente e as expectativas em relação ao futuro”.²⁸⁹

Esta multifuncionalidade que Trás-os-Montes possui poderá servir de impulso para a sua afirmação pois, como se tem vindo a verificar as áreas rurais estão cada vez mais desertificadas devido à migração para o litoral do país e à emigração para países estrangeiros, a população está cada vez mais envelhecida e por consequência o investimento nestas áreas é fraco, tornando esta parte do país pouco atrativa, com uma oferta turística insuficiente, o que faz com que seja pouco sustentável a nível ambiental, económico e social.

Por estes motivos, é necessário investir em recursos que estejam ao alcance e Trás-os-Montes pois, além de toda a paisagem imaculada, ambiente límpido, gastronomia e cultura singular, possui também um legado patrimonial judaico que representa parte da sua história que apesar de nem sempre ser contada, constitui também parte da história de Portugal.

²⁸⁵ <http://www.amdourosuperior.com/assets/docs/indicadores.pdf>, acedido em 02/05/2015

²⁸⁶ A título de exemplo, as gravuras rupestres do paleolítico superior, patentes nos vales dos rios Côa e Douro.

²⁸⁷ <http://www.icnf.pt/portal/ap>, acedido em 02/05/2015

²⁸⁸ <http://www.icnf.pt/portal/ap>, acedido em 02/05/2015

²⁸⁹ PROJECTO PROVERE – Valorização da Rede de Património Judaico, Rede do Património Judaico Programa de Valorização dos Recursos Endógenos Entidade Líder – Município de Belmonte, p. 2

2. Introdução à proposta

“O tempo retardado da criação torna-se de facto o verdadeiro luxo.”

M. Guillaume – L’empire des réseaux (1999)

A vontade de criar uma “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” muito se deveu à importante e incrível história do povo judaico nesta região e ao seu carácter fantasioso, que de certa forma nos remete para um passado que apesar de não muito longínquo ficou para trás numa realidade que já não é a nossa. Custa a crer, que num país pequeno como Portugal e numa região atualmente em segundo plano, uma cultura que achamos tão alheia à nossa constitua hoje também parte do mundo atual.

O sermos herdeiros diretos desta herança patrimonial e de toda esta história inimitável e única, faz de nós os principais responsáveis pela sua salvaguarda e por legá-la às gerações futuras. E a melhor forma de não deixar este passado para trás é resgatando-o, dando-lhe continuidade.

Deste modo, é preciso intervir enquanto ainda assim é possível pois, este património apesar de ausente da memória coletiva existe, e começa a renascer para um presente e para um futuro que se espera que dê seguimento à história do judaísmo português.

Mais do que uma parte da nossa história que deve ser resgatada e legada, o património cultural judaico poderá integrar um conjunto de mais-valias para a região transmontana. E estas mais-valias não são apenas as económicas mas sobretudo, as sociais e culturais pois pretende-se criar um elo de ligação do património judaico com as pessoas e devolver-lhes esta parte da sua identidade que muitos desconhecem.

Como se pode constatar nos capítulos anteriores, o passado do povo português andou sempre de mãos dadas com o passado do povo hebraico e, ao longo dos vários séculos o seu contributo na cultura portuguesa foi notável. Por todos os locais onde passaram, cultivaram a sua fé e os seus hábitos e costumes mesmo que por vezes nas condições mais adversas e, com a convivência pouco pacífica com os cristãos permaneceram em terras transmontanas até ao século anterior.

Esta presença na região transmontana terá ganho mais força principalmente com as expulsões pelos Reis de Espanha em 1496, onde vários judeus ocuparam esta parte de Portugal para se refugiarem e, mais tarde após as conversões em massa por D. Manuel I.

Estes dois momentos podem ser considerados as duas principais grandes vagas onde se formaram numerosas comunidades judaicas, sendo que os judeus também após o Massacre de 1506 e aquando do aparecimento da Inquisição em 1536 procuraram Trás-os-Montes para se instalarem.

Foi esta intensa fixação durante vários séculos que Portugal lhes proporcionou, que fez com que ainda hoje esta região albergue um enorme legado patrimonial judaico.

Alguns historiadores defendem até que a população judaica tenha constituído ¼ da população portuguesa.²⁹⁰

Os vestígios desta presença podem ser encontrados em todas as terras transmontanas com alguma relevância, apesar de que em alguns casos, ainda que albergando grande parte da história judaica algum património está já pouco visível e deteriorado.

Apesar desta realidade, grande parte da população residente em Trás-os-Montes não tem conhecimento deste legado patrimonial e da relevância que os judeus têm na história dos portugueses.

Os possíveis descendentes que integram a população das localidades onde este património se encontra terão até conhecimento das suas eventuais raízes judaicas, no entanto são já poucos os que se interessam por seguir os preceitos da religião.

Deste modo, é necessário devolver a importância merecida à história do judaísmo português que por força do tempo se foi desvanecendo e, continuar a transmissão deste legado de geração em geração, tal como os antepassados assim o fizeram. E não só aos descendentes de judeus mas também a toda a população transmontana e portuguesa, para que este legado representativo de uma cultura de resistência e merecedora de reconhecimento de uma religião que é também Portugal e os portugueses, deixe de estar dispersa e seja acolhida.

Neste sentido e com o objetivo de resgatar, salvaguardar, rentabilizar, conservar e honrar este património cultural existente nestas terras que em muito contribuiu para os aspetos identitários e culturais da região, é fundamental a criação de um modelo de gestão e programação do património cultural que atue em diversas vertentes deste bem patrimonial que é o património judaico, fazendo assim renascer este passado.

A gestão e a programação assumem hoje um papel que não deve ser separável do património cultural pois, aliados permitem a criação de um processo de organização e estruturação do património, bem como rastreiam as suas possíveis necessidades/ dificuldades e procuram solucioná-las delineando objetivos e estratégias.²⁹¹

Antigamente, a gestão que passava apenas pela identificação, estudo, inventariação e conservação e musealização, atualmente requiere ações que visam além destas práticas, outras que explorem economicamente o património e que considerem como prioridade a atração do público.

Uma destas práticas é o marketing que aliado à gestão e programação permite a captação de diferentes públicos, criando diferentes formas de atração que cheguem a todos de igual forma e que conseqüentemente criam desenvolvimento económico, através de postos de

²⁹⁰ PROJECTO PROVERE – Valorização da Rede de Património Judaico, Rede do Património Judaico Programa de Valorização dos Recursos Endógenos Entidade Líder – Município de Belmonte, p. 19

²⁹¹ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 77

trabalho nos equipamentos patrimoniais e/ou culturais, na restauração, na hotelaria, nas empresas de venda de produtos locais, entre outros.

Esta realidade não terá apenas o intuito meramente económico mas sim o objetivo de gerar verbas que permitirão a melhor preservação e manutenção do património e que por sua vez conseguirá dar mais e melhores respostas ao público.²⁹²

Aliada à gestão, está a programação que tem como função desenvolver um conjunto de atividades dinâmicas, originais e variadas que ajudam no envolvimento das pessoas com o património, através do turismo cultural, das diversas instituições, escolas e universidades, de maneira a tirarem o melhor proveito dele.

Contudo a programação do património cultural não se basta a si própria e, às atividades programáticas junta-se a necessidade de meios financeiros e recursos humanos e tecnológicos, que auxiliem no alcance de determinados fins.²⁹³ Pois, mesmo que o património seja por si só algo que possa ser suficiente para captar o interesse das pessoas, a programação veio antecipar os desejos e as necessidades que possam surgir garantindo uma relação fiel dos públicos com o património, dando garantias de captação de novos.

Assim, a Rota Cultural dos Judeus pretende ser uma alavanca de um novo modelo de gestão e programação do património judaico que conjugando todos os bens patrimoniais e vestígios judaicos da região até agora registados, bem como um conjunto de iniciativas programáticas se torne numa estratégia eficiente de valorização, recuperação e dinamização deste património.

A realidade atual do judaísmo português, de um modo geral está muito ligado às cidades de Lisboa, Porto e Belmonte na Covilhã devido, talvez ao facto destes locais terem preservado e apoiado o património que ali perdurou e também, porque ali ainda existem comunidades que representam o judaísmo na melhor forma possível, através das pessoas.

Perante este facto, na maior parte das vezes nem se chega a saber da presença do judaísmo que existiu igualmente em Trás-os-Montes. No entanto, não restam dúvidas quando existem estudos genéticos de ADN que comprovaram que é nesta região que os marcadores judaicos são mais significativos.

Se é desconhecida a presença e a história judaica em Trás-os-Montes muito mais serão as marcas deixadas pelo povo judeu passíveis ainda hoje de ser observadas, bem como o seu potencial enquanto bens patrimoniais. E ainda que, os estudos e as investigações na temática do judaísmo em Trás-os-Montes permitam hoje em dia obter conteúdos suficientes acerca do legado judaico deixado nesta região, nem sempre esta informação chega a ser conhecida do grande público.

²⁹² TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 78 e 79

²⁹³ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 80

Por estas razões e muitas outras já apresentadas que exalam a necessidade de uma intervenção, é necessário um organismo que congregue toda esta informação de relevo relacionada com a história do judaísmo português e do mundo e a projete para a sociedade.

Atualmente existem inúmeras obras publicadas e várias pesquisas efetuadas e reconhece-se já algum valor a este património cultural e às mais-valias culturais, sociais e económicas que dele podem advir. Sendo que, todas as descobertas já feitas no âmbito deste universo formam já um leque de informação histórica importante que precisa de ser filtrada, organizada e gerida, e à medida que estas pesquisas e os estudos sobre a presença judaica em Portugal vão sendo realizados, mais certas se tem que a história Portuguesa não pode ser contada sem contarmos também a história dos judeus, ditando que é urgente incluí-la.

Apesar das iniciativas pontuais já lançadas por alguns municípios transmontanos detentores deste legado, da criação de equipamentos culturais que dão suporte a este património e de, a gestão do património judaico em Trás-os-Montes ir já ganhando algum fulgor é necessário criar um ponto de partida que se torne definitivo, no sentido em que a aposta neste PC seja contínua e permanente. É essencial que todo este património cultural material e imaterial se congregue e forme um organismo facilmente transmissível ao público e que primeiramente seja este organismo aglomerador de todo o património cultural a procurar o público e não o público a procurar este património cultural.

Deste modo, é fundamental a criação de um conjunto de iniciativas que farão com que este património ganhe alguma visibilidade, dando projeção aos locais que o albergam e à região envolvente, a nível nacional e internacional.

A “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” assume-se como um projeto turístico-cultural assente no património judaico – edifícios, marcas arquitetónicas, gastronomia, tradições e costumes – que data já de vários séculos atrás e testemunha o papel de relevo da história dos judeus na região transmontana.

Esta rota é pensada para integrar as localidades que até agora se mostraram com maior relevância em vestígios judaicos e que estão localizadas em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Estas localidades constituem-se neste trabalho com as “Portas da Rota” que permitirão ao visitante a entrada nesta viagem pela história do judaísmo em Trás-os-Montes.

No entanto, há que considerar a integração de novas localidades transmontanas, caso possuam igual potencial.

2.1 A “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes”: a proposta

Este projeto ancorado num extenso conjunto de vestígios judaicos de grande valor e características diferenciadoras, pretende através da implementação de ações de intervenção no âmbito da gestão e programação, regenerar, gerir, salvaguardar e apresentar o património tangível e intangível judaico ao público, constituindo assim o que será o princípio de uma gestão integrada deste legado patrimonial em Trás-os-Montes.

Esta rota que consiste na criação de uma viagem delineada levará as pessoas aos pontos ainda visíveis e conservados mais notáveis da herança judaica, até agora identificados na região transmontana permitindo o contacto direto das pessoas com este património desenvolvendo assim uma atividade de turismo cultural e turismo judaico, albergando também as componentes do turismo de memória e do turismo religioso.

Os visitantes teriam a oportunidade de visitar o interior norte do país em toda sua plenitude, percorrendo os seus meios mais urbanos, as cidades e os meios totalmente rurais, as pequenas aldeias, o que acabará por proporcionar ao visitante conhecer grande parte do território transmontano: Terra Quente, Terra Fria e Douro Superior.

Deste modo, esta rota assume responsabilidade na valorização dos recursos endógenos naturais, culturais, patrimoniais, simbólicos e agroalimentares e dos aspetos identitários e inimitáveis desta civilização.

A rota subdivide-se em três núcleos (núcleo da Terra Quente, núcleo da Terra Fria e núcleo do Douro Superior), cada um com uma “sede” que se ramifica para as restantes localidades, sendo que Mirandela representa a Terra Quente, Bragança a Terra Fria e Torre de Moncorvo o Douro Superior.

Estas três localidades são as que de uma perspetiva territorial, ocupam lugares mais disseminados e que mais facilmente poderão proporcionar a dispersão para as restantes terras. Sendo que, o núcleo da Terra Quente é constituído por Mirandela, Sambade e Vila Flor, o núcleo da Terra Fria é constituído por Bragança, Carção, Argozelo e Rebordelo e o núcleo do Douro Superior é constituído por Torre de Moncorvo, Felgueiras, Mogadouro, Bemposta, Vilarinho dos Galegos, Azinhoso, Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Numão, Freixo de Espada à Cinta e Lagoaça.

Visto, a rota abranger uma grande zona geográfica que diz respeito a três espaços territoriais distintos – Terra Quente, Terra Fria, Douro Superior - e podendo ainda ser aumentada faz todo o sentido que esta se divida nas três “sedes” - Mirandela, Bragança e Torre de Moncorvo – pois facilitará a dinâmica da rota e todas as necessidades a ela inerentes, tal como uma gestão de proximidade, a difusão da informação e a facilidade de acesso dos visitantes de terra em terra pois, todas as localidades aglomeradas têm localizações próximas umas das outras dentro do seu núcleo.

Da seguinte forma, a rota turística poderia tomar três rumos: o da Terra Quente começando na cidade de Mirandela, o da Terra Fria começando na cidade de Bragança e o do Douro Superior começando na vila de Torre de Moncorvo.

Esta atividade turística teria um caráter dinâmico, podendo ser realizada com ou sem um guia, efetuada em grupo ou individualmente, tendo os visitantes acesso a toda a informação necessária para a visita nas respetivas “sedes” de cada núcleo, nos postos de turismo e locais de informação turística.

Além do caráter principalmente cultural desta iniciativa, onde a “joia da coroa” da rota turística é o património cultural judaico, também o património natural não poderia ficar esquecido. E esta iniciativa de turismo cultural permitiria ainda usufruir de uma variedade de paisagens naturais, climas e especificidades que caracterizam cada zona da região.

Pois, apesar de as características serem comuns a toda a região transmontana, existem algumas que se tornam especiais dependendo da zona. Por exemplo, os verões quentes só na Terra Quente é que proporcionam a melhor vegetação e uma agricultura tipicamente mediterrânica, a elevada percentagem de áreas naturais protegidas na Terra Fria proporcionam paisagens deslumbrantes e o vale do Rio Côa, a proximidade e fronteira com Espanha, bem como a presença do rio Douro oferecem também vislumbres que só no Douro Superior podem ser contemplados.

Para que esta rota cultural se torne ainda mais atrativa para quem a visita, é importante que além de todos os pontos de interesse inerentes à rota, se congregue também no projeto um conjunto de outros recursos culturais que estejam ao alcance do visitante e que consigam satisfazer as suas necessidades.

Neste sentido, e como parte integrante deste projeto a “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” teria aliada a si um conjunto iniciativas fundamentais tanto a nível social como cultural e económico, que se dividem em duas tipologias: projetos âncora e projetos complementares.

Os primeiros projetos são os que a rota promoveria e que mais diretamente estariam ligados à mesma, e os segundos são os que as entidades parceiras, públicas e privadas dinamizariam.

Ambos compõem um conjunto de atividades que têm o intuito de envolver mais as pessoas com o património em questão, promover os locais inerentes à rota e incorporar estratégias eficientes de gestão e programação deste legado.

2.1.1 “Portas da rota”

Bragança

A cidade de Bragança e sede de distrito,²⁹⁴ terá sido umas das principais terras eleitas pelos judeus. Esta como as vilas de Vila Nova de Foz Côa e de Torre de Moncorvo, segundo Lúcio de Azevedo²⁹⁵ foram consideradas as “regiões clássicas do judaísmo” pois, terão recebido um vasto número de judeus e serão as que terão albergado comunidades com maior número de judeus.

Bragança está situada na sub-região de Alto Trás-os-Montes, região norte de Portugal e possui 21.853 habitantes na área do perímetro urbano. É sede do oitavo município português em extensão, com 1173.57 km² de área e 35.341 habitantes²⁹⁶, subdividido em 49 freguesias.

O município é limitado a norte e leste por Espanha (províncias de Ourense e Zamora), a sueste pelo município de Vimioso, a sudoeste por Macedo de Cavaleiros e a oeste por Vinhais.

A existência de judeus nesta cidade está documentada pelo foral de D. Sancho I no ano de 1187, em que se assegura a organização de uma comunidade judaica. Esta comunidade estaria incluída mais tarde na política de D. Dinis que incentivava à fixação dos judeus em terras transmontanas, incitando à exploração agrícola.

Também relativamente às comunidades, desenvolveu-se uma política de isenções e facilidades que fez com que várias comunas judaicas de Trás-os-Montes aumentassem o seu número de judeus.²⁹⁷

Décadas mais tarde, aquando das perseguições em Espanha terá sido autorizado por D. João II a entrada de cerca de 3.000 judeus em Bragança. Estes judeus seriam assistidos pelo rabinato que estaria sediado em Torre de Moncorvo.²⁹⁸

Aqui foi um dos locais onde a Inquisição mais atuou entre 1582-1583, sendo os judeus bragançanos os primeiros a serem presos pela Inquisição de Évora e de Lisboa.

A sua diáspora ocorreu nesta altura principalmente para a Espanha, seguindo-se para Génova, Florença, Veneza, Índia e África. Entre 1583 e 1605 foram presos cerca de 758 cristãos-novos só da cidade de Bragança.²⁹⁹

²⁹⁴ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. XXXIX

²⁹⁵ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. XXXIX

²⁹⁶ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/04/2015

²⁹⁷ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 116

²⁹⁸ BRANCO, Ilda Amália Fernandes, Mirandela Setecentista, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor, Porto, 2009, p. 232 e 233

²⁹⁹ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 117

Apesar de todas as repressões os judeus que conseguiram permanecer nesta cidade deixaram traços bem fortes da sua cultura e religião, sendo os primeiros a aderir à “Obra do Resgate” do Capitão Barros Basto, constituindo a primeira comunidade judaica transmontana.

Em 1928 fora constituída formalmente a Comunidade Israelita de Bragança, composta por famílias marranas que regressaram à sua religião³⁰⁰ e a 22 de julho do mesmo ano a sinagoga “Shaaré Pideon” (Portas do Resgate).

Esta sinagoga funcionaria no último andar de um prédio, edifício este que pode ser visto ainda hoje em Bragança. Está localizado no número 23, na rua que tem hoje o nome de “Rua dos Combatentes da Grande Guerra”, outrora “Rua Direita”.

Este antigo edifício da sinagoga possui uma arquitetura residencial, oitocentista, de planta retangular, com fachada principal de três pisos, regularmente rasgadas por vãos retilíneos, correspondendo no piso térreo a portas e nos superiores a janelas de peitoril com molduras de massa.

Era também nesta mesma rua que os judeus mais abastados residiam e tinham os seus comércios. A zona ao longo do Rio Fervença era toda habitada pelos judeus e estes estavam maioritariamente relacionados com a indústria do curtume e da seda. Aqui também existiu uma judiaria e um bairro oficial dos judeus, mas hoje em dia não restam vestígios nem marcas arquitetónicas judaicas visíveis nestes locais.

Também em Bragança foi criada uma Escola Israelita, onde se ensinava hebraico, inglês e francês onde alunos cristãos também iriam para aprender.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade de Bragança escondeu alguns dos refugiados judeus³⁰¹ e foi nesta altura que o declínio da Obra do Resgate que tanto impulsionou a criação destes locais, fez com que aos poucos a sinagoga fosse perdendo o sentido fechando as portas nos anos 40.³⁰²

Ainda assim, a história da cidade de Bragança e a história dos judeus estão indubitavelmente unidas e para selar essa união muitos autores escreveram e escrevem sobre esta ligação, de referir em particular Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal que dedicou um volume relativo aos judeus nas suas “Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança”. Como forma de revitalização e materialização desta herança patrimonial, está a proposta de criação de um Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Noroeste Transmontano, projetado pelo arquiteto Eduardo Souto Moura.³⁰³

³⁰⁰ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 119

³⁰¹ ³⁰¹ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 118

³⁰² MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 120

³⁰³ <http://questomjudaica.blogspot.com.es/2013/10/braganca.html>, acedido em 25/03/2015

O centro tem a sua inauguração prevista para o ano de 2016 e será certamente uma iniciativa promissora que em muito contribuirá para a preservação, salvaguarda, conhecimento e incentivo ao estudo deste legado.

Comprovando esta passagem da história judaica em Bragança estão os mais de 300 registos de Autos de Fé executados contra judeus que por lá passaram.³⁰⁴

Mogadouro

Mogadouro é uma vila situada na região norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes com cerca de 3.549 habitantes³⁰⁵, integrada no distrito de Bragança.

Faz fronteira com Espanha ao longo do rio Douro e está entre o vale profundo do Douro e a bacia do Sabor, ocupando o prolongamento do Planalto Mirandês que, por sua vez dá seguimento ao Planalto Leonês (região de Zamora e Salamanca).

É sede de um município com cerca de 758,7 km² de área, subdividido em 28 freguesias com 11.350 habitantes no total.³⁰⁶

Esta vila transmontana teve outrora, no século XIV uma enorme e estruturada comunidade judaica que terá tido uma grande influência em toda a região.

Esta comunidade cresceu ainda mais quando os judeus foram expulsos e emigraram para o norte de Portugal.³⁰⁷ Dizem os populares, que os judeus expulsos de Espanha com mais posses se estabeleceram na cidade de Bragança, os de classe média em Mogadouro e os mais pobres em Argozelo e Carção (freguesias do concelho de Vimioso).

Os judeus de Mogadouro eram maioritariamente comerciantes e artesãos mas paralelamente tratavam das suas terras agrícolas. Apesar de, não se saber exatamente onde estaria localizada a judiaria de Mogadouro devido às modificações das ruas, hoje ainda se pode observar na parte velha da vila edificações que mantêm bem conservadas as marcas arquitetónicas judaicas, como é o caso das ruas de João de Freitas, dos Távora, da Fonte e do Sagrado.

Nestas ruas podem-se ver cruces gravadas nas ombreiras, o estilo manuelino nas janelas, as inscrições gravadas nas fachadas, o corte das ombreiras a 45° em bisel e os nichos de pedra encastrados nas paredes interiores das habitações.

Especificamente na “Rua da Fonte” podem observar-se casas tipicamente judaicas com cruces gravadas nas ombreiras³⁰⁸, uma das marcas que os identificava como sendo conversos.

Nas casas situadas na “Rua dos Távora” podem-se ver marcas com traços manuelinos e ombreiras biseladas.³⁰⁹ Ainda na “Rua da Hera” pode-se ver um cruciforme numa pedra e

³⁰⁴ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 11-76

³⁰⁵ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 31/03/2015

³⁰⁶ <http://mogadouro.pt/cultura-mogadouro/concelho-mogadouro/142-concelho/125-caracterizacao-do-concelho>, acedido em 31/03/2015

³⁰⁷ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 26

³⁰⁸ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 42

ombreiras cortadas a 45° em bisel e na “Rua de João de Freitas” pode-se observar uma inscrição votiva.³¹⁰

Existe também uma zona no seguimento destas ruas que atualmente está deserta e onde já não se vêem quaisquer construções, que segundo o relato de moradores mais velhos seria o antigo lugar onde moravam os “pegados”³¹¹, há cerca de 70 anos atrás.

Esta terra teve em tempos três comunas, Mogadouro, Bemposta e Azinhoso que foram sedes de concelho. Apesar de, estas terras terem ainda o seu legado judaico as localidades com maior presença judaica, além de Mogadouro são as de Vilarinho dos Galegos e Lagoaça.³¹²

Na obra de Abade Baçal, “Memórias arqueológicas-históricas do distrito de Bragança, Tomo V, Os Judeus”, estão registados perto de meia centena de Autos de Fé a judeus de Mogadouro, entre 1584 e 1732,³¹³ o que revela a certeza de que a comunidade judaica seria bastante extensa nesta localidade.

Azinhoso

Azinhoso, freguesia de Mogadouro possui 307 habitantes e uma área de 30,71km²³¹⁴. Apesar de, atualmente ser uma aldeia também afetada pela desertificação motivada pela procura de melhores condições de vida por parte dos que lá moravam, facto que afeta todo o nordeste transmontano, Azinhoso foi em tempos considerada sede de concelho.

Apesar de, alguns edifícios terem sido modificados por reconstruções do século XIX, ainda hoje se identificam algumas casas com marcas distintivas dos hebreus, bem como vestígios que se pensa estarem relacionados com a sua passagem.

As marcas até agora registadas nesta freguesia são uma moradia com um cruciforme que apesar de ter sido restaurado apresenta-se como uma evidência, uma outra casa com duas rosáceas no vão da porta e ainda uma casa que é apontada pelos habitantes como sendo o local da antiga sinagoga, onde existe um cruciforme e os vãos das portas e janelas estão desalinados, características apontadas como típicas das habitações judaicas.

A presença hebraica nesta terra foi no passado bastante marcante principalmente a nível económico pois, existiam os “peleiros” que trabalhavam as peles, ofício este que gerava bastante dinheiro.

Ainda hoje existe em Azinhoso, o local de “pelames” que comprova isto mesmo.³¹⁵

Existe ainda um edifício onde está localizado o Museu de Arte Sacra, que também apresenta marcas judaicas como as portas em estilo manuelino e os crucifixos rasurados nas

³⁰⁹ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 43

³¹⁰ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 44

³¹¹ Designação popular que se refere aos judeus.

³¹² NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 27

³¹³ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 116, 117, 118, 119 e 120

³¹⁴ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 31/03/2015

³¹⁵ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 50

paredes, à semelhança do que acontece no Museu de Arte Sacra em Gouveia³¹⁶ (Guarda), onde se encontra o símbolo mais importante da presença judaica escrito em hebraico naquela cidade.

No entanto, as marcas visíveis em Azinhoso não representam certezas científicas se haverá ligação ou não pois, que seja do conhecimento ainda nenhum estudo foi elaborado neste sentido.

A freguesia de Azinhoso é bastante rica em património e uma das mais visitadas do concelho pois, possui uma Igreja Matriz do século XII, construção de traça românica, classificada como imóvel de interesse público, um pelourinho, uma ponte romana, a fonte de mergulho, a ermida da Senhora do Carrasco, entre outros lugares de peregrinação.³¹⁷

Assim, para ampliar esta oferta turística desta localidade poder-se-ia apostar na salvaguarda e valorização do património judaico para juntar ao restante legado patrimonial.

Nos registos do livro do Abade Baçal estão assinalados dois Autos de Fé, nos anos de 1696 e 1755 pela Inquisição de Coimbra contra Branca Lopes, originária de Castela, casada com António Lopes, tratante, natural de Azinhoso e Clara Maria, moradora em Bragança, casada com Francisco José, tecelão, natural de Azinhoso.³¹⁸

Bemposta

A freguesia de Bemposta foi também em outros tempos sede de concelho e com um número de população muito maior que o atual. É a maior freguesia do concelho de Mogadouro, com 602 habitantes, cerca de metade dos que tinha em outros tempos, numa área de 37,07 km².³¹⁹

A presença judaica nesta aldeia é histórica, no entanto não está tão visível como nas outras freguesias do concelho, ainda assim pode-se observar um pequeno quarteirão que pertenceu a famílias judaicas, onde as casas estariam todas ligadas entre si, através de portas secretas, sendo que uma destas casas é identificada como tendo pertencido à família judaica de apelido “Pereira”, apelido este muito usado nas famílias de judeus conversos e, também podem ver-se cruciformes, vãos das portas e janelas rasurados, embora em alguns casos já pouco perceptíveis.³²⁰

Existem na Torre do Tombo, cartas que comprovam a presença judaica em Bemposta bem como uma judiaria, no entanto não foi feito ainda nenhum estudo que tenha identificado o seu local.³²¹

No Auto de 4 de fevereiro de 1685 pela Inquisição de Coimbra, foi julgada Brites Lopes, viúva de Manuel Ribeiro, cardador natural da Bemposta.³²²

³¹⁶ <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/cidades/gouveia>, acedido em 19/08/2015

³¹⁷ <http://mogadouro.pt/autarquia-mogadouro/juntas-de-freguesia/274-freguesias/136-azinhoso>, acedido em 01/04/2015

³¹⁸ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 10

³¹⁹ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/04/2015

³²⁰ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 52

³²¹ <http://www.bemposta.net/antigamente/pdf/Judiaria.pdf>, acedido em 23/03/2015

Vilarinho dos Galegos

A freguesia de Vilarinhos dos Galegos é umas das freguesias do concelho de Mogadouro situada na zona da fronteira com Espanha. Possui cerca de 190 habitantes e uma área de 24,75 km².³²³

É uma das localidades mais citada quando se fala na história dos marranos de Trás-os-Montes pois lá moraram judeus ocultos até ao século XX.

Há cerca 500 anos atrás aquando da expulsão espanhola, vários judeus entraram em Portugal por Vilarinho, converteram-se ao cristianismo e tomaram aquela terra como sua chegando a constituir metade da população. Diz-se até que o nome “Galegos” lhe foi acrescentado por causa desses judeus.

Esta comunidade cresceu e tornou-se numa das maiores da região chegando até a denominar-se Vilarinho, como “terra de judeus”.³²⁴

Os descendentes destes marranos permaneceram, enquanto comunidade bastante sólida até meados dos anos 80, chegando a ser uma das maiores e mais importantes comunidades de marranos da região. Mantiveram-se sempre fiéis à sua religião, conheciam ainda os principais costumes e rezas e nunca deixaram de possuir o secretismo que lhes é tão característico.

Vilarinhos dos Galegos é também muitas vezes nomeada como terra de judeus de “quatro costais”, isto é judeus de quatro avós que vem provar que permaneceram quase sempre endogâmicos como manda a sua tradição.

Os judeus de Vilarinho dedicavam-se a vários ofícios, eram peleiros, tendeiros e verdadeiros negociantes.

Há um dado curioso, que diz que a comunidade judaica era bastante unida pois receavam que os cristãos-velhos lhes roubassem a fortuna pois, estes achavam que não havia problema em roubar os judeus pois dali a dez anos estariam ricos de novo, o que explica o facto quase sempre citado sobre a sua especial aptidão para os negócios e empreendedorismo.³²⁵

Em Vilarinho existem ainda algumas marcas arquitetónicas judaicas significativas que se podem observar. Em vários edifícios pode-se ver o corte longitudinal das janelas e ombreiras das portas, que dizem ser para anunciar que ali moravam seguidores da Lei de Moisés, duas supostas menorás³²⁶ inacabadas que se registaram num muro e no chão de um jardim privado, mas que hoje estão tapadas por vegetação^{327, 328} e também um local chamado “pelames” que seria onde se curtiam as peles, uma das usuais ocupações dos cristãos-novos.

³²² ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 11

³²³ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 31/03/2015

³²⁴ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 28

³²⁵ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 32

³²⁶ Candelabro de sete braços, um dos principais e mais difundidos símbolos do Judaísmo.

³²⁷ Durante a investigação, verificou-se que as duas menorás já não estão identificáveis no chão do jardim pois todo ele se encontra abandonado e com abundante vegetação. Neste local existe ainda um tanque em cimento onde os judeus faziam o vinho.

As memórias da comunidade judaica estão hoje ainda bastantes presentes no dia-a-dia desta localidade e dos seus moradores, sendo que ainda hoje os moradores são conhecidos como “judeus”.³²⁹

No entanto, após o contacto com alguns moradores pôde-se constatar que existe ainda um pouco de receio de se falar sobre os judeus que ali moraram.

Em relação aos Autos de Fé, estão registados cerca de treze onde são julgados judeus de Vilarinho pela Inquisição de Coimbra nos anos 1683, 1725, 1726 e 1732.³³⁰

Carção

A freguesia de Carção é um dos locais com maior herança patrimonial hebraica visível em Trás-os-Montes e uma das que possui o maior número de habitantes descendentes de judeus que lá se refugiaram no século XV.

Possui uma área de 27,60 km² e 419 habitantes³³¹ e está integrada no concelho de Vimioso, que pertence ao distrito de Bragança, região norte e sub-região do Douro e ocupa uma área de 481,5 Km² com 4.669 habitantes³³².

Abrange administrativamente 14 freguesias, com 8 aldeias anexas, duas das quais com sede em vila (Argozelo e Vimioso). É limitado a norte pela Espanha, a este e sudeste pelo concelho de Miranda do Douro, a sul pelo concelho de Mogadouro, a oeste pelos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Bragança.³³³

Esta localidade é um ponto de passagem obrigatório para quem se interessar pela temática judaica pois, toda a aldeia de Carção nos reporta para um passado que nos permite imaginar como seria a vida dos judeus que outrora lá moraram.

Esta freguesia tem bastante patente a importância do legado dos seus antepassados judeus, e mostram-no com orgulho através do brasão da freguesia que é representado com uma mezuzá³³⁴ e uma menorá³³⁵.

Os judeus que permaneceram em Carção influenciaram positivamente a sua economia devido às posses que tinham nas indústrias de curtumes, cola, destilação de aguardente, tal como na mentalidade dos restantes habitantes na altura que aprenderam a conviver com eles,

³²⁸ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 48

³²⁹ https://www.youtube.com/watch?v=3JX-5exB_KE, acedido em 19/03/2015

³³⁰ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 148 e 149

³³¹ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/04/2015

³³² <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/04/2015

³³³ <http://www.cm-vimioso.pt/concelho/localizacao.htm>, acedido em 01/04/2015

³³⁴ Nome de um dos mandamentos da Torá que ordena que seja afixado no umbral das portas um pequeno rolo de pergaminho que contém as duas passagens da Torá que ordenam este mandamento.

³³⁵ Candelabro de sete braços. É um dos principais e mais difundidos símbolos do Judaísmo.

acabando as críticas e as denúncias por serem em vão pois, os judeus mantiveram-se sempre fiéis à sua religião.³³⁶

Quem visita Carção logo se apercebe que está perante uma localidade onde a presença judaica é bastante forte. Estão espalhadas pela aldeia faixas com o título “Terra de Tradições”, que dá nome a um pequeno roteiro pela aldeia, onde é apresentada a informação relativa a cada marca ou edifício da história judaica nesta terra.

Os locais para o qual nos remetem estas faixas são a “Praça Luís David dos Santos” pois, sendo Carção uma terra de comerciantes, antigamente era neste espaço que se faziam trocas comerciais após a missa dominical. Por vezes, estes negócios acabavam em discussões entre judeus e lavradores. Também aqui se realizavam festas em honra da padroeira.

Nesta zona quase todas as casas tinham poços para curtumes (local onde se processava o couro cru) e ali também proliferou o artesanato, as tecedeiras e ferradores³³⁷.

A “Rua do Meio” onde moravam cristãos-novos, e onde se podem encontrar símbolos judaicos como cruciformes, o Leão de Judá, escritos hebraicos e o “Poço de Valenta”.

O “Bairro de Cima” onde residiam os abastados lavradores, cristãos-velhos.

O edifício onde morou o Rabi Domingos Oliveira no século XVII, que agora se encontra bastante degradado.

A “Antiga Praça de Carção” onde terá nascido Carção, que em tempos albergava um cruzeiro que foi demolido. Esta era uma zona de cristãos-novos e onde muitos deles foram condenados à morte na altura da Inquisição.

O “Largo das Fontes” construído em 1691 foi largo da sinagoga. Atrás da fonte, fazia-se aguardente em potes de cobre ao lume. Tem também uma pedra lavrada como processo da condenação de um cristão-novo à morte.

E por fim, o “Bairro de Vale Falcão” que em outros tempos foi habitado por cristãos-novos e cristãos-velhos.

Nesta aldeia os cristãos-novos e os cristãos-velhos não se misturavam, durante o dia os cristãos-novos costumavam frequentar a Praça Luís David dos Santos nos seus negócios e os cristãos-velhos estavam nos campos a lavar.

Além da identificação, salvaguarda e valorização de todos os vestígios apresentados, que já representam uma grande iniciativa de gestão do património judaico, também a freguesia de Carção investiu numa intervenção museológica e construiu o “Museu Judaico de Carção”.

Este museu está localizado na praça principal a “Praça Luís David dos Santos” e é um edifício reconstruído. Alberga dois pisos, um para exposições temporárias e outro dedicado apenas ao judaísmo onde estão retratados numa exposição fotográfica os ofícios dos marranos e sua religião.

³³⁶ ANDRADE, Júlio António, GUIMARÃES, Maria Fernanda, Carção, capital do marranismo, Associação Cultural dos Almocreves de Carção, Associação CARAMigo, Junta de Freguesia de Carção e Câmara Municipal de Vimioso, 2008, p. 7

³³⁷ Registos obtidos pessoalmente pela autora na freguesia de Carção.

Este museu pretende imortalizar esta parte da história de Carção ao mesmo tempo que quer captar mais turistas, tendo já um impacto muito positivo no turismo da aldeia.

Carção é também popularmente conhecida como a “Capital do Marranismo”, havendo um importante obra literária com o mesmo nome dos autores António Júlio Andrade e Maria Fernanda Guimarães, que têm vindo a prestar um forte contributo para a história dos judeus em Trás-os-Montes.³³⁸

Argozelo

A localidade de Argozelo no concelho de Vimioso é uma das maiores do distrito de Bragança, com 29,55 km² de área e 701 habitantes.³³⁹

Esta vila transmontana desenvolveu-se devido à exploração do volfrâmio, ao comércio e ao tratamento de curtumes.³⁴⁰ As duas últimas atividades estão diretamente ligadas aos judeus pois eram quase sempre desempenhadas por eles, sendo o símbolo do judeu atribuído aos peliqueiros e almocreves.

A presença hebraica em Argozelo remonta aproximadamente a 1492, altura em que se deu o Édito de Expulsão de Espanha. Sendo que, mais tarde e no seguimento das conversões por D. Manuel em 1497 passaram a exercer o judaísmo em segredo e o cristianismo na aparência.

Os judeus de Argozelo, de Carção e Vimioso estariam umbilicalmente ligados pois, devido aos casamentos endogâmicos formavam uma família.³⁴¹

Em Argozelo, pode-se encontrar ainda hoje o local que seria um bairro judeu, denominado de “Bairro de Baixo” onde moraram judeus conversos.

Está também visível a separação dos bairros, o que seria dos cristãos-novos e o que seria dos cristãos-velhos. No “Bairro de Baixo” moravam os cristãos-novos e nas suas casas tinham os tanques da salga das peles, no “Bairro de Cima” situava-se a parte nobre da terra, onde moravam os cristãos-velhos.

Um dos vestígios judaicos identificado, e mais representativo da presença hebraica nesta vila é uma cruz com mais de 350 anos, a que chamam “Cruz dos Judeus”.

Está situada, onde se pensa que em tempos tenha existido um cemitério judaico.

Em Argozelo existiram quase uma centena de processos de condenação a judeus por parte da Inquisição entre 1676 e 1727³⁴² o que indica que aqui terá existido uma comunidade numerosa.

³³⁸ ANDRADE, Júlio António, GUIMARÃES, Maria Fernanda, Carção, capital do marranismo, Associação Cultural dos Almocreves de Carção, Associação CARAmigo, Junta de Freguesia de Carção e Câmara Municipal de Vimioso, 2008

³³⁹ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/04/2015

³⁴⁰ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 118

³⁴¹ ANDRADE, Júlio António, GUIMARÃES, Maria Fernanda, Carção, capital do marranismo, Associação Cultural dos Almocreves de Carção, Associação CARAmigo, Junta de Freguesia de Carção e Câmara Municipal de Vimioso, 2008, p. 14

³⁴² ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 5-10

Rebordelo

Rebordelo é uma freguesia com 22,15 km² de área e 618 habitantes, que pertence ao concelho de Vinhais, no distrito de Bragança, região Norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes, que tem uma área de 694,68 km² e 10.646 habitantes, subdividido em 35 freguesias.³⁴³

Está limitado a norte e oeste pela Espanha, a este pelo concelho de Bragança, a sul pelos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mirandela e a oeste pelos concelhos de Valpaços e Chaves.³⁴⁴

Esta povoação é bastante antiga e assume-se como “terra de judeus”.

A sua sede de concelho, a vila de Vinhais, apesar de ter sido também moradia de judeus já não possui vestígios desta presença e apenas há registos desta freguesia como detentora deste património. Assim, por este motivo apenas Rebordelo consta desta proposta.

Em Rebordelo os testemunhos patrimoniais existentes que podem ainda ser vistos, apesar de não constituírem um número muito relevante destacam-se pela sua singularidade pois são raros em toda a região.

Destaca-se assim uma “Estrela de David”, situada num pilar de granito numa moradia no “Bairro das Pereiras” que terá sido em tempos casa do senhor Moisés Abrão Gaspar, cristão-novo.³⁴⁵

Esta marca em alto-relevo, apesar da vegetação que possui em volta encontra-se bastante preservada pelo tempo e de fácil observação.

Além desta marca que interessa destacar e preservar, existe ainda uma outra moradia que terá pertencido ao filho de Moisés Abrão Gaspar, Abrão Gaspar e que apresenta uma arquitetura única na localidade e que exalta uma certa grandiosidade.

Também uma outra moradia, com adornos nas janelas será de descendentes da família Gaspar, onde também está colocada uma placa com o nome da rua “A. Gaspar” que poderá ser uma homenagem a uma destas pessoas.

Apesar de Rebordelo apresentar uma zona mais antiga com diversas casas notoriamente mais arcaicas, não existem muitas mais marcas identificativas de presença judaica.

Esta localidade foi também uma das quais o Capitão Barros Basto visitou várias vezes, tendo estabelecido um núcleo de movimento, o que nos remete para a importância que a comunidade judaica de Rebordelo terá tido em tempos.

Estão registados cerca de dezasseis Autos de Fé pela Inquisição de Lisboa e Coimbra, entre 1660 e 1753.³⁴⁶

³⁴³ <http://www.espigueiro.pt/reportagem/9872ed9fc22fc182d371c3e9ed316094.html>, acedido em 24/03/2015

³⁴⁴ <http://www.cm-vinhais.pt/municipio/geografia.html>, acedido em 01/04/2015

³⁴⁵ Informação obtida através da Câmara Municipal de Vinhais.

³⁴⁶ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 128 e 129

Mirandela

A cidade de Mirandela, região norte, sub-região de Terras de Trás-os-Montes, do distrito de Bragança com 11.852 habitantes³⁴⁷, está situada nas margens do rio Tua e é também um dos locais que faz parte da história judaica.

É sede de um município com 658,96 km² de área e 23.850 habitantes, subdividido em 30 freguesias.³⁴⁸ É limitado a norte pelo município de Vinhais, a leste por Macedo de Cavaleiros, a sul por Vila Flor e por Carrazeda de Ansiães e a oeste por Murça e Valpaços.

A sua judiaria estaria situada nas atuais “Ruas do Tournal” e do “Rosário”, incluindo a “Travessa do Quebra-Costas”.³⁴⁹ Pensa-se que a presença judaica nesta cidade terá tido maior impacto com a Inquisição espanhola na primeira década do século XVII, com o aparecimento de alguns familiares de cristãos-novos de Mirandela que procuravam abrigo³⁵⁰, aumentando significativamente a comunidade mirandelense.

Estas ruas encontram-se atualmente modificadas e com poucas evidências, no entanto estão ainda visíveis dois edifícios que apresentam portas e janelas desalinhas e vãos e ombreiras de portas e janelas adornados.

Aquando das obras de reabilitação da antiga cadeia velha de Mirandela, foram encontrados símbolos judaicos, entre eles a Estrela de David nas portadas das janelas do 1º andar, mas que pelo seu estado avançado de degradação foram substituídas.

Além da cidade de Mirandela, ainda na freguesia de Pousada deste mesmo concelho (União de Freguesias de Avantos e Romeu), está gravada numa parede de madeira de um edifício bastante antigo uma estrela de David.³⁵¹

Existem mais de duas dúzias de Autos de Fé onde judeus de Mirandela foram julgados entre 1584 e 1730.³⁵²

Sambade

Sambade é uma freguesia que pertence ao concelho de Alfândega da Fé, distrito de Bragança, região norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes, com 5.104 habitantes.

O município é limitado a norte pelo município de Macedo de Cavaleiros, a leste por Mogadouro, a sul por Torre de Moncorvo e a oeste por Vila Flor. Esta freguesia fica situada a mais de 800 metros de altitude, é a maior freguesia do concelho e foi sempre uma das maiores e

³⁴⁷ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/04/2015

³⁴⁸ <http://www.cm-mirandela.pt/index.php?oid=631>, acedido em 01/04/2015

³⁴⁹ Informação obtida através da Câmara Municipal de Mirandela.

³⁵⁰ <http://questomjudaica.blogspot.com.es/2014/04/mirandela.html>, acedido em 24/03/2015

³⁵¹ Informação obtida através da Câmara Municipal de Mirandela.

³⁵² ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 113-116

mais populosas aldeias da região do nordeste transmontano³⁵³ com cerca 475 habitantes numa área de 31,49 km².³⁵⁴

Em relação à presença judaica neste concelho pouco ainda se estudou contudo, há fortes indícios de que os judeus tenham contribuído em grande parte para o desenvolvimento local.

Além dos processos da Inquisição, pensa-se que nos séculos XIV e XV existiu também em Alfândega da Fé uma comuna judaica. Contudo, até agora só em Sambade há registos que comprovam esta presença e influência.³⁵⁵

Nos estudos efetuados, descobriu-se um documento que remonta a 1758³⁵⁶ onde se pode ler que em 1640, os marranos de Sambade “vivem todos juntos num bairro (...) o bairro da gente da nação”. Também em outros documentos há registos de cristãos-velhos que terão descrito que os moradores daquele bairro teriam o costume de varrer na rua às sextas-feiras o espaço de suas casas, concluindo-se assim que seria o bairro onde moravam judeus.³⁵⁷

De facto, na aldeia de Sambade ainda hoje há uma zona chamada “Bairro dos Judeus” ou “Bairro Novo”.

Até ao aparecimento das fábricas modernas, Sambade terá sido o centro mais importante de produção de tecido de lã de Trás-os-Montes, principalmente de linho e seda.

Chegou a ter 250 artesãos a trabalhar na indústria têxtil³⁵⁸ e “albergava, no século XVII, uma laboriosa comunidade de cristãos-novos que tornavam florescente a indústria de tecidos de linho, lã e seda (...)”³⁵⁹

Maioritariamente, todos os judeus em Sambade trabalhavam como mercadores e tornavam crescente a indústria têxtil em todo o concelho.³⁶⁰ Contribuíram também para proliferação das feiras como comerciantes natos que eram, não só no concelho de Alfândega da Fé mas também em toda a região.³⁶¹

Em Sambade moraram felizes até à chegada da Inquisição que devastou toda a aldeia e pôs fim à comunidade judaica naquele local. A operação de limpeza aos judeus terá começado na primavera de 1640 e terminaria no mês de setembro do mesmo ano. Vários bens foram

³⁵³ ANDRADE, António Júlio, GUIMARÃES, Maria Fernando, Marranos em Trás-os-Montes, judeus novos na diáspora - O caso de Sambade, Lema d'origem, 2013, p. 15

³⁵⁴ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acessado em 27/03/2015

³⁵⁵ LOPES, Francisco José, As cartas de foral de Alfândega da Fé (1294-1510), Editora Lema d'Origem, 2015, p. 26

³⁵⁶ ANDRADE, António Júlio, GUIMARÃES, Maria Fernando, Marranos em Trás-os-Montes, judeus novos na diáspora - O caso de Sambade, Lema d'origem, 2013, p. 13

³⁵⁷ ANDRADE, António Júlio, GUIMARÃES, Maria Fernando, Marranos em Trás-os-Montes, judeus novos na diáspora - O caso de Sambade, Lema d'origem, 2013, p. 14

³⁵⁸ ANDRADE, António Júlio, GUIMARÃES, Maria Fernando, Marranos em Trás-os-Montes, judeus novos na diáspora - O caso de Sambade, Lema d'origem, 2013, p. 15

³⁵⁹ ANDRADE, António Júlio, GUIMARÃES, Maria Fernando, Marranos em Trás-os-Montes, judeus novos na diáspora - O caso de Sambade, Lema d'origem, 2013, p. contra capa

³⁶⁰ ANDRADE, António Júlio, GUIMARÃES, Maria Fernando, Marranos em Trás-os-Montes, judeus novos na diáspora - O caso de Sambade, Lema d'origem, 2013, p. 39

³⁶¹ LOPES, Francisco José, As cartas de foral de Alfândega da Fé (1294-1510), Editora Lema d'Origem, 2015, p. 27

retirados e pessoas condenadas, tendo a economia da terra e arredores sofrido uma grande queda.

Também judeus de localidades próximas como Vila Flor, Chacim, Vila Nova de Foz Côa, Mogadouro e Miranda do Douro foram apreendidos pela Inquisição dadas as ligações familiares e as denúncias de judeus que acabavam por ceder à pressão.

Na freguesia de Sambade só a Igreja Matriz se destaca como património material imóvel de relevo. Este seria em tempos o único monumento do concelho de Alfândega da Fé que merecia a classificação de imóvel de interesse público que lhe foi conferida pelo decreto 25336, de 15 de maio de 1935. Esta igreja tinha a classificação de abadia e o seu abade era comissário do Tribunal da Inquisição.³⁶²

Após a chacina aos judeus não restaram vestígios visíveis de património judaico, e por este motivo é importante que se efetue uma investigação nas moradias dos bairros que ilustre esta presença.

Sambade ocupa assim o lugar de umas localidades transmontananas que mais beneficiou da presença hebraica, mas que graças à política anti judaica que Portugal viveu naquele tempo já nada pode mostrar às gerações atuais e futuras.

Resta preservar toda a história passada que concede a esta localidade um papel de relevo no judaísmo português e que faz com que tenha todo o sentido de ser integrada neste projeto.

A ilustre obra que nos elucida acerca deste passado, dos autores António Júlio Andrade e Maria Fernanda Guimarães, “Marranos em Trás-os-Montes, Judeus-Novos na Diáspora – O caso de Sambade” é com certeza o primeiro passo para o estudo e conservação desta memória.

No livro do Abade Baçal encontra-se apenas um registo de um Auto de Fé da Inquisição de Coimbra em 1691, contra Luísa João, parte de cristã-nova, solteira, filha de António João, lavrador, natural de Sambade, moradora em Pinhel, originária de Castela, com 20 anos.³⁶³

Vila Flor

Vila Flor é uma vila pertencente à região norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes do distrito de Bragança, com 2.392³⁶⁴ habitantes.

É sede de um município com 265,81 km² de área e 6.697³⁶⁵ habitantes, subdividido em 14 freguesias. É limitado a nordeste pelo município de Macedo de Cavaleiros, a leste por

³⁶² ANDRADE, António Júlio, GUIMARÃES, Maria Fernando, Marranos em Trás-os-Montes, judeus novos na diáspora - O caso de Sambade, Lema d'origem, 2013, p. 14

³⁶³ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 129 e 130

³⁶⁴ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>

³⁶⁵ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>

Alfândega da Fé, a sueste por Torre de Moncorvo, a sudoeste por Carrazeda de Ansiães e a noroeste por Mirandela.³⁶⁶

Esta vila já teria uma comunidade judaica desde o século XIII sendo que, esta terá aumentado significativamente com os refugiados que fugiam às perseguições. Ali desenvolveram a agricultura, o comércio e as artes de curtume e ourivesaria.

A antiga judiaria de Vila Flor situava-se entre a “Rua Nova” e a “Travessa da Rua Nova”, muito próximo do "Arco de D. Dinis", abrangendo a “Travessa da Fonte Romana”, “Ruas D. Dinis”, do “Saco e da Portela”, locais ainda hoje é possível visitar.³⁶⁷

Nas “Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança” do Abade de Baçal, estão registados cinco Autos de Fé a judeus de Vila Flor entre 1573 e 1725.³⁶⁸

Torre de Moncorvo

A vila de Torre de Moncorvo pertence ao distrito de Bragança, região norte e sub-região do Douro, e alberga 2891 habitantes.³⁶⁹

É sede de um município com 531,6 km² de área e cerca de 8572 habitantes³⁷⁰, subdividido em 17 freguesias. Apesar de atualmente possuir apenas metade da população da década de 50, é o concelho mais comercial e "urbano" do Douro Superior e também o que apresenta o maior número de serviços públicos.³⁷¹

Este município é limitado a norte pelos municípios de Vila Flor, Alfândega da Fé e Mogadouro, a sueste por Freixo de Espada à Cinta, a sudoeste por Vila Nova de Foz Côa e a oeste por Carrazeda de Ansiães.

A sua viagem pela diáspora judaica terá começado com a expulsão de Espanha, onde vários judeus se instalaram nos campos da Vilarça e posteriormente em Torre de Moncorvo. Também com o decreto de expulsão de D. Manuel I, os cristãos-novos que se instalaram nesta terra vieram tornar este centro num dos mais importantes do norte de Portugal.³⁷²

A presença judaica em Torre de Moncorvo é uma das mais imponentes pois, os vestígios são ainda hoje bastante visíveis e presentes na vila estando identificados, conservados e salvaguardados.

A comunidade judaica moncorvense foi das poucas que teve um rabino oficial, que uma vez por ano visitava a vila e ouvia os pedidos dos judeus.

³⁶⁶ <http://www.cm-vilafior.pt/freguesias/7>, acedido em 20/04/2015

³⁶⁷ <http://questomjudaica.blogspot.com.es/2014/01/vila-flor.html>, acedido em 25/03/2015

³⁶⁸ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 140

³⁶⁹ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/04/2015

³⁷⁰ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/04/2015

³⁷¹ <http://www.torredemoncorvo.pt/geografia>, acedido em 01/04/2015

³⁷² <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/index.php/cidades/torre-de-moncorvo>, acedido em 20/04/2015

A sua judiaria apesar de não estar identificada confirma-se que terá existido desde a Idade Média e que estaria localizada nas traseiras da atual Igreja da Misericórdia, na rua que veio a ser posteriormente a “Rua Nova”.³⁷³

A marca judaica tanto em património arqueológico como em tradição influenciou a população da altura e as gerações vindouras. Sendo este património integrante da história dos moncorvenses e representante dos seus antepassados, o Município de Torre de Moncorvo realizou e continua a realizar medidas de gestão deste património que acabou por projetar numa “Rota dos Judeus em Torre de Moncorvo.”

Esta rota é um passo importante na preservação e salvaguarda desta herança patrimonial, consistindo na passagem por lugares que estão ligados à presença judaica e que constituem o legado judaico nesta vila.

Os lugares e edifícios que constituem assim o património cultural material judaico de Torre de Moncorvo são a Igreja da Misericórdia, onde “Vasco Pires do Castelo, cristão-novo, recebia o dinheiro que se dava de esmola quando se fez a Casa da Misericórdia. O Dr. André Nunes, advogado, terá sido um dos primeiros provedores daquela casa. E seria também o líder do movimento de apoio ao Prior do Crato para Rei de Portugal, na área da comarca de Torre de Moncorvo, razões pelas quais esta edificação está incluída na rota.”³⁷⁴

Este edifício que sem a contribuição financeira dos judeus não seria certamente tão grandioso ostenta na fachada um portal de estilo renascença, com dois bustos, nicho e frontão, encimado por dois óculos e campanário.

O seu interior apresenta um belo retábulo barroco, mobiliário e imaginária.

Possui ainda, um púlpito em granito de forma poligonal (talhado num só bloco de granito, dos mais belos da renascença portuguesa) de características renascentistas.

A Igreja da Misericórdia está classificada como imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 129/77, de 29/9.

A Casa da Sinagoga é também um dos locais inerentes à rota pois, “até 1496 os judeus viviam em Torre de Moncorvo separados dos cristãos, num arrumamento próprio a que chamavam judiaria. Depois que a religião judaica foi proibida, as judiarias extintas e as sinagogas encerradas, aquele espaço tomou o nome de Rua Nova. Nessa rua ainda hoje existe uma casa daqueles tempos que a tradição popular sempre identificou como sendo a sinagoga dos judeus”.

A Rua dos Sapateiros era “pelos anos de 600, praticamente toda povoada por gente da nação (judeus). Seria Manuel Rodrigues Isidro que teria a maior e mais opulenta casa da rua, “o melhor solar de Moncorvo”, recebida em dote de casamento, avaliada em 200 mil réis. Seria esta mesma casa que, dois séculos e meio depois foi adquirida por D. Antónia Adelaide Ferreira e que terá sido destruída por um incêndio”.

³⁷³ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 119

³⁷⁴ <http://www.torredemoncorvo.pt/classificado>, acedido em 27/03/2015

A Casa da Pelicana, “situada na rua Prior do Crato é chamada assim por lá terá nascido Violante Gomes, a Pelicana, de alcunha, a qual foi a mãe de D. António, o malogrado pretendente ao trono de Portugal. A alcunha de Pelicana tê-la-á ganho pelo facto de usar um lenço na cabeça com pintura daquela ave mítica para judeus e marranos”.

A Praça do Município era um “espaço comercial por excelência, e o mais desejado por judeus e marranos para a realização das feiras. O caso terá mesmo originado uma luta política entre o poder municipal e os mercadores judeus liderados por Juça Marcos, rendeiro do almoxarifado de Torre de Moncorvo, reivindicando estes que a feira se fizesse na praça e os vereadores dentro das muralhas da vila”.

A Casa dos Navarros, “ ao findar do primeiro quartel do século XX, foi lançada, a partir do Porto, pelo capitão Barros Basto, a chamada Obra do Resgate. E seria no rés-do-chão da casa da família Navarro, ao Rossio, que a comunidade judaica de Torre de Moncorvo se reunia então em sinagoga, razão por que também lhe chamam a sinagoga nova”.

O Tríptico da Igreja Matriz ou Tríptico da Santa Parentela, “Manuel Rodrigues Isidro, um destacado mercador portuense, era também um dos grandes importadores nacionais de arte da Flandres. Quando foi preso, tinha em armazém 18 ou 24 (ele não sabia ao certo) painéis de madeira importados de Bruxelas. Terá sido por seu intermédio que o famoso tríptico da Santa Parentela veio para a Igreja Matriz de Torre de Moncorvo. Por esta e outras razões se pensa que o dinheiro dos marranos foi fundamental para a construção do grandioso templo e aquisição do seu mobiliário”, daí este edifício estar também incluído na rota.

E por fim, a Casa da Inquisição “chamam-lhe assim por nela terem ficado instalados os inquisidores do Santo Ofício quando se deslocavam a Torre de Moncorvo em visitaçã, a inquirir testemunhas, fazer devassas e outras diligências. É também conhecida por casa dos Jesuítas, já que na fachada principal ostenta o emblema desta ordem religiosa, esculpido em pedra granito.”³⁷⁵

Não estando incluído na atual Rota dos Judeus em Torre de Moncorvo, mas que para esta rota que se propõe interessa também mencionar, é o Chafariz de Horta que regava um complexo agrícola na Quinta de Montesinho e alimentava um lagar de azeite no olival das Bolas, ambos pertencentes à população hebraica.³⁷⁶

O marranismo manteve-se vivo em Torre de Moncorvo até ao séc. XX e em 1917, quando Samuel Schwarz veio estudar os vestígios judaicos portugueses, existiam ainda nesta localidade descendentes de cristãos-novos.

³⁷⁵ Informação obtida através do Posto de Turismo de Torre de Moncorvo (informação em suporte de papel).

³⁷⁶ ANDRADE, António Júlio, GUMARÃES, Maria Fernanda, Os Isidros, A epopeia de uma família de cristãos-novos de Torre de Moncorvo, Lema d'Origem, 2012, p. 121

Alguns destes descendentes assumiram um papel de relevo na história da diáspora judaica portuguesa, como é caso de Manuel Rodrigues Isidro³⁷⁷, banqueiro do rei de Espanha, e o seu irmão Vasco Pires Isidro que fundaram uma das mais globais companhias comerciais da Europa (Moncorvo, Madrid, Porto, Rouen, Amsterdão, Hamburgo).

Estes irmãos foram perseguidos pela inquisição (processo que se pode encontrar no arquivo da Torre do Tombo),³⁷⁸ e em Hamburgo Manuel Rodrigues Isidro ajudou a fundar um dos mais antigos bancos do mundo.

Com todo este espólio judaico, Torre de Moncorvo continua a apostar no investimento e valorização deste património, organizando pela primeira vez em Trás-os-Montes um “Encontro de Judeus em Portugal” que contou com a participação de cerca de uma dezena de investigadores do judaísmo e que além de comunicações, apresentações de obras, de uma visita guiada pela “Rota dos Judeus de Torre de Moncorvo”, efetuou o descerramento da placa do futuro Centro de Estudos Judaicos e a assinatura do contrato de promessa de aquisição do edifício da antiga sinagoga. Diversas iniciativas que vêm contribuir ainda mais para o desenvolvimento da vila, especialmente para o seu turismo cultural que começa também a ganhar alguma relevância nas localidades transmontanas.

A comprovar a presença dos judeus neste importante centro criptojudaico estão os mais de trezentos Autos de Fé a judeus de Torre de Moncorvo.³⁷⁹

Felgueiras

Felgueiras é uma freguesia pertencente ao concelho de Torre de Moncorvo, com 22,95 km² e 438 habitantes, com uma densidade populacional de 19,1 hab/km².

Segundo as informações do Abade de Baçal no Tomo V das suas memórias, em Felgueiras ainda existiria a circuncisão com alguma frequência nas crianças em casos especiais (prepúcios de cabeça coberta, como vulgarmente se dizia) como medida higiénica.

Esta prática seria rodeada de muito secretismo, devido às habituais pressões que a Igreja Cristã exercia sobre a comunidade judaica.³⁸⁰

Tal como já se referiu, a circuncisão era uma das principais práticas judaicas mas que ao longo dos tempos acabou por se extinguir por completo.

Os judeus marranos em Felgueiras dominariam a indústria moageira, do ferro e de panificação, abastecendo grande parte do concelho de Torre de Moncorvo.

³⁷⁷ Mais Informação acerca de Manuel Rodrigues Isidro em ANDRADE, António Júlio, GUMARÃES, Maria Fernanda, Os Isidros, A epopeia de uma família de cristãos-novos de Torre de Moncorvo, Lema d'Origem, 2012

³⁷⁸ <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2350101>, acedido em 20/04/2015

³⁷⁹ <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/index.php/cidades/torre-de-moncorvo>, acedido em 20/04/2015

³⁸⁰ ALVES, Francisco Manuel, Memórias históricas do distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, Câmara Municipal de Bragança/ Instituto Português de Museus – Museu do Abade Baçal, 2000, p. XLVI

Estes judeus eram proprietários da maioria dos moinhos existentes na ribeira de Santa Marinha em Felgueiras e no ribeiro dos moinhos no Felgar – Larinho. O mesmo acontecia na indústria da tecelagem, linho e da seda ou no fabrico de sabão.

A atividade dos cerieiros em Felgueiras era também bastante importante, chegando a constituir-se como o centro de fabrico de velas, exportando para quase todo o norte do país.

Ainda hoje, esta atividade tem grande importância para a população que aqui reside.

O lagar da cera de Felgueiras situado na ribeira de Santa Marinha é o exemplo hoje visível que testemunha esta presença judaica nesta localidade, este seria um lugar comunitário de prensa de vara, onde todos os cerieiros iriam fazer a cera.³⁸¹

Ainda que muito provavelmente tenham havido mais Autos de Fé contra os judeus de Felgueiras, no livro das memórias de Abade de Baçal apenas um é referenciado.

Terá sido o Auto de Fé de 2 de agosto de 1551 pela Inquisição de Évora a Lourenço Luís, trabalhador, viúvo de Apolónia Maria, natural de Felgueiras e morador na freguesia de S. Tiago, termo da vila de Terena (distrito de Évora), acusado de ser culpado por reincidências de curas e bênçãos supersticiosas.³⁸²

Vila Nova de Foz Côa

Vila Nova de Foz Côa é uma localidade que fica situada a norte do Distrito da Guarda, região norte e na sub-região do Douro, com 3.086 habitantes e 90,17 km² de área.

É sede de um município com 398,2 km² de área e 7.312 habitantes, subdividido em 17 freguesias.³⁸³ Está limitada pelos concelhos de Torre de Moncorvo e Carraceda de Ansiães a Norte, com Meda e Pinhel a Sul, Figueira de Castelo Rodrigo a Este e a Oeste com São João da Pesqueira e Penedono.³⁸⁴

A informação documental existente sobre a presença judaica neste concelho remonta ao século XVI, ano de 1541.

Terá sido o aumento da repressão inquisitorial que fez com que também muitos outros cristãos-novos com poucos recursos, residentes em outras localidades como Marialva, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, entre outras fugissem para esta vila.³⁸⁵ Também a difícil relação de cristãos-novos com cristãos-velhos fez com que judeus de outras classes dispersassem para localidades do Alto de Trás-os-Montes, no nordeste transmontano. Os que lá permaneceram antes e depois das repreensões da Inquisição e dos cristãos-velhos, com sua habilidade no trabalho nomeadamente na indústria fizeram com que a vila de Foz Côa prosperasse.

³⁸¹ ANDRADE, António Júlio, GUMARÃES, Maria Fernanda, Os Isidros, A epopeia de uma família de cristãos-novos de Torre de Moncorvo, Lema d'Origem, 2012, p. 122

³⁸² ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 166

³⁸³ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho/freguesias/79-concelho/freguesias/66-freguesia-de-vila-nova-de-foz-coa>, acedido em 01/04/2015

³⁸⁴ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho>, acedido em 01/04/2015

³⁸⁵ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 542

Os judeus que lá residiam estavam todos próximos uns dos outros, junto à praça principal nas “Ruas do Relógio”, da “Barca” e no “Sítio da Lameira”, longe dos cristãos-velhos.³⁸⁶

Numa das casas lá existente pode ler-se “voto de cristão-novo” numas das portas e é também neste bairro que se localiza o edifício correspondente à antiga sinagoga, agora Capela de Santa Quitéria.³⁸⁷

Este edifício possui uma arquitetura religiosa e data do século XVII. É uma capela de pequenas dimensões, de planta hexagonal, com fachada principal enquadrada por pilastras toscanas firmadas por pináculos boleados, rematada por cornija reta e beiral simples, coroada por sineira em arco de volta perfeita. Rasga a fachada portal com moldura simples, em arco de volta perfeita assente sobre impostas salientes. Sob a cornija, apresenta painel de azulejos decorativo, tipo tapete, representando a anunciação. No interior paredes forradas a azulejos de padrão azuis e amarelos sobre fundo branco.³⁸⁸

Muitos dos judeus de Foz Côa, persistentes na sua religião e nos seus valores, faziam cumprir a tradição e cumpriam os jejuns, as leis diatéticas, as bênçãos e as orações. Estas ações acabaram por criar desconfiança e a partir de 1541 surgiram os primeiros processos, estando identificados mais de 130 processos inquisitoriais por judaísmo contra naturais ou moradores de Vila Nova de Foz Côa, sendo que o último ocorreu em 1763 onde já não houve sentença.³⁸⁹

Em Vila Nova de Foz Côa restam muito poucos edifícios judaicos pois esta vila sofreu bastantes alterações e reparos ao longo dos tempos. Ainda assim, restam tradições judaicas como é o caso do fabrico de ferro, latão e outros metais.³⁹⁰

É importante referir que esta vila transmontana pertence atualmente à Rede de Judiarias de Portugal - Rotas de Sefarad, associação com carácter público mas de direito privado, que tem como objetivo uma atuação conjunta, na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica.³⁹¹

Freixo de Numão

A freguesia de Freixo de Numão pertencente ao concelho de Vila Nova de Foz Côa possui 36,35 km² de área¹ e alberga 609 habitantes³⁹².

Esta antiga localidade terá hospedado um grande número de judeus sobretudo aquando a expulsão de Espanha em 1492, o que fez com que no princípio do século XVI fosse a terra mais populosa da região.

³⁸⁶ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 543

³⁸⁷ Informação obtida através do Posto de Turismo de Vila Nova de Foz Côa (dados não oficiais).

³⁸⁸ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=18571, acedido a 29/04/2015

³⁸⁹ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 543

³⁹⁰ <http://questomjudaica.blogspot.com.es/2013/10/vila-nova-de-foz-coa.html>, acedido a 25/03/2015

³⁹¹ <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/>, acedido a 20/04/2015

³⁹² <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido a 07/07/2015

Este aumento da população fez com que a Freixo de Numão se revitalizasse enquanto localidade, atingindo o seu auge em 1496.³⁹³

De vestígios judaicos pode ver-se a Casa Judaica, construção típica da época (século XVI) em que os judeus ali viviam. Possui janelas manuelinas e uma inscrição no portal de entrada.

Além do património judaico, esta freguesia abona bastante riqueza patrimonial, como é o caso do Museu da Casa Grande, integrado na Rede Portuguesa de Museus, sítios arqueológicos, as minas de volfrâmio, a cultura vinícola, património religioso e a deslumbrante paisagem sobre o Douro.³⁹⁴

A Inquisição terá atuado também nesta vila, processando cerca de 156 cristãos-novos entre 1569 e 1764.³⁹⁵

Freixo de Espada à Cinta

A vila de Freixo de Espada à Cinta pertencente ao distrito de Bragança, região norte e sub-região do Douro, com 2.188³⁹⁶ habitantes foi um local com importante presença judaica, que se manteve depois do édito de expulsão e das conversões.³⁹⁷

É sede de um município com 245,1 km² de área l e 3.780 habitantes³⁹⁸, subdividido em 6 freguesias. Está limitado a norte pelo município de Mogadouro, a leste e sul pela Espanha, a sudoeste por Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa e a oeste e noroeste por Torre de Moncorvo.³⁹⁹

A sua comunidade judaica apesar de ter sido sempre bastante numerosa, cresceu ainda mais com a chegada dos judeus expulsos de Espanha. E ao mesmo tempo que foi local da chegada de vários judeus no século XV, no século XVI foi palco da partida de uma grande parte destes cristãos-novos para a Índia e para a América.

Os movimentos migratórios dos judeus para a vila de Freixo de Espada à Cinta contribuíram em grande parte para o seu engrandecimento e desenvolvimento, sendo que os investimentos e conhecimentos obtidos nos descobrimentos (1415-1543) financiaram luxuosas obras públicas e moradias desta vila. Talvez este facto, justifique a quantidade de construções nobres de estilo manuelino que abundam em vários edifícios, onde também se pode observar uma grande quantidade de simbologia judaica, principalmente cruciformes.

Existem cerca de 150 portais ogivais e janelas de estilo manuelino, para além da decoração típica deste estilo nas moradias quinhentistas existentes, todas com portadas de

³⁹³ <http://www.redejudariasportugal.com/index.php/pt/cidades/vila-nova-foz-coa>, acedido a 07/07/2015

³⁹⁴ <http://www.aldeiasportugal.pt/sobre/87/#.VbJRo7NViko>, acedido a 24/07/2015

³⁹⁵ <http://www.cm-fozcoa.pt/index.php/o-concelho/freguesias/79-concelho/freguesias/60-freguesia-de-numao>, acedido a 07/07/2015

³⁹⁶ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/05/2015

³⁹⁷ MEA, Azevedo Elvira, Muczick Esther, Tavim S. R. Alberto José, Muczick Liba Lúcia, Dicionário do Judaísmo Português, Editorial Presença, Lisboa, 2009, p. 119

³⁹⁸ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/05/2015

³⁹⁹ http://www.cmfreixoespadacinta.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=62&Itemid=72, acedido em 01/04/2015

granito (material nobre e caro), com uma porta larga em arco comercial para o piso térreo e outra mais estreita de serventia para o piso habitacional.

O edifício que mais ostentação apresenta é a chamada “Casa dos Carrascos” (nome dos proprietários), que se encontra à entrada da parte antiga da vila onde as moradias têm praticamente todas características manuelinas. Esta casa em particular apresenta na sua porta principal três ramos de árvore truncados, cada um com quatro galhos, num total de doze, em alusão às doze tribos de Israel, como também se pode ver em outras moradias.

A janela do segundo andar desta casa está decorada com uma rosácea de seis pontas (como o hexagrama judaico) em meio da data de 1557 e da palavra “Zuzarte” indicando o nome original da família que a construiu.⁴⁰⁰

Numa outra habitação existe um pequeno recetáculo ornamentado que se pensa ser um Aron Kodesh “arca sagrada”, onde se guardava os Sifrei Torá⁴⁰¹ de uma sinagoga.⁴⁰² Geralmente, é posicionada na parede que está na direção de Jerusalém e para o qual se voltam os judeus em oração.

Ao percorrer esta parte da vila manuelina podem ver-se inúmeras portas em arco, janelas trabalhadas em estilo manuelino, cruces em ferro nas janelas, três ramos de árvores truncados no granito, entre outras marcas.

Da população judaica de Freixo de Espada à Cinta estão registados cerca de trinta e dois Autos de Fé pela Inquisição de Lisboa e de Coimbra entre 1685 e 1732.⁴⁰³

Esta vila transmontana, tal como Vila Nova de Foz Côa, pertence atualmente à Rede de Judiarias de Portugal - Rotas de Sefarad.

Lagoaça

Lagoaça é uma freguesia do concelho de Freixo de Espada à Cinta, com 35,59 km² de área e 411 habitantes⁴⁰⁴, que foi também um importante centro de judeus.

Como foi já referido, esta localidade foi das primeiras a albergar judeus expulsos do país vizinho, sendo que os mais ricos se teriam instalado nesta terra.⁴⁰⁵

Depois do Decreto de Expulsão em 1496, em que oficialmente deixaram de existir judeus foi nesta e outras localidades mais recônditas de Trás-os-Montes que os depois cristãos-novos se mantiveram e continuaram o seu culto.⁴⁰⁶ Ainda assim, diz-se que em Lagoaça desde sempre viveram judeus escondidos que ocultavam a sua religião.

⁴⁰⁰ <http://questomjudaica.blogspot.com.es/2013/12/freixo-de-espada-cinta.html>, acedido em 23/03/2015

⁴⁰¹ Rolos da Torá copiados à mão e cuja composição obedece uma série de obrigações de produção.

⁴⁰² http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=117&Itemid=558, acedido em 20/04/2015

⁴⁰³ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 106, 107 e 108

⁴⁰⁴ <http://mapas.ine.pt/map.phtml>, acedido em 01/04/2015

⁴⁰⁵ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 26

⁴⁰⁶ <http://lelomoncorvo.blogspot.pt/2012/07/obra-do-resgate-dos-marranos-em-lagoaca.html>, acedido em 23/03/2015

Em relação aos vestígios que se podem encontrar em Lagoaça, pode-se ver numa das casas situada na que seria a “Rua dos Judeus”, diversos cruciformes em cima da porta principal que seriam as marcas de cristianização, isto é de afirmação marrana. Existem várias ombreiras cortadas em bisel e em algumas moradias pode-se observar as marcas de uma rosa/cruz, símbolo judaico e cabalístico.⁴⁰⁷

Num dos vãos de uma antiga moradia está também uma gravação na pedra da data “1856” e uma cruz.

Pela Inquisição de Coimbra, no Auto de 18 de dezembro de 1701, está registado o Auto de Fé que condena António Garcia, solteiro, filho de Manuel Garcia, natural de Lagoaça.⁴⁰⁸

Em suma, serão estas as localidades que abrirão portas a este projeto que é a rota cultural dos judeus em Trás-os-Montes, contudo existem sem dúvida muitos mais vestígios de património judaico nestas e outras localidades da região transmontana, mas que por falta de investigação e estudos científicos não puderam ser divulgados.

2.1.2 Projetos-âncora

Atividades de dinamização e animação cultural e turística

A criação de um conjunto de eventos associados à rota cultural é um dos aspetos a ser desenvolvido, através da utilização dos equipamentos culturais ao dispor de cada localidade onde se poderiam realizar ações de programação e dinamização do património.

Estas iniciativas não só são importantes para o impacto do projeto mas também podem constituir-se como uma forma de divulgação dos próprios espaços culturais que com a realização de atividades frequentes lhes pode conferir maior vitalidade e torná-los mais ativos.

Estas atividades poderiam dividir-se em dois tipos, as frequentes e as pontuais isto é, as atividades frequentes devem assumir-se como atividades indissociáveis da rota como exposições permanentes, workshops, ateliers e formações que decorram sempre, e as atividades pontuais que podendo ou não estar integradas diretamente na rota teriam um carácter mais esporádico como por exemplo, a comemoração de uma data importante para os judeus, espetáculos musicais no âmbito de festividades, exposições temporárias, entre outras.

Estas últimas poderiam ser uma parceria entre a rota e os municípios, sendo que se podem introduzir eventos da responsabilidade da rota em contextos festivos da responsabilidade dos municípios. Como por exemplo, o espetáculo musical com a artista israelita Mor Karbasi, no

⁴⁰⁷ NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem, 2013, p. 49

⁴⁰⁸ ALVES, Francisco Manuel, Memórias arqueológico-históricas do Distrito de Bragança, Tomo V, Os judeus, edição Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus-Museu do Abade Baçal, 2000, p. 109

contexto do Festival 7 Sóis 7 Luas⁴⁰⁹ que decorre todos os anos nos meses de Junho/Julho/Agosto e que apesar de ser da exclusiva responsabilidade do município de Alfândega da Fé, realizou-se no âmbito do seminário “Os judeus em Trás-os-Montes” – contributos para a criação de uma rota”.

Também o futuro Centro de Interpretação do Território de Alfândega da Fé, com sede na freguesia de Sambade, portadora de património judaico é um local a explorar relativamente à realização de atividades pertencentes ou não à rota cultural. Sendo a freguesia de Sambade uma localidade com antepassados judaicos e toda uma história ligada aos judeus, em termos de património material judaico, sobretudo património industrial que apesar de hoje já não estar visível, tem ainda muito para oferecer aos visitantes. Por este motivo, seria interessante inserir no edifício que futuramente será um centro interpretativo e que albergará informação acerca do território do concelho de Alfândega da Fé, um espaço permanente também acerca da presença marrana em Sambade.

Neste centro poderiam decorrer ateliers de confeção do pão ázimo, alheiras com carne unicamente de aves, canelões e amêndoas cobertas, ensino das orações judaicas, instalações audiovisuais de peças cinematográficas já realizadas sobre os marranos, oficinas de histórias da cultura marrana, exposições de obras e documentação acerca dos judeus de Sambade, exposição dos nomes e da história dos judeus naturais desta localidade condenados pela Inquisição, exibições de filmes memoráveis sobre a 2º Guerra Mundial, plano de atividades de Comemoração do Dia Internacional do Holocausto⁴¹⁰, entre outras.

Estas iniciativas poderiam decorrer igualmente em centros culturais, museus, outros centros de interpretação existentes na região, bibliotecas municipais, anfiteatros, auditórios, entre outros espaços culturais das respetivas localidades inerentes à rota.

Centro de Memória Judaica

A criação de um Centro de Memória Judaica é uma iniciativa, que para além de ser um complemento indispensável à rota pois ajuda na organização da informação, sendo responsável pela inventariação do património material e imaterial, seria também um instrumento de investigação que pretende rastrear e colmatar os aspetos que possam estar incompletos e uma ajuda impar na revitalização de alguns patrimónios sobretudo o imaterial.

No caso do judaísmo, o estudo e a investigação do património imaterial iriam contribuir para um conhecimento mais aprofundado de alguns dos aspetos da cultura e religião judaica, de modo a mais facilmente serem resgatados e salvaguardados, isto porque, sem o estudo do património não é possível revitalizá-lo pois é fundamental que se conheça antes.

⁴⁰⁹ Rede cultural de 30 cidades de 13 Países – Brasil, Cabo Verde, Croácia, Eslovénia, Espanha, França, Grécia, Israel, Itália, Marrocos, Portugal, Roménia e Tunísia – que privilegia relações vivas e diretas com os pequenos centros e os artistas.

⁴¹⁰ Dia 27 de janeiro.

O facto de tudo que envolve a rota, como os dados científicos, património identificado poderem nunca estar totalmente completos, faz com que exista uma necessidade de se executar um trabalho de investigação que deve ser contínuo e acompanhante de todo o projeto. E este centro seria responsável por conferir ao património judaico já identificado a sua base científica pois, muita da relação entre os vestígios aqui apresentados e os judeus, apesar das evidências não está comprovada cientificamente.

Para a execução de toda a investigação, deve ser nomeada uma comissão científica de investigadores para que o trabalho desenvolvido seja continuado. As parcerias com outras entidades são também fundamentais pois assim poderão decorrer várias investigações em simultâneo e de uma forma mais versátil e dinâmica porque, para além da investigação e estudo de factos do passado, podem também ser desenvolvidas entrevistas, estudos de público, filmagens, gravações de testemunhos, entre outros que enriqueçam ainda mais todo o projeto.

Desta forma, também se ficariam a conhecer quais as necessidades e os aspetos que requerem maior interesse para que se desenvolva um trabalho para o público e não apenas para a temática do judaísmo.

Assim, as universidades, bibliotecas, centros de estudos, arquivos poderiam prestar um forte contributo na investigação do judaísmo em Trás-os-Montes que contribuiria ainda mais para o enriquecimento da rota cultural.

Deste modo, a investigação científica seria apoiada pelo desenvolvimento de iniciativas como este centro de memória que por sua vez iria apoiar outro tipo de atividades de valorização e divulgação do património judaico como as exposições, os serviços educativos, os workshops e formações, funcionando como um suporte na gestão do PC judaico.

Logo, esta iniciativa de gestão e programação do PC é uma das principais e que mais vantagem traria para a rota pois, atuaria em dois pontos fundamentais: no contributo de dados históricos e científicos e no retorno que esses dados e essa informação possibilitam ao enriquecer outras atividades.

Esta ferramenta de apoio à rota cultural além da investigação e estudo da temática do judaísmo em Trás-os-Montes teria também um gabinete de apoio à rota, que ajudaria a colocar em prática todas as descobertas e informações que possam surgir pertinentes a serem inseridas no projeto, bem como executaria estudos de público, avaliação de afluências de visitantes, entre outras recolhas de dados importantes e atualizados para o bom funcionamento da rota.

O centro de estudos albergaria também uma biblioteca dedicada ao tema judaico onde estariam expostas obras relacionadas com os judeus em Trás-os-Montes, bem como outras que poderiam ser consultadas por qualquer pessoa que se interesse pelo tema.

À semelhança do que acontece com o Centro de Estudos existente no Museu Yad Vashem⁴¹¹, o Centro de Memória Judaica poderia estar instalado no Centro de Interpretação da Cultura Sefardita em Bragança.⁴¹²

Ainda neste centro poderiam decorrer diversas atividades de aprendizagem como por exemplo, aulas de ladino. O ensino desta língua, há muito extinta constituiria uma iniciativa de grande importância para a cultura e identidade judaica em Trás-os-Montes e um grande passo para o resgate e salvaguarda deste património imaterial.

Este centro celebra assim um contrato entre a investigação científica e a gestão e programação do património judaico, assumindo ambos uma parceria continuada.

Conservação e restauro

A rota cultural como mecanismo de GPPC judaico existente em Trás-os-Montes tem como missão o resgate do património, bem como a sua conservação, restauro e manutenção sempre que esse apresentar essa necessidade.

Deste modo, a introdução de medidas de salvaguarda e revitalização do património judaico são uma prioridade para este projeto, sendo que se pretende “salvar” os bens que estejam em risco de deterioração e restaurar os que apresentarem essa necessidade, tendo sempre a especial atenção para não se alterar a sua constituição de origem.

Revitalização da antiga sinagoga de Bragança

A revitalização da antiga sinagoga de Bragança tornando-a numa casa/museu e visitável é também uma medida a implementar para que o património judaico seja aproveitado e reavivado na íntegra.

Este edifício mantém ainda a sua fachada conservada e suscetível de ser observada. Sabe-se que a sinagoga funcionaria no último andar, sendo que os outros pisos seriam habitações.

Assim, o edifício da antiga sinagoga poderia ser um local onde o espólio relativo aos marranos em Bragança fosse apresentado ao público, através de exposições, trabalhos efetuados nesta área, realização de debates, tertúlias sobre a temática e um variado leque de atividades lúdicas e didáticas para as escolas, como exposições cinematográficas, documentários, entre outros.

A rua da sinagoga, a atual rua dos Combatentes da Grande Guerra (Rua Direita), foi também local de uma antiga judiaria, logo faria também todo o sentido que esta rua estivesse sinalizada com tal informação, marcando um ponto de passagem para a rota.

⁴¹¹ Memorial oficial de Israel para lembrar as vítimas judaicas do holocausto.

⁴¹² http://www.yadvashem.org/yv/es/museum/learning_center.asp, acedido em 15/05/2015

Feira de Tema Judaico

A feira de tema judaico é a recriação de uma das atividades mais recorrentes nos concelhos transmontanos e uma iniciativa de âmbito turístico e cultural que iria juntar vários aspetos da cultura judaica e cristã. Esta feira seria realizada uma vez por ano em diferentes locais, para que todos pudessem ser explorados de igual modo e seria da responsabilidade da rota, tendo o apoio dos municípios que a recebessem.

Esta iniciativa de cariz cultural tem o objetivo de transportar as pessoas até à época em que os judeus ocupavam estas terras, sendo realizada em volta do património judaico, dinamizando-o de uma forma mais interativa. Aqui seriam recriados os dias de feira que envolviam as famosas disputas de cristãos-novos e cristãos-velhos, a comercializavam de diversos produtos da gastronomia judaica e outros resultados dos ofícios dos judeus, também a demonstração de algumas das práticas e costumes, as rezas em volta das tarefas diárias, experienciar a confeção do pão ázimo que era feito a rezar, os bolos cozidos entre telhas e observar alguns dos seus ofícios como o tratamento das peles, entre outras atividades que de uma forma mais prática e dinâmica poderiam dar a conhecer a cultura e religião judaica.

Além desta recriação poderiam ser introduzidas outras do mesmo género como por exemplo a visita teatralizada, ficando ao critério do visitante. Esta poderia ter como guia um judeu ou um cristão-velho que mostram a localidade e contam histórias sobre a permanência judaica nestas terras, cada um de sua perspetiva.

Encontro de judeus em Trás-os-Montes

A realização do primeiro encontro de judeus em Trás-os-Montes é uma das atividades que serviria para dar continuidade ao interesse pela temática e que pudesse aproximar as pessoas.

Este encontro seria sobretudo para juntar pessoas que descendem ou que se assumem judeus residentes em Trás-os-Montes mas também todos aqueles que quisessem participar.

Esta iniciativa teria um carácter mais social mas também uma vertente cultural onde fossem debatidos temas atuais relacionados com o judaísmo em Trás-os-Montes, em seminários e colóquios, onde se dessem a conhecer as novas iniciativas, os novos projetos, novas publicações, novas investigações e estudos.

No que diz respeito ao carácter social, juntaria as pessoas em volta da gastronomia judaica, das orações com a presença de um rabi, dos espetáculos musicais com artistas judaicos, em conversas onde podem reviver o passado, entre outras.

O encontro seria uma iniciativa anual com o objetivo principal de unir as pessoas em torno do judaísmo e onde pudessem conviver e trocar vivências e saberes.

Decorreria nas terras associadas à rota e seria o evento que marcaria o judaísmo em Trás-os-Montes, poderia ter a duração de 2/3 dias para que diversas atividades pudessem ser realizadas.

Neste evento deveriam estar presentes as Comunidades Israelitas ainda existentes em Portugal, bem como os judeus e descendentes da vizinha Espanha.

Desta forma, esta iniciativa poderia ajudar a abrir as portas da rota a visitantes internacionais criando um evento memorável e com potencial de se tornar reconhecido em todo o mundo.

Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano

O Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano que tem a sua inauguração prevista para o ano de 2016, está sediado em Bragança e será um espaço onde o judaísmo estará retratado.

Como iniciativa relevante que aposta na divulgação e conhecimento do património judaico da região, faria todo o sentido que também este edifício assim que estivesse ativo, integrasse também a “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” e fosse um dos pontos principais desta viagem.

Inventário do Património Cultural Judaico

De forma a preservar e a salvaguardar principalmente o património cultural imaterial e vernacular que devido ao seu carácter vulnerável corre o risco de se dissipar, a criação de um levantamento, seja através de registo documental, fotográfico, audiovisual ou outro, que inventarie todo este património é um passo importante a ser dado. Sendo este património suscetível de ser apagado e impossível de ser resgatado é essencial que se recupere, salvasse e divulgue.

Igualmente deve ser feito para o património material móvel e imóvel e industrial pois, será uma forma de mais fácil gestão, salvaguarda e conservação deste património.

Para além dos registos documentais, a criação de uma plataforma online onde todo o património judaico da região transmontana estivesse disponível seria também algo que devia ser executado pois, além de facilitar o trabalho de quem gerir este património, seria uma forma de poder ser acedido pelo público.

Esta plataforma deveria ser introduzida no site da “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes”, permitindo assim de uma forma mais interativa e facilitada, contactar com este património e saber um pouco mais sobre ele antes de ser visitado.

Nesta plataforma poder-se-ia acrescentar mais informação nova sobre os vestígios judaicos pois, certamente os que são apresentados não serão os únicos, e seria algo que estaria em constante crescimento à medida que mais investigações seriam efetuadas e mais vestígios encontrados.

Tecnologia, imagem e comunicação

As tecnologias como bem se sabe são hoje em dia imprescindíveis em qualquer área e no património cultural não é exceção. Hoje podemos divulgar o património de um país em qualquer parte do mundo através de um “click” e por isso, a criação de um website com a marca “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” seria crucial.

Esta ferramenta divulgaria o património cultural judaico da região bem como o conjunto de atividades relacionadas. Com esta iniciativa poder-se-ia chegar a um maior número de pessoas e dar um maior reconhecimento a este legado, tal como existe o website rededejudiariaspportugal.com, onde são divulgados os locais que em tempos albergaram judiarias e onde constam os municípios de Torre de Moncorvo e de Freixo de Espada à Cinta também incluídas na “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes”.

Durante a pesquisa para o presente trabalho constatou-se que raramente os sites das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, referem o património judaico patente nas suas terras nos locais dedicados ao seu património cultural, o que além de dificultar a pesquisa a quem procura conhecer mais sobre este património, revela também uma gestão e programação deficitária por parte destas entidades.

De modo que, a inclusão da informação do património judaico destas localidades nos websites das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias, constituiria uma ação a desenvolver.

Ainda nas atividades de comunicação e divulgação e aliado à introdução de informação relevante nas plataformas virtuais, também a criação de material informativo e de divulgação em suporte de papel, através de cartazes, panfletos, mupis, flyers, deveria ser efetuada.

Esta seria uma outra forma do projeto chegar a vários públicos e por isso também a divulgação em ferramentas como o facebook, youtube, twitter, instagram, facilitaria a sua disseminação.

Para dar suporte a estas iniciativas de marketing e comunicação, é imprescindível a criação de uma marca e de uma imagem a ela associada que remetesse as pessoas para o judaísmo em Trás-os-Montes (por exemplo a estrela de David e as montanhas).

Esta marca seria representativa deste projeto e iria assinar em todas as iniciativas associadas, como no material publicitário da rota turística, nas iniciativas culturais, nos produtos casher, nos museus e centros de interpretação, entre outros.

Também a criação de uma aplicação móvel guia turística de fácil acesso no telemóvel, no tablet ou um QR Code (Código QR) seria algo importante de conceber.

Certificação dos produtos “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” – Criação de um selo de qualidade

A certificação dos produtos pertencentes à rota dos judeus iria assegurar a qualidade de todos os produtos e serviços culturais e turísticos ao dispor do público. Este selo deveria contribuir para a criação de uma imagem de qualidade, distinguindo-a de outras marcas do mercado e assumindo um carácter “oficial” e permanente a todo o projeto.

Com a certeza que, desta forma se iria assumir um compromisso com a qualidade dos produtos e serviços que são oferecidos aos visitantes.

Rede de Judiarias de Portugal – Aumento da rede

A Rede de Judiarias de Portugal é uma associação de carácter público mas de direito privado, que tem como objetivo atuar de forma conjunta na defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica.

Esta rede foi fundada a 17 de Março de 2011 e pretende unificar a valorização histórica e patrimonial com a promoção turística, de forma a contribuir para o enriquecimento da identidade portuguesa e peninsular.

Incluídas nesta rede estão 30 localidades portuguesas, das quais três são transmontanas – Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

O que se pretende também nesta proposta é a parceria entre a Rede de Judiarias de Portugal com a Rota dos Judeus em Trás-os-Montes através da inclusão de mais localidades na rede, neste caso transmontanas.

A proposta inicial seria incluir as localidades de Bragança, Mogadouro e Carção.

A cidade de Bragança devido à sua representatividade em relação a todo o distrito e pela história judaica dos antepassados que tem para oferecer, incluindo o lugar da antiga judiaria.

A vila de Mogadouro porque representa uma importância extrema, relativamente à herança judaica que é bastante significativa, e porque pode projetar as restantes localidades também relevantes neste contexto, que fazem parte do seu concelho.

E a freguesia de Carção, pelo passado maioritariamente ligado aos judeus, pelo extenso legado ainda visível e pelo facto de merecer maior visibilidade.

Sinalização

Será imprescindível também efetuar-se a devida sinalização da rota para que a visita se tornar mais funcional isto, é em cada localidade deveria constar material informativo que indique de uma forma intuitiva os locais que podem ser visitados, bem como a sua contextualização histórica.

Também ao entrar nas localidades poderia existir uma designação que informe as pessoas que estão em “terra de judeus” ou “aqui habitou uma comunidade de judeus”.

A freguesia de Carção nesse aspeto já está totalmente provida desta informação pois, toda a aldeia está sinalizada com faixas onde a informação está apresentada e que nos permite, de uma forma fácil reconhecermos os locais com vestígios judaicos.

Talvez esta estratégia fosse umas das possibilidades mais viáveis de se pôr em prática em todas as localidades, visto ser algo acessível e pouco dispendioso.

2.1.3 Projetos complementares

Ações de sensibilização e divulgação do património judaico

Esta iniciativa teria como objetivo principal a implementação de ações de sensibilização e informação junto da população, de forma a abrir portas a todo o projeto da rota cultural.

Informar e preparar as pessoas das localidades pertencentes à rota sobre o que se pretende e quais as consequências para as mesmas e para todo o território. Pois, como afirmam Ballart e Tresserras⁴¹³, é fundamental que os habitantes das zonas turísticas tenham uma participação ativa em todo o processo de investigação, planificação e execução da mesma.

Deste modo, é importante que os habitantes das zonas inerentes à rota cultural estejam informados acerca da relevância desta marca patrimonial e da importância da sua revitalização e salvaguarda, do seu valor económico e do papel de relevo que teria para o desenvolvimento da região e das localidades. Assim, deveriam decorrer nos espaços adequados para este fim (bibliotecas municipais, centros culturais, juntas de freguesia, anfiteatros), atividades de caráter informativo como seminários, palestras, colóquios, workshops, ateliers, formações, entre outras iniciativas nas quais a população possa participar e envolver-se mais com a temática do judaísmo e todos os aspetos relacionados com a rota. Por exemplo, uma exposição que retrate e dê a conhecer a arquitetura judaica e algumas das marcas que se podem observar na rota e um seminário/formação acerca destas mesmas marcas e especificidades para que as próprias pessoas consigam identificar mais facilmente estes vestígios tanto em Trás-os-Montes como em outra parte do país ou do mundo e até, eventualmente descobrirem algumas que ainda não tenham sido registadas.

Estas atividades teriam sobretudo uma vertente informativa e pedagógica mas também seriam uma forma lúdica das pessoas se envolverem com este património.

Os municípios pertencentes à rota deveriam colaborar e estando eles mais próximos da população é importante que interviessem para que assim conseguissem transmitir a confiança necessária para que o público abraçasse este projeto de forma positiva. Logo, as iniciativas deveriam constar do conjunto de propostas incluídas nos “Planos da Cultura e do Turismo”, bem como nas “Agendas Municipais” e restantes vias de comunicação e divulgação dos municípios.

⁴¹³ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Patrimonio, 2008, p. 220

A título de exemplo do que tem vindo a ser feito neste âmbito, o Município de Alfândega da Fé, concelho da freguesia de Sambade envolvida na rota, é um dos municípios que já executa este tipo de atividades, tendo realizado o “Seminário sobre os judeus em Trás-os-Montes”, que em 2015 conta já com a III edição.

Nos seminários anteriores estiveram presentes nomes relevantes no âmbito da investigação e estudo do judaísmo em Portugal, como Elvira Azevedo Mea⁴¹⁴, Jorge Patrão⁴¹⁵ e Sami Sadak⁴¹⁶. Além dos seminários, decorreu também um curso sobre “A diversidade religiosa hoje em Portugal” lecionado pelo Professor Paulo Mendes Pinto⁴¹⁷, onde a temática do judaísmo foi abordada como um dos temas centrais.

Também este ano em Torre de Moncorvo, decorreu pela primeira vez o “Encontro Judeus em Portugal”, no qual foi descerrada a placa do futuro Centro de Estudos Judaicos, foi assinado o contrato de promessa de aquisição do edifício da antiga sinagoga existente na vila e oficializada a “Rota dos Judeus em Torre de Moncorvo”, que teve também a sua primeira visita guiada.

Além disto, decorreram várias comunicações e apresentações de livros sobre o judaísmo em Portugal e em Trás-os-Montes e esteve também patente uma exposição de obras de coleções privadas relacionadas com os judeus na Biblioteca Municipal.

Relacionado ainda com a sensibilização junto da população, que para além de ter o objetivo de informar as pessoas do potencial deste património, seja no desenvolvimento social, cultural e económico também pretenderia transmitir a importância do envolvimento dos comerciantes e empresários particulares locais, isto é incentivá-los também a criar nos seus negócios uma ligação com este legado para que se torne benéfico para ambos.

Por exemplo, um restaurante poderia adotar na sua ementa pratos típicos judaicos, utilizando produtos casher. Estando a restauração aliada ao turismo cultural faria todo o sentido que se apostasse em iniciativas como esta com vista a usufruir-se de todos os recursos endógenos para o proveito de todos os setores locais

Produtos casher

A comercialização de produtos casher, (lembre-se que estes produtos são todos os que fazem parte da alimentação judaica e que obedecem a um rígido conjunto de leis alimentares) por parte de empresas de produtos locais (cooperativas agrícolas, empresas privadas) seria também algo a implementar.

○ facto de os visitantes poderem adquirir estes produtos iria enriquecer a sua experiência, permitindo-lhes experienciar a gastronomia judaica e ainda adquirir algo para

⁴¹⁴ Autora de várias obras sobre os judeus.

⁴¹⁵ Secretário-geral da Rede de Judiarias.

⁴¹⁶ Professor da Universidade Aix-en-Provence e Codiretor do BabelMed de Marselha.

⁴¹⁷ Diretor da licenciatura e do mestrado em Ciência das Religiões na Universidade Lusófona e dirigente do Instituto Al-Muhaidib de Estudos Islâmicos.

recordação. Estes pontos de venda teriam ao dispor o pão ázimo, o azeite, o vinho, a farinha/sêmola matzá, a alheira de caça, doces típicos, entre outros produtos casher.

Seria fundamental a implementação de pelo menos três lojas com estes produtos na região mais ou menos dispersos, por exemplo em Bragança, Mirandela e Torre de Moncorvo.

Também nas outras localidades seria interessante comercializarem casher nas suas superfícies comerciais, postos de turismo, centros culturais, lojas de produtos locais, restaurantes, para que assim a sua venda se tornasse rentável e acessível a todos.

Além destas iniciativas da responsabilidade dos parceiros públicos e privados, motivadas pela criação da rota cultural, pretender-se-ia que muitas outras surjam como novos empreendimentos na área do turismo rural, restauração, hotelaria, comércio, cursos e formações, espaços culturais, atividades e eventos culturais, entre outros.

3. Missão da proposta

A “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” tem como missão principal a valorização e resgate do património cultural judaico, bem como de toda a história dos judeus por terras transmontanas.

Pretende através da recolha de todo o património cultural judaico ainda existente em Trás-os-Montes e da investigação por mais informação histórica que consiga dar ainda mais suporte a este património e à história por trás do mesmo. E mais do que, apresentar ao público factos científicos da presença judaica nestas terras e dar-lhes a conhecer os seus antepassados, a rota pretende homenagear este povo, que até mesmo em Portugal foi sacrificado sem nada ter feito. E a melhor forma de prestar uma homenagem é falando e não esquecendo pois, só assim se irá eternizar um passado que tem estado apagado das nossas memórias e que é urgente acordar.

Deste modo, a Rota Cultural dos Judeus pretende atuar em três importantes campos: o social, o cultural e económico.

A vertente social que representa para este projeto a ação primordial, consiste na valorização dos povos, isto é fazer com que as pessoas se sintam valorizadas para por sua vez valorizarem, nomeadamente o povo de origem ou de descendência judaica. Pois, como foi possível constatar ao longo de todo o trabalho, poucos ou nenhuns descendentes de judeus existem em Trás-os-Montes e os que existem não estão identificados por mera falta de investigação ou porque eles próprios não querem ser descobertos. Muitos assumem o judaísmo em Trás-os-Montes como algo que passou, que não volta mais e que apesar de não quererem esquecer esse passado, ele será para sempre apenas isso mesmo. E a rota como mecanismo de revitalização desta cultura e de todos os vestígios ainda existentes, pretende também resgatar este povo, encorajá-lo a “regressar” fazendo com que se assumam e partilhem as suas memórias.

Além disto, tem como missão aproximar os descendentes e judeus dos não judeus, cativando também o resto da população para que o judaísmo seja valorizado e para que seja motivo de orgulho para todos.

Como foi já referido, este projeto tem também como objetivo prestar uma homenagem a este povo e é uma forma de Portugal se desculpar perante atos passados, que jamais deverão ser esquecidos para que não se voltem a repetir. Seria uma tentativa de perdão e também de orgulho, pois se os nossos antepassados tinham como vontade o fim dos judeus, glorificar a sua herança seria uma vitória.

Como vertente cultural, a rota pretende reforçar e dar maior visibilidade à riqueza e diversidade da herança cultural judaica transmontana e portuguesa, reavendo memórias esquecidas e fortalecendo várias marcas culturais. Tem ainda o objetivo de criar linhas de continuidade no que diz respeito à identificação, estudo e reabilitação deste legado tão importante e integrante da identidade cultural portuguesa, bem como assumir responsabilidade na sua gestão, salvaguarda, conservação e rentabilização. Tem como prioridade ser um mecanismo de transmissão de cultura, saber e tradição que contribua para a formação, aprendizagem e sensibilização da população em relação a aspetos como o património cultural, as memórias e a identidade.

Em relação à vertente económica, tem a função de dinamizar atividades relacionadas com este património, como a rota turística e as ações de programação e é responsável por maximizar todos os recursos patrimoniais judaicos, colaborando na promoção do desenvolvimento do território e na valorização dos seus recursos naturais e culturais, com o fim de alcançar a sustentabilidade do território.

Deste modo, a criação da rota cultural servirá de impulso para a afirmação desta área rural a vários níveis.

A nível sociodemográfico, sendo a densidade populacional baixa e o índice de envelhecimento elevado dois dos maiores problemas que a região apresenta, este projeto pode contribuir para a projeção das potencialidades da mesma o que pode levar à atração da população, levando-a a fixar-se.

A nível cultural, o enriquecimento cultural da população pois para o território se tornar mais atrativo e sustentável é fundamental investir no desenvolvimento cultural das civilizações e transmitir-lhes as valências que o território tem para oferecer.

A nível social, sendo a temática do judaísmo um universo que envolve questões religiosas, sociais e etnográficas, é importante que se sensibilize a população para o conhecimento da diáspora judaica em muito derivada às repressões que os judeus sofreram devido à sua cultura e etnia tão próprias, bem como toda a sua passagem por Portugal. E sendo estes aspetos delicados, é importante manter-se uma população informada, para que assim entendam e respeitem esta religião/ cultura.

É necessário a criação de laços entre a comunidade portuguesa/transmontana e a comunidade judaica portuguesa/internacional e para isso é fundamental que ambas saibam o que cada uma tem para oferecer e que para a concretização de projetos como a rota cultural dos judeus em Trás-os-Montes esta aproximação é muito importante.

Por fim, e sendo um aspeto de grande relevância pois irá dar suporte a todos os outros, o nível económico. Como a região transmontana apresenta baixos níveis de empreendedorismo, poucos recursos financeiros e fraco desenvolvimento faz com que se depare com alguns entraves à sua sustentabilidade.

No entanto, a rota cultural irá fazer surgir um conjunto de atividades que ajudarão na dinamização de novos setores e atividades que farão com que economia cresça, nomeadamente o setor turístico que atraindo visitantes que virão para conhecer, estudar, desfrutar das especificidades e dos recursos referidos, contribuirão para o crescimento e desenvolvimento da economia da região e especificamente de cada localidade envolvida.

A rota cultural dos judeus prestará um contributo notável conjuntamente com as restantes propostas de dinamização e gestão deste património nesta região, na criação de algo que desmistifique toda a história do judaísmo em Trás-os-Montes e toda a sua cultura tal como, será o suporte para a revitalização do património judaico transmontano.

Esta proposta será assim o culminar de tudo o que já foi feito até agora no universo da temática judaica nesta região sendo que, será um estímulo à criação de mais projetos e ações que envolvam todo este legado sefardita que em muito também contribuiu para a construção do Portugal atual. Por conseguinte, irá valorizar a região transmontana, enquanto território de referência e enquanto espaço de memória e esperança, num conjunto de iniciativas que contribuirão para a recuperação do património judaico e que devolverão assim parte do passado a esta região, tal como farão com que esta se reencontre com os seus antepassados.

4. Entidades promotoras

A proposta da rota cultural dos judeus em Trás-os-Montes alberga 10 municípios, dos quais fazem parte o município de Bragança, Mogadouro, Vimioso, Vinhais, Mirandela, Alfândega da Fé, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Freixo de Espada à Cinta. Destes concelhos, 17 localidades apresentam potencial nos vestígios patrimoniais que já se encontram identificados e suscetíveis de serem visitados. São estas a localidade de Bragança, Mogadouro, Azinhoso, Bemposta, Vilarinhos dos Galegos, Argozelo, Carção, Rebordelo, Mirandela, Sambade, Vila Flor, Torre de Moncorvo, Felgueiras, Vila Nova de Foz Coa, Freixo de Numão, Freixo de Espada à Cinta e Lagoaça.

Não obstante de ser constituída posteriormente por outras localidades transmontanas que sejam também portadores de vestígios judaicos com relevância.

No entanto, destacam-se apenas estes pois, foram os que durante o estudo e investigação para o presente trabalho, apresentaram maior potencial e relevância em património judaico e enquanto lugares representativos da memória do judaísmo transmontano, tornando-os em “portas” para a entrada no mundo do judaísmo em Trás-os-Montes.

Estando o património cultural judaico presente em grande parte do território de Trás-os-Montes e Alto Douro, e visto em Portugal não existirem órgãos administrativos públicos que tenham uma atuação à escala geográfica regional, a gestão à escala intermunicipal parece ser a opção que melhor se adequa e a que mais facilmente conseguirá responder às necessidades deste projeto.

Este tipo de atuação constituída pela junção de vários municípios tem como objetivo primordial a conformidade entre eles, alcançando substancialmente avanços no progresso territorial.⁴¹⁸

Os municípios têm como obrigação proteger o seu legado bem como albergar políticas patrimoniais ativas que visem estimular e fomentar as práticas de gestão do património criando impactos a nível territorial, no ordenamento do território e sociedade e na criação de postos de trabalho.⁴¹⁹

Tal como qualquer outro tipo de gestão e programação do património cultural que pudesse ser escolhido para este projeto, a gestão geográfica feita à escala intermunicipal apresenta vantagens e desvantagens que devem ser mencionadas.

Em relação às vantagens a gestão intermunicipal apresenta benefícios no sentido em que é executada em conjunto por vários municípios, o que faz com que possam dividir os custos. Também o facto de a gestão ser aplicada numa área territorial bastante ampla fará com que uma maior quantidade de território usufrua das boas políticas, evitando-se assim uma degradação do património cultural. Sendo um trabalho em conjunto, as assimetrias regionais serão diminuídas.

Em relação ao desenvolvimento social, cultural e económico, haverá uma maior quantidade e diversidade de património cultural, logo uma maior oferta turística, patrimonial e cultural, que por sua vez resultará numa maior programação cultural, tal como na permanência do visitante no território por mais tempo trazendo assim benefícios económicos e financeiros.

A visibilidade turística interna e externa será maior, aumentando os ganhos e reduzindo os custos.

No que diz respeito às desvantagens, o facto deste tipo de gestão ser aplicada por várias entidades poderá resultar numa desestruturação diretiva e funcional e na dificuldade de coordenação. As diferentes visões e conceitos de gestão e programação poderão ser um obstáculo ao entendimento entre municípios e uma dificuldade no diálogo, impedindo assim um consenso que poderá resultar num lançamento de projetos e atividades tardios.

⁴¹⁸ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 86

⁴¹⁹ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, Gestión del património cultural, Ariel Patrimonio, 2008, p. 102

Estando vários municípios envolvidos, cada um com o seu respetivo património cultural, resultará numa grande diversidade de opções para o visitante, o que fará com que o mesmo seja obrigado a escolher.⁴²⁰ E neste caso em concreto, o facto de a rota apresentar três possíveis trajetos e de grande parte do património visível em várias localidades apresentar as mesmas características, independentemente de cada um ter a sua história, poderá fazer com que a escolha recaia sob apenas algumas das “portas da rota”, desvalorizando outras.

Para o presente trabalho, é essencial que a entidade promotora envolvida esteja habilitada a promover projetos de cariz cultural no âmbito regional e local, sendo provida de competências ligadas ao desenvolvimento do território, conhecendo as suas valências e fragilidades, para que assim alcance um maior aproveitamento e valorização dos recursos naturais e culturais existentes, ao mesmo tempo que consegue dinamizar as atividades socioeconómicas e estimular o trabalho em rede.

Para uma gestão capaz de atuar positivamente e de forma progressiva em aspetos específicos como os sociais, culturais, de desenvolvimento e ordenamento do território, de urbanismo e económicos é crucial que a entidade gestora/promotora possa acompanhar de perto o objeto em questão, praticando uma gestão de proximidade.⁴²¹

Deste modo, as opções mais favoráveis para a gestão e promoção deste projeto serão as associações que atuam no desenvolvimento do território de Trás-os-Montes e Alto Douro, sendo estas a Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente (DESTEQUE), entidade que tem como campo de atuação a Terra Quente Transmontana, a Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina (CoraNE), que atua na Terra Fria Transmontana e a Douro Superior Associação de Desenvolvimento (DSAD), que trabalha com a área do Douro Superior.

Estas entidades do ponto de vista jurídico são organizações de direito privado com uma estrutura orgânica independente não lucrativa e são portadoras de uma estrutura organizacional constituída por um vértice estratégico, um representante da comissão, o diretor e os núcleos de trabalho. A gestão e os respetivos modelos competem à comissão eleita, conselho ou outra função ao serviço de projetos.

Têm o objetivo social da promoção do desenvolvimento local e melhoria das condições culturais e materiais das populações na sua área de intervenção.

Procuram a plena valorização dos recursos humanos e naturais da região, através da promoção e implementação de projetos de desenvolvimento de interesse para a região, tentando reduzir as assimetrias regionais.⁴²²⁴²³

⁴²⁰ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 191

⁴²¹ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 85

⁴²² <http://www.prove.com.pt/www/desteque-associacao-para-o-desenvolvimento-da-terra- quente.T90.php>, acedido em 14/05/2015

⁴²³ <http://www.corane.pt/quem-somos/>, acedido em 14/05/2015

A estratégia destes organismos que atuam à escala intermunicipal assenta num conjunto de objetivos, que visam o desenvolvimento dos setores sociais, culturais e económicos.

Têm como missão contribuir para o melhoramento dos recursos de exploração agrícola, pecuária e florestal e da rede de apoio às empresas nomeadamente as agrícolas e de pecuária, o estímulo à diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, o apoio à inclusão social, com vista à diminuição da pobreza e criação de emprego, a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região, o incentivo ao investimento, à investigação, ao desenvolvimento e à inovação do território, à promoção da acessibilidade e ligações entre municípios para a mobilidade/troca de pessoas bens/serviços, o fomento à sustentabilidade energética e a valorização, proteção e utilização de forma sustentável dos recursos naturais e paisagísticos.⁴²⁴

Cada uma destas associações possui um conjunto de órgãos dirigentes constituído pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal e uma equipa técnica qualificada para o acompanhamento e orientação dos projetos que desenvolve.

Apresentam-se como um recurso valioso para o território rural dado terem uma larga experiência na prestação de serviços à população.

A DESTEQUE é associação mais antiga, tendo sido criada em 1991. Possui sede na cidade de Mirandela e atua no território da Terra Quente, prestando os seus serviços às localidades de Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Mirandela, Alfândega da Fé e Macedo de Cavaleiros.⁴²⁵

A CoraNE constituída em 1995 está sediada em Bragança e atua no território que concerne à Terra Fria, trabalhando com as localidades de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais.⁴²⁶

Por fim, a DSAD presta serviços desde 1994 e possui sede em Torre de Moncorvo. Atua na área que envolve o Douro Superior, albergando as localidades de Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Espada à Cinta, Meda e parte do concelho de S. João da Pesqueira.⁴²⁷

Estas associações trabalham em parceria sempre que os projetos envolvam mais do que uma área de intervenção, como por exemplo no projeto da “Rota dos Cavaleiros de Malta” (2015) onde a DESTEQUE e a CoraNE trabalharam em conjunto.⁴²⁸

⁴²⁴ <http://cim-ttm.pt/quem-somos/estrategia/>, acedido em 29/04/2015

⁴²⁵ <http://www.prove.com.pt/www/desteque-associao-para-o-desenvolvimento-da-terra-quente.T90.php>, acedido em 14/05/2015

⁴²⁶ <http://www.corane.pt/quem-somos/>, acedido em 14/05/2015

⁴²⁷ <http://www.dourosuperior.pt/web/index.php/quem-somos>, acedido em 14/05/2015

⁴²⁸ Esta rota possui itinerários pelos concelhos de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Vimioso, sendo da responsabilidade da DESTEQUE e da CoraNE.



Fig 2. Organograma funcional das Associações DESTAQUE, CoraNE e Douro Superior

Elaboração: Autora

5. Modelos e funções de gestão do projeto

“Para uma proteção e gestão eficazes do património é necessário que se conheça a lei. Esta deve servir o objetivo da gestão patrimonial e traduzir-se em políticas públicas coerentes, programas de atuação detalhados e adequados aos recursos humanos e económicos.”⁴²⁹

A lei que rege as políticas públicas de gestão e proteção patrimonial faz com que entendamos os diferentes níveis da pirâmide que forma a sua estrutura jurídica, que se encontram distribuídos nos seguintes níveis: internacional, nacional, regional e local ou municipal.⁴³⁰

Por sua vez as instituições e organizações que intervêm na gestão do património cultural estruturam-se da seguinte forma: organizações e instituições governamentais, organismos governamentais, organizações profissionais e organizações e instituições privadas.

Dentro das categorias das organizações gestoras e tutoras do património cultural, existem quatro tipos de estruturas orgânicas de gestão do património cultural: as organizações dependentes, as autónomas, as independentes não lucrativas e as privadas.⁴³¹

Para o presente trabalho interessa abordar as organizações independentes não lucrativas pois são as propostas para gerir esta rota cultural.

⁴²⁹ CAMARERO IZQUIERDO, Carmen e GARRIDO SAMANIEGO, María José, Marketing del patrimonio cultural, Ediciones Piramide, Madrid, 2004, p.23

⁴³⁰ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 97

⁴³¹ CAMARERO IZQUIERDO, Carmen e GARRIDO SAMANIEGO, María José, Marketing del patrimonio cultural, Ediciones Piramide, Madrid, 2004, p.25

Estas organizações são regulamentadas pela lei que lhe corresponde e não atuam em função de rendimentos mas sim com o intuito de prestar serviço à comunidade. Habitualmente são constituídas em associações e fundações e podem gerir monumentos, museus, coleções de arte e depósitos arqueológicos, entre outros projetos e iniciativas.

A sua entidade patronal possui plenos poderes para atuar publicamente e assume a total responsabilidade legal e económica da entidade, de acordo com a lei pela qual se rege.

Esta entidade possui carácter eletivo entre os membros e raramente os cargos são permanentes. Pode também contratar um diretor executivo para assegurar a estabilidade financeira da organização.⁴³²

A estrutura interna da organização possui o modelo hierárquico, sendo a divisão feita por grupos de trabalho. O seu financiamento é obtido por subsídios estatais, programas específicos, donativos, mecenato, entre outros meios.⁴³³

Estas entidades estão aptas a atuar “em conformidade na qualificação global das pessoas, na preservação do ambiente e espaços naturais e no apoio à comercialização dos produtos de qualidade, bem como na promoção e implementação de projetos de desenvolvimento de interesse para a região. A sua ação interventiva passa pela realização de projetos e estudos de viabilidade que contribuam para o desenvolvimento da região, pelo acompanhamento, intervenção e apoio de projetos ou ações de interesse regional, pela promoção de emprego, fixação das populações, pela divulgação das oportunidades de investimento na região, pelo apoio ao estudo e desenvolvimento das características dos produtos regionais, pela manutenção e criação de mercados, promoção e divulgação da imagem da região no exterior, nomeadamente no seu aspeto cultural e turístico, pela coordenação e compatibilização das atividades e projetos dos associados, no âmbito das suas atribuições, pelo estabelecimento de relações de cooperação e colaboração com serviços de âmbito regional em tudo o que lhes diga respeito, pelo acompanhamento, apoio técnico e consultoria na realização de novos projetos de investimento, de recuperação e preservação de recursos naturais ou de património, pela participação na gestão de fundos de apoio a iniciativas de desenvolvimento ou de investimento, pela celebração de contratos de programas de promoção de emprego, de desenvolvimento com o Estado ou com quaisquer outras entidades, pela organização de conferências, colóquios, palestras, cursos e seminários sobre temas de interesse regional e por fim pela participação conjunta em programas de infraestruturas e serviços especializados, culturais, turísticos e gastronómicos.”⁴³⁴

⁴³² BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Patrimonio, 2008, p. 122

⁴³³ TAVARES, António, *Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde*, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 98 e 99

⁴³⁴ http://www.dourosuperior.pt/docs_pdf/estatutos.pdf, acedido em 28/04/2015

6. Parcerias

Estas associações possuem um conjunto de parceiros públicos e privados que auxiliam na investigação e programação para os seus projetos e com os quais promovem medidas alternativas de financiamento, sendo que os públicos são essencialmente as câmaras municipais dos municípios abrangidos pelas associações e os privados são outras associações ligadas ao desenvolvimento do território rural, clubes, casas da misericórdia, adegas cooperativas, fundações, centros de gestão, entre outras.

Para este projeto será necessário reunir também um conjunto de parceiros de ordem pública e privada que colaborem com cada uma das associações envolvidas no projeto.

6.1 Públicas

- Câmara Municipal de Bragança
- Câmara Municipal de Mogadouro
- Câmara Municipal de Vimioso
- Câmara Municipal de Vinhais
- Câmara Municipal de Mirandela
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé
- Câmara Municipal de Vila Flor
- Câmara Municipal de Torre de Moncorvo
- Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa
- Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta
- Junta de Freguesia de Azinhoso
- Junta de Freguesia de Bemposta
- Junta de Freguesia de Vilarinho dos Galegos
- Junta de Freguesia de Argozelo
- Junta de Freguesia de Carção
- Junta de Freguesia de Rebordelo
- Junta de Freguesia de Sambade
- Junta de Freguesia de Lagoaça
- Junta de Freguesia de Freixo de Numão
- Junta de Freguesia de Felgueiras
- IPB, Instituto Politécnico de Bragança
- Escola Profissional de Carvalhais

6.2 Privadas

- Turismo do Porto e Norte de Portugal
- Comunidade Israelita de Belmonte
- Comunidade Israelita do Porto
- Comunidade Israelita de Lisboa
- Direção do Turismo do Norte
- Rede de Judiarias de Portugal – Rotas de Sefarad
- ZASNET AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial)

7. Recursos humanos e tecnológicos

As associações DESTEQUE, a CoraNE e a DSAD, seriam as responsáveis pelas atividades e iniciativas necessárias à rota cultural. Tal como já foi visto no organograma funcional (fig.2) estas associações possuem pessoal especializado em projetos como este, sendo constituídas por um coordenador/a técnicos e assistentes administrativos. Estes têm como competências promover o território, o turismo e a gastronomia, elaborar projetos de desenvolvimento, acompanhá-los e avaliá-los, administrar os meios financeiros, alcançar mecanismos de cooperação, inovação e comunicação, realizar visitas guiadas, seminários, colóquios, entre outros.

O contributo dos recursos humanos já existentes nas câmaras municipais seria também incluído no apoio a atividades e iniciativas de programação.

Os recursos tecnológicos consistem fundamentalmente em material informático que iriam dar suporte à rota cultural, como equipamento hardware e software.⁴³⁵

8. Financiamento

Não existem dúvidas de que o património cultural é algo que despende bastante dinheiro. Porém é também uma fonte de progresso para a comunidade, sendo responsável por proporcionar diversos benefícios sociais e económicos.

Atualmente, estes benefícios advindos do património que contribuem para a cultura, a educação, a ciência e a economia constituem uma das grandes prioridades da gestão patrimonial.

A gestão do património é hoje claramente considerada como um recurso capaz de gerar rendimentos através, por exemplo de ingressos de museus e de postos de trabalho e de novas profissões ligadas à gestão do património.⁴³⁶

⁴³⁵ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 115

Para a obtenção dos benefícios enunciados é necessário a concretização de projetos de gestão e programação e para isso, é necessário garantir formas de captação de recursos financeiros.

Atualmente, as associações conseguem a obtenção de fundos através de fundraising⁴³⁷, patrocínios, mecenato, donativos e programas comunitários de apoio financeiros.⁴³⁸

As entidades promotoras que iriam executar o projeto DESTAQUE, CoraNE e DSAD cofinanciam-se sobretudo através de fundos comunitários, obtendo assim o seu meio de sustentabilidade para a realização dos projetos de desenvolvimento territorial que apoiam.

Estes fundos permitem a imediata realização do projeto, no entanto a colaboração na prestação de serviços dos restantes parceiros, inclusive as câmaras municipais seria um excelente contributo.

Estas poderiam colaborar com os recursos financeiros que lhe assistem, bem como com a cooperação na produção de produtos e na sua venda, na promoção e divulgação do património e outras iniciativas de programação cultural.⁴³⁹

⁴³⁶ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Patrimonio, 2008, p. 123

⁴³⁷ Captação de recursos.

⁴³⁸ TAVARES, António, *Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde*, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 82

⁴³⁹ TAVARES, António, *Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde*, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 116

Capítulo V - Estudo de viabilidade

I. Contributos da rota cultural no desenvolvimento territorial e das populações

Hoje em dia assiste-se cada vez mais a uma sociedade consciente da importante contribuição que o património tem para o desenvolvimento de um território e de uma comunidade.

Exibindo um carácter multifacetado, o património pode ser um instrumento de identificação coletiva, um recurso educativo ou um elemento de atração turística, sendo que existem aspetos do património que estão implícitos em cada um de nós, tais como os aspetos identitários, de memória, históricos e culturais.

De facto, o património tem vindo a assumir-se como um fator de grande relevância nas atuações de estratégias de desenvolvimento local, de apoio ao crescimento económico e na melhoria da qualidade de vida das comunidades. Apresentando-se como um consistente produto de turismo, o património é sem dúvida uma fonte de riqueza, e não bastando ainda se apresenta como um gerador de desenvolvimento ao dispor da Humanidade.⁴⁴⁰

Desta forma, o património deve ser considerado como um recurso que merece especial atenção, pois hoje em dia apresenta um papel central na vida social e económica dos territórios.

No entanto, só nas últimas décadas se começou a dar uma maior importância e a alargar-se a noção de património, no sentido de valorizá-lo e preservá-lo mais e em vários campos⁴⁴¹, que se baseiam sobretudo na consciência adquirida de que o património é algo valioso e vulnerável.⁴⁴²

No princípio do século XIX, o património era visto como algo que por não ser renovável e aos olhos daquele tempo pouco sustentável, não seria algo capaz de gerar mais-valias⁴⁴³.

Os aspetos económicos que poderiam advir do património, praticamente não eram focados e a ideia patente seria a que, tal como afirmou Adam Smith⁴⁴⁴, “as profissões relacionadas com a arte, cultura e lazer não contribuía para a economia, antes pelo contrário constituíam o âmbito do trabalho não produtivo”.⁴⁴⁵

⁴⁴⁰ CAMARERO IZQUIERDO, Carmen e GARRIDO SAMANIEGO, María José, Marketing del patrimonio cultural, Ediciones Piramide, Madrid, 2004, p. 39

⁴⁴¹ MENDES, J. Amado “Estudos do Património – Museus e Educação”, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 197

⁴⁴² BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, Gestión del patrimonio cultural, Ariel Patrimonio, 2008, p. 148

⁴⁴³ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 133

⁴⁴⁴ Pai da economia política.

⁴⁴⁵ MENDES, J. Amado “Estudos do Património – Museus e Educação”, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 13

Atualmente em pleno século XXI, o património cultural seja material ou imaterial é uma das áreas à qual é dado mais enfoque, estando envolvido diariamente no nosso quotidiano e que hoje em dia, é visto como algo positivo e relevante para a sociedade.

A consciência de que é um recurso capaz de gerar mais-valias em aspetos tão importantes como a cultura, o desenvolvimento social e o desenvolvimento económico, e que estes todos juntos são capazes de contribuir para o desenvolvimento de um território e de uma comunidade, faz do património cultural, algo que merece toda a atenção, dedicação e que é urgente preservar.⁴⁴⁶

Como foi explorado no capítulo I, no conceito de desenvolvimento regional e local, desenvolvimento é avanço e quando se trata do desenvolvimento de um território o património cultural não deve ser dissociado pois, para um território se desenvolver precisa indubitavelmente de se coligar às questões e às problemáticas do património cultural.

Desta forma, por ser um fator de desenvolvimento o património pode ser uma alternativa na medida em que se pode constituir um alicerce fundamental para responder às necessidades, principalmente das comunidades mais carenciadas mas também de toda a comunidade em geral, através da criação de postos de trabalho, da produção de receitas, entre outros. Como por exemplo, nos grandes centros urbanos aposta-se na recuperação dos monumentos históricos com o fim de se conseguirem bons resultados económicos⁴⁴⁷, isto é procura-se o investimento no PC para se obter poder económico.

A economia atual estando marcada pela dependência de um turismo de sol e praia, faz com que as regiões que não sejam portadoras dessas especificidades sofram algum declínio económico principalmente nas épocas balneares, e o património cultural vem colmatar esta falta. Pois, sendo um recurso com tantas pluralidades consegue ser uma alternativa para diversas zonas, assumindo um lugar de extrema importância para o futuro dos municípios e regiões que não possuem zona costeira, um fator de desenvolvimento e um gerador de crescimento económico e de postos de trabalho.⁴⁴⁸

Assim, o património e o turismo completam-se pois, também o turismo é uma fonte de recursos capazes de ajudar à conservação do património e ao desenvolvimento em geral conseguindo criar através da sua exploração mecanismos que permitem à população extrair benefícios, como “empregos, receitas e orgulho deles próprios”, que irão gerar desenvolvimento económico.

Indiscutivelmente, o património cultural possui uma relevância extrema quando se trata de desenvolvimento territorial, que não seria possível sem a contribuição económica. E além de trazer diversas vantagens em muitas outras questões, é responsável por um conjunto de

⁴⁴⁶ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 25

⁴⁴⁷ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, Gestión del património cultural, Ariel Patrimonio, 2008, p. 156

⁴⁴⁸ CAMARERO IZQUIERDO, Carmen e GARRIDO SAMANIEGO, María José, Marketing del património cultural, Ediciones Piramide, Madrid, 2004, p.

mudanças que provocam um crescimento global em toda a área em que atua, nomeadamente na redução da sazonalidade do turismo, na redução do desemprego, na criação de oportunidades de negócio, na melhoria do nível de vida da população, na atração de programas europeus de desenvolvimento local, na entrada de fluxo monetário estrangeiro, na modernização de infraestruturas e equipamentos, na recuperação das atividades artesanais e tradicionais que por vezes estão esquecidas, no financiamento de reconstruções e projetos de conservação culturais e patrimoniais, entre outras.⁴⁴⁹

De facto, a obtenção de recursos económicos conjuntamente com a consciencialização de cada um são talvez os dois aspetos mais importantes que levam a uma conservação e restauração responsável e eficiente do património.⁴⁵⁰

A preservação e o uso produtivo do património cultural além de constituírem peças fundamentais no desenvolvimento económico são também imprescindíveis no campo social.

O património como grande reforço de identidade que é apresenta componentes importantes do desenvolvimento social e humano que devem ser utilizados para melhorar a qualidade de vida dos povos.⁴⁵¹

Assim, deve permitir a coesão entre as pessoas e a sua memória histórica, bem como apelar ao seu sentimento de pertença a um lugar que deve ser reconhecido como algo que é seu e como algo que se conhece bem, pois só assim pode ser preservado e valorizado. Da mesma forma, que o património deve servir de instrumento de formação dos mais jovens, transmitindo-lhes valores e conhecimentos relevantes de âmbito civilizacional e educativo.⁴⁵²

Enquanto aspeto essencial ao desenvolvimento territorial e das populações o património surge como recurso capaz de revitalizar e reconstruir a imagem de um território gerando valores económicos que irão proporcionar melhoria das condições e da qualidade de vida das pessoas, conferir-lhes identidade através da (re) descoberta de memórias, valorizando os aspetos cognitivos, suportar um conjunto de iniciativas culturais capazes de conceder ao território e à comunidade um envolvimento maior com o património e por sua vez uma educação patrimonial, prestando um importante contributo no desenvolvimento de valores educativos.⁴⁵³

⁴⁴⁹ CAMARERO IZQUIERDO, Carmen e GARRIDO SAMANIEGO, María José, Marketing del patrimonio cultural, Ediciones Piramide, Madrid, 2004, p. 39 e 40

⁴⁵⁰ CAMARERO IZQUIERDO, Carmen e GARRIDO SAMANIEGO, María José, Marketing del patrimonio cultural, Ediciones Piramide, Madrid, 2004, p.40

⁴⁵¹ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, Gestión del patrimonio cultural, Ariel Patrimonio, 2008, p. 156

⁴⁵² CAMARERO IZQUIERDO, Carmen e GARRIDO SAMANIEGO, María José, Marketing del patrimonio cultural, Ediciones Piramide, Madrid, 2004, p.43

⁴⁵³ CARVALHO, Paulo, Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão de desenvolvimento territorial, Cadernos de Geografia, nº24/25 – 2005/2006, Coimbra, FLUC, p. 210

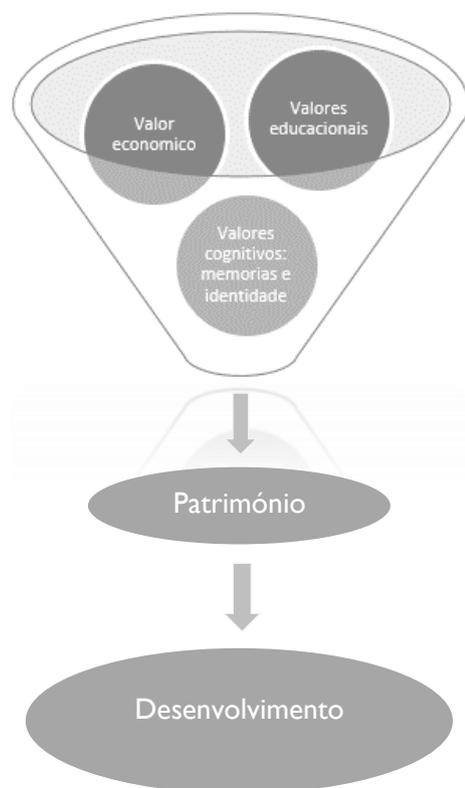


Figura 3. Relação património e desenvolvimento territorial

Fonte: Paulo Carvalho (2005-2006)

Elaboração: Autora

Apesar de ser indiscutível o contributo do património nos fatores de progresso de um território, nem todo o património é capaz de o gerar. A seleção dos bens patrimoniais é também o que lhes confere valor e a designação disso mesmo, e para que o património seja potenciador de criar desenvolvimento precisa de corresponder a um conjunto de valores.⁴⁵⁴

⁴⁵⁴ ALMEIDA, Fernando Pau-Preto Morgado de, "O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território – Os planos de ordenamento de parques arqueológicos", FAUP/FEUP, Porto, 2005, p. 39 e 40

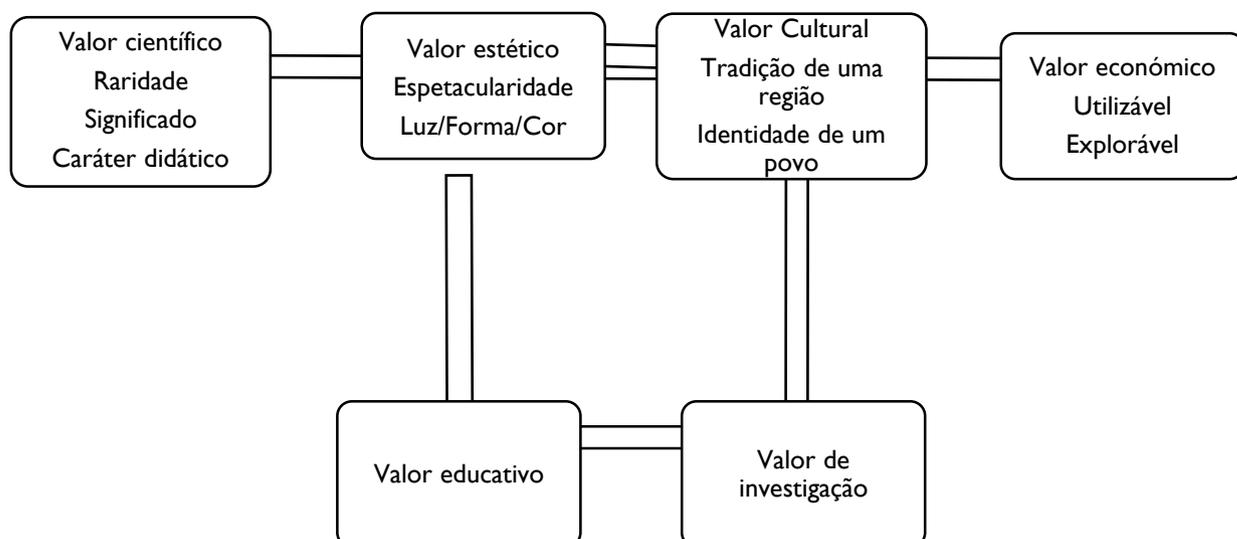


Figura 4. Valores do património

Fonte: Fernando Almeida (2005)

Elaboração: Autora

A posse destes valores por parte do património poderá levar à sua valorização, sendo que o seu estudo, preservação e conservação deverão constituir a génese de todo o processo. Paralelamente à valorização do património deverá constar uma estratégia potenciadora que o fará contribuir para o desenvolvimento do território.

Assim, quando compreendido a toda a sua amplitude de património (tangível e intangível) e incluído nas estratégias de desenvolvimento territorial, resulta numa consolidação das identidades das populações, como aspeto fulcral no ordenamento do território e ainda como bem de valor económico.⁴⁵⁵

As relações entre o território e a cultura apesar de terem maior impacto no espaço urbano, nos últimos anos tem-se vindo a assistir a um maior interesse pelo património nos espaços rurais, como é o caso do espaço apresentado neste trabalho.⁴⁵⁶

Este facto, em muito se deve à internacionalização das tendências de salvaguarda e valorização apoiadas por organizações como a UNESCO e o Conselho da Europa assentes no intuito de preservar e perpetuar a memória e a identidade do mundo rural, para que se possa transmitir às gerações futuras. Para este efeito, é necessário criar um conjunto de iniciativas e intervenções que incluam o turismo cultural, os espaços museológicos e culturais, os estatutos de proteção e classificação dos lugares, as ações de requalificação urbanística e ambiental, para que se resgatem estes elementos pertencentes ao mundo rural. E por sua vez, criar mecanismos

⁴⁵⁵ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 134

⁴⁵⁶ ALMEIDA, Fernando Pau-Preto Morgado de, “O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território – Os planos de ordenamento de parques arqueológicos”, FAUP/FEUP, Porto, 2005, p. 41

de oferta turística cultural que atraíam os visitantes, como o alojamento, a restauração, vias de comunicação e outros serviços necessários a um bom acolhimento.

O património, especialmente quando associado a lugares naturais atrativos é um dos principais motores de desenvolvimento turístico, pois permite ao visitante um encontro com os valores culturais. Este desenvolvimento contribui também para o progresso social e constitui também uma fonte de recursos que permitem a realização de projetos de investigação, estudo, exploração, resgate, preservação e difusão do património cultural.⁴⁵⁷

Deste modo, e não bastando apenas a apresentação de um património ao público é importante criar algo que congregue mais do que um tipo de património e que torne rotas como esta mais culturais, por exemplo aliando património cultural ao património natural para que a oferta seja ainda mais atrativa e eficaz.

Assim, a “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” é uma iniciativa que pretende através da oferta patrimonial judaica, e de todo o equipamento cultural envolvente que ajudará no enriquecimento e desenvolvimento do projeto, envolver também outro património que reúna igualmente as mesmas características únicas, e relevantes de serem apresentadas, o património natural circundante da região.

Ambos podem assim complementar-se e oferecer aos visitantes uma experiência mais única e enriquecedora.

I.1 Desenvolvimento social, cultural e económico

“O património cultural, devidamente comunicado, deverá constituir um elemento chave para a formação integral da pessoa, para o seu desenvolvimento emocional, e um elemento propiciador da interação e coesão social”⁴⁵⁸

O património cultural apresenta-se como um tentáculo da memória e um reforço da identidade, sendo que permite ao ser humano recordar o passado e memorizá-lo.⁴⁵⁹

A identidade transmite-se e fortalece-se através da memória seja ela individual ou coletiva, o património cultural, devido aos testemunhos que o integram forma a base fundamental da memória. Visto, a fácil observação do património no nosso quotidiano e o facto de nos remeter para as nossas memórias então podemos considerar o património como um elemento estruturante da mesma.⁴⁶⁰

⁴⁵⁷ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Patrimonio, 2008, p. 157

⁴⁵⁸ MENDES, J. Amado “Estudos do Património – Museus e Educação”, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 192

⁴⁵⁹ MENDES, J. Amado “Estudos do Património – Museus e Educação”, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 12 e 13

⁴⁶⁰ MENDES, J. Amado “Estudos do Património – Museus e Educação”, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 53

Este auxílio dos aspetos identitários encontra-se materializado na valorização de monumentos, de sítios, de paisagens, de espaços urbanos e rurais, que se traduzem no desenvolvimento económico através do turismo cultural.

Assim, o património cultural é um produto de satisfação que responde às necessidades do turismo cultural que constitui o mecanismo de atração de visitantes que irá gerar meios económicos capazes de criar postos de trabalho e incentivar à fixação das populações.

O desenvolvimento social, cultural e económico como consequência do investimento no património cultural traduz-se em diversos aspetos vantajosos e benéficos para o território, como em políticas de gestão voltadas para a conservação e restauro do património, na patrimonialização de lugares e sítios, em ações de programação cultural que estimulam os equipamentos culturais como museus e centros de interpretação e na criação de boas infraestruturas capazes de responder às necessidades dos visitantes, capazes de diminuir as distâncias.

Por conseguinte, o património cultural dá origem a um conjunto de melhorias que aumentam a qualidade de vida das populações, como a criação de empregos na área da gestão e programação patrimonial, nas áreas de animação sócio cultural e turismo cultural, tal como possibilita a implementação de novas áreas de trabalho no setor da cultura e a incrementação de atividades dos operadores turísticos e das transportadoras.

Por sua vez, fomenta a economia local, levando à dinamização e ao possível investimento em novas infraestruturas e equipamentos de suporte ao turismo como a restauração, a hotelaria, venda de produtos artesanais ou agrícolas de produção local, as vias de comunicação e os transportes.

Em locais como no interior do país, onde a oferta em aspetos turísticos não passa pelo usufruto de zonas costeiras e soalheiras, o desenvolvimento reflete-se na fixação das pessoas nestes espaços, evitando assim o despovoamento.^{461 462}

Além da sua relevante contribuição histórica, cultural e económica, o património tem também um papel bastante importante na vertente pedagógica e enquanto fator de desenvolvimento da mesma, manifestando-se através da qualificação e da formação das populações.⁴⁶³

De facto, existem competências que apenas o património pode fornecer e que não estão ao dispor nos diversos espaços de ensino, pois o valor pedagógico do património traduz-se na transmissão de experiências e saberes passados que podem ser usados no presente.

Esta informação adquirida através do património poderá ser colocada em prática nas escolas, universidades e outros estabelecimentos de ensino através de atividades pedagógicas e

⁴⁶¹ MENDES, J. Amado “Estudos do Património – Museus e Educação”, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 15

⁴⁶² TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 137

⁴⁶³ TAVARES, António, Património Cultural: Gestão e Programação à escala municipal – Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local, Arqueohoje, Lda, p. 138

didáticas como workshops, ateliers e oficinas, que resultará na valorização e conhecimento do património, tal como irá despertar uma maior sensibilidade para aspetos relacionados com o património que resultarão num desenvolvimento cultural e social dos indivíduos.

Não esquecendo o gosto estético que é adquirido através do contacto com o património cultural, que em muito pode contribuir para um melhoramento dos conhecimentos e da formação cívica e profissional do indivíduo.⁴⁶⁴

Além destes aspetos que o património detém e que proporcionam um desenvolvimento social, cultural e económico, constitui-se também como uma arma infalível no que diz respeito ao desenvolvimento de um carácter identitário dos territórios, que por sua vez pode gerar a construção de uma imagem de marca.

O turismo cultural consequência do património contribui diretamente para o reforço de uma identidade cultural comunitária, estabelecendo as diferenças e semelhanças entre os territórios.

Esta imagem de marca traduzida nos elementos únicos e autênticos de cada lugar irá consequentemente produzir mais desenvolvimento turístico.⁴⁶⁵

Pode-se considerar assim o património como um “passaporte para o desenvolvimento” e ao qual deve ser concedido um lugar de destaque, sendo ele portador de vantagens educativas, culturais, sociais e económicas.⁴⁶⁶

A “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” além de abonar vantagens a quem a visita, proporcionando vivências, contactos com as memórias e histórias passadas, constitui-se como um instrumento pleno de aprendizagem e de formação na temática envolvida que é o judaísmo.

Permitirá a criação de postos de trabalho e a dinamização dos setores hoteleiros, de restauração, comércios de produtos locais e sobretudo a preservação e conservação deste património que será revitalizado através do turismo cultural, resultando em verbas financeiras capazes de suportar os gastos inerentes e este património.

Esta rota poderá ainda conseguir alcançar um lugar de destaque nas rotas nacionais, tal como obter visibilidade internacional apresentando-se como um exemplo no âmbito das iniciativas relacionadas com o legado histórico judaico.

2. Análise SWOT

A Rota Cultural dos Judeus apresenta vantagens que serão um contributo inolvidável para o desenvolvimento social, cultural, económico das populações e do território.

⁴⁶⁴ MENDES, J. Amado “Estudos do Património – Museus e Educação”, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 191

⁴⁶⁵ BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, Gestión del patrimonio cultural, Ariel Patrimonio, 2008, p. 206

⁴⁶⁶ MENDES, J. Amado “Estudos do Património – Museus e Educação”, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 194

Contudo, pela sua capacidade de influência em aspetos positivos e eventualmente negativos é necessário elaborar-se uma análise SWOT, que nos permita concluir quais os impactos desejados e indesejados que poderão advir desta rota cultural e quais os fatores de sucesso que poderão ser alcançados.

Entende-se por análise SWOT algo que “consiste num exercício de disposição por quadrante das debilidades, das ameaças (fatores negativos), das forças e das oportunidades (fatores positivos), que tem por objetivo o desenvolvimento de uma plano de intervenção que considere os diferentes fatores internos e externos, que maximize o potencial dos pontos fortes e das oportunidades e que minimize o impacto das debilidades e das ameaças.”⁴⁶⁷

Atualmente, este instrumento é utilizado nos sítios e setores culturais de maneira a sistematizar os dados disponíveis para melhor alcançar a sua proteção e promoção.⁴⁶⁸

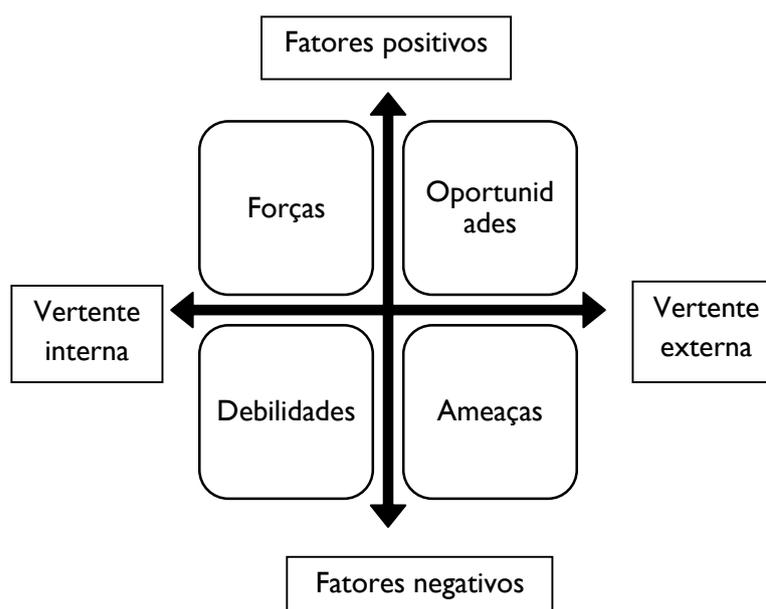


Fig 5. Quadro SWOT

Fonte: Clara Bertrand Cabral (2011)

Elaboração: Autora

A região de Trás-os-Montes é a área mais rural de Portugal e a menos desenvolvida. Ao longo dos tempos tem vindo a apresentar níveis de desertificação cada vez maiores e uma população cada mais envelhecida. Ainda assim, a região de Trás-os-Montes e Alto Douro é portadora de um setor turístico que dispõe de muitas oportunidades.

Devido à variação do clima podemos observar diferentes paisagens naturais inigualáveis que jamais poderão ser vista em qualquer outra parte do país ou do mundo, desde a montanha, ao vale e ao planalto. Possui zonas montanhosas onde chega a nevar todos os invernos pois as

⁴⁶⁷ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 132 e 133

⁴⁶⁸ CABRAL, Clara Bertrand, Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos, Lisboa, Edições 70, 2011, p. 133

temperaturas são muito baixas, e vales onde as temperaturas são bastante altas no verão e propícias à produção de variados legumes e fruta de uma qualidade incomparável.

A primavera transmontana é também umas das épocas mais deslumbrantes, pois os montes enchem-se de flores permitindo ao olhar uma festa de cor e tonalidades.

Cada paisagem é única e reflete além da história natural da região, também a sua história cultural e a identidade das comunidades que lá habitam.

Ainda assim, e apesar de todas as valências que Trás-os-Montes possui a nível patrimonial, cultural e natural, esta região depara-se ainda com baixos níveis de atratividade. Por isso, é cada vez mais urgente explorar-se os vários recursos disponíveis, apostando-se na sua revitalização, preservação, conservação e reaproveitamento, para que esta região se torne num ponto de atração para o turismo e lazer, melhorando consecutivamente a vida de quem lá habita.

Segue-se um conjunto de elementos inerentes ao projeto que irão expor suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que dele podem advir e que conseqüentemente afetarão a região transmontana.

2.1 Forças

- 1) A rota é um contributo para a cultura portuguesa na medida em que identifica, resgata e valoriza o património cultural judaico transmontano até agora desconhecido e/ou esquecido;
- 2) A rota alberga património cultural judaico de carácter único e inimitável;
- 3) A rota é um instrumento de salvaguarda e conservação do património cultural judaico;
- 4) A rota apresenta-se como uma fonte de transmissão de conhecimento e aprendizagem sobre a cultura e religião judaica;
- 5) A rota assume-se como um mecanismo capaz de legar esta herança que é o património judaico;
- 6) A rota é um projeto único em Trás-os-Montes;
- 7) A rota constitui-se como pioneira na consagração do PC judaico identificado nesta região;
- 8) A rota por albergar património cultural, religioso e de memória apresenta-se como uma simbiose em três dimensões: uma rota de turismo cultural, religioso e de memória;
- 9) A rota além do património cultural judaico de que dispõe agrupa um conjunto de atividades de dinamização cultural;
- 10) A rota cultural apresenta-se como uma iniciativa que constitui o início de mais investimento da vertente cultural em Trás-os-Montes;

11) A rota cultural devido aos diversos aspetos que tem para apresentar ao público, sem ter nenhuma iniciativa semelhante é detentora de força suficiente para ser considerada uma iniciativa única em todo o país.

2.2 Fraquezas

- 1) O facto de a região apresentar fraca visibilidade perante o panorama nacional e internacional pois, está no recôndito norte transmontano, poderá fraquejar a acessibilidade à rota e o seu reconhecimento;
- 2) O índice de envelhecimento acentuado, principalmente nas zonas mais rurais poderá prejudicar a rota e toda a dinâmica em que está envolvida pois, as localidades que ainda albergam este património poderão vir a ficar desertas;
- 3) O índice do poder de compra baixo, pode tornar-se num entrave ao desenvolvimento de negócios e atividades económicas relacionadas com a rota;
- 4) A crise financeira atual pode fazer com que os municípios envolvidos não tenham os recursos necessários para investirem na rota;
- 5) Os baixos recursos financeiros poderão colocar entrave à investigação continuada o que poderá tornar toda a duração do projeto efémera;
- 6) A dificuldade das entidades promotoras em obter os fundos comunitários por parte da União Europeia que apoiem o projeto, pode constituir um entrave ao desenvolvimento e continuidade da rota;
- 7) O facto de, a rota ser constituída por localidades do interior norte, sendo algumas bastante rurais e com baixos níveis de empreendedorismo, poderá dificultar o investimento em iniciativas e os apoios que ajudam a completar o projeto;
- 8) A baixa capacidade de inovação e desenvolvimento nas áreas do turismo, cultura e natureza nas localidades inerentes à rota, poderá dificultar a criação de novos negócios que a enriqueçam e a conjuguem com a mesma;
- 9) O acesso que liga as vilas e cidades transmontanas às aldeias apresenta pavimento em más condições que poderá dificultar o trânsito e o acesso à rota;
- 10) A sinalização destas terras apresenta algumas fragilidades pois, nem sempre é de fácil visualização, o que dificultará o acesso à rota;
- 11) O facto de, a região transmontana ser menos atrativa do ponto de vista em que não possui uma diversidade de atividades de lazer e diversão e até mesmo culturais, poderá afetar a procura pela rota pois poderá não ser suficiente para cativar o público.

2.3 Oportunidades

- 1) A rota contribuirá para o enriquecimento cultural das comunidades;
- 2) A rota contribuirá na formação das gerações jovens como fonte de aprendizagem e saber;
- 3) A rota prestará um forte contributo na devolução da identidade aos transmontanos e aos portugueses no geral;
- 4) A rota poderá consagrar-se como uma homenagem que tem vindo a ser adiada ao judaísmo e a todos os judeus;
- 5) A rota irá possibilitar a rememoração de um passado e das raízes transmontanas;
- 6) A rota poderá colocar toda a região à frente no que diz respeito a iniciativas deste âmbito;
- 7) A rota poderá projetar Portugal e Trás-os-Montes para o resto do mundo, dando-lhe visibilidade;
- 8) A rota permitirá um maior enriquecimento cultural e social da população, bem como de todos os visitantes;
- 9) A rota permitirá um reforço identitário da população;
- 10) A rota irá despertar o interesse da comunidade judaica pelo seu próprio património;
- 11) A rota fará com que a sociedade em geral tenha um “novo olhar” em relação ao judaísmo, assumindo-o como algo que pertence ao ser português;
- 12) A rota será um contributo indubitável para a toda a história portuguesa;
- 13) A rota será um contributo indubitável para a toda a região de Trás-os-Montes e para toda a comunidade que lá habita;
- 14) A rota irá atrair mais visitantes a Trás-os-Montes, não só nas épocas altas como durante todo o ano;
- 15) A rota irá atrair não só os habituais visitantes de turismo de lazer mas também outro tipo de turistas, nomeadamente de turismo cultural e religioso;
- 16) A rota será um forte contributo para o desenvolvimento do turismo cultural em Trás-os-Montes;
- 17) O aumento do turismo cultural irá fazer com que as necessidades aumentem e sejam diferentes, o que fará com que se criem outras alternativas que por si só já constituem desenvolvimento e evolução;
- 18) A rota irá permitir o aumento económico do alojamento turístico nas zonas rurais;
- 19) A rota irá permitir o aumento económico das unidades de restauração nas zonas rurais;
- 20) O facto de, a rota passar por zonas totalmente rurais com um défice alto de população e pouca atividade fará com que estas ganhem “vida” e se tornem lugares mais atrativos para quem lá vive;

- 21) A rota poderá ajudar ao crescimento e desenvolvimento de toda a região, especialmente das localidades a si inerentes;
- 22) A necessidade de criar novas soluções irá levar ao incentivo para a criação de mais infraestruturas capazes de responder mais e melhor às necessidades dos visitantes e também da população residente;
- 23) A aposta em novas oportunidades e o desenvolvimento da região levará à fixação de residentes, que por sua vez farão aumentar o número de habitantes e decrescer o número das migrações e da população envelhecida;
- 24) A interação com os turistas de Espanha proporcionará intercâmbio de visitantes, aumentando o turismo em Trás-os-Montes;
- 25) A comercialização de produtos judaicos poderá contribuir em grande escala para o desenvolvimento da região,
- 26) A exportação dos produtos casher para países estrangeiros dentro e fora da Europa poderá conferir à região um elevado potencial, bem como potencial a nível internacional;
- 27) Os recursos naturais endógenos poderão constituir um recurso para a inovação e criação de novos produtos e serviços sustentáveis;
- 28) A criação da rota fará com que as Associações de Desenvolvimento tenham a oportunidade de intervir através de apoios financeiros que em muito contribuirão para o desenvolvimento da região e suporte do projeto;
- 29) O facto da rota se assumir como um mecanismo de devolução da identidade que engloba aspetos sociais e culturais espalhados por todo o mundo, fará com que se crie um elo de ligação com pessoas de outros países;
- 30) A oportunidade da rota ser reconhecida em várias partes do mundo e pelas comunidades judaicas existentes no estrangeiro resultará num grande enfoque de todo o projeto, bem como do país e da região transmontana;
- 31) A rota irá proporcionar a criação de mais postos de trabalho, seja na área do turismo e do património, como na restauração e hotelaria e outros negócios locais;
- 32) A rota irá permitir o reaproveitamento dos recursos endógenos, seja dos que estão diretamente ligados à rota como os que também fazem parte da região;
- 33) A rota irá permitir a dinamização e reaproveitamento dos espaços e equipamentos culturais, conferindo-lhes atividade e dinamismo;
- 34) A rota será a oportunidade para se investir na revitalização deste património histórico “esquecido” e na sua recuperação e conservação do que apresentar essa necessidade;
- 35) A rota incutirá na população um sentimento de pertença deste património e por consequente uma maior relação património/individuo que resultará numa maior preocupação para com este bem patrimonial, valorizando-o;
- 36) A rota irá estimular a economia local através do investimento na hotelaria, restauração e espaços culturais, bem como aumentará as visitas nestes locais.

- 37) O projeto da rota será um ponto de partida para a investigação científica continuada e mais aprofundada sobre o judaísmo em Trás-os-Montes;
- 38) A região de Trás-os-Montes poderá constituir-se, através da investigação produzida através da rota, como um motor de pesquisa do património cultural judaico em Portugal.
- 39) Sendo o judaísmo uma temática pouco desconhecida dos portugueses poderá proporcionar curiosidade e aumentar o número de visitantes;
- 40) O facto de se tratar de uma iniciativa de turismo religioso poderá mover comunidades religiosas judaicas e não só;
- 41) A rota irá desenvolver mais o turismo cultural da região;
- 42) A rota poderá ser a continuação da “Obra do Resgate” de Barros Basto, no sentido em que pretende dar seguimento ao que ele idealizou e conseguiu realizar mas que acabou por desaparecer;
- 43) A rota poderá projetar a região no panorama nacional, no que diz respeito à investigação no âmbito do património cultural judaico;

2.4 Ameaças

- 1) Devido à crise económica existente, o sucesso tanto cultural, social como económico da rota poderá não ser o esperado;
- 2) O consumo turístico poderá não alcançar os números pretendidos devido ao baixo poder de compra existente em Portugal;
- 3) A igual crise poderá também diminuir o turismo, principalmente na época invernal e o consumo de produtos dispensáveis;
- 4) A crise que se verifica também nos combustíveis poderá diminuir os consumos turísticos;
- 5) Altos níveis de desemprego e dificuldade em renovação do setor empresarial na região envolvida, o que pode impedir o investimento em novas oportunidades de emprego e de negócio na área do turismo e da cultura;
- 6) A migração para o litoral é também uma condicionante ao desenvolvimento dos espaços rurais que leva consigo residentes e operadores económicos;
- 7) O uso excessivo dos bens patrimoniais poderá levar ao deterioramento dos mesmos, e por isso devem ser efetuadas ações de conservação e preservação permanentes.
- 8) Sendo a presença judaica em Trás-os-Montes desconhecida de alguma parte do público, poderá apresentar-se como uma ameaça à afluência do turismo;
- 9) Como a temática do judaísmo é uma temática religiosa pode afastar algum público.

Em suma, a rota dos judeus em Trás-os-Montes pretende conferir um desenvolvimento social, cultural e económico próspero ao território transmontano e às suas gentes, conseguindo alcançar impactos positivos que se multiplicarão, colocando Trás-os-Montes num lugar de destaque a nível nacional e mundial, nunca descorando do seu carácter único e genuíno que o torna singular.

Este projeto de gestão e programação do património judaico irá permitir devolver às gentes transmontanas e ao mundo uma parte inigualável da história, transmitindo às gerações vindouras este mesmo legado patrimonial.

Conclusão

A diáspora judaica em Portugal constitui uma parte da história do país e de todos os portugueses que não deve ser descurada. Os judeus que por aqui passaram foram sempre pessoas de grandes feitos, desde o seu contributo inigualável na época dos Descobrimentos, à sua aspiração para diversos ofícios e à arte do comércio que fez sempre deles empreendedores e ambiciosos.

Ora o seu contributo no desenvolvimento do país foi notável, deixando o seu cunho por onde passaram e marcas que nem o tempo apagou, e que estão ainda hoje expostas ao olhar de cada um.

E inegável é, a sua presença em Trás-os-Montes. Ocupando principalmente o interior do nordeste transmontano e a zona fronteiriça, esta parte mais recôndita de Portugal acolheu por muito tempo este povo.

Comparando com outras zonas do país e outras partes do mundo, nesta região os judeus puderam afirmar-se e permanecer com mais tranquilidade, e o facto de não estarem tanto debaixo da alçada das perseguições inquisitoriais, permitiu-lhes misturarem-se com a restante população.

Esta ocupação hebraica durante vários séculos resultou na influência do povo cristão pela cultura e religião judaica que lá morava, e num infindável e único conjunto de elementos patrimoniais que constituem hoje o património cultural judaico em Trás-os-Montes.

Atualmente, em diversas localidades sejam mais rurais ou urbanas, existem vestígios deste passado que se traduzem sobretudo em marcas arquitetónicas consideradas próprias da construção judaica, edifícios, ruas que outrora foram habitadas unicamente por judeus, símbolos ligados ao judaísmo, hábitos e costumes que ainda se conhecem, orações que permaneceram até aos últimos marranos, produtos tipicamente regionais que foram invenção judaica, artes e ofícios, entre muitos outros.

Visto a herança patrimonial judaica ser tão forte, esta pede urgentemente uma intervenção que atue no resgate de alguns destes vestígios que ainda estão por desvendar, na conservação dos que o tempo degradou e na salvaguarda e valorização, mostrando-os ao público.

Este património cultural judaico é o que resta de longos séculos da presença hebraica por terras transmontanas e é a representação de um passado que não volta mais.

Assim, este legado que representa as memórias e a identidade de um povo e dos seus antepassados deve assim ser devolvido aos seus herdeiros.

E esta herança patrimonial como qualquer outro tipo de património cultural representa uma forma de expressão seja do Homem ou da Natureza constituindo-se como um dos pilares

fundamentais de qualquer sociedade atual. Como nossa representante somos responsáveis por legá-la de geração em geração, assumindo-a como parte de nós.

Outrora, o património como bem que fora subestimado quanto à sua importância para a Humanidade está hoje permanentemente entre nós e complementa-nos como ser humanos. E esta preocupação atual com o património trouxe consigo um outro conjunto de preocupações que mudaram o Mundo e a si próprio.

As reformulações, as novas conceções e medidas interventivas solucionaram muitos dos problemas relacionados com este legado, resgatando-o, protegendo-o e salvando-o.

As amplitudes alcançadas pelo património ao longo de toda a evolução a que esteve sujeito, enaltecem os seus vários atributos e qualidades.

Assim, surgiram a gestão e a programação que unidas visam retirar o melhor que o património cultural tem para oferecer, ao mesmo tempo que o protegem e lhe dão continuidade.

Para que as intervenções na área do património proporcionem à sociedade e ao território um melhor desenvolvimento social, cultural e económico é fundamental que sejam executadas em proximidade. Pois, para se obter o melhor do património ao mesmo tempo em que se executam medidas interventivas em relação à sua conservação e preservação é importante que o gestor e programador esteja perto do mesmo, podendo assim atuar da melhor forma possível.

O presente trabalho propõe isso mesmo, um mecanismo de gestão e programação que se assume como o projeto da “Rota dos Judeus em Trás-os-Montes”, que pelo seu carácter pioneiro e de uma grande relevância histórica e cultural possui todas as características necessárias para se apresentar como motor de revitalização do património judaico e de desenvolvimento territorial e das comunidades nesta região.

Este contributo prestado pela rota irá assumir prosperidade social, cultural e económica e tem todas as componentes para representar esta marca patrimonial e ser um motivo de orgulho para todos os portugueses.

Estando ao encargo de entidades especialistas no desenvolvimento regional, esta rota pretende atuar a este mesmo nível, dividindo o campo de atuação por três sedes e entidades distintas, praticando assim uma gestão e programação de proximidade que promete intervir mais eficazmente.

A rota como mecanismo de resgate e salvaguarda do património cultural judaico transmontano pretende ser um projeto único nesta região que promete devolver à comunidade transmontana e a toda em geral parte da sua identidade esquecida.

Mais do que um projeto cultural é um projeto que assume responsabilidades identitárias e sociais e que além do resgate da herança judaica tem como missão devolvê-la aos seus herdeiros.

Apresentando grande parte do património cultural judaico em Trás-os-Montes, desde edifícios, marcas arquitetónicas, a costumes e saberes, orações e gastronomia, aliado a um conjunto de medidas de dinamização deste património, bem como projetos que complementam o valor que o próprio património já possui, esta proposta de criação de uma rota cultural dos judeus na região transmontana é o prelúdio para um novo ciclo que se irá abrir para a história do património judaico português.

A “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” pretende assumir-se como um exemplo de relevo de como o passado judaico se emergiu e renasceu em ruelas recônditas de um pequeno país e contrariar a ideia que está ainda patente no povo português de que a nossa identidade não possui qualquer dimensão judaica.

Da leitura e investigação verificou-se exatamente o contrário pois, todos os portugueses possuem uma marca judaica indestrutível. E chegou a altura de a assumirem e evitarem que uma cultura, que tal como a portuguesa que contribuiu também para a fundação da sua nacionalidade, se dissipe e se torne impossível de resgatar.

Ao observarmos os edifícios já muitos degradados pelo tempo, e as marcas que registam um passado que não está muito longe, podemos constatar que a presença dos judeus em Trás-os-Montes foi intensa e que muitas localidades cresceram com estes judeus.

E assim, fica a interrogação se por trás destas paredes, marcas, costumes e orações ainda se encontra alguma parte deste povo.

As comunidades que em tempo se faziam representar por um grande número de judeus e que estariam espalhadas por várias localidades da região transmontana, estiveram ainda presentes até ao século XX, no entanto hoje em dia já nada se sabe da existência de descendentes destes marranos.

Desta forma, seria importante desenvolver uma investigação que envolvesse a procura por possíveis praticantes dos preceitos marranos e judaicos nos tempos atuais, enriquecendo assim a rota cultura e apostando no envolvimento das comunidades.

A escassez do tempo não permitiu uma investigação neste sentido, contudo pensa-se que ainda existirão pessoas que apesar de já não se assumirem como judeus nem como praticantes da religião, conhecem os seus antepassados. Logo, seria interessante que os futuros estudos recaíssem também nesta questão para que se pudessem ter certezas científicas da existência ou não de descendentes.

Ainda assim, todo o percurso disponibilizado para a concretização deste trabalho permitiu concretizar os planos definidos que passariam pela criação de um mecanismo de gestão e programação do património judaico que tivesse como missão resgatar, salvaguardar, promover e devolver esta herança.

Neste seguimento, projetou-se a “Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes” que agrupa um conjunto de iniciativas, incluindo um rota turística e cultural que permitirá a quem a realizar um contacto direto com este património e com a sua história, bem como um conjunto

de iniciativas programáticas que não só irão dinamizar este património e toda a sua envolvente como revigorarão os espaços culturais.

Este projeto é inspirado na “Obra do Resgate” do Capitão Barros Basto pois, como Ben Rosh idealizou resgatar o marranismo esquecido, também aqui se pretende resgatar o património cultural judaico e o judaísmo português, dando-lhe desta forma continuidade.

O potencial patrimonial judaico representa assim uma marca inapagável que a rota cultural irá abrir ao público. Espera-se assim que a aposta neste património seja contínua e que a investigação científica seja executada fazendo jus à vontade destes antepassados que foi sempre a de legarem o que era seu, de geração em geração.

Anexos

Anexo I – Localização geográfica da província de Trás-os-Montes e Alto Douro



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alto_Tr%C3%AAs-os-Montes

Anexo 2 – Divisão dos territórios Terra Fria, Terra Quente e Douro Superior



Fonte: <http://www.diariodetrasmontes.com/noticias/complecta.php3?id=13173>

Anexo 3 – Mapa dos concelhos que integram a Terra Fria



Fonte: http://www.terrafria.pt/index.php?id_menu=74&id=44&title=municipio

Anexo 4 – Mapa dos concelhos que integram a Terra Quente



Fonte: <http://www.amtqt.pt/turismo/>

Anexo 5 – Mapa dos concelhos que integram o Douro Superior



Fonte: <http://www.dourosuperior.pt/web/index.php/territorio>

Anexo 6 – Localização geográfica das localidades pertencentes à “Rota dos Judeus em Trás-os-Montes”



Fonte: <https://www.google.pt/maps/@41.3015887,-6.782337,9z>

Elaboração: Autora (2015)

Anexo 7 – Adaptação da oração do Pai-Nosso, rezada pelos marranos/cristãos-novos de Carção, no século XX

Senhor, que estais nas alturas,

Por Vossos altos favores,

Vos chamam os pecadores:

Padre-Nosso.

A Vós, Senhor, como posso

O Vosso nome invocarei,

Pois decerto, eu bem sei

Que estais nos céus;

Amparai, Senhor, um réu,

Que muito ver-vos deseja,

Que Vosso nome seja,

Santificado,

Eternamente sejais louvado,
Por tais modos:
A uma voz digamos todos:
Seja,
Do dizer ninguém se peja,
Nem o mais de Vos louvar;
Só deve triunfar,
O Vosso nome,
Matai-nos a nossa fome,
Com o bem da Vossa mão,
E do céu, meu Deus o pão
Venha a nós.
Amparai-nos sempre Vós,
Dando-nos pão e mais pão,
E por fim, em conclusão,
O reino Vosso.
Fazei que seja nosso
Esse reino da verdade;
Sempre a Vossa vontade
Seja feita.
Quando dermos conta estreita,
Convosco, meu Deus, me veja,
Para perdoar-me seja
A Vossa vontade.
Dai-nos lá, na eternidade,
À Vossa vista um lugar;
Já que andamos a peregrinar
Assim na terra,
É assim que se desterra
Uma dor como tal prazer,
Pois melhor lugar não pode haver
Como no céu.
Em tempo algum seja réu,
Por culpas que não cometi;
A todos daí, como a mim,
O pão nosso.
Eu prometo ser tão Vosso
Que por Vós morrerrei;

Sempre Vos louvarei
Cada dia.
Dai-nos prazer e alegria,
Com poderes da Vossa mão,
E a todos o perdão
Nos dai hoje,
Que de Vós ninguém foge,
Antes se chegam a ti contritos;
Porque sois Deus dos aflitos,
Perdoai-nos
E por amor amparai-nos!
Felizes os que de Vós amparo têm;
Absolvi-nos, também,
As nossas dívidas,
Que por serem contraídas
Temos todos grande dor;
Perdoai-nos, Senhor,
Assim como nós
Havemos mister, e Vós,
Se acaso o perdão nos dais,
A perdoar nos ensinai,
Perdoamos.
Que é glória Vossa, e damos
O perdão por mui bem feito,
Pois perdoar é preceito,
Aos nossos,
Pois, por sermos todos Vossos,
É mui justo o perdão,
Para que não haja, não,
Devedores,
Assim como os Vossos favores,
Que qualquer é superior,
Agora, por Vosso amor,
Não nos deixeis.
Senhor, não desampareis
Barro que não é valente,
Pois se deixa facilmente
Cair;

Cuidai muito em nos acudir
Com auxílios eficazes,
Que de cair somos capazes
Em tentação;
Estendei-nos a Vossa mão,
Senhor, com todo o cuidado,
De contrair o pecado
Livrai-nos
Meu Deus e Senhor dai-nos
Zelo e serviço fecundo,
E livrai-nos neste mundo
De todo o mal,
Agora, diga já cada qual,
Com bem puro e firme amor:
Louvado seja o Senhor.
Amem.

Fonte: Amílcar Paulo, *Os judeus secretos em Portugal* (1985)

Anexo 8 - Orações dos marranos/cristãos-novos de Carção dos finais do século XVII

I

Ó alto Deus de Abraão,
Ó forte Deus de Israel!
Tu que ouviste a Daniel,
Ouve a minha oração.

Vós, Senhor, que vos pusestes
Lá em cima nas alturas,
Ouvi-me, a mim, pecador,
Que vos chamo das baixuras.

Pois a toda a criatura
Abristes o caminho da fonte,
Levantei ao céu meus olhos
Donde virá minha ajuda.

A minha ajuda virá

Do verdadeiro Senhor
Que fez o céu e a terra
E o mar e quanto há nela.

//

Ó meu Deus, governador!
Ouvi alto meu clamor,
Ouvi a minha oração
Que minha boca se não perca
Entregai-vos, Senhor, dela.
Não me metais em juízo
Pois tendes todo o poder.
Livrai-me da vossa ira
E tende-me de vossa mão.

Fonte: Fernanda Guimarães e António Andrade, *Carção – Capital do marranismo* (2008)

Aguardo tu Mercedes,
Lo que tu mi gran Dios puedes,
Me muestras tan llano e claro,
E pues le sirves de amparo
Aquel que tu gran Dios quieres.
Sem tu poder no se mueve
La menor cosa del mundo.
Muéstrame en esta ocasión
Como te acuerdas de mi.
Si los leones por ti remueven
Su condición alaben el señor
Tal impasible, en lo impasible,
Inmortal en lo inmortal;
Hoy en el paso en que estoy
Memoria quiero hecer
De todos quedan confesados
Si tanto capaz yo soy.

Fonte: Fernanda Guimarães e António Andrade, *Carção – Capital do marranismo* (2008)

Anexo 9 – Orações quotidianas dos cristãos-novos

Ao levantar

“O Senhor me dê bons dias na alma e no corpo; salvação para a alma, paz aos vivos e glória aos mortos.

Me livre, o Senhor, dos meus inimigos, de quem mal me quer e mal fala de mim; Inquisições, injustiças, ferros de El-Rei, de tudo quanto mau for me livre o grande Deus de Israel, por onde for e viver.

Ámen, Senhor, ao céu vá, ao céu chegue!”

“Senhor que fizeste o dia,
Com tão grande sabedoria,
E tornaste a amanhecer,
Grandes são os meus pecados,
Maior é a tua bondade,
Santo Senhor, toda a vida
A minha alma de bem diga,
O meu coração te alague
E como servo em teu serviço acabe.

Ámen, Senhor, etc.”

Como bem venha a luz do dia,
Santa seja a minha alegria,
Me guardará, me livrará
Do perigo da noite, do perigo do dia.
De homem morto – mau encontro,
De homem vivo- meu inimigo,
De cães danados e por danar.

De águas correntes, fogos ardentes,
Da língua de má gente.

Ao Altíssimo Senhor seja presente!

Ámen, Senhor, etc.”

“Senhor que me fizeste,
A alma me assopraste,
Uma santa lei me deste,
Esmeralda, limpa e pura
A Moisés a entregaste,
Sem dar mais outra alguma!

Ámen, Senhor, ao céu vá, ao céu chegue!”

“Senhor que me fizeste,
A alma me assopraste,
Uma santa lei me deste,
Esmeralda, limpa e pura
A Moisés a entregaste,
Sem dar mais outra alguma!
Como Daniel dos leões,
Salve os teus justos varões
De tormentos e Inquisições.

Ámen, Senhor, ao céu vá, ao céu chegue!”

“Assim que levantei,
As minhas mãos lavei,
Com alma e com vida
Ao Senhor louvarei.
Andaremos neste dia
Com grande atento,
O Senhor nos livrará
Do fogo e do tormento.

Ámen, Senhor, ao céu vá, ao céu chegue!”

“Levantai-vos meninas cedo,
Já quiere amanhecer,
Louvaremos ao Altíssimo Senhor,
Que nos há de fortalecer.

Louvai o Senhor ao som da viola
Ele é tudo com e tudo glória.
Louvai o Senhor meninas,
Louvai-o com vozes finas.
Louvai o Senhor donzelas,
Louvai-o com vozes belas.
Louvai o Senhor casadas,
Louvai-o com vozes claras.
Louvai o Senhor viúvas,

Louvai-o com vozes puras.
O Senhor de todos os amores,
Louvai meninas e flores.

Ámen, Senhor, ao céu vá, ao céu chegue!”

Orações da manhã, tarde ou noite

“O Senhor nos dê bons dias (boas tardes, ou boas noites) na alma e no corpo, salvação para a alma, paz com todo o mundo e glória aos mortos. O Senhor nos guarde e nos livre de quem nos bem fale e mal nos quiere e de tudo quanto mau for. Ámen, Senhor, etc.”

“Levantei-me de manhã,
De manhã ao alvor,
A cantar e a rezar
Os santos salmos do Senhor.
Cantemos e não cancelemos
Demos graças e louvor
Aos santos nomes do Senhor.
Ámen, Senhor, etc.”
“Abençoa-me Adonai,
Anda sempre comigo
Tua graça e teu abrigo,
Tua bondade e teu amor, 166

Faça-se, Senhor, o grande favor,
Que nunca ninguém me engane,
Só os anjos do altíssimo Senhor
Que me acompanhem.
Ámen, Senhor, etc.”
No fim de cada refeição

“Benditas graças a meu Deus sejam dadas pelos bens e esmolos que nos faz, tem feito e tem para
fazer.

O Senhor, que nos deu para agora, nos abasteça.

O Senhor, pelo seu santo e divino bem, nos livre da miséria e de tudo quanto mau for e mau
pretender. Ámen, Senhor, etc.”

Ao deitar
“Na minha cama me deitei,
As minhas portas fechei
Com as chaves de Abraão;

Os bons entrarão,
Os maus sairão,
Os anjos do Senhor
Comigo estão.

Ámen, Senhor, etc.”

“Na minha cama me deitei,

Cinco anjos nela achei,

Dois aos pés, três à cabeceira,

O Altíssimo Senhor ande na minha dianteira.

Ámen, Senhor, etc.”

“Abençoa-me Adonai,

Anda sempre comigo

Tua graça e teu abrigo,

Tua bondade e teu amor,

Faça-se, Senhor, o grande favor,

Que nunca ninguém me engane,

Só os anjos do altíssimo Senhor

Que me acompanhem.

Ámen, Senhor, etc.”

No fim de cada refeição

“Benditas graças a meu Deus sejam dadas pelos bens e esmolas que nos faz, tem feito e tem para
fazer.

O Senhor, que nos deu para agora, nos abasteça.

O Senhor, pelo seu santo e divino bem, nos livre da miséria e de tudo quanto mau for e mau
pretender. Ámen, Senhor, etc.”

Ao deitar

“Na minha cama me deitei,

As minhas portas fechei

Com as chaves de Abrahão;

Os bons entrarão,

Os maus sairão,

Os anjos do Senhor

Comigo estão.

Ámen, Senhor, etc.”

“Na minha cama me deitei,
Cinco anjos nela achei,
Dois aos pés, três à cabeceira,
O Altíssimo Senhor ande na minha dianteira.

Ámen, Senhor, etc.”

Fonte: SCHARZ, Samuel, Cristãos-Novos em Portugal no Século XX (2011)

Anexo 10 – Orações diversas

Bendito, ó Santo Sabá,
Sempre bendito e honrado,
Por todas as criaturas
Que são filhas do Sion,
Que vão cantando seus salmos
Em um eterno louvor,
Pra louvar e engradecer
O nome Santo do Senhor. (Recolhida em Lagoaça)
Fortunoso é o homem que teme o Senhor,
Que anda por bons caminhos
E se governa com o suor das suas mãos.
Será muito feliz, sua mulher será fecunda,
E seus meninos parecerão
Raminhos novos de oliveira
Em redor de sua mesa.
Benze-se, Senhor de Sião,
Para que vejamos os bens em Jerusalém
E o pão do Senhor em nossa casa.
Adonai, Ámen.” (Recolhida em Rebordelo)

“Quando ao mar chegamos,
Logo por Moisés chama-mos.
Moisés nos respondeu
Com uma voz muito dolorida:
- Chamai pelo Deus de Israel
Que vós sereis socorridos.

Louvamos ao nascente,
Louvamos ao poente,
Louvamos ao Deus de Israel
Para todo o sempre.

Ó grande Deus de Israel,
Santo, justo e bendito,
O vosso Santo nome
No monte Sinai está escrito.”

Fonte: Amílcar Paulo, *Judeus Secretos em Portugal* (1985)

“O Senhor me abençoe com as suas santas, poderosas e divinas bênçãos, que deitou aos seus servos.

Seja de Adonai, Moisés, Abraão, Isaac e Jacob.

Misericórdia, Senhor, com a minha alma!

Licença vos quero pedir, ó meu divino Senhor, pelos Vossos Santos Nomes, que nós assim o tomamos para muita honra e gloria proveito e salvação.

Ámen, Senhor, etc.”

“O Senhor, que abençoou a lã e o linho,

A Abraão e a seu filho,

Nos deite a sua santa e divina bênção.

Ámen, Senhor, etc.”

Orações de viagem

“Eu vou partir,

Santa seja a minha ida,

Santa seja a minha vinda

E o lugar onde me amanhecer

Que ninguém me possa mal fazer,

O Senhor me queira livrar e defender:

De homem morto- mau encontro,

De homem vivo – meu inimigo,

Da língua de má gente,

De mau homem, de má mulher,

De boca que diz o que;

Por onde for e viver.

Ámen, Senhor, etc.”

“Em belo dia e bela hora
Sai da minha casa para fora;
Bom e mau encontrarei,
Os maus se me desviarão,

Os bons me encaminharão,
Para o caminho da salvação.”

Orações de defuntos
(Quando se entra no cemitério)

“ Deus vos salve lá passados,
Fostes vivos como nós,
Nós seremos como vós,
Lá nesse céu onde estais
Pedi ao Senhor por nós,
Que, neste vale de lágrimas,
Pediremos ao Senhor por vós.

Ámen, Senhor, etc.”

(Quando se lava o defunto)

“Bendito meu Deus, meu Senhor, meu Adonai, que nos mandou e nos encomendou que
lavássemos este nosso irmão, como fizeram os nossos irmãos na Terra da Promissão.

Ámen, Senhor, etc.”

Fonte: SCHARZ, Samuel, Cristãos-Novos em Portugal no Século XX (2011)

Anexo II - Orações das Festas Judaicas

Orações de Sábado

“Bem-dito meu Deus, meu Senhor, meu Adonai, que nos mandou e nos encomendou com as suas encomendações bem-ditas e bem santas que acendêssemos esta santa torcida para alumiar e festejar a noite santa do Senhor, para que o Senhor nos alumie a nossa alma e nos livre de culpas penas e pecados.

Ámen, Senhor, etc.”

“Tal dia santo, como o de hoje,
Folgo o Senhor e descansou,
Suas santas bandeiras compostas,

Com os pendoes levantados,
E os nomes do Senhor
Foram ditos e declarados,
Por boca de todos os ventos
E criaturas aumentados.
- Sábado, sábado, Moisés, Moisés,
Ao sábado nada farás,
Ocupar-te-has em servir e adorar
O grande Deus de Adonai. –
Não há outro nem haverá
Louvado seja o Senhor que a vida nos dá.

Ámen, Senhor, etc.”

Orações de “Kipur”

“Alto Senhor de Israel,
Deus eterno, onnipotente,
Escuta as sentidas queixas
Do teu povo descontente...”
“Aplaquem-se as justas iras da Majestade ofendida,
De novo entremos na graça,
Que há muito havemos perdida.”
“Arbitro de toda a terra,
Deus Augusto e poderoso,
Ao teu povo suplicante

Ouvido presta piedoso.”
“Quebrai, Senhor, este jugo.
Que nos pesa desumano,
Livrai-nos, Senhor, livrai-nos
Das garras deste tirano.”
“Há três anos que o teu povo
Em ferros geme e suspira,
Batem os males passados,
Aplaque-se a tua ira!”
“Nossas culpas são imensas,
Nossos delitos pesados,
Mas he tua misericórdia
Maior que os nossos pecados.”
“Livraste-o de hum Pharaó,
Por santo prodígio novo,
De outro Pharaó mais duro
Outra vez livra o teu povo.
“O poder d’este malvado,
Que nos oprime sem dó,
Cahia bem, como cahiram
Os muros de Jerichó.”
“Teu povo, n’aquelle tempo,
Mil vezes, Senhor, pecou,
Porém, não venha das mãos
Do teu e nosso inimigo.”
“Á tua voz formidável,
Quebrem-se os duros grilhões
Hoje, porque he o teu dia,
Deve ser o dos perdoes.”
“Para nós he ventura,
Para ti, Senhor, a gloria,
O teu dia, sacro santo,
Seja o dia da vitória...”

Ámen, Senhor, etc.

Fonte: SCHARZ, Samuel, Cristãos-Novos em Portugal no Século XX (2011)

Anexo 12 – Orações de jejuns

(Quando se entra no jejum)

“Senhor faço tenção de jejuar
Com a ajuda que tu, Senhor, me has de dar.
Este dia de sacrifício e de penitencia,
Este meu sangue que derreto no meu corpo,
Ofereço pela minha salvação.
Ámen, Senhor, etc.”

(Quando se sai do jejum, depois de aparecer a primeira estrela)

“Bendita a estrela de Adonai,
Tudo que peço, Senhor, me dais,
Bendita a estrela, bendita a companhia,
Bendito o Senhor que guia,
Já é hora, já passa de hora,
Louvado seja o Senhor,
Que o jejum do meu corpo sai fora.”

(Antes de começar a refeição, divide-se um pedaço de pão em três bocados e reza-se)

“Louvado seja o Senhor que te criou,
Do centro da terra te deitou,
O Senhor me faça a minha alma
Tão limpa e tão clara como tu és.”

(Um a um mastigam-se os três pedaços de pão que se deitam depois no fogo dizendo)

“Deixa-me fazer, como fizeram os nossos irmãos na Terra Santa da Promissão.

(Quando deitam o pão ao fogo)

“Fogo de Samuá, tome-o lá!”

Anexo 13 – Orações da Páscoa

Oração da Água

“A quatorze da lua
Do primeiro mez do anno,
Parte o Povo do Egypto,
Israel meu irmano.
As cantigas que vão cantando

Ao Senhor vão louvando.
- Aonde nos trazes Moisés,
Aqui neste despovoado,
Onde não há pão nem lenha,
Nem nunca pastou o gado?
Louvamos ao alto Senhor
Que é o Senhor do nosso cabo. –
Lá vem Moisés com a sua vara alçada
A bate no mar selado.
Abriu-se o mar em doze carreiras,
Passará o meu povo em salvo.
O meu povo em salvo passou,
Para onde o Senhor o mandou,
Por seu santo real mandado.
O senhor criou quatro elementos:
Ceus e terra, noite e dia,
Sendo tão concebidas,
Tão altas e tão subidas
Todas quantas ellas são;
Aqui não há que negar,
Pode pôr e tirar,
Fazer almas tornar,
Pae nosso poderoso,
Que nos haveis de perdoar,
Assim como perdoaste a El-Rei David
O seu pecado de Bersabé,
Faça-nos, Senhor, tão grande mercê,
Perdoai-me, também a mim
E a todo o povo de Israel,
Por onde for e viver.

Ámen, Senhor, etc.”

Fonte: SCHARZ, Samuel, Cristãos-Novos em Portugal no Século XX (2011)

Anexo 14 – Orações dos cristãos-novos de Trás-os-Montes

“Quando no mar nos vimos,
Fugindo ao rei Faraó
A chamar por nosso Deus,
A ver se ele nos respondia...
...Que adorássemos o Nascente,
Q louvássemos o Poente,
Louvemos seu santo nome
Agora e para sempre!
Saimos do vosso seio
A adorar ao deus alheio,
Coisa que tanto nos erra...

Senhor desvia a mim e a tudo o Santo Povo da desgraça e do poder dos inimigos....

Levantai-me de Manhã,
De Manhã ao alvor,
A cantar e arezar
Os antos salmos do Senhor;
Cantemos e não cançemos,
Demos graça, e louvor,
Nome santo do senhor!...
Senhor, que esclareceu o Dia,
Senhor, que é a minha alegria!...
Paços, confortos, mesas d’alegria,
Pela grala de Sião!...”
O meu Deus, quem já se vira
N’aquela santa cidade,
Chamada Jerusalém!...
Jerusalém está esperando
Cada hora...e cada dia...”

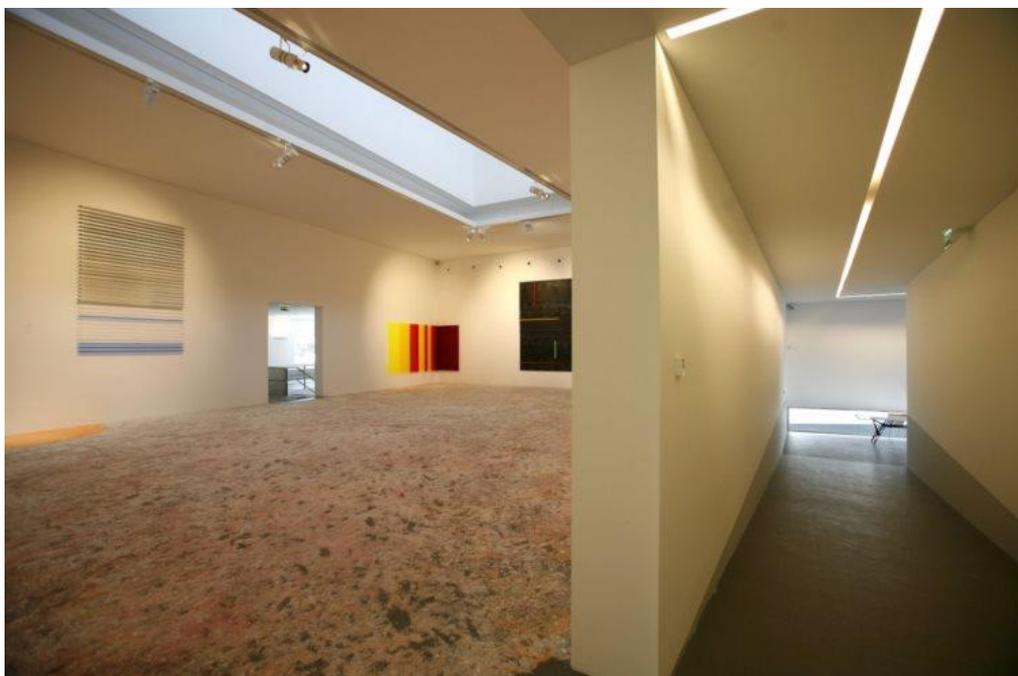
Fonte: SCHARZ, Samuel, Cristãos-Novos em Portugal no Século XX (2011)

Anexo 15 – Edifício da antiga sinagoga “*Shaaré Pideon*” de Bragança (Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº 23, 3º andar, antiga “Rua Direita”)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 16 – Futuro Centro de Interpretação Sefardita do Nordeste Transmontano em Bragança



Fonte: <http://www.publico.pt/local/noticia/souto-moura-desenha-museu-da-cultura-sefardita-em-braganca-1600777>

Anexo 17 – Antigo lugar onde moravam os “pegados” (judeus) em Mogadouro



Fonte: Autora (2015)

Anexo 18 – Rua do Sagrado em Mogadouro (antiga judiaria)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 19 – Inscrição votiva gravada numa fachada em Mogadouro



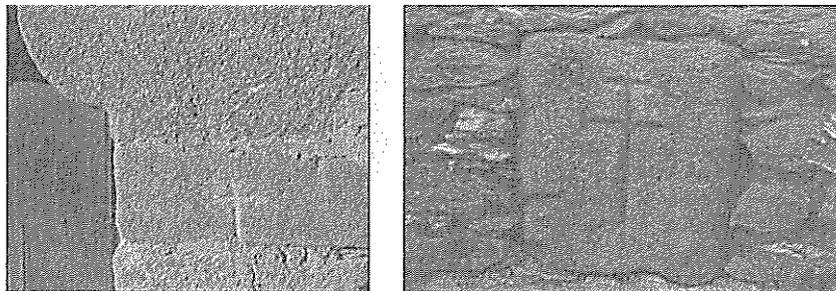
Fonte: Autora (2015)

Anexo 20 – Casas com arquitetura tipicamente judaica situadas na Rua dos Távora em Mogadouro (traços manuelinos, ombreiras biseladas e armário de pedra encastrado na parede interior)



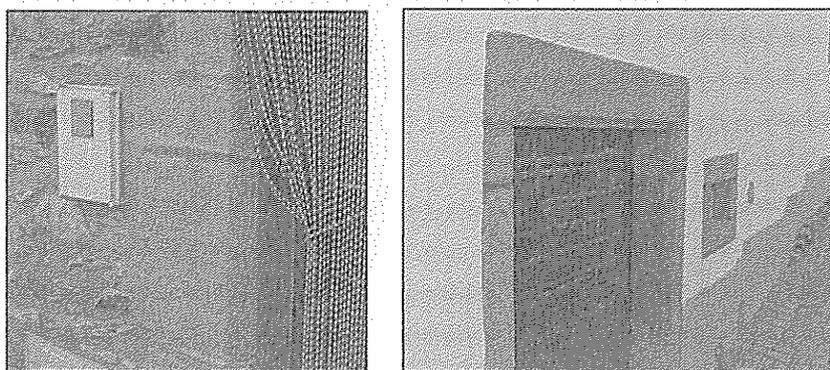
Fonte: NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem (2013)

Anexo 21 – Cruciformes nas ombreiras na Rua da Fonte e na Rua da Hera em Mogadouro



Fonte: NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem (2013)

Anexo 22 – Ombreiras biseladas a 45°, em bisel em Mogadouro



Fonte: NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem (2013)

Anexo 23 – Cruz gravada numa moradia em Azinhoso



Fonte: Autora (2015)

Anexo 24 – Portas e janelas desalinhas em Azinhoso



Fonte: Autora (2015)

Anexo 25 – Rosáceas gravadas no vão de uma porta em Azinhoso



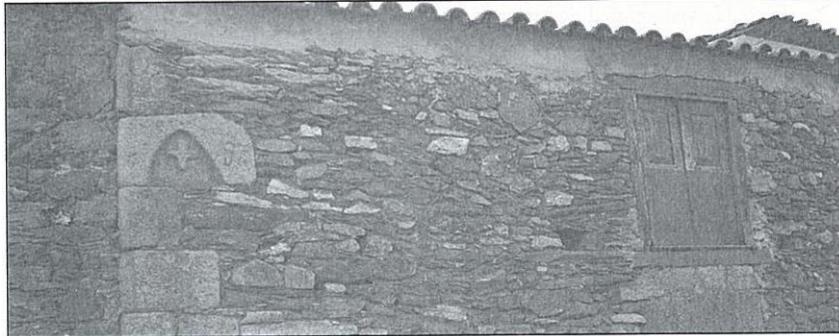
Fonte: Autora (2015)

Anexo 26 – Local de “Pelames” em Azinhoso



Fonte: Autora (2015)

Anexo 27 – Cruciforme numa casa que, supostamente terá sido a antiga sinagoga em Azinhoso



Fonte: NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem (2013)

Anexo 28 – Bairro de casas ligadas entre si em Bemposta



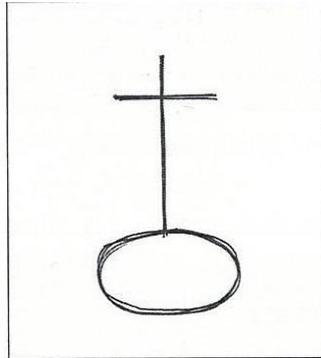
Fonte: Autora (2015)

Anexo 29 – Vãos e ombreiras das portas adornadas em Bemposta



Fonte: Autora (2015)

Anexo 30 – Cruciforme numa ombreira da porta do rés-do-chão numa casa em Bemposta



Fonte: NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem (2013)

Anexo 31 – “Cruz dos judeus” em Argozelo



Fonte: Autora (2013)

Anexo 32 – Antiga Praça de Carção



Fonte: Autora (2013)

Anexo 33 - Rua do Meio em Carção



Fonte: Autora (2013)

Anexo 34 - Bairro de Cima em Carção



Fonte: Autora (2013)

Anexo 35 - Largo das Fontes em Carção (Fonte e pedra lavrada)





Fonte: Autora (2013)

Anexo 36 - Bairro de Vale Falcão em Carção



Fonte: Autora (2013)

Anexo 37 – Casa do Rabi Domingos Oliveira em Carção



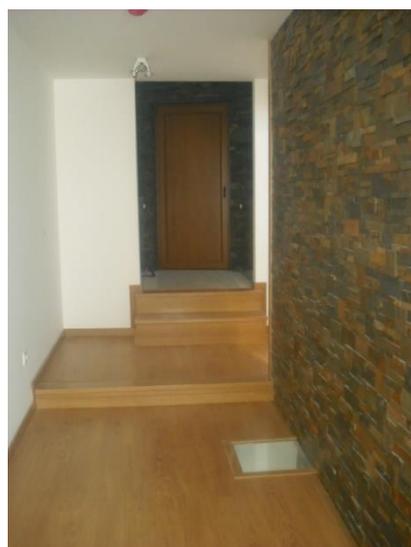
Fonte: Autora (2013)

Anexo 38 – Praça Luís David dos Santos



Fonte: Autora (2013)

Anexo 39 – Museu Judaico de Carção



Fonte: Autora (2013)

Anexo 40 – Brasão de Carção (mezuzá e menorá)



Fonte: Autora (2013)

Anexo 41 – Travessa da Fonte Romana em Vila Flor (antiga judiaria)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 42 – Rua D. Dinis em Vila Flor (antiga judiaria)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 43 – Rua da Portela em Vila Flor (antiga judiaria)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 44 – Igreja da Misericórdia de Torre de Moncorvo



Fonte: Autora (2013)

Anexo 45 – Casa da Sinagoga de Torre de Moncorvo



Fonte: Autora (2013)

Anexo 46 – Rua dos Sapateiros em Torre de Moncorvo





Fonte: Autora (2015)

Anexo 47 – Casa da Pelicana em Torre de Moncorvo



Fonte: Autora (2013)

Anexo 48 – Praça do Município em Torre de Moncorvo



Fonte: Autora (2013)

Anexo 49 – Casa dos Navarros em Torre de Moncorvo



Fonte: Autora (2013)

Anexo 50 – Casa da Inquisição em Torre de Moncorvo



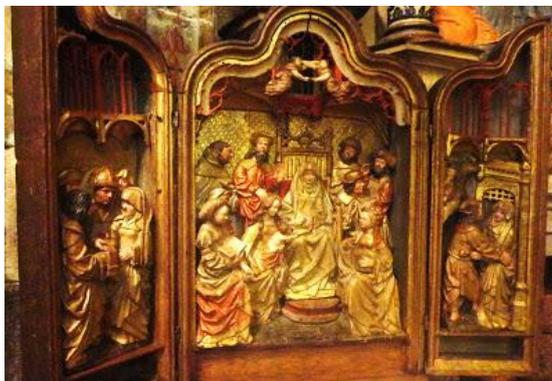
Fonte: Autora (2013)

Anexo 51 – Chafariz de Horta em Torre de Moncorvo



Fonte: ANDRADE, António Júlio, GUMARÃES, Maria Fernanda, Os Isidros, A epopeia de uma família de cristãos-novos de Torre de Moncorvo (2012)

Anexo 52 - Tríptico da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo



Fonte: http://olivrodaareia.blogspot.pt/2013_02_01_archive.html

Anexo 53 – Amêndoas cobertas de Torre de Moncorvo



Fonte: Autora (2015)

Anexo 54 – Canelões de Torre de Moncorvo



Fonte: Autora (2015)

Anexo 55 – Futuro Centro de Estudos Judaicos em Torre de Moncorvo



Fonte:

<https://www.facebook.com/municipiotorredemoncorvo/photos/a.560297267442090.1073742011.352813004857185/560297397442077/?type=3&theater>

<https://www.facebook.com/municipiotorredemoncorvo/photos/a.560297267442090.1073742011.352813004857185/560297474108736/?type=3&theater>

Anexo 56 - Casa dos Carrascos em Freixo de Espada à Cinta (três ramos de árvore, truncados, cada um com quatro galhos, num total de doze, em alusão às doze tribos de Israel, portal estilo manuelino)



Fonte: <http://questomjudaica.blogspot.pt/2013/12/freixo-de-espada-cinta.html>

Fonte: Autora (2015)

Anexo 57 - Marca “Zuzarte”, data de 1557 e rosácea na janela do 2^a andar da “Casa dos Carrascos” em Freixo de Espada à Cinta



Fonte: Autora (2015)

Anexo 58 – Janelas e portais de estilo manuelino e cruciformes em Freixo de Espada à Cinta









Fonte: Autora (2015)

Anexo 59 – Três troncos com quatro galhos, doze no total alusões a tribo numa moradia em Freixo de Espada à Cinta





Fonte: Autora (2015)

Anexo 60 – Aron Kodesh (arca sagrada) em Freixo de Espada à Cinta



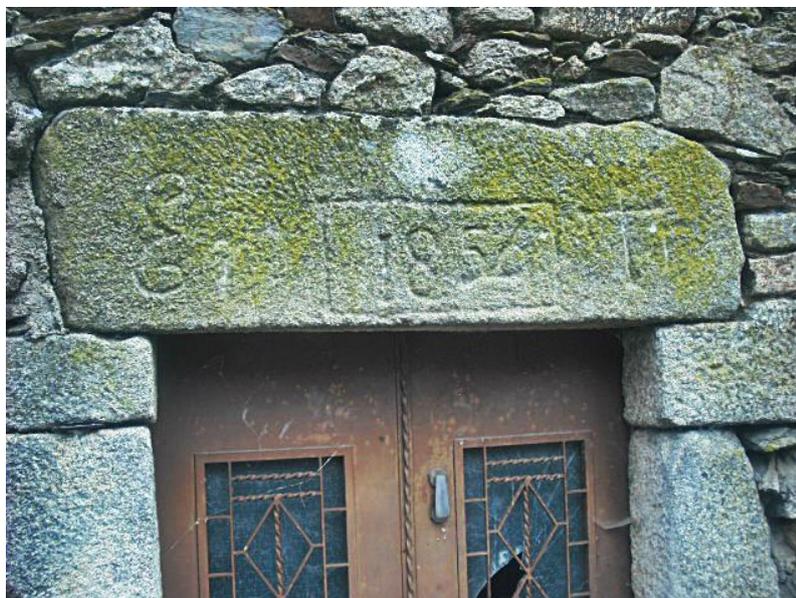
Fonte: <http://www.redejudiariasportugal.com/index.php/pt/cidades/freixo-espada-a-cinta>

Anexo 61 – Rua dos Judeus em Lagoaça



Fonte: Autora (2015)

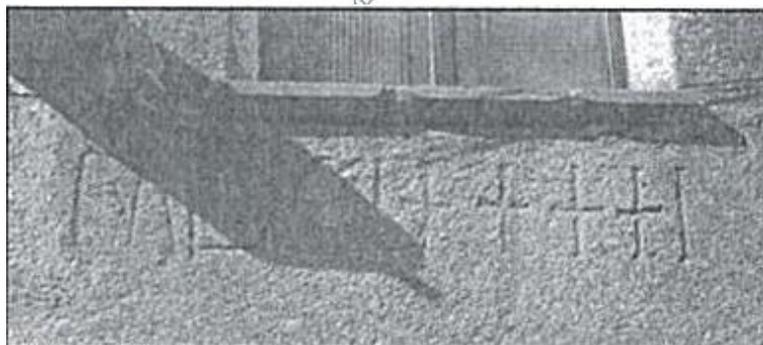
Anexo 62 – Cruciforme e data 1854 em vão de janela em Lagoaça





Fonte: Autora (2015)

Anexo 63 – Cruciformes numa fachada de uma casa em Lagoaça



Fonte: NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem (2013)

Anexo 64 – Local de “Pelames” em Vilarinho dos Galegos



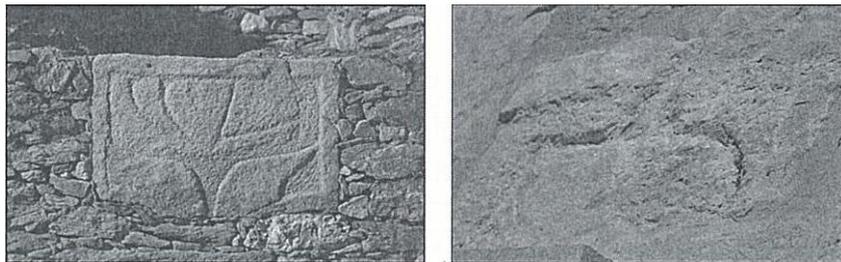
Fonte: Autora (2015)

Anexo 65 – Marcas judaicas em Vilarinho dos Galegos (vãos e ombreiras de portas e janelas)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 66 – Menorás em Vilarinho dos Galegos



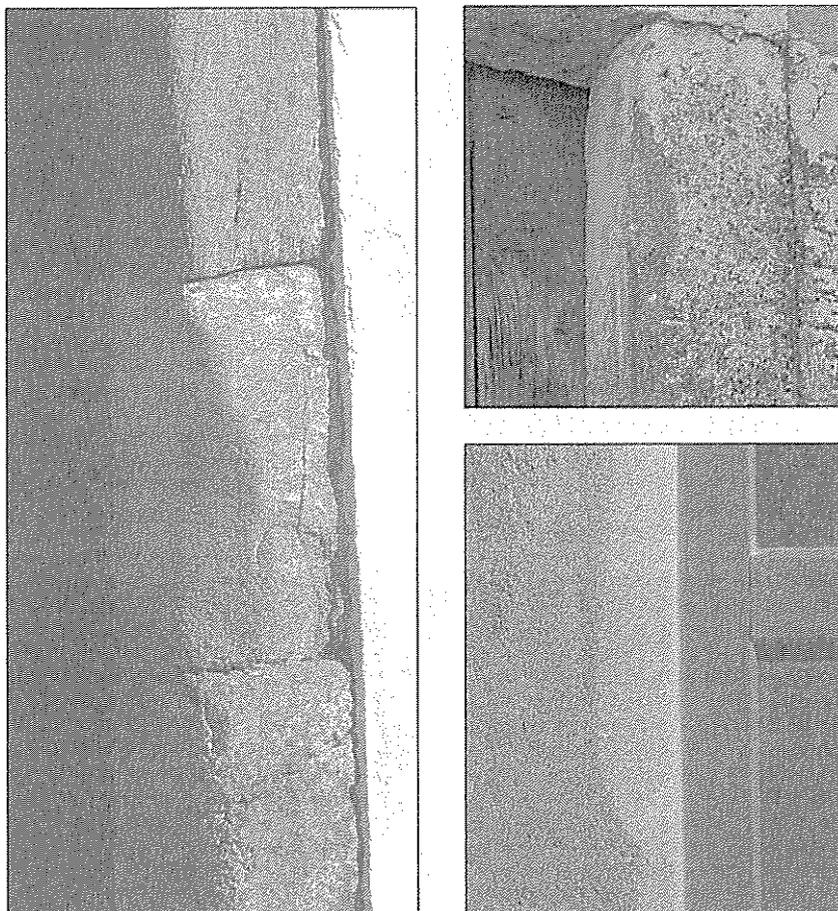
Fonte: NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem (2013)

Anexo 67 – Pormenor de enfeite numa janela em Vilarinho dos Galegos



Fonte: NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem (2013)

Anexo 68 – Ombreiras com marcas de desgaste em Vilarinho dos Galegos



Fonte: NETO, Antero, Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro, Lema D'origem (2013)

Anexo 69 – Lagar de Cera de Felgueiras



Fonte: <http://torredemoncorvoinblog.blogspot.pt/2009/03/descoberta-ate-felgueiras.html>



Fonte: <http://www.dourovalley.eu/poi?id=2661>

Anexo 70 – Inscrição votiva em Vila Nova de Foz Côa



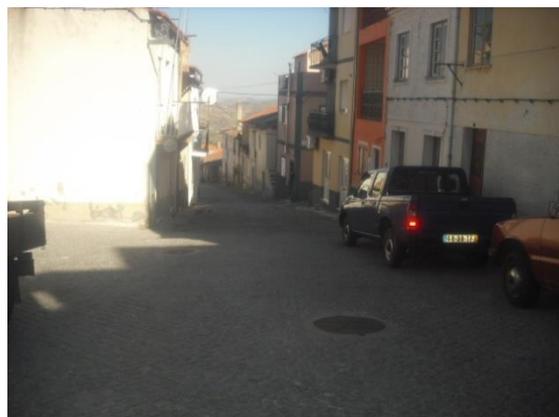
Fonte: Autora (2015)

Anexo 71 – Capela de Santa Quitéria (antiga sinagoga)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 72 – Rua do relógio, Rua da Barca e Sítio da Lameira (antiga judiaria)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 73 – Casa Judaica em Freixo de Numão (janelas, portas e inscrição)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 74 – Possíveis marcas judaicas em Freixo de Numão (data 1765, vãos de porta e cruz)





Fonte: Autora (2015)

Anexo 75 – Rua do Toural em Mirandela (antiga judiaria)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 76 – Rua do Rosário em Mirandela (antiga judiaria)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 77 – Travessa do Quebra-Costas em Mirandela (antiga judiaria)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 78 – Edifícios que apresentam marcas arquitetónicas típicas judaicas na Travessa do Rosário em Mirandela (porta adornada, vãos e ombreiras de janela, desalinhamento de janela e porta)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 79 – Alheira de Mirandela (com carne de porco)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 80 – Igreja Matriz de Sambade



Fonte: <http://www.cm-alfandegadafe.pt/produtos/20>

Anexo 81 – Bairro dos Judeus ou Bairro Novo em Sambade



Fonte: Autora (2015)

Anexo 82 – Futuras instalações do Centro de Interpretação do Território do concelho de Alfândega da Fé em Sambade



Fonte: Autora (2015)

Anexo 83 – Casa que pertenceu a Moisés Abrão Gaspar, cristão-novo em Rebordelo



Fonte: Autora (2015)

Anexo 84 – Estrela de David no pilar da moradia que pertenceu a Moisés Abrão Gaspar em Rebordelo



Fonte: Autora (2015)

Anexo 85 – Moradia com características de arquitetura judaica m Rebordelo (portas e janelas desalinhadas, vãos de portas e janelas e ombreiras biseladas a 45° em bisel)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 86 – Moradia que pertenceu ao filho de Abrão Moisés Gaspar, também de nome Abrão Gaspar em Rebordelo (arquitetura única na localidade, data de 1818?)



Fonte: Autora (2015)

Anexo 87 – Moradia que pertenceu à família de Abrão Gaspar, localizada na rua com o seu nome em Rebordelo, “A. Gaspar” que se supõe que seja em homenagem a um dos Abrão Gaspar (pormenores debaixo da janelas)





Fonte: Autora (2015)

Anexo 88 – Estrela de David em Pousada (concelho de Mirandela)



Fonte: Fotos gentilmente cedidas pelo Doutor Henrique Pereira, arquiteto da Câmara Municipal de Mirandela (2015)

Documentação

Adonai, Adonai: Os últimos marranos de Trás-os-Montes, publicado a 1 de outubro de 2011, Vilarinho dos Galegos, Mogadouro (https://www.youtube.com/watch?v=3JX-5exB_KE)

Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZANET - www.zasnet-aect.eu/

Aldeias Históricas de Portugal - provere.aldeiahistoricasdeportugal.com/

ALMEIDA, A A Marques de, *Comunidades judaicas na Época Moderna em Trás-os-Montes - Uma revisitação da historiografia*, Universidade de Lisboa e Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste

http://www.terrasquentes.com.pt/Content/Publicacoes/CadernoI/comunidades_judaicas_na_%C3%A9poca_moderna_em_tr%C3%AAs-os-montes.pdf

Almocreve, Um retrato de gentes de Carção - www.almocreve.pt/

ANDRADE, Júlio António, GUIMARÃES, Maria Fernanda, *Percursos de Gaspar Lopes Pereira e Francisco Lopes Pereira, dois cristãos-novos de Mogadouro*, Cadernos de Estudos Sefarditas, n.º 5, 2005, pp. 253-297

(http://www.catedra-alberto-benveniste.org/_fich/15/Pagina_253-298.pdf)

Arquivo Nacional Torre do Tombo - digitalq.dgarq.gov.pt/

Associação de Desenvolvimento da Terra Fria - www.corane.pt/

Associação de Desenvolvimento da Terra Quente - desteque.com/

Associação de Desenvolvimento do Douro Superior - www.dourosuperior.pt/

Associação Portuguesa de Gestores do Património Cultural - www.museusportugal.org/apgpc/

Barros Basto, o apóstolo dos marranos, 4 de outubro de 2001, às 00h00, no jornal Público (www.publico.pt/culturaipilon/jornal/barros-basto-o-apostolo-dos-marranos-162551)

Cadernos de Socio museologia - revistas.ulusofona.pt/

Câmara Municipal de Belmonte - www.cm-belmonte.com

Câmara Municipal de Bemposta - www.bemposta.net/

Câmara Municipal de Bragança - www.cm-braganca.pt/

Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta - cm-freixoepadacinta.pt/

Câmara Municipal de Mirandela - www.cm-mirandela.pt/

Câmara Municipal de Vinhais - www.vinhais.com.pt/

Carta de Nizhny Tagil sobre o património industrial, The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), julho 2003 - <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>

Carta sobre o património construído vernáculo, ICOMOS, Cidade do México, 17 a 23 de outubro de 1999

<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartasobrepatrimoniovernaculo1999.pdf>

Centro de Estudos Judaicos, Belmonte - www.estudosjudaicos.ubi.pt/

Comunidade Israelita de Lisboa - www.cilisboa.org/

Comunidade Israelita do Porto - <http://comunidade-israelita-porto.org/>

Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial, Documento originalmente publicado pela UNESCO sobre o título Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 Outubro de 2003, (Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006)

(<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cultural%20Imaterial%202003.pdf>)

Direção Geral do Património Cultural - www.patrimoniocultural.pt/

Estatutos – Douro Superior Associação de Desenvolvimento, Torre de Moncorvo, 22 de Julho de 1994

(http://www.dourosuperior.pt/docs_pdf/estatutos.pdf)

Eterna Sefarad - zivabdavid.blogspot.pt/

Fórum Valorização e Promoção do Património Regional - Atas das sessões, volume 2 - *Investigar e Valorizar o Património Estudos Judaicos - Sítios Arqueológicos e Visitantes*, Pinhel, 28 de junho de 2007 - <http://www.arte-coa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1186/1186.pt.pdf>

Governo de Portugal, Secretário de Estado da Cultura - www.portugal.gov.pt/

ICOMOS Comissão Nacional Portuguesa - www.icomos.pt/

Instituto Nacional de Estatística - mapas.ine.pt/

Internacional Centre for Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property - www.iccrom.org/

Jornal Nordeste - www.jornalnordeste.com/

LAGE, Maria Otília Pereira, *Abordar o Património Documental: Territórios, Práticas e Desafios*, Cadernos NEPS 4, Núcleo de Estudos de População e Sociedade Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães/2002 - <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/792/1/caderno04.pdf>

Leis Base do Património - Diário da República, I Série-A N.º 209, de 8 de Setembro de 2001 – Assembleia da República - Lei n.º 107/2000, (<https://dre.pt/application/dir/pdfs/2001/09/209A00/58085829.pdf>)

Lelo de Moncorvo - lelodemoncorvo.blogspot.pt/

Les Derniers Marranes, Realização: Frédéric Brenner e Stan Neumann, Produção: Les Films d'Ici, Duração : 52' Edição: Les Films du Paradoxe, ISAN : 000000019E5E0000N000000005, 1990 (www.lesfilmsdici.fr/fr/catalogue/487-les-derniers-marranes.html)

Marranos em Trás-os-Montes - marranosemtrasosmontes.blogspot.pt/

Museu e Centro de Documentação Memorial de la Shoah - www.memorialdelashoah.org/

Museu Judisches Berlim - www.jmberlin.de/

Museu The Jewish - thejewishmuseum.org/

Museu Yadvashem - www.yadvashem.org/

Notícias de Trás-os-Montes e Alto Douro, Órgão da Casa de Trás-os-Montes de Lisboa - ntmad.wordpress.com

Noticias do Nordeste - www.noticiasdonordeste.pt/

Ofício de matar, (Texto originalmente publicado no Expresso, a 28 de janeiro de 1995, por ocasião do 50º aniversário da libertação de Auschwitz), 27 de janeiro de 2015 às 0h58, no jornal Expresso (expresso.sapo.pt/internacional/oficio-de-matar=f908141#)

Passado de Pedra - www.passadodepedra.com.pt/

Património.PT - www.patrimonio.pt/

PROVERE: *Das aldeias históricas e do Judaísmo – Heranças Culturais da Beira Interior*, Associação de desenvolvimento das aldeias históricas de Portugal, em representação da Rede de Parceiros das Aldeias históricas de Portugal, Município de Belmonte, em representação da rede de parceiros do património judaico, 2009. Disponível em [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_aldeias_historicas%20\(mem%20descritiva%20AH%20e%20patrimonio%20judaico\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_aldeias_historicas%20(mem%20descritiva%20AH%20e%20patrimonio%20judaico).pdf)

PROVERE: Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos, Associação de Desenvolvimento Turístico das aldeias históricas de Portugal, *Rede das aldeias históricas de Portugal – Estratégia de Eficiência Coletiva e Plano de Ação*, 2009. Disponível [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_Aldeias%20\(Memoria%20Descritiva%20Provere%20das%20Aldeias%20Historicas\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_Aldeias%20(Memoria%20Descritiva%20Provere%20das%20Aldeias%20Historicas).pdf)

Questom Judaica - questomjudaica.blogspot.com.es/

Rede de Judiarias de Portugal - www.redejudiariasportugal.com/

Reportagem Rebordelo - O Espigueiro

(<http://www.espigueiro.pt/reportagem/9872ed9fc22fc182d371c3e9ed316094.html>)

Repositório científico de acesso aberto em Portugal - www.rcaap.pt/

Rota da Terra Fria Transmontana - www.rotaterrafria.com/

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico - www.monumentos.pt/

Jornal Nordeste, “Douro Superior”, 23 de junho de 2015, p. 11

Rota do Românico - <http://www.rotadoromanico.com/vpt/Paginas/Homepage.aspx>

Bibliografia

AAVV, *100 Anos de Património – Memória e identidade*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, 2010

ALVES, Francisco Manuel, *Memórias históricas do distrito de Bragança*, Tomo V, Os judeus, Câmara Municipal de Bragança/ Instituto Português de Museus – Museu do Abade Baçal, 2000

AMADO MENDES, J., *Estudos do Património: Museus e Educação*, col. “Estudos: Humanidades”, n.º 3, FLUC / Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009

AMILCAR, Paulo, *Os judeus secretos em Portugal*, Editorial Labirinto, 1985

ANDRADE, António Júlio, GUMARÃES, Maria Fernanda, *Os Isidros, A epopeia de uma família de cristãos-novos de Torre de Moncorvo*, Lema d’Origem, 2012

ANDRADE, Júlio António, GUIMARÃES, Maria Fernanda, *Carção, Capital do Marranismo*, Associação Cultural dos Almocreves de Carção, Associação CARAamigo, Junta de Freguesia de Carção e Câmara Municipal de Vimioso, 2008

ANDRADE, Júlio António, GUIMARÃES, Maria Fernanda, *Marranos em Trás-os-Montes-Judeus-Novos na Diáspora- o caso de Sambade*, Lema d’Origem, 2013

AZEVEDO, Elvira Cunha, *Ben Rosh, Biografia do Capitão Barros Basto, O apóstolo dos marranos*, Edições Afrontamento, 1997

BABELON, Jean-Pierre e CHASTEL, André, *La notion de patrimoine*, Paris: Liana Levi, 2004

BALLART, Josep Hernández e TRESSERRAS, Jordi Juan i, *Gestión del patrimonio cultural*, Ariel Património, 2008

BARROS, Maria Filomena Lopes de, TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva, *Cristãos (ãs) -Novos (as), Mouriscos (as), Judeus e Mouros. Diálogos em trânsito no Portugal Moderno (séculos XVI-XVII)*, * Estudo elaborado no âmbito do projeto PTDC/HIS-HEC/104546/2008, *Muçulmanos e Judeus em Portugal e na Diáspora: Identidades e Memórias (século XVI-XVII)*, cofinanciado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo FEDER, 2008

BERNAVI, Élvi, *História Universal dos Judeus, Da génese ao fim do século XX*, Contexto Editora, 1992

BRANCO, Ilda Amália Rodrigues, *Mirandela Setecentista*, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique para obtenção do grau de Doutor, Porto, 2009. Disponível em <http://repositorio.uportu.pt/jspui/bitstream/11328/597/2/TDH%2035.pdf>

CABRAL, Clara Bertrand, *Património Cultural Imaterial. Convenções e seus contextos*, Lisboa, Edições 70, 2011

CABUGEUIRA, Artur Carlos Crespo Martins, *Do Desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspetos de política económica regional*, *Gestão e Desenvolvimento*, p.103-136, 2000. Disponível em http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf

CAMARERO IZQUIERDO, Carmen e GARRIDO SAMANIEGO, María José, *Marketing del Património Cultural*, Ediciones Píramide, Madrid, 2004

CANELO, David Augusto, *O resgate dos “Marranos” portugueses*, Belmonte, s.e., 1996

CARSTEN, L. Wilke, *História dos judeus portugueses*, Edições 70, Coleção: Lugar da História, 2009

CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues, *Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*, Tese de mestrado em Museologia na Universidade de Évora, 2009. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8935.pdf>

CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001

CHALANTE, Susana, *O discurso do Estado salazarista perante o “indesejável” (1933-1939)*, *Análise Social*, nº 198, p. 41-63 Centro de Estudos Sociais UC, 2011. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1309942602C0oPL0ev9EnI2LV7.pdf>

DESVALLÉES, A., & MAIRESSE, F., *Conceitos-chave de museologia*, São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comitê Nacional Português do ICOM, 2014.

Disponível em http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf

DUARTE, Alice, *Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora New Museology: The kickoffs of one yet innovative approach*, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 6 no 1 – 2013.

Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239>

GARCIA, Maria Antonieta, *Fios para um roteiro judaico na Covilhã*, Universidade da Beira Interior, 2001. Disponível em <http://www.redejudiariasportugal.com/images/livros/fios.pdf>

GUILLAUME, Marc, *A Política do Património*, Campo das Letras, Porto, 2003

KAYSERLING, Meyer, *História dos Judeus em Portugal*, Livraria Pioneira, São Paulo, Brasil, 1971

LOPES, A.S., *Desenvolvimento Regional*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984

LOPES, Albino e RET, Luís, *Identidade da Empresa e Gestão pela Cultura*, Lisboa, Edições Sílabo, 1990

LOPES, Francisco José, *As cartas de foral de Alfândega da Fé (1294-1510)*, Editora Lema d'Origem, 2015

MARTINS, Jorge, *Breve história dos judeus em Portugal*, Nova Vega, Coleção: Sefarad, 2009

MARTINS, Jorge, *Portugal e os judeus, Judaísmo e anti-semitismo no século XX*, volume III, Nova Vega, 2006

MEA, Elvira de Azevedo, MUCKNZIK, Ester, TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva, MUCZNIK, Lúcia Liba, *Dicionário do Judaísmo Português*, Editora Presença, 2009

MENDES, António Rosa, *O que é Património Cultural?* Gente Singular Editora, 2012. Disponível em

[https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2506/1/O%20que%20%C3%83%C6%92%C3%82%C2%A9%20Patrim%C3%83%C6%92%C3%82%C2%B3nio%20Cultural%20\(miolo\).pdf](https://sapiencia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2506/1/O%20que%20%C3%83%C6%92%C3%82%C2%A9%20Patrim%C3%83%C6%92%C3%82%C2%B3nio%20Cultural%20(miolo).pdf)

MENDES, José Vieira, *Marketing, patrocínio e mecenato*, Lisboa, Texto Editora, 1991

MILGRAM, Avraham, *Portugal, Salazar e os judeus*, Gradiva, 2010

MINTZBERG, Henry, *Estrutura e dinâmica das Organizações*, Lisboa, D. Quixote, 2010

MORAIS, Luís Fernandes, *Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local - Património, turismo e desenvolvimento rural*, Atas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, 6 a 9 de Outubro 2010, Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto) ISBN 978-972-99436-5-2 (APG); 978-972-8932-92-3 (UP-FL)

NETO, Antero, *Marcas arquitetónicas judaicas e vítimas da Inquisição no concelho de Mogadouro*, Lema D'origem, 2013

NUNES, João Paulo Avelãs, *Darwinismo social e antissemitismo: o caso português*, Cultura, Espaço & Memória, nº 5, p. 117-132, 2014. Disponível em https://www.academia.edu/9098280/Darwinismo_social_e_antissemitismo_o_caso_portugu%C3%AAs_Cultura_Espa%C3%A7o_and_Mem%C3%B3ria_no_5_2014_p._117-132

PEREIRO, Xerardo, *Património cultural: o casamento entre património e cultura*, ADRA, nº2, Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, pp. 23-41, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2006

PRIMO, Judite, *Cadernos de Socio museologia*, 41 - 2011, *Documentos Básicos de Museologia: principais conceitos*. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2642/2015>

REIS, Rodrigo Halley dos Santos, *IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, Gestão do Património Cultural: Contribuições Académicas*, 2010. Disponível em http://educonse.com.br/2010/eixo_12/e12-12.pdf

RODRIGUES, Donizete, *Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica*, 2012. Disponível em (<http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01->

[pdf/CS3-rodriques-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf\)](http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi20/topoi20_12tradu%C3%A7%C3%A3o.pdf)

ROWLAND, Robert, *Cristãos-novos, marranos e judeus no espelho da Inquisição*, Topo i, v. 11, n. 20, jan.-jun. P. 172-188, 2010 Disponível em http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi20/topoi20_12tradu%C3%A7%C3%A3o.pdf

SALES, Padre Ernesto Augusto Pereira, *Mirandela – Apontamentos históricos*, volume II, Câmara Municipal de Mirandela, 1983

SANCHES, João Domingos Gomes, *Os judeus, no Noroeste da Península Ibérica*, Ancora Editora, Estudos e Documentos, 2010

SCHARZ, Samuel, *Cristãos-Novos em Portugal no Século XX*, Edições Cotovia, 2011

SILVA, Ana Paula Amaral Simões da, *Rotas turísticas-culturais em Ílhavo*, Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, 2011. Disponível em <http://core.ac.uk/download/pdf/15568399.pdf>

SILVA, Elsa Peralta Da, *Património e Identidade. Os desafios do Turismo Cultural*, Universidade Técnica de Lisboa, 2000. Disponível em <http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/viewFile/932/734>

TAVARES, António Luís Marques, ERNESTO L. Matias, Lda, *Um futuro no passado Património e Cultural Organizacional*, Edição Empresa Jornalística Renascimento, Lda, Coleção Opus Vox, nº 1, 2011. Disponível em https://www.academia.edu/2012918/ERNESTO_L_MATIAS_LDA._Um_futuro_no_passado._Patrim%C3%B3nio_e_cultura_organizacional

TAVARES, António, *Património Cultural: Gestão e programação à escala municipal. Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local*, Arqueohoje, Lda, 2014

TAVARES, Maria José Ferro, *Os judeus da Beira interior: a comuna de Trancoso e a entrada da Inquisição*, Sefarad, Vol. 68:2, págs. 369-411, 2008. Disponível em <http://sefarad.revistas.csic.es/index.php/sefarad/article/viewFile/469/567>

VAZ, Hugo Miguel Sacramento, *Museu Judaico Barros Basto – A conceção de uma coleção visitável da Comunidade Israelita do Porto*, Relatório de projeto do 2º Ciclo de Estudos (Mestrado) em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PHH_QzXwm-AJ:sigarra.up.pt/flup/pt/publs_pesquisa.show_publ_file%3Fpct_gdoc_id%3D33702+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt

VIEIRA, Alexandra Maria Ferreira, *A valorização do Património Cultural*, V Congresso de Investigação e Desenvolvimento Sociocultural, 2007

Índice de anexos

Anexo 1 – Localização geográfica da província de Trás-os-Montes e Alto Douro	166
Anexo 2 – Divisão dos territórios Terra Fria, Terra Quente e Douro Superior	167
Anexo 3 – Mapa com os concelhos que integram a Terra Fria	167
Anexo 4 – Mapa com os concelhos que integram a Terra Quente	168
Anexo 5 – Mapa com os concelhos que integram o Douro Superior	169
Anexo 6 – Localização geográfica das localidades que integram a Rota Cultural dos Judeus em Trás-os-Montes	170
Anexo 7 – Adaptação da oração do Pai-Nosso, rezada pelos marranos/cristãos-novos de Carção, no século XX	170
Anexo 8 - Orações dos marranos/cristãos-novos de Carção dos finais do século XVII	173
Anexo 9 – Orações quotidianas dos cristãos-novos	175
Anexo 10 – Orações diversas	179
Anexo 11 – Orações das Festas Judaicas	182
Anexo 12 – Orações de jejuns	184
Anexo 13 – Orações da Páscoa	184
Anexo 14 – Orações dos cristãos-novos de Trás-os-Montes	186
Anexo 15 – Edifício da antiga sinagoga “Shaaré Pideon” de Bragança (Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n° 23, 3°andar, antiga Rua Direita)	187
Anexo 16 – Futuro Centro de Interpretação Sefardita do Nordeste Transmontano em Bragança	187
Anexo 17 – Antigo lugar onde moravam os “pegados” (judeus) em Mogadouro	188
Anexo 18 – Rua do Sagrado em Mogadouro (antiga judiaria)	188
Anexo 19 – Inscrição votiva gravada numa fachada em Mogadouro	189
Anexo 20 – Casas com arquitetura tipicamente judaica situadas na Rua dos Távora em Mogadouro (traços manuelinos, ombreiras biseladas e armário de pedra encastrado na parede interior)	189
Anexo 21 – Cruciformes nas ombreiras na Rua da Fonte e na Rua da Hera em Mogadouro	190
Anexo 22 – Ombreiras biseladas a 45°, em bisel em Mogadouro	190

Anexo 23 – Cruz gravada numa moradia em Azinhoso	190
Anexo 24 – Portas e janelas desalinhas em Azinhoso	191
Anexo 25 – Rosáceas gravadas no vão de uma porta em Azinhoso	192
Anexo 26 – Local de “Pelames” em Azinhoso	192
Anexo 27 – Cruciforme numa casa que, supostamente terá sido a antiga sinagoga em Azinhoso.....	193
Anexo 28 – Bairro de casas ligadas entre si em Bemposta	193
Anexo 29 – Vãos e ombreiras das portas adornadas em Bemposta	195
Anexo 30 – Cruciforme numa ombreira da porta do rés-do-chão numa casa em Bemposta	195
Anexo 31 – “Cruz dos judeus” em Argozelo	195
Anexo 32 - Antiga Praça de Carção	196
Anexo 33 - Rua do Meio em Carção	196
Anexo 34 – Bairro de Cima em Carção	197
Anexo 35 - Largo das Fontes em Carção (Fonte e pedra lavrada)	197
Anexo 36 – Bairro de Vale Falcão em Carção	198
Anexo 37 – Casa do Rabi Domingos Oliveira em Carção	199
Anexo 38 – Praça Luís David dos Santos	199
Anexo 39 – Museu Judaico de Carção	200
Anexo 40 – Brasão de Carção (mezuzá e menorá)	201
Anexo 41 – Travessa da Fonte Romana em Vila Flor (antiga judiaria)	201
Anexo 42 – Rua D. Dinis em Vila Flor (antiga judiaria)	202
Anexo 43 – Rua da Portela em Vila Flor (antiga judiaria)	203
Anexo 44 – Igreja da Misericórdia de Torre de Moncorvo	203
Anexo 45 – Casa da Sinagoga de Torre de Moncorvo	204
Anexo 46 – Rua dos Sapateiros em Torre de Moncorvo	204
Anexo 47 – Casa da Pelicana em Torre de Moncorvo	205
Anexo 48 – Praça do Município em Torre de Moncorvo	206
Anexo 49 – Casa dos Navarros em Torre de Moncorvo	207

Anexo 50 – Casa da Inquisição em Torre de Moncorvo	207
Anexo 51 - Chafariz de Horta em Torre de Moncorvo	208
Anexo 52 - Tríptico da Igreja Matriz de Torre de Moncorvo	208
Anexo 53 - Amêndoas cobertas de Torre de Moncorvo	209
Anexo 54 – Canelões de Torre de Moncorvo	209
Anexo 55 – Futuro Centro de Estudos Judaicos em Torre de Moncorvo	210
Anexo 56 – Casa dos Carrascos em Freixo de Espada à Cinta (três ramos de árvore, truncados, cada um com quatro galhos, num total de doze, em alusão às doze tribos de Israel, portal estilo manuelino)	210
Anexo 57 – Marca “Zuzarte”, data de 1557 e rosácea na janela do 2º andar da “Casa dos Carrascos” em Freixo de Espada à Cinta	211
Anexo 58 – Janelas e portais de estilo manuelino e cruciformes em Freixo de Espada à Cinta	211
Anexo 59 – Três troncos com quatro galhos, doze no total alusões a tribo numa moradia em Freixo de Espada à Cinta	214
Anexo 60 – Aron Kodesh (arca sagrada) em Freixo de Espada à Cinta	215
Anexo 61 – Rua dos Judeus em Lagoaça	216
Anexo 62 – Cruciforme e data 1854 em vão de janela em Lagoaça	216
Anexo 63 – Cruciformes numa fachada de uma casa em Lagoaça	217
Anexo 64 – Local de “Pelames” em Vilarinho dos Galegos	218
Anexo 65 – Marcas judaicas em Vilarinho dos Galegos (vãos e ombreiras de portas e janelas)	219
Anexo 66 – Menorás em Vilarinho dos Galegos	219
Anexo 67 – Pormenor de enfeite numa janela em Vilarinho dos Galegos	219
Anexo 68 – Ombreiras com marcas de desgaste em Vilarinho dos Galegos	220
Anexo 69 – Lagar de Cera de Felgueiras	221
Anexo 70 – Inscrição votiva em Vila Nova de Foz Côa	222
Anexo 71 – Capela de Santa Quitéria (antiga sinagoga)	222
Anexo 72 – Rua do relógio, Rua da Barca e Sítio da Lameira (antiga judiaria)	223
Anexo 73 – Casa Judaica em Freixo de Numão (janelas, portas e inscrição)	224

Anexo 74 – Possíveis marcas judaicas em Freixo de Numão (data 1765, vãos de porta e cruz)	224
Anexo 75 – Rua do Toural em Mirandela (antiga judiaria)	226
Anexo 76 – Rua do Rosário em Mirandela (antiga judiaria)	227
Anexo 77 – Travessa do Quebra-Costas em Mirandela (antiga judiaria)	227
Anexo 78 – Edifícios que apresentam marcas arquitetónicas típicas judaicas na Travessa do Rosário em Mirandela (porta adornada, vãos e ombreiras de janela, desalinhamento de janela e porta)	228
Anexo 79 – Alheira de Mirandela (com carne de porco)	229
Anexo 80 - Igreja Matriz de Sambade	229
Anexo 81 – Bairro dos Judeus ou Bairro Novo em Sambade	230
Anexo 82 – Futuras instalações do Centro de Interpretação do Território do concelho de Alfândega em Sambade.....	230
Anexo 83 – Casa que pertenceu a Moisés Abrão Gaspar, cristão-novo em Rebordelo	231
Anexo 84 – Estrela de David no pilar da moradia que pertenceu a Moisés Abrão Gaspar em Rebordelo	232
Anexo 85 – Moradia com características de arquitetura judaica m Rebordelo (portas e janelas desalinhadas, vãos de portas e janelas e ombreiras biseladas a 45° em bisel)	233
Anexo 86 – Moradia que pertenceu ao filho de Abrão Moisés Gaspar, também de nome Abrão Gaspar em Rebordelo (arquitetura única na localidade, data de 1818)	234
Anexo 87 – Moradia que pertenceu à família de Abrão Gaspar, localizada na rua com o seu nome em Rebordelo, “A. Gaspar” que se supõe que seja em homenagem a um dos Abrão Gaspar (pormenores debaixo da janelas)	235
Anexo 88 – Estrela de David em Pousada (concelho de Mirandela)	236

